



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1913

Terça-feira - 19 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guaraciaba	211	Paulo Lopes	385
Antônio Carlos	8	Guaramirim.....	212	Penha.....	386
Arabutã	9	Guarujá do Sul	213	Peritiba.....	389
Ascurra.....	29	Herval d'Oeste	214	Petrolândia	393
Balneário Piçarras.....	31	Ibiam	216	Pinheiro Preto	394
Balneário Rincão.....	32	Ilhota	219	Pomerode.....	395
Bela Vista do Toldo.....	33	Imbituba	225	Porto Belo.....	396
Benedito Novo	34	Indaial.....	226	Porto União.....	397
Biguaçu	36	Iomerê	228	Presidente Castello Branco.....	410
Blumenau	40	Ipumirim	274	Presidente Nereu.....	411
Bom Jardim da Serra	44	Irineópolis	275	Rio dos Cedros.....	434
Bom Jesus do Oeste	45	Itá	279	Rio do Sul.....	413
Botuvera.....	94	Itaiópolis	280	Romelândia.....	435
Braço do Trombudo	95	Itapiranga.....	281	Santa Cecília	437
Brusque.....	99	Itapoá	282	Santa Rosa do Sul	438
Caçador.....	105	Ituporanga	283	Santa Terezinha do Progresso	439
Camboriú.....	109	Joaçaba	285	Santiago do Sul.....	440
Campo Alegre	112	José Boiteux	302	São Bento do Sul.....	445
Campos Novos.....	118	Lages	303	São Carlos	452
Canoinhas.....	128	Laguna	306	São João do Oeste	456
Capinzal	133	Lebon Regis.....	310	São João do Sul	460
Catanduvas.....	138	Leoberto Leal.....	311	São Joaquim	461
Caxambu do Sul.....	143	Luzerna	315	São José.....	474
Celso Ramos.....	150	Macieira	318	São Lourenço do Oeste.....	480
Chapadão do Lageado	152	Maracajá	322	São Miguel do Oeste.....	482
Chapecó	158	Maravilha.....	323	Schroeder.....	484
Concórdia	160	Massaranduba.....	325	Serra Alta	485
Cordilheira Alta	177	Modelo	329	Sul Brasil	486
Coronel Martins.....	178	Mondaí.....	332	Tigrinhos	487
Curitibanos	181	Morro da Fumaça	334	Timbó	488
Doutor Pedrinho.....	192	Navegantes.....	335	União do Oeste	490
Faxinal dos Guedes.....	194	Nova Trento	354	Urussanga	491
Forquilha.....	195	Orleans	371	Vidal Ramos.....	492
Fraiburgo.....	199	Ouro	372	Videira.....	493
Frei Rogério	204	Ouro Verde	373	Vitor Meireles.....	495
Galvão.....	205	Paial	374	Xanxerê.....	499
Garopaba.....	206	Palhoça	375	Xavantina	500
Garuva	208	Palmitos	378	Xaxim.....	501
Governador Celso Ramos	210	Papanduva.....	379		

Associações

AMOSC.....	512
------------	-----

Consórcios

ARIS	513
CIGA	513
CIS/AMREC.....	517

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

GABARITO OFICIAL PRELIMINAR REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº. 011/2015

DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL PRELIMINAR REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº. 011/2015.

O Prefeito Municipal do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina e a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, atuando de forma conjunta, no uso de suas atribuições legais, torna pública a divulgação do gabarito oficial preliminar:

GABARITOS OFICIAIS

NÍVEL ALFABETIZADO

AGENTE OPERACIONAL

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		AGENTE OPERACIONAL	
1	C	11	D	21	C	31	B
2	B	12	D	22	B	32	B
3	A	13	A	23	A	33	B
4	A	14	B	24	D	34	A
5	A	15	C	25	D	35	C
6	D	16	B	26	B	36	D
7	D	17	B	27	B	37	D
8	A	18	C	28	A	38	B
9	C	19	A	29	D	39	A
10	C	20	A	30	C	40	A

AGENTE OPERACIONAL – MANUTENÇÃO E LIMPEZA

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		AGENTE OPERACIONAL – MANUTENÇÃO E LIMPEZA	
1	C	11	D	21	C	31	D
2	B	12	D	22	B	32	A
3	A	13	A	23	A	33	A
4	A	14	B	24	D	34	B
5	A	15	C	25	D	35	C
6	D	16	B	26	B	36	C
7	D	17	B	27	B	37	D
8	A	18	C	28	A	38	D
9	C	19	A	29	D	39	B
10	C	20	A	30	C	40	A

NÍVEL FUNDAMENTAL

AGENTE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		AGENTE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO	
1	B	11	A	21	D	31	D
2	B	12	A	22	C	32	C
3	B	13	B	23	A	33	C
4	A	14	C	24	A	34	A
5	D	15	D	25	B	35	A
6	D	16	D	26	C	36	B
7	B	17	C	27	C	37	D
8	A	18	B	28	B	38	A
9	C	19	B	29	B	39	C
10	C	20	A	30	A	40	C

MERENDEIRA

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		MERENDEIRA	
1	B	11	A	21	D	31	A
2	B	12	A	22	C	32	C

3	B	13	B	23	A	33	C
4	A	14	C	24	A	34	B
5	D	15	D	25	B	35	D
6	D	16	D	26	C	36	B
7	B	17	C	27	C	37	A
8	A	18	B	28	B	38	C
9	C	19	B	29	B	39	B
10	C	20	A	30	A	40	D

MOTORISTA

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		MOTORISTA	
1	B	11	A	21	D	31	C
2	B	12	A	22	C	32	B
3	B	13	B	23	A	33	B
4	A	14	C	24	A	34	A
5	D	15	D	25	B	35	A
6	D	16	D	26	C	36	D
7	B	17	C	27	C	37	D
8	A	18	B	28	B	38	C
9	C	19	B	29	B	39	A
10	C	20	A	30	A	40	B

NÍVEL MÉDIO**INSTRUTOR DE BANDA E FANFARRA**

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		INSTRUTOR DE BANDA E FANFARRA	
1	B	11	A	21	D	31	B
2	D	12	C	22	B	32	B
3	D	13	C	23	D	33	A
4	C	14	B	24	A	44	C
5	A	15	C	25	C	35	A
6	A	16	D	26	B	36	D
7	C	17	A	27	C	37	C
8	B	18	D	28	D	38	A
9	B	19	B	29	A	39	B
10	A	20	B	30	D	40	B

INSTRUTOR MUSICAL

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		INSTRUTOR MUSICAL	
1	B	11	A	21	D	31	A
2	D	12	C	22	B	32	D
3	D	13	C	23	D	33	C
4	C	14	B	24	A	44	B
5	A	15	C	25	C	35	B
6	A	16	D	26	B	36	A
7	C	17	A	27	C	37	D
8	B	18	D	28	D	38	D
9	B	19	B	29	A	39	B
10	A	20	B	30	D	40	C

INSTRUTOR DE KARATÊ

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		INSTRUTOR DE KARATÊ	
1	B	11	A	21	D	31	C
2	D	12	C	22	B	32	A
3	D	13	C	23	D	33	A
4	C	14	B	24	A	44	C
5	A	15	C	25	C	35	B
6	A	16	D	26	B	36	D
7	C	17	A	27	C	37	D
8	B	18	D	28	D	38	D
9	B	19	B	29	A	39	A
10	A	20	B	30	D	40	B

TÉCNICO DE INFORMÁTICA

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		TÉCNICO DE INFORMÁTICA	
1	B	11	A	21	D	31	D
2	D	12	C	22	B	32	B
3	D	13	C	23	D	33	D
4	C	14	B	24	A	44	B
5	A	15	C	25	C	35	A
6	A	16	D	26	B	36	B
7	C	17	A	27	C	37	C
8	B	18	D	28	D	38	C
9	B	19	B	29	A	39	A
10	A	20	B	30	D	40	D

TÉCNICO ESPORTIVO JUDÔ

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		TÉCNICO ESPORTIVO JUDÔ	
1	B	11	A	21	D	31	C
2	D	12	C	22	B	32	B
3	D	13	C	23	D	33	C
4	C	14	B	24	A	44	D
5	A	15	C	25	C	35	D
6	A	16	D	26	B	36	D
7	C	17	A	27	C	37	A
8	B	18	D	28	D	38	A
9	B	19	B	29	A	39	D
10	A	20	B	30	D	40	D

ATENDENTE DE FARMÁCIA

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		ATENDENTE DE FARMÁCIA	
1	B	11	A	21	D	31	B
2	D	12	C	22	B	32	C
3	D	13	C	23	D	33	A
4	C	14	B	24	A	44	A
5	A	15	C	25	C	35	A
6	A	16	D	26	B	36	D
7	C	17	A	27	C	37	B
8	B	18	D	28	D	38	B
9	B	19	B	29	A	39	C
10	A	20	B	30	D	40	A

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	
1	B	11	A	21	D	31	B
2	D	12	C	22	B	32	C
3	D	13	C	23	D	33	C
4	C	14	B	24	A	44	A
5	A	15	C	25	C	35	D
6	A	16	D	26	B	36	D
7	C	17	A	27	C	37	C
8	B	18	D	28	D	38	A
9	B	19	B	29	A	39	C
10	A	20	B	30	D	40	D

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - THD

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - THD	
1	B	11	A	21	D	31	D
2	D	12	C	22	B	32	A
3	D	13	C	23	D	33	A
4	C	14	B	24	A	44	D
5	A	15	C	25	C	35	C
6	A	16	D	26	B	36	C
7	C	17	A	27	C	37	B
8	B	18	D	28	D	38	D

9	B	19	B	29	A	39	A
10	A	20	B	30	D	40	B

NÍVEL SUPERIOR

MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA	
1	A	11	C	21	C	31	A
2	D	12	C	22	C	32	C
3	D	13	A	23	A	33	B
4	D	14	A	24	A	34	B
5	B	15	B	25	B	35	D
6	C	16	D	26	D	36	A
7	B	17	C	27	C	37	D
8	A	18	B	28	B	38	C
9	C	19	A	29	A	39	B
10	A	20	D	30	D	40	C

MÉDICO PEDIATRA

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		MÉDICO PEDIATRA	
1	A	11	C	21	C	31	D
2	D	12	C	22	C	32	C
3	D	13	A	23	A	33	B
4	D	14	A	24	A	34	B
5	B	15	B	25	B	35	A
6	C	16	D	26	D	36	A
7	B	17	C	27	C	37	C
8	A	18	B	28	B	38	C
9	C	19	A	29	A	39	A
10	A	20	D	30	D	40	B

INSTRUTOR CANTO CORAL

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		INSTRUTOR CANTO CORAL	
1	A	11	C	21	C	31	C
2	D	12	C	22	C	32	B
3	D	13	A	23	A	33	B
4	D	14	A	24	A	34	A
5	B	15	B	25	B	35	C
6	C	16	D	26	D	36	D
7	B	17	C	27	C	37	D
8	A	18	B	28	B	38	A
9	C	19	A	29	A	39	B
10	A	20	D	30	D	40	C

EDUCADOR FÍSICO

PORTUGUÊS		MATEMÁTICA		CONHECIMENTOS GERAIS		EDUCADOR FÍSICO	
1	A	11	C	21	C	31	A
2	D	12	C	22	C	32	B
3	D	13	A	23	A	33	C
4	D	14	A	24	A	34	A
5	B	15	B	25	B	35	D
6	C	16	D	26	D	36	C
7	B	17	C	27	C	37	C
8	A	18	B	28	B	38	B
9	C	19	A	29	A	39	A
10	A	20	D	30	D	40	A

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 015/2016

PORTARIA Nº 015/2016 de 18 de janeiro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito em Exercício de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JULIANA TEREZINHA DA S ALVES DE MELLO inscrita sob CPF nº 055.701.099-35, funcionária efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 18/01/2016 a 06/02/2016, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de janeiro de 2016

Valter Valentin Rampazzo Camila Raquel Macagnan

Prefeito em Exercício Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 016/2016

PORTARIA Nº 016/2016 de 18 de janeiro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito em Exercício de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária CLAUDIA MARIA DAVID BEAL TERREZ inscrita sob CPF nº 518.030.899-20, funcionária efetiva no cargo de Psicólogo 20 horas, a partir de 18/01/2016 a 06/02/2016, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de janeiro de 2016

Valter Valentin Rampazzo Camila Raquel Macagnan

Prefeito em Exercício Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 017/2016

PORTARIA Nº 017/2016 de 18 de janeiro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito em Exercício de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA inscrita sob CPF nº 022.815.839-70, funcionária efetiva no cargo de Enfermeiro 40 horas, a partir de 18/01/2016 a 01/02/2016, período 14/15, restando 15 dias para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de janeiro de 2016

Valter Valentin Rampazzo Camila Raquel Macagnan

Prefeito em Exercício Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 018/2016

PORTARIA Nº 018/2016 de 18 de janeiro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito em Exercício de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária NATHALIA DE SOUZA COSTA inscrita sob CPF nº 740.039.176-34, funcionária efetiva no cargo de Odontólogo 40 horas, a partir de 18/01/2016 a 01/02/2016, período 14/15, restando 15 dias para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de janeiro de 2016

Valter Valentin Rampazzo Camila Raquel Macagnan

Prefeito em Exercício Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 019/2016

PORTARIA Nº 019/2016 de 18 de janeiro de 2016

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito em Exercício de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença maternidade de 120 dias a funcionária Camila Johann Simão, inscrita sob CPF 077.365.959-50 a partir de 12/01/2016 a 10/05/2016, conforme certidão de nascimento em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12/01/2016 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de janeiro de 2016

Valter Valentin Rampazzo Camila Raquel Macagnan

Prefeito em Exercício Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº. 1/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 1/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2016, "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 1/2016", destinado a contratação de serviços de atendimento de urgência e emergência para pacientes do município de Água Doce. Processo julgado em consonância com art. 25 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2016

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

Antônio Carlos

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO

Fica a empresa DANDARA FREYBERGER ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.976.123/0001-00, com sede à Rua Antônio Jovita Duarte, nº. 5619, bairro Forquilhas, município de São José/SC, notificada para no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias corridos entregar o objeto descrito no edital do Processo Licitatório nº. 014/2015, modalidade Pregão Presencial nº. 009/2015, município de Antônio Carlos, sob pena de incorrer nas penalidades impostas em contrato, bem como na própria Lei Federal 8.666/93.

Em 18 de janeiro de 2016.
Eliane Nunes de Oliveira Folganes
Pregoeiro

PORTARIA N 026/2016

PORTARIA nº 026, de 14 de janeiro de 2016.

Autoriza a desavervação, nos assentamentos funcionais da servidora MARIONE TEREZINHA TRIERVEILER DOS SANTOS, da CTC nº 20001010.1.00081/14-0, expedida pelo INSS, e autoriza a averbação na íntegra da CTC nº 015/2001, expedida pelo IPREV, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a desavervação da Certidão de Tempo de Contribuição nº 20001010.1.00081/14-0, expedida pelo INSS, e a averbação integral da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPREV sob o nº 015/2001, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência, os períodos de 17/04/1985 a 15/10/1985, 24/02/1986 a 29/05/1986, 08/06/1987 a 07/12/1987, 12/09/1988 a 31/12/1988, 18/10/1990 a 01/11/1990, 26/02/1991 a 31/12/1991, 05/03/1992 a 31/12/1992, 17/02/1993 a 31/12/1993 e 17/02/1994 a 08/04/1994 correspondentes a 04 anos, 03 meses e 15 dias – 1.565 dias, nos assentamentos funcionais da servidora MARIONE TEREZINHA TRIERVEILER DOS SANTOS, matrícula nº 301, detentora do cargo de provimento efetivo de Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados os efeitos da Portaria nº 181/ 2015.

Gabinete do Prefeito, em 14 de janeiro de 2016.
Antonio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 027/2016

PORTARIA Nº 027/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor ALFREDO PITZ, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de fevereiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 10/07/2011 a 09/07/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 18 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de janeiro de 2016.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 032/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 032/2014; Origem: Processo Licitatório nº 001/2014 – Pregão Presencial nº 001/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: SUL CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES S.A. Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, aditar o prazo do presente contrato, que consiste na "prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de crédito/auxílio alimentação (cartão alimentação) aos empregados da contratante, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" através de redes de estabelecimento credenciados", conforme pedido e parecer constante em anexo no Processo Licitatório nº 001/2014 – Pregão Presencial nº 001/2014". Aditamento: 12 (doze) meses. Novo Vencimento: 06 de fevereiro de 2017.

Antônio Carlos, 18 de janeiro de 2016.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 77/2015 SEQUÊNCIA 004

ATA 004

Processo Licitatório nº. 77/2015 – Pregão Presencial nº 042/2015

Objeto: Registro de preços de material de expediente, escolar e pedagógico, para a Secretaria de Educação e Cultura, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo ao Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram depois de decorrido prazo para interposição de recursos sobre o julgamento das amostras, sendo que não houve nenhuma interposição.

Assim, entendemos que se encontram satisfeitas as condições para que se viabilize a homologação/adjudicação do certame licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio.

Arabutã, 18 de janeiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 79/2015 SEQUÊNCIA 004

ATA 004

Processo Licitatório nº. 79/2015 – Pregão Presencial nº 044/2015

Objeto: Registro de preços de material de limpeza, higiene, copa e cozinha, para a Secretaria de Educação e Cultura, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo ao Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram depois de decorrido prazo para interposição de recursos sobre o julgamento das amostras, sendo que não houve nenhuma interposição.

Assim, entendemos que se encontram satisfeitas as condições para que se viabilize a homologação/adjudicação do certame licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio.

Arabutã, 18 de janeiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 76/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabitã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2015 - PR Processo Administrativo: 76/2015 Processo de Licitação: 76/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 1/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Em Exercício, MARCELO MORCHE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 76/2015
b) Licitação Nr.: 41/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/01/2016
e) Data da Adjudicação: 11/01/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preço de medicamentos para atender as necessidades da população do Município de Arabitã, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

A G KIENEN & CIA LTDA (8069)

13	Amitriptilina, cloridrato de 75mg - Marca: EMS	:OMP	1.000,00	0,0000	0,169	169,00
49	CLOPRIMAZINA CLORIDRATO 100MG - Marca: U. QUIMICA	:OMP	1.250,00	0,0000	0,18	225,00
77	HALOPERIDOL 5 MG - Marca: U. QUIMICA	:OMP	5.000,00	0,0000	0,089	445,00
112	Cloridrato de Nortriptilina 10mg - Marca: NOVARTIS	:OMP	250,00	0,0000	0,625	156,25
Total do Fornecedor:						995,25

ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA (6703)

2	Ácido acetilsalicílico 100mg - Marca: Imec	:OMP	36.000,00	0,0000	0,019	684,00
3	Ácido acetilsalicílico 500mg - Marca: Imec	:OMP	1.000,00	0,0000	0,031	31,00
17	Amoxicilina+Clav. de potássio 50mg/mL+12,5mg/mL - Marca: GlaxoSmithKline	SUSP	40,00	0,0000	9,79	391,60
31	Carbamazepina 400mg - Marca: Teuto	:OMP	1.500,00	0,0000	0,10	150,00
32	Carbona de Ca+ Colecalciferol ou fosfato de Catribásico+ Col - Marca: Imec	:OMP	4.200,00	0,0000	0,17	714,00
34	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG+VITAMINA D 200UI - Marca: Imec	:OMP	12.500,00	0,0000	0,077	962,50
36	Carvedilol 3,125mg - Marca: Torrent	:OMP	1.500,00	0,0000	0,085	127,50
37	Carvedilol 6,25mg - Marca: Torrent	:OMP	4.200,00	0,0000	0,099	415,80
38	Carvedilol 12,5mg - Marca: Torrent	:OMP	3.600,00	0,0000	0,113	406,80
39	Carvedilol 25mg - Marca: Torrent	:OMP	10.000,00	0,0000	0,155	1.550,00
48	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal - Marca: Natulab	FRA	50,00	0,0000	0,67	33,50
58	Dipirona Sódica 500mg - Marca: Cifarma	:OMP	10.000,00	0,0000	0,063	630,00
64	MALEATO DE ENELAPRIL 5 MG - Marca: Cimed	:OMP	1.000,00	0,0000	0,041	41,00
73	Fluoxetina, Cloridrato de 20mg - Marca: Teuto	:OMP	10.000,00	0,0000	0,051	510,00
82	Ibuprofeno 600mg - Marca: Teuto	:OMP	20.000,00	0,0000	0,06	1.200,00
84	ISOSSORBIDA MONONITRATO 20MG - Marca: Zydus	:OMP	1.250,00	0,0000	0,062	77,50

Arabitã, 11 de Janeiro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	76/2015
	Processo de Licitação:	76/2015
	Data do Processo:	20/11/2015
	Folha: 2/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA (6703)

88	Levodopa+ Carbidopa 250mg+25mg - Marca: Teuto	:OMP	2.500,00	0,0000	0,171	427,50
95	Losartan potássico 50mg - Marca: Teuto	:OMP	20.000,00	0,0000	0,031	620,00
115	Nortriptilina, Cloridrato de 75mg - Marca: Hipolabor	:OMP	2.000,00	0,0000	0,17	340,00
117	PARACETAMOL 500 MG - Marca: Hipolabor	:OMP	840,00	0,0000	0,041	34,44
120	PREDNISONA 20MG COMP - Marca: Sanval	:OMP	2.500,00	0,0000	0,11	275,00
124	Ranitidina, cloridrato de 150mg - Marca: Medquímica	:OMP	1.500,00	0,0000	0,067	100,50
133	Tiamina, Cloridrato de 300mg - Marca: Hipolabor	:OMP	360,00	0,0000	0,091	32,76
135	VALPROATO DE SÓDIO 500 MG - Marca: Torrent	:OMP	10.000,00	0,0000	0,538	5.380,00
Total do Fornecedor:						15.135,40

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8336)

121	PREDNISONA 5MG COMP. - Marca: VITAPAN	:OMP	2.000,00	0,0000	0,068	136,00
Total do Fornecedor:						136,00

ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LT (7985)

40	Cefalexina 500mg - Marca: RAMBAXY	:OMP	7.000,00	0,0000	0,269	1.883,00
44	Clarithromicina 500mg - Marca: EMS	:OMP	860,00	0,0000	2,12	1.823,20
50	Clorpromazina, Cloridrato de 25mg - Marca: CRISTALIA	:OMP	1.000,00	0,0000	0,229	229,00
60	Mesilato de doxazosina 2mg - Marca: EMS	:OMP	5.000,00	0,0000	0,108	540,00
76	HALOPERIDOL 1 MG - Marca: CRISTALIA	:OMP	2.500,00	0,0000	0,138	345,00
101	Metoclopramida gotas 4mg/mL - Marca: MARIOL	FRA	100,00	0,0000	0,495	49,50
118	Permetrina 10mg/g Loção - Marca: NATIVITA	FRA	200,00	0,0000	1,07	214,00
138	Varfarina sódica 5mg - Marca: TEUTO	:OMP	1.700,00	0,0000	0,082	139,40
Total do Fornecedor:						5.223,10

AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (8986)

28	Bupropiona, Cloridrato de 150mg - Marca: EMS	:OMP	7.000,00	0,0000	0,314	2.198,00
67	Estrogêneos conjugados 0,625mg creme vaginal - Marca: WYETH	BISN	50,00	0,0000	32,89	1.644,50
89	Levodopa+Benzerazida 100mg +25mg (FP) - Marca: ROCHE	:OMP	1.000,00	0,0000	1,05	1.050,00
105	Succinato de metoprolol 50mg - Marca: ASTRAZENECA	:OMP	8.000,00	0,0000	1,069	8.552,00
Total do Fornecedor:						13.444,50

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA (7916)

4	ACIDO FÓLICO 5MG - COMPRIMIDO - Marca: TEUTO	:OMP	10.000,00	0,0000	0,033	330,00
5	Albendazol 400mg - Marca: GREEN PHARMA	:OMP	2.000,00	0,0000	0,65	1.300,00
6	Albendazol 40mg/mL - Marca: PRATI D.	FRA	3.000,00	0,0000	0,85	2.550,00
7	Alendronato sódico 10mg - Marca: UCI FARMA	:OMP	500,00	0,0000	0,179	89,50
10	Alopurinol 300mg - Marca: PRATI D.	:OMP	4.200,00	0,0000	0,117	491,40
23	Beclometasona 200 mg - Marca: NOVARTIS	CAP	1.200,00	0,0000	0,259	310,80
25	Budesonida 32mcg Aerossol nasal - Marca: BIOSINTETICA	3PRA	100,00	0,0000	13,44	1.344,00
26	Budesonida 50 mcg Aeossol nasal - Marca: BIOSINTETICA	3PRA	42,00	0,0000	19,98	839,16
33	Carbonato de cálcio + colecalciferol 500mg caco ² +400ui - Marca: GEOLAB	:OMP	8.400,00	0,0000	0,25	2.100,00

Arabutã, 11 de Janeiro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabitã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2015 - PR	
	Processo Administrativo: 76/2015 Processo de Licitação: 76/2015 Data do Processo: 20/11/2015	
	Folha: 3/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA (7916)

42	Ciprofloxacino 500mg - Marca: PRATI D.	:OMP	4.000,00	0,0000	0,15	600,00
53	Dexclorfeniramina, maleato de 0,4mg/mL Xarope - Marca: HIPOLABOR	FRA	100,00	0,0000	0,80	80,00
57	Digoxina 0,25mg - Marca: PHARLAB	:OMP	10.000,00	0,0000	0,033	330,00
61	Mesilato de doxazosina 4mg - Marca: SANDOZ	:OMP	6.000,00	0,0000	0,398	2.388,00
62	Enalapril, maleato de 10mg(FP) - Marca: TEUTO	:OMP	15.000,00	0,0000	0,036	540,00
68	Etinilestradiol+levogestrel 0,03mg+0,15mg - Marca: MABRA	:OMP	26.000,00	0,0000	0,019	494,00
75	GLIBENCLAMIDA 5MG - COMPRIMIDO - Marca: GEOLAB	:OMP	5.000,00	0,0000	0,021	105,00
90	Levodopa200mg+ benserazida 50mg - Marca: ACHE	:OMP	6.000,00	0,0000	1,379	8.274,00
98	METFORMINA 850MG COMP. - Marca: PRATI D.	:OMP	5.000,00	0,0000	0,047	235,00
107	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO - Marca: PRATI D.	:OMP	1.000,00	0,0000	0,088	88,00
111	Noretisterona, enantato de +valerato de estradiol 50+5mg sol - Marca: MABRA	AM	120,00	0,0000	5,00	600,00
126	Sinvastatina 10mg (FP) - Marca: SANDOZ	:OMP	720,00	0,0000	0,055	39,60
132	Sulfato ferroso 40mg Fé++ - Marca: NATULAB	:OMP	6.000,00	0,0000	0,033	198,00
Total do Fornecedor:						23.326,46

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (8149)

45	Clarithromicina 50mg/mL suspensão oral - Marca: ABBOTT	FRA	10,00	0,0000	34,99	349,90
134	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG - Marca: ABBOTT	:OMP	1.000,00	0,0000	0,197	197,00
Total do Fornecedor:						546,90

Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA (8700)

1	Acetato de betametasona+fosfato dissódico de betametasona 3m - Marca: UNIAO QUIMICA	AM	500,00	0,0000	4,68	2.340,00
12	Amitriptilina, cloridrato de 25mg - Marca: TEUTO	:OMP	10.000,00	0,0000	0,033	330,00
19	Anlodipino, besilato 5mg - Marca: TEUTO	:OMP	10.000,00	0,0000	0,017	170,00
30	CARBAMAZEPINA 200 MG - COMPRIMIDO - Marca: TEUTO	:OMP	5.000,00	0,0000	0,07	350,00
65	Espirinolactona 100mg - Marca: HIPOLABOR	:OMP	1.000,00	0,0000	0,22	220,00
74	FUROSEMIDA 40MG - COMPRIMIDO - Marca: HIPOLABOR	:OMP	40.000,00	0,0000	0,022	880,00
83	Ipratrópio 0,25mg/ml solução inalante - Marca: HIPOLABOR	FRA	210,00	0,0000	0,58	121,80
100	Metoclopramida 10mg - Marca: HIPOLABOR	:OMP	3.000,00	0,0000	0,038	114,00
109	Nifedipino 10mg - Marca: BRAINFARMA/ NEO QUIM	:OMP	1.000,00	0,0000	0,028	28,00
Total do Fornecedor:						4.553,80

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (8347)

29	Captopril 25mg (FP) - Marca: SANVAL	:OMP	5.000,00	0,0000	0,016	80,00
35	Carbonato de lítio 300 mg - Marca: ACTAVIS	:OMP	6.000,00	0,0000	0,11	660,00
46	CLONAZEPAN 2,50MG/ML - Marca: HIPOLABOR	FRA	1.000,00	0,0000	1,22	1.220,00
47	Clopidogrel, bissulfeto de 75mg - Marca: ACTAVIS	:OMP	6.000,00	0,0000	0,34	2.040,00
63	MALEATO DE ENELAPRIL 20 MG - Marca: TEUTO	:OMP	100.000,00	0,0000	0,04	4.000,00
66	ESPIROLACTONA 25 MG - COMPRIMIDO - Marca: ASPEN	:OMP	8.400,00	0,0000	0,098	823,20
70	FENOBARBITAL 100MG COMP. - Marca: TEUTO	:OMP	5.000,00	0,0000	0,087	435,00

Arabitã, 11 de Janeiro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	76/2015
	Processo de Licitação:	76/2015
	Data do Processo:	20/11/2015
	Folha: 4/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (8347)

119 Prednisolona, fosfato sódico de 3mg/mL solução oral - Marca: HIPOLABOR	FRA	2.000,00	0,0000	2,40	4.800,00
Total do Fornecedor:					14.058,20

DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA (7917)

41 Cefalexina 50mg/mL Suspensão oral - Marca: TEUTO	FRA	120,00	0,0000	5,89	706,80
56 DIAZEPAM 10 MG - Marca: SANTISA	UN	10.000,00	0,0000	0,035	350,00
96 Medroxiprogesterona, acetado de 150mg/mL sol injetável - Marca: U.QUIMICA	AM	84,00	0,0000	7,00	588,00
127 Sinvastatina 20mg (FP) - Marca: SANVAL	:OMP	15.000,00	0,0000	0,05	750,00
128 Sinvastatina 40mg (FP) - Marca: SANVAL	:OMP	15.000,00	0,0000	0,109	1.635,00
Total do Fornecedor:					4.029,80

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP (8744)

103 Succinato de metoprolol 100 mg - Marca: ASTRAZENECA	:OMP	1.440,00	0,0000	1,849	2.662,56
104 Succinato de metoprolol 25mg - Marca: ASTRAZENECA	:OMP	5.000,00	0,0000	0,619	3.095,00
114 CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG - Marca: MEDLEY	:OMP	2.500,00	0,0000	0,35	875,00
Total do Fornecedor:					6.632,56

DR-V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (8988)

24 Beclometasona 400 mg - Marca: NOVARTIS	CAP	5.000,00	0,0000	0,48	2.400,00
27 Budesonida 64 mcg Aerosol nasal - Marca: BIOSINTETICA	3PRA	50,00	0,0000	27,20	1.360,00
Total do Fornecedor:					3.760,00

NOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (8987)

54 Dexclorfeniramina, maleato de 2mg - Marca: GEOLAB	:OMP	4.200,00	0,0000	0,053	222,60
72 Fluconazol 150mg - Marca: MEDQUIMICA	CAP	1.500,00	0,0000	0,178	267,00
91 Levotiroxina sódica 100mcg - Marca: MERCK	:OMP	5.000,00	0,0000	0,095	475,00
92 LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG - Marca: MERCK	:OMP	5.000,00	0,0000	0,095	475,00
93 LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG - Marca: MERCK	:OMP	6.000,00	0,0000	0,105	630,00
94 LORATADINA 10 MG - Marca: GEOLAB	:OMP	1.200,00	0,0000	0,039	46,80
113 Cloridrato de Nortriptilina 25mg - Marca: EUOFARMA	:OMP	5.000,00	0,0000	0,255	1.275,00
Total do Fornecedor:					3.391,40

L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP (8242)

20 ATENOLOL 100 MG - COMPRIMIDO - Marca: PRATI DONADUZZI	:OMP	1.250,00	0,0000	0,044	55,00
71 Finasterida 5mg - Marca: AUROBINDO	:OMP	1.500,00	0,0000	0,25	375,00
79 Hidróxido de alumínio 61,5mg/mL Suspensão oral - Marca: MARIOL	FRA	84,00	0,0000	1,49	125,16
87 Ivermectina 6mg - Marca: VITAPAM	:OMP	420,00	0,0000	0,286	120,12
102 Metoclopramida 5mg/mL - Marca: ISOFARMA	AM	20,00	0,0000	0,286	5,72
116 Paracetamol gotas 200mg/ml - Marca: NATULAB	FRA	700,00	0,0000	0,495	346,50
122 Propanolol 10 mg - Marca: MEDLEY	:OMP	8.800,00	0,0000	0,043	378,40
123 PROPRANOLOL 40MG COMP. - Marca: OSORIO DE MORAIS	:OMP	3.000,00	0,0000	0,014	42,00
130 Sulfametoxazol+trimetoprina 400/80mg cp - Marca: PRATI DONADUZZI	:OMP	1.000,00	0,0000	0,08	80,00

Arabutã, 11 de Janeiro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	76/2015
	Processo de Licitação:	76/2015
	Data do Processo:	20/11/2015
	Folha: 5/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP (8242)

139	Cloridrato de Verapamil 120mg - Marca: NOVA QUIMICA	:OMP	360,00	0,0000	0,183	65,88
Total do Fornecedor:						1.593,78

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (8150)

8	Alendronato sódico 70mg - Marca: ELOFAR	:OMP	3.000,00	0,0000	0,27	810,00
11	Amiodarona, Cloridrato de 200mg - Marca: RANBAXY	:OMP	3.000,00	0,0000	0,284	852,00
55	DIAZEPAM 5 MG - Marca: SANTISA	:OMP	840,00	0,0000	0,037	31,08
85	Isossorbida, Mononitrato de 40mg - Marca: ZYDUS	:OMP	600,00	0,0000	0,11	66,00
106	Metoprolol, Taratarato de 100mg - Marca: MULTILAB	:OMP	360,00	0,0000	0,24	86,40
129	Sulfadiazina de prata 10mg/g (1%) Creme - Marca: PRATI	BISN	50,00	0,0000	2,90	145,00
140	Cloridrato de verapamil 80mg - Marca: TEUTO	:OMP	360,00	0,0000	0,05	18,00
Total do Fornecedor:						2.008,48

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7008)

15	Amoxicilina 50mg/mL - Marca: TEUTO	SUSP	1.000,00	0,0000	2,00	2.000,00
18	ANLODIPINO, BESILATO 10MG - Marca: VITAPAN	:OMP	830,00	0,0000	0,05	41,50
22	ATENOLOL 50 MG - COMPRIMIDO - Marca: TEUTO	:OMP	15.000,00	0,0000	0,029	435,00
51	Dexametasona 0,1% creme - Marca: MULTILAB	BISN	1.000,00	0,0000	0,58	580,00
52	Dexametasona - Marca: TEUTO	:OMP	1.000,00	0,0000	0,09	90,00
59	Dipirona sódica 500mg/ml solução oral - Marca: FARMACE	FRA	1.000,00	0,0000	0,50	500,00
110	Nitrofurantoína 100mg - Marca: TEUTO	:OMP	3.000,00	0,0000	0,138	414,00
131	Sulfametoxazol+trimetoprima 40mg+8mg/ml - Marca: TEUTO	FRA	150,00	0,0000	0,75	112,50
136	Valproato de sódio ou Ácido valproico 50mg/mL - Marca: TEUTO	FRA	70,00	0,0000	1,94	135,80
Total do Fornecedor:						4.308,80

S & R DISTRIBUIDORA LTDA (8244)

9	ALOPURINOL 100MG - Marca: SANVAL	:OMP	840,00	0,0000	0,044	36,96
14	Amoxicilina 500mg cp - Marca: PRATI	:OMP	5.000,00	0,0000	0,12	600,00
16	Amoxicilina+Clav. de potássio 500mg+125mg - Marca: GLAXO	:OMP	1.250,00	0,0000	0,81	1.012,50
21	ATENOLOL 25 MG - COMPRIMIDO - Marca: VITAPAN	:OMP	500,00	0,0000	0,022	11,00
78	Hidroclorotiazida 25mg (FP) - Marca: TEUTO	:OMP	6.000,00	0,0000	0,016	96,00
80	IBUPROFENO 200MG - Marca: CIMED	:OMP	500,00	0,0000	0,288	144,00
81	Ibuprofeno 50mg/mL solução oral - Marca: TEUTO	FRA	1.000,00	0,0000	0,88	880,00
86	Itraconazol 100mg - Marca: BRAINFARMA	CAP	500,00	0,0000	0,50	250,00
97	METFORMINA 500MG COMP. - Marca: MULTILAB	:OMP	5.000,00	0,0000	0,05	250,00
99	METILDOPA 250MG COMP. - Marca: SANVAL	:OMP	4.200,00	0,0000	0,09	378,00
108	Metronidazol 400mg - Marca: TEUTO	:OMP	2.500,00	0,0000	0,28	700,00
Total do Fornecedor:						4.358,46
Total Geral:						107.502,89

Arabutã, 11 de Janeiro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2015 - PR Processo Administrativo: 76/2015 Processo de Licitação: 76/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 6/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 11 de Janeiro de 2015.

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR Processo Administrativo: 77/2015 Processo de Licitação: 77/2015 Data do Processo: 24/11/2015
	Folha: 1/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Em Exercício, MARCELO MORCHE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 77/2015
b) Licitação Nr.: 42/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/01/2016
e) Data da Adjudicação: 18/01/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços de material de expediente, escolar e pedagógico, para a Secretaria de Educação e Cultura, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo ao Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descio (%)	(em Reais R\$)	
				Preço Unitário	Total do Item
<u>LEO GULIANI - ME (8992)</u>					
136 Cartucho de toner para impressora Samsung CLP-325(azul) - Marca: Samsung C407S	UN	10,00	0,0000	266,00	2.660,00
137 Cartucho de toner para impressora Samsung CLP-325(amarelo) - Marca: Samsung Y407S	UN	10,00	0,0000	251,00	2.510,00
138 Cartucho de toner para impressora Samsung CLP-325(rosa) - Marca: Samsung M407S	UN	10,00	0,0000	267,00	2.670,00
273 Refil de tinta original da mesma marca para impressora Epson - Marca: Epson T664320/AL	UN	4,00	0,0000	51,00	204,00
274 Refil de tinta original da mesma marca - cor ciano - Marca: Epson T664220/AL	UN	4,00	0,0000	51,00	204,00
275 Refil de tinta original - cor amarela - Marca: Epson T664420/AL	UN	4,00	0,0000	51,00	204,00
Total do Fornecedor:					8.452,00

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163)

16 Píncel atômico - Possui tinta permanente à base de álcool co - Marca: COMPACTOR	UN	150,00	0,0000	2,10	315,00
17 Píncel atômico - Possui tinta permanente - cor azul - Marca: COMPACTOR	UN	150,00	0,0000	2,10	315,00
18 Píncel atômico - Possui tinta permanente - cor verde - Marca: COMPACTOR	UN	150,00	0,0000	2,10	315,00
19 Píncel atômico - Possui tinta permanente - cor vermelha - Marca: COMPACTOR	UN	150,00	0,0000	2,10	315,00
21 Clipes níquelados - 2.0 - Marca: RAFA	CX	10,00	0,0000	9,50	95,00
22 Clipes níquelados - 4.0 - Marca: RAFA	CX	10,00	0,0000	9,50	95,00
23 Clipes níquelados - 6.0 - Marca: RAFA	CX	10,00	0,0000	9,50	95,00
31 Fita multiuso transparente(25X50) - Marca: EMBALANDO	UN	200,00	0,0000	1,69	338,00
48 Isopor folha com 150cm x 50cm x 2cm, cor branco - Marca: PLACETERM	UN	100,00	0,0000	3,84	384,00
49 Guilhotina Dimensões: 512 x 391 x 080 mm - Marca: KIT	UN	4,00	0,0000	165,00	660,00
50 Massa para modelar diversas cores - Marca: ACRILEX	ES	300,00	0,0000	2,29	687,00

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2015
	Processo de Licitação:	77/2015
	Data do Processo:	24/11/2015
Folha: 2/9		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163)

51	Mídia CD gravável, tipo cd 12 cm de diâmetro, cor prata, - Marca: MULTILAZER	UN	100,00	0,0000	0,68	68,00
53	Mídia Dvd -r gravável, tipo dvd 12cm de diâmetro cor prata, - Marca: MULTILAZER	UN	50,00	0,0000	0,90	45,00
87	Papel dobradura azul - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,19	19,00
94	Papel tipo A4 multiuso - amarelo - Marca: TREVO	RES	20,00	0,0000	18,80	376,00
95	Papel tipo A4 multiuso azul - Marca: TREVO	RES	20,00	0,0000	18,80	376,00
96	Papel tipo A4 multiuso verde - Marca: TREVO	RES	20,00	0,0000	18,80	376,00
98	Papel tipo A4 multiuso branco - Marca: NOBYLE	RES	1.500,00	0,0000	13,53	20.295,00
108	Plástico transparente liso - 2013 - Marca: VMP	UN	120,00	0,0000	14,80	1.776,00
110	Tesoura para uso geral lâmina em aço inox 7" cabo polipropil - Marca: CLASSE	UN	50,00	0,0000	7,50	375,00
111	Tinta Guache, cor azul turquesa - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
112	Tinta guache, cor azul celeste - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
113	Tinta guache, cor amarelo ouro - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
114	Tinta guache, cor vermelho fogo - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
115	Tinta guache, cor verde folha - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
116	Tinta guache, cor verde bandeira - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
117	Tinta Guache, cor laranja - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
118	Tinta Guache, cor branca - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
119	Tinta Guache, cor marrom - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
120	Tinta Guache, cor rosa - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
121	Tinta guache, cor magenta - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
122	Tinta Guache, cor azul - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	3,08	92,40
123	Tinta para Reabastecer pincel marcador atômico - cor azul - Marca: PILOT	UN	8,00	0,0000	2,15	17,20
124	Tinta para Reabastecer pincel marcador atômico - cor preto - Marca: PILOT	UN	8,00	0,0000	2,15	17,20
125	Tinta para Reabastecer pincel marcador atômico-cor verde - Marca: PILOT	UN	8,00	0,0000	2,15	17,20
126	Tinta para Reabastecer pincel marcador atômico-cor vermelho - Marca: PILOT	UN	8,00	0,0000	2,15	17,20
127	Tinta Relevo Brilhante - amarelo - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	2,25	45,00
128	Tinta Relevo Brilhante - azul - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	2,25	45,00
129	Tinta Relevo Brilhante - ouro - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	2,25	45,00
130	Tinta Relevo Brilhante - prata - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	2,25	45,00
131	Tinta Relevo Brilhante - rosa - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	2,25	45,00
132	Tinta Relevo Brilhante - verde - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	2,25	45,00
133	Tinta Relevo Brilhante - vermelho - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	2,25	45,00
134	Tinta Relevo Brilhante - preto - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	2,25	45,00
140	Papel tipo A4 multiuso , 60 KG, 180g/m2 - Marca: PANAMERICANO	RES	80,00	0,0000	5,60	448,00
142	Grampeadores com estrutura totalmente em aço - Marca: LYKE	UN	5,00	0,0000	60,50	302,50

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2015
	Processo de Licitação:	77/2015
	Data do Processo:	24/11/2015
Folha: 3/9		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163)

143	Papel tipo A4 multiuso, 40kg - Marca: PANAMERICANO	RES	80,00	0,0000	3,95	316,00
149	Tesoura para picotar em aço 8 - Marca: WESTER	UN	4,00	0,0000	55,00	220,00
150	Tesoura para picotar em aço 10 - Marca: WESTER	UN	4,00	0,0000	14,30	57,20
151	Fita face simples - vermelha - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	7,70	30,80
152	Fita face simples - azul - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	7,70	30,80
153	Fita face simples - verde - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	7,70	30,80
154	Fita face simples - amarela - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	7,70	30,80
155	Fita face simples - branca - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	7,70	30,80
156	Fita face simples - lilás - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	7,70	30,80
157	Fita face simples - laranja - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	7,70	30,80
158	Fita face simples nº5 - vermelha - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	14,12	56,48
159	Fita face simples nº5 - azul - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	14,12	56,48
160	Fita face simples nº5 - verde - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	14,12	56,48
161	Fita face simples nº5 - amarelo - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	14,12	56,48
162	Fita face simples nº5 - branco - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	14,12	56,48
163	Fita face simples nº5 - lilás - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	14,12	56,48
164	Fita face simples nº5 - laranja - Marca: CIRCULO	UN	4,00	0,0000	14,12	56,48
166	Argila, pacote de 1 Kg - Marca: VILLAGE	UN	80,00	0,0000	1,40	112,00
168	Calculadora escolar - Marca: CLASSE	UN	50,00	0,0000	4,50	225,00
169	Calculadora, 12 dígitos - Marca: CLASSE	UN	10,00	0,0000	11,90	119,00
179	Bastão de cola silicone, com espessura de 11,2 mm, medindo - Marca: RENDICOLA	PCT	40,00	0,0000	19,60	784,00
180	Bastão de cola silicone, com espessura fina de 7,4 mm, medindo - Marca: RENDICOLA	PCT	40,00	0,0000	19,60	784,00
191	Marcador quadro branco - preta - Marca: PILOT	UN	60,00	0,0000	7,20	432,00
192	Marcador quadro branco - azul - Marca: PILOT	UN	60,00	0,0000	7,20	432,00
193	Marcador quadro branco - verde - Marca: PILOT	UN	60,00	0,0000	7,20	432,00
194	Marcador quadro branco - vermelha - Marca: PILOT	UN	60,00	0,0000	7,20	432,00
195	Cartucho reposição - azul - Marca: PILOT	UN	60,00	0,0000	2,50	150,00
196	Cartucho reposição - verde - Marca: PILOT	UN	60,00	0,0000	2,29	137,40
197	Cartucho reposição - preto - Marca: PILOT	UN	60,00	0,0000	2,50	150,00
198	Cartucho reposição - vermelho - Marca: PILOT	UN	60,00	0,0000	2,50	150,00
215	Papel de seda - azul claro - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
216	Papel de seda - azul escuro - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
217	Papel de seda - branco - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
218	Papel de seda - laranja - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
219	Papel de seda - lilás - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
220	Papel de seda - marrom - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
221	Papel de seda - preto - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2015
	Processo de Licitação:	77/2015
	Data do Processo:	24/11/2015
Folha: 4/9		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163)

222	Papel de seda - rosa - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
223	Papel de seda - verde claro - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
224	Papel de seda - amarelo - Marca: VMP	UN	100,00	0,0000	0,13	13,00
227	Recado autoadesivo, off set, 76 x 76 mm sem pauta, bloco com - Marca: LYKE	UN	50,00	0,0000	1,54	77,00
229	Cola Bastão; lavável, atóxica, tubo 40gr, branca, com selo d - Marca: MARIPEL	UN	100,00	0,0000	2,45	245,00
233	Pilha; tipo comum, AA, embalagem com 04 unidades. - Marca: PANASSONIC	EMB	100,00	0,0000	2,25	225,00
234	Espiral para encadernação, 9mm, plástico transparente. - Marca: OFFICE	UN	500,00	0,0000	0,09	45,00
235	Espiral para encadernação, 20mm, plástico transparente. - Marca: OFFICE	UN	500,00	0,0000	0,20	100,00
236	Espiral para encadernação, 40mm, plástico transparente. - Marca: OFFICE	UN	500,00	0,0000	0,45	225,00
243	Percevejo embalagem com 50 unidades - Marca: BRW	CX	30,00	0,0000	1,55	46,50
245	Giz escolar cilíndrico plastificado: antialérgico. Dimensões - Marca: DELTA	CX	500,00	0,0000	2,40	1.200,00
246	Giz escolar Branco. Dimensões do giz: 81mmx10mm, caixa com 5 - Marca: DELTA	CX	500,00	0,0000	1,92	960,00
247	Cola para isopor - Marca: ACRILEX	UN	50,00	0,0000	1,25	62,50
253	Caneta esferográfica, cor azul - Marca: FABER	CX	15,00	0,0000	29,00	435,00
254	Caneta esferográfica, cor preta - Marca: FABER	CX	5,00	0,0000	29,00	145,00
255	Caneta esferográfica, cor vermelha - Marca: FABER	CX	5,00	0,0000	29,00	145,00
256	Cola a base de água, transparente, para ser usada em papel o - Marca: ACRILEX	UN	800,00	0,0000	1,00	800,00
257	Cola branca tubo contendo 1 litro - Marca: FRAMA	UN	100,00	0,0000	7,75	775,00
258	Caderno de Caligrafia - 40 fis - Marca: PANAMERICANO	UN	400,00	0,0000	2,40	960,00
261	Caderno Desenho Grande - Marca: PANAMERICANO	UN	400,00	0,0000	1,99	796,00
263	Caixa com 12 lápis de cor mais + 2 lápis preto + 1 borracha - Marca: FABER CASTEL	UN	800,00	0,0000	9,65	7.720,00
264	Lápis preto nº 2 - Marca: FABER CASTEL	CX	300,00	0,0000	5,35	1.605,00
267	Apontador de plástico com depósito retangular removível, lã - Marca: FABER CASTEL	UN	700,00	0,0000	2,55	1.785,00
272	Giz de Cera com 12 cores vivas e vibrantes, com no mínimo 31 - Marca: ACRILEX	UN	80,00	0,0000	8,50	680,00
Total do Fornecedor:						54.313,66

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8970)

2	Balão em látex - vermelho - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
3	Balão em látex - preta - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
4	Balão em látex - azul royal - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
5	Balão em látex - verde claro - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
6	Balão em látex - amarelo - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
7	Balão em látex - azul claro - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
8	Balão em látex - lilás - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2015
	Processo de Licitação:	77/2015
	Data do Processo:	24/11/2015
Folha: 5/9		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8970)

9	Balão em látex - roxo - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
10	Balão em látex - verde bandeira - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
11	Balão em látex - rosa claro - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
12	Balão em látex - marrom - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
13	Balão em látex - rosa pink - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
14	Balão em látex - laranja - Marca: JOY	PCT	30,00	0,0000	8,00	240,00
15	Caneta marca texto fluorescente ponta 4mm (cor amarela) - Marca: JOCAR	UN	100,00	0,0000	0,80	80,00
24	Cola Glitter - azul - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	1,98	59,40
25	Cola Glitter - vermelho - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	1,98	59,40
26	Cola Glitter - verde - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	1,98	59,40
27	Cola Glitter - prata - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	1,98	59,40
28	Cola Glitter - dourado - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	1,98	59,40
30	Fita multiuso transparente (12x50) - Marca: 3M	UN	200,00	0,0000	0,63	126,00
32	Folha de E.V.A amarela - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
33	Folha de E.V.A azul claro - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
34	Folha de E.V.A azul royal - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
35	Folha de E.V.A. - cor branca - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
36	Folha de E.V.A. - cor laranja - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
37	Folha de E.V.A marrom - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
38	Folha de E.V.A preta - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
39	Folha de E.V.A rosa claro - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
40	Folha de E.V.A rosa pink - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
41	Folha de E.V.A verde claro - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
42	Folha de E.V.A verde bandeira - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
43	Folha de E.V.A vermelha - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
44	Folha de E.V.A bege - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
45	Folha de E.V.A lílãs - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
46	Folha de E.V.A roxo - Marca: DUBFLEX	UN	100,00	0,0000	0,98	98,00
72	Papel Crepon Crepe Liso - amarelo - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
73	Papel Crepon Crepe Liso - azul royal - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
74	Papel Crepon Crepe Liso - azul claro - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
75	Papel Crepon Crepe Liso - branco - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
76	Papel Crepon Crepe Liso - laranja - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
77	Papel Crepon Crepe Liso - lílãs - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
78	Papel Crepon Crepe Liso - marrom - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
79	Papel Crepon Crepe Liso - rosa pink - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
80	Papel Crepon Crepe Liso - preto - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
81	Papel Crepon Crepe Liso - rosa claro - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2015
	Processo de Licitação:	77/2015
	Data do Processo:	24/11/2015
Folha: 6/9		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8970)

82	Papel Crepon Crepe Liso - verde bandeira - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
83	Papel Crepon Crepe Liso - verde musgo - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
84	Papel Crepon Crepe Liso - vermelha - Marca: RST	UN	40,00	0,0000	0,50	20,00
100	Pen Drive 16gb best pro slim - Marca: SANDISK	UN	10,00	0,0000	23,60	236,00
107	Plástico Adesivo Transparente 45cmX25mts-Rolo com 25 Metros - Marca: PLAVITEC	Rolo	40,00	0,0000	28,90	1.156,00
141	Grampeador corpo plástico - Marca: JOCAR	UN	30,00	0,0000	10,90	327,00
165	Apagador para quadro branco - Marca: RADEX	UN	20,00	0,0000	3,60	72,00
170	Tnt - Tecido não Tecido - rosa - Marca: SUL BRASIL	UN	4,00	0,0000	45,00	180,00
171	Tnt - Tecido não Tecido - lilás - Marca: SUL BRASIL	UN	4,00	0,0000	45,00	180,00
172	Tnt - Tecido não Tecido - vermelho - Marca: SUL BRASIL	UN	4,00	0,0000	45,00	180,00
173	Tnt - Tecido não Tecido - amarelo ouro - Marca: SUL BRASIL	UN	4,00	0,0000	52,00	208,00
174	Tnt - Tecido não Tecido - verde claro - Marca: SUL BRASIL	UN	4,00	0,0000	45,00	180,00
175	Tnt - Tecido não Tecido - azul céu - Marca: SUL BRASIL	UN	4,00	0,0000	45,00	180,00
176	Tnt - Tecido não Tecido - preto - Marca: SUL BRASIL	UN	4,00	0,0000	45,00	180,00
177	Tnt - Tecido não Tecido - branco - Marca: SUL BRASIL	UN	4,00	0,0000	45,00	180,00
228	Almofada para carimbo. - Marca: J.STAMP	UN	10,00	0,0000	2,00	20,00
244	Livro de ata com 100 folhas - Marca: P.B	UN	10,00	0,0000	6,90	69,00
248	Cartolina - cor branca - Marca: ALLCART	PCT	25,00	0,0000	24,50	612,50
249	Cartolina - cor amarela clara - Marca: ALLCART	PCT	15,00	0,0000	24,50	367,50
250	Cartolina - cor verde clara - Marca: ALLCART	PCT	15,00	0,0000	24,50	367,50
251	Cartolina - cor azul clara - Marca: ALLCART	PCT	15,00	0,0000	24,50	367,50
259	Caderno Brochura 1/4 costurado 96fls. - Marca: PANAMERICNA	UN	1.000,00	0,0000	2,30	2.300,00
260	Caderno Brochura 1/4 costurado 48fls - Marca: PANAMERICNA	UN	500,00	0,0000	1,70	850,00
262	Caderno Espiral Universitário (grande) - Marca: PANAMERICNA	UN	3.000,00	0,0000	3,88	11.640,00
270	Giz de cera com 15 cores curtom, Cores vivas e vibrantes com - Marca: ACRILEX	UN	300,00	0,0000	1,92	576,00
271	Pasta aba elástica (ofício) - Marca: ALAPLAST	UN	600,00	0,0000	1,70	1.020,00
Total do Fornecedor:						26.802,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (8223)

47	Grampos 26/6 tipo aço cobreado, embalados em caixa cartão - Marca: FRAMA	CX	10,00	0,0000	3,89	38,90
54	Mídia Dvd -r regravável, tipo DVD 12cm de diâmetro cor prata - Marca: MULTILASER	UN	100,00	0,0000	1,30	130,00
63	Papel Cartão Duplex - amarelo - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00
64	Papel Cartão Duplex - azul - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00
65	Papel Cartão Duplex - branca - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00
66	Papel Cartão Duplex - laranja - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00
67	Papel Cartão Duplex - marron - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00
68	Papel Cartão Duplex - preta - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabitã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2015
	Processo de Licitação:	77/2015
	Data do Processo:	24/11/2015
	Folha: 7/9	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (8223)

69	Papel Cartão Duplex - rosa - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00
70	Papel Cartão Duplex - verde - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00
71	Papel Cartão Duplex - vermelho - Marca: WMP	PCT	15,00	0,0000	7,00	105,00
85	Papel de presente 60 cm - motivos infantis - Marca: SAO JOAO	UN	12,00	0,0000	36,00	432,00
99	Pen Drive 8gb best pro slim. Eficiência, no quesito de armaz - Marca: MULTILASER	UN	25,00	0,0000	15,80	395,00
109	Tesoura escolar para uso geral lâmina em aço inox - Marca: TRAMONTINA	UN	400,00	0,0000	5,18	2.072,00
145	Tesoura escolar para canhoto - Marca: MUNDIAL	UN	40,00	0,0000	4,30	172,00
146	Papel Kraft, natural 80g, 120mmx150 metros - Marca: SAO JOAO	UN	20,00	0,0000	63,50	1.270,00
148	Etiquetas adesivas Ink Jet + lase - Marca: INFORMS	CX	30,00	0,0000	22,00	660,00
167	Barbante cru rolo nº 4 - Marca: SAO JOAO	UN	15,00	0,0000	9,50	142,50
199	Papel Camurça - amarelo - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
200	Papel Camurça - azul claro - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
201	Papel Camurça - branco - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
202	Papel Camurça - vermelho - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
203	Papel Camurça - preto - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
204	Papel Camurça - rosa - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
205	Papel Camurça - marrom - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
206	Papel Camurça - pink - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
207	Papel Camurça - laranja - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
208	Papel Camurça - azul marinho - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,48	48,00
209	Papel celofone - pink - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,62	62,00
210	Papel celofone - amarelo - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,62	62,00
211	Papel celofone - azul - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,62	62,00
212	Papel celofone - vermelho - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,62	62,00
213	Papel celofone - verde - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,62	62,00
214	Papel celofone - incolor - Marca: WMP	UN	100,00	0,0000	0,62	62,00
225	Papel vegetal de papelaria, apresentação em folhas, com capa - Marca: VISITEX	FLS	500,00	0,0000	0,33	165,00
230	Tinta facial; composto de água, espessante, conservante, pig - Marca: PINTACARA	PCT	100,00	0,0000	13,30	1.330,00
231	Palito de madeira; no formato achatado com ponta redonda; pa - Marca: GABOARDI	PCT	200,00	0,0000	2,40	480,00
232	Palito de churrasco, roliças de madeira, muito resistente: e - Marca: GABOARDI	PCT	50,00	0,0000	3,00	150,00
237	Capa p/encadernação, PVC, 0,30g/M2, cristal A4 (sendo 100 un - Marca: USA	PCT	8,00	0,0000	21,00	168,00
238	Capa p/encadernação, PVC, 0,30g/M2, fumê A4 (sendo 100 unida - Marca: USA	PCT	8,00	0,0000	21,00	168,00
240	Prancheta em plástico p/folha inteira com porta caneta - Marca: WALEU	UN	6,00	0,0000	7,00	42,00
241	Fita de empacotamento Papel 36 mm x 50m (papel) KRAFT LISO - Marca: 3M	UN	300,00	0,0000	20,16	6.048,00

Arabitã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2015
	Processo de Licitação:	77/2015
Data do Processo:		24/11/2015
Folha: 8/9		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (8223)

242 Fita de empacotamento Papel 45 mm x 50m (papel) KRAFT LISO - Marca: 3M	UN	300,00	0,0000	23,54	7.062,00
252 Arquivo morto em papelão - 2012 - Marca: BRAGAGNOLO	UN	50,00	0,0000	1,40	70,00
265 POST - IT contendo quatro blocos cada um com 100 folhas, cor - Marca: INFORMIS	UN	25,00	0,0000	2,20	55,00
Total do Fornecedor:					22.847,40

TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO (6503)

1 Alfinete de cabeça aço niquelado 50 g nº. 24. - Marca: Bachi	CX	20,00	0,0000	3,35	67,00
20 Cartucho de toner para impressora Samsung ML 2851 ND. Cor da - Marca: Samsung	UN	6,00	0,0000	249,00	1.494,00
29 Fita para impressora matricial modelo EPSON FX 2190 Cor: Pre - Marca: Extralife	UN	600,00	0,0000	25,40	15.240,00
52 Mídia CD Regravável, tipo cd 12 cm de diametro, cor chumbo - Marca: Keipex	UN	100,00	0,0000	2,10	210,00
55 Papel Cartão 48cmx66cm pacote com 20 Folhas. Cor: Amarelo - Marca: Vmp	PCT	15,00	0,0000	9,60	144,00
56 Papel Cartão 48cmx66cm pacote com 20 Folhas. Cor: Azul - Marca: Vmp	PCT	15,00	0,0000	9,60	144,00
57 Papel Cartão 48cmx66cm pacote com 20 Folhas. Cor: Laranja - Marca: Vmp	PCT	15,00	0,0000	9,60	144,00
58 Papel Cartão 48cmx66cm pacote com 20 Folhas. Cor: Marrom - Marca: Vmp	PCT	15,00	0,0000	9,60	144,00
59 Papel Cartão 48cmx66cm pacote com 20 Folhas. Cor: Preto - Marca: Vmp	PCT	15,00	0,0000	9,60	144,00
60 Papel Cartão 48cmx66cm pacote com 20 Folhas. Cor: Rosa - Marca: Vmp	PCT	15,00	0,0000	9,60	144,00
61 Papel Cartão 48cmx66cm pacote com 20 Folhas. Cor: Verde - Marca: Vmp	PCT	15,00	0,0000	9,60	144,00
62 Papel Cartão 48cmx66cm pacote com 20 Folhas. Cor: vermelho - Marca: Vmp	PCT	15,00	0,0000	9,60	144,00
86 Papel dobradura amarelo - Marca: VMP 48x60	UN	100,00	0,0000	0,19	19,00
88 Papel dobradura - laranja - Marca: VMP 48x60	UN	100,00	0,0000	0,19	19,00
89 Papel dobradura marrom - Marca: VMP 48x60	UN	100,00	0,0000	0,19	19,00
90 Papel dobradura preto - Marca: VMP 48x60	UN	100,00	0,0000	0,19	19,00
91 Papel dobradura rosa - Marca: VMP 48x60	UN	100,00	0,0000	0,19	19,00
92 Papel dobradura verde - Marca: VMP 48x60	UN	100,00	0,0000	0,19	19,00
93 Papel dobradura vermelho - Marca: VMP 48x60	UN	100,00	0,0000	0,19	19,00
97 Papel tipo A4 multiuso salmão - Marca: Chamex	RES	20,00	0,0000	18,40	368,00
101 Pincel para pintura artística, nº 06 - Marca: Condor 456	UN	50,00	0,0000	1,31	65,50
102 Pincel para pintura artística, nº 08 - Marca: Condor 456	UN	50,00	0,0000	1,45	72,50
103 Pincel para pintura artística, nº 10 - Marca: Condor 456	UN	50,00	0,0000	1,65	82,50
104 Pincel para pintura artística nº 12 - Marca: Condor 456	UN	50,00	0,0000	1,85	92,50
105 Pincel para pintura artística nº 16 - Marca: Condor 456	UN	50,00	0,0000	2,55	127,50
106 Pincel para pintura artística nº 18 - Marca: Condor 456	UN	50,00	0,0000	2,85	142,50
135 Cartucho de toner para impressora Samsung CLP-325. (preta) - Marca: Samsung	UN	10,00	0,0000	252,40	2.524,00

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2015
	Processo de Licitação:	77/2015
Data do Processo:		24/11/2015
Folha: 9/9		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMATICA E ESCRITORIO (6503)**

139	Alfinete para mural - Marca: ACC N°1	CX	20,00	0,0000	3,63	72,60
144	Perfurador - Marca: Masterprint	UN	10,00	0,0000	32,00	320,00
147	Papelão Paraná natural, N° 80 781g/m 80x100cm - Marca: VMP	UN	200,00	0,0000	2,07	414,00
178	Corretivo líquido a base de água, lavável, não tóxico - Marca: Frama	UN	50,00	0,0000	0,79	39,50
187	Caneta marcador para retroprojeto 2mm- verde - Marca: Maxprint	CX	10,00	0,0000	23,90	239,00
188	Caneta marcador para retroprojeto 2mm- azul - Marca: Maxprint	CX	10,00	0,0000	23,90	239,00
189	Caneta marcador para retroprojeto 2mm- preta - Marca: Maxprint	CX	10,00	0,0000	23,90	239,00
190	Caneta marcador para retroprojeto 2mm- vermelha - Marca: Maxprint	CX	10,00	0,0000	23,90	239,00
226	Organizador de mesa, de acrílico, com compartimento para láp - Marca: Walleu	UN	30,00	0,0000	6,25	187,50
239	Limpador para quadro branco, com 60ml. - Marca: Radex	UN	30,00	0,0000	6,95	208,50
266	Borracha escolar branca - macia - atóxica - n° 40 - tamanho - Marca: Mercur	CX	40,00	0,0000	13,22	528,80
268	Régua acrílica 30 cm x 33,5 - Marca: Dello	UN	600,00	0,0000	1,10	660,00
276	Refil de tinta original - cor preta - Marca: Epson	UN	4,00	0,0000	51,00	204,00
277	Refil de tinta original - cor magenta - Marca: Kora	UN	4,00	0,0000	38,00	152,00
278	Refil de tinta original - cor ciano 1000ml - Marca: Kora	UN	4,00	0,0000	38,00	152,00
279	Refil de tinta original - cor amarela 1.000ml - Marca: Kora	UN	4,00	0,0000	38,00	152,00
280	Refil de tinta original - cor preta 1.000 ml - Marca: Kora	UN	4,00	0,0000	38,00	152,00
Total do Fornecedor:						25.969,90
Total Geral:						138.384,96

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 79/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 44/2015 - PR Processo Administrativo: 79/2015 Processo de Licitação: 79/2015 Data do Processo: 25/11/2015
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Em Exercício, MARCELO MORCHE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 79/2015
b) Licitação Nr.: 44/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/01/2016
e) Data da Adjudicação: 18/01/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços de material de limpeza, higiene, copa e cozinha, para a Secretaria de Educação e Cultura, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo ao Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

				(em Reais R\$)		
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD - (8231)</u>						
2	Álcool Etilico Hidratado 70° - Marca: 2611*FLOP'S	UN	250,00	0,0000	3,83	957,50
4	Balde plástico 2012 - Marca: 1461 ARQPLAST	UN	30,00	0,0000	3,80	114,00
5	Balde plástico para uso geral, durável, reforçado em polipiro - Marca: 1459 ARQPLAST	UN	30,00	0,0000	3,48	104,40
14	ESCOVA sanitária em nylon 2012 - Marca: 3358 ARQPLAST	UN	40,00	0,0000	4,10	164,00
19	Saponáceo líquido cremoso: contendo 300 ml, com tampa abre-f - Marca: 3732 PRATIK	FRA	180,00	0,0000	2,20	396,00
23	Pá para coleta de lixo com cabo - 2013 - Marca: 2855 POLICORDA	UN	15,00	0,0000	1,95	29,25
27	Pasta (gel) multiuso 2012 - Marca: 3766 CRISTAL	UN	100,00	0,0000	4,55	455,00
38	Vassoura escovão - Marca: 2659 DESAFIO	UN	8,00	0,0000	6,65	53,20
61	Saponáceo com detergente em pó - 2013 - Marca: 2239 SANY	UN	150,00	0,0000	1,42	213,00
65	Pasta Cristal. Produto a base de sabão de coco com detergent - Marca: 3766 CRISTAL	UN	50,00	0,0000	4,55	227,50
89	Cera para limpeza/lustrar móveis de madeira, fórmica, gelade - Marca: 3729 PRATIK	UN	50,00	0,0000	2,17	108,50
					Total do Fornecedor:	2.822,35
<u>COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (8366)</u>						
9	Desodorizante spray 2012 - Marca: FACILITY	FRA	70,00	0,0000	5,85	409,50
15	ESPONJA DE LÃ DE AÇO carbono abrasivo, para limpeza em geral - Marca: WEGA	PCT	100,00	0,0000	0,89	89,00
17	FÓSFORO contendo no mínimo 40 palitos, embalagem em pacote c - Marca: GABOARDI	PCT	50,00	0,0000	1,68	84,00
21	Luvas de procedimento: Tamanho M - Marca: EMBRAMAC	CX	60,00	0,0000	15,00	900,00
22	Mangueira de silicone, trançada, parede dupla, com esguicho - Marca: TRAMONTINA	UN	4,00	0,0000	101,00	404,00
30	Sabão multiuso com glicerina - Marca: GOTA LIMPA	UN	50,00	0,0000	3,89	194,50
34	Toalha listrada, 85 % algodão - Marca: TOALHAS CATARINENSE2	UN	110,00	0,0000	2,72	299,20

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 44/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	79/2015
	Processo de Licitação:	79/2015
Data do Processo:		25/11/2015
Folha: 2/4		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (8366)

52 Lixeira em polietileno injetado, na cor cinza ou azul. 100lt - Marca: ERCAPLAST	UN	6,00	0,0000	45,00	270,00
57 Pliha alcalina AAA - Marca: ELGIM	UN	100,00	0,0000	3,30	330,00
62 Esponja de aço inox - 2013 - Marca: BRINOX	UN	60,00	0,0000	1,60	96,00
64 Bobina plástica - Marca: RIBERPLAST	UN	100,00	0,0000	19,90	1.990,00
76 Colchonete Azul - Marca: PERON	UN	30,00	0,0000	53,50	1.605,00
77 Traveseiro em tecido - Marca: FIBRASCA GOLD	UN	30,00	0,0000	23,58	707,40
81 Luva de procedimento (tamanho G) - 2013 - Marca: EMBRAMAC	CX	60,00	0,0000	15,50	930,00
82 Luva de procedimento (tamanho GG) - 2013 - Marca: EMBRAMAC	CX	20,00	0,0000	15,50	310,00
85 Cesto para lixo - 30 litros - Marca: PLASUTIL	UN	30,00	0,0000	41,00	1.230,00
Total do Fornecedor:					9.848,60

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (8789)

1 ÁLCOOL LÍQUIDO, etílico hidratado a 92,8 grau INPM - Marca: ILHA	UN	250,00	0,0000	4,25	1.062,50
6 Copos descartáveis 180ml 2012 - Marca: COPO SUL	PCT	100,00	0,0000	2,15	215,00
7 Desinfetante: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Tensoativo An - Marca: CLASSLIMP	UN	130,00	0,0000	4,52	587,60
11 Detergente limpa vidros 2012 - Marca: BRILHA SUL	UN	30,00	0,0000	4,00	120,00
18 Guardanapos de papel, 100% branco, de alta qualidade, tamanh - Marca: NOBRE	PCT	150,00	0,0000	0,97	145,50
25 Papel higiênico, rolo com no mínimo 60mts x 10cm : 100% fibr - Marca: FOFINHO	PCT	1.000,00	0,0000	3,05	3.050,00
29 Rodo para pisos - Marca: DESAFIO	UN	20,00	0,0000	18,95	379,00
35 Toalhas de papel, folha dupla, picotada, texturizada, 100%fi - Marca: SORELA	PCT	80,00	0,0000	2,15	172,00
40 Rodo de espuma - Marca: DESAFIO	UN	40,00	0,0000	6,50	260,00
58 Amaciante de roupas: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Cloret - Marca: CLASSLIMP	UN	100,00	0,0000	7,10	710,00
83 Rodo para pisos, cepa em polipropileno, com dimensão aproxim - Marca: DESAFIO	UN	20,00	0,0000	13,00	260,00
86 PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO de 300m, folha simples, fabricado co - Marca: QUALILUX	PCT	500,00	0,0000	24,45	12.225,00
Total do Fornecedor:					19.186,60

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163)

8 Desodorizante para aparelhos sanitários, pedra sanitária per - Marca: SANY	UN	600,00	0,0000	0,80	480,00
12 Detergente líquido lava-louça 2012 - Marca: GOTA LIMPA	FRA	600,00	0,0000	1,00	600,00
16 Esponja abrasiva dupla face: um dos lados em fibra sintética - Marca: BETANIN	UN	500,00	0,0000	0,47	235,00
24 Pano de prato 100% 2012 - Marca: MARTINS	UN	250,00	0,0000	1,87	467,50
31 Sabão em pó: Multiplação ou Triplação, biodegradável, conten - Marca: ASSIM	PCT	150,00	0,0000	5,21	781,50
33 Solução de limpeza para pisos, biodegradável. - Marca: UAU	FRA	300,00	0,0000	3,80	1.140,00
41 Saco de lixo preto - 100L - Marca: EREPLAST	PCT	100,00	0,0000	26,00	2.600,00
42 Saco de lixo 100l - azul - Marca: EREPLAST	PCT	100,00	0,0000	29,00	2.900,00

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 44/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	79/2015
	Processo de Licitação:	79/2015
Data do Processo:		25/11/2015
Folha: 3/4		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163)

43	Saco para lixo 50l - preto - Marca: EREPLAST	PCT	150,00	0,0000	19,00	2.850,00
44	Saco para lixo 50l - azul - Marca: EREPLAST	PCT	150,00	0,0000	22,00	3.300,00
45	Saco para lixo 30l - azul - Marca: EREPLAST	PCT	150,00	0,0000	13,50	2.025,00
46	Saco para lixo 30l - preto - Marca: EREPLAST	PCT	150,00	0,0000	11,50	1.725,00
47	Saco para lixo 15l - preto - Marca: EREPLAST	PCT	150,00	0,0000	9,50	1.425,00
48	Saco para lixo 15l - azul - Marca: BRUKLIN	PCT	150,00	0,0000	6,40	960,00
49	Cera líquida - 2013 - Marca: RUBI	UN	700,00	0,0000	2,35	1.645,00
53	Filme de PVC - Marca: ORLEPLAST	PCT	25,00	0,0000	5,60	140,00
54	Saco plástico baixa densidade - Marca: ORLEPLAST	PCT	2.000,00	0,0000	3,00	6.000,00
56	Toalhas de rosto - Marca: MABER	UN	50,00	0,0000	4,50	225,00
59	Adesivo - Marca: TEC BOND	UN	150,00	0,0000	6,80	1.020,00
60	Querosene - 2013 - Marca: GUANABARA	UN	150,00	0,0000	7,20	1.080,00
66	Prendedor para roupas em madeira, pacote com 12 unidades. - Marca: CRISTAL	UN	50,00	0,0000	0,85	42,50
67	Caneca de vidro temperado, transparente, capacidade mínima d - Marca: NADIR	UN	150,00	0,0000	3,00	450,00
68	Prato fundo em vidro temperado - Marca: NADIR	UN	150,00	0,0000	3,00	450,00
72	Fralda descartável, Tamanho P - Marca: DTR FRALDINHA	UN	20,00	0,0000	20,00	400,00
73	Fralda descartável, Tamanho M - Marca: DTR FRALDINHA	UN	20,00	0,0000	23,00	460,00
74	Fralda descartável, Tamanho G - Marca: DTR FRALDINHA	UN	20,00	0,0000	20,00	400,00
75	Fralda descartável, Tamanho GG - Marca: DTR FRALDINHA	UN	20,00	0,0000	20,00	400,00
78	Escova de limpeza, embalada com duas escovas, 1 para mamadei - Marca: LILLO	UN	50,00	0,0000	14,20	710,00
84	Cera líquida vermelha - Marca: RUBI	UN	400,00	0,0000	2,30	920,00
88	Copos descartáveis para água de 80 ml cada, produto deve ser - Marca: CRISTAL	PCT	100,00	0,0000	2,30	230,00

Total do Fornecedor: 36.061,50

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME (8940)

3	Água sanitária: Embalagem 05 Litros: COMPOSIÇÃO: Hipoclorito - Marca: CHEIRO BOM	UN	120,00	0,0000	4,51	541,20
10	Desengraxante limpeza pesada: embalagem 05 litros: composição - Marca: CHEIRO BOM	UN	140,00	0,0000	9,75	1.365,00
13	Escova para lavar roupa, de plástico. - Marca: BOMPACK	UN	30,00	0,0000	1,79	53,70
20	Luva de látex M 2012 - Marca: TALGE	PAR	200,00	0,0000	2,93	586,00
32	Sabonete líquido perolado: Embalagem 05 Litros, Base peroliz - Marca: CHEIRO BOM	UN	100,00	0,0000	11,05	1.105,00
36	Vassoura de palha, com no mínimo 1kg de palha - Marca: COLONIAL	UN	50,00	0,0000	9,50	475,00
37	Vassoura de Nylon, material sintético, base com dimensões mí - Marca: PREMIUM	UN	50,00	0,0000	7,37	368,50
39	Pano mágico 40x60 - Marca: BELMONTE	UN	200,00	0,0000	6,94	1.388,00
50	Lixeira em plástico telado - Marca: ARQPLAST	UN	50,00	0,0000	2,40	120,00
55	Sacolas plásticas - Marca: ECONOMIA	CX	10,00	0,0000	24,48	244,80

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 44/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	79/2015
	Processo de Licitação:	79/2015
Data do Processo:		25/11/2015
Folha: 4/4		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME (8940)**

63	Cesto para lixo com tampa, em plástico formato cilíndrico, f - Marca: ARQPLAST	UN	30,00	0,0000	11,95	358,50
70	Máscara descartável simples - Marca: TALGE	PCT	15,00	0,0000	5,34	80,10
71	Toalhas umedecidas - Marca: BABYBLESS	UN	30,00	0,0000	6,02	180,60
79	Luva de Látex P - Marca: TALGE	PAR	200,00	0,0000	2,38	476,00
80	Luva de látex GG 2012 - Marca: TALGE	PAR	80,00	0,0000	2,40	192,00
87	Toucas descartáveis com elástico (pacote contendo 100 unidad - Marca: TALGE	PCT	15,00	0,0000	6,69	100,35
Total do Fornecedor:						7.634,75
Total Geral:						75.553,80

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 18 de Janeiro de 2016.

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2811, de 14/01/2016

DECRETO Nº 2811, de 14 de janeiro de 2016.

Atualiza Taxa de Cemitério.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 471, da Lei Complementar n.º 043/2002 de 10.12.2002 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizada de acordo com o presente decreto, a taxa de Cemitério, como segue:

TIPO CARNEIRA	VALOR EM UFM - R\$2,98	VALOR EM R\$
Carneira simples (solteiro)	180,00	536,40
Carneira dupla (casal)	300,00	894,00
Carneira simples (criança)	150,00	447,00
Espaço p/ casinha	400,00	1.192,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 14 de janeiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 14 de janeiro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2812, de 14/01/2016

DECRETO Nº 2812, de 14 de Janeiro de 2016.

Atualiza Valor da Cesta Básica

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 3º, da Lei nº 1117, de 25/02/2009, alterada pela Lei nº 1400, de 19/12/2014.

CONSIDERANDO, o decurso do prazo estabelecido, pela referida Lei e suas alterações;

CONSIDERANDO, o índice do INPC dos meses de julho/2015 a dezembro/2015, estabelecido em 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento);

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizado o valor da cesta básica do programa de suplementação alimentar dos Servidores Públicos Municipais, para R\$ 303,51 (trezentos e três reais e cinquenta e um centavos).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2016.

Município de Ascurra, em 14 de janeiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto na forma Regulamentar.

Município de Ascurra, em 14 de janeiro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2813, de 14/01/2016

DECRETO Nº 2813, de 14 de janeiro de 2016.

Atualiza Valor da UFM – Unidade Fiscal Municipal.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1.º, Art. 469, da Lei Complementar n.º 043/2002 de 10.12.2002 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Complementar n.º 060/2005 de 29.09.2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizada para R\$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos) o valor da UFM – Unidade Fiscal Municipal de Ascurra, com base na variação do índice INPC dos últimos 12 meses (período: janeiro/2015 a dezembro/2015), em 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), utilizada para fins de cálculo de tributos, penalidades pecuniárias, e outras incidências fiscais na legislação do Município, no exercício de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua aplicação.

Município de Ascurra em, 14 de janeiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 14 de janeiro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

EXTRATO DAS ATAS DA TOMADA DE PREÇO N. 38-2015

EXTRATO DAS ATAS DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

TOMADA DE PREÇOS N. 38/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

Às 8h32min, do dia 15/1/2016, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA (SC) reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pelo decreto nº 5376 de 2015. Após serem analisados os documentos, constatou-se que apenas uma empresa se apresentou na sessão:

Código Nome Fornecedor

13714.6-BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA EPP

A comissão de licitação constatou que a certidão de regularidade federal estava com a validade ultrapassada, sendo aberto então o prazo de 2 (dois) dias úteis para a empresa apresentar o documento, tendo em vista se tratar de empresa de pequeno porte. Vindo a certidão faltante, e tendo em vista que o restante está regularizado, será adjudicado o presente objeto da licitação à empresa através da ata de julgamento da proposta.

Nada mais havendo a constar.

Ascurra, 15 de janeiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PP032/2015FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 044/2015-FME

Pregão Presencial nº 032/2015-FME – SRP

Objeto: Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual a aquisição de Material de Copa e Cozinha e material de higiene e limpeza as Unidades de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

Kleber De Moura Dalabona E Cia Ltda Me - R\$19.098,00 ATA 007/2016

Blunac Distribuidora Eireli Me - R\$31.622,60 ATA 008/2016

L & E Comercio Varejista Ltda Epp - R\$122.275,00 ATA 009/2016

Sebold Comercial Atacado De Produtos, Alimentos E Equipamentos Ltda. - R\$51.056,00 ATA 010/2016

Comercializza Distribuidora De Produtos De Limpeza Ltda Me - R\$71.444,30 ATA 011/2016

Fornecedora Comercio Textil Ltda Me - R\$61.751,00 ATA 012/2016

M. Móbile Eireli EPP - R\$45.159,00 ATA 013/2016

Limpexcel Produtos De Limpeza Ltda Me - R\$7.600,00 ATA014/2016

Balneário Piçarras(SC), 08 de janeiro de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira

Gestora do Fundo Municipal de Educação

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/FMS/2016

DESPACHO DO SR. PREFEITO MUNICIPAL PARA CANCELAMENTO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/FMS/2016, DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC, QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA USO DAS UNIDADES ESF DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Sr. Decio Gomes Góes, ao analisar a ata do processo licitatório acima, determinou com base no artigo 49 da Lei 8666/93, a REVOGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/FMS/2016. Por estes motivos, fica cancelada a licitação, devendo ser publicado o extrato de cancelamento do presente edital, por interesse público relevante, por vontade administrativa e pelo bem do serviço público, face à impossibilidade de continuidade dos trabalhos.

Balneário Rincão, 18 de Janeiro de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 29/01/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de Materiais Elétricos para serem utilizados pela equipe de manutenção da Iluminação Pública Municipal do Município de Balneário Rincão – SC., durante o ano de 2016.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 18 de Janeiro de 2016.

Pregoeira
Gisele Ferreira.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2016 - F.M.A.S

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2016 – F.M.A.S

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – F.M.A.S

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO A SEREM DOADOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADAS À MORADIA DE INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO OU DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM CONFORMIDADE A LEI MUNICIPAL Nº 1.084/2015 DE 24 DE ABRIL DE 2015 NO ART. 18., de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 29/01/2016.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 29/01/2016 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 19 de Janeiro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 2/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 8h00m do dia 19/01/2016 até às 8h30m do dia 01/02/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h00m do dia 01/02/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia 01/02/2016.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado".

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de janeiro de 2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 4/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 4/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 8h00m do dia 19/01/2016 até às 8h30m do dia 02/02/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h00m do dia 02/02/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia 02/02/2016.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado".

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de janeiro de 2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 3/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2016 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS E PARAFUSOS PARA AS MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 01 de fevereiro de 2016. ABERTURA: às 14:05h do dia 01 de fevereiro de 2016. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de janeiro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 5/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2016 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE COPA E COZINHA PARA CONSUMO NAS DIVERSAS SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 03 de fevereiro de 2016. ABERTURA: às 09:05h do dia 03 de fevereiro de 2016. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br. Benedito Novo (SC), 19 de janeiro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO 8/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 79/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

EMPRESA FORNECEDORA: POSTO DOIS IRMÃOS LTDA

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 01 02 e 03, totalizando a quantia de R\$ 1.018.000,00 (um milhão e dezoito mil reais).

EMPRESA FORNECEDORA: ZUMMCAR EIRELI EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 04 05 e 06, totalizando a quantia de R\$ 846.650,00 (oitocentos e quarenta e seis mil e seiscentos e cinquenta reais).

EMPRESA FORNECEDORA: AUTO POSTO DAS NAÇÕES LTDA

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 08 09 e 10, totalizando a quantia de R\$ 125.900,00 (cento e vinte e cinco mil e novecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 01/01/2016 a 01/01/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 13/01/2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 125/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2015 - RATIFICAÇÃO

Referente: Processo Licitatório nº 49/2015

Contratada: LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME

Objeto: PRORROGA VIGENCIA DO CONTRATO

Vigência: 28/10/2015 a 25/02/2016

Data Assinatura: 26/10/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 94/2014

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 94/2014

Referente: Processo Licitatório nº 49/2014

Contratada: ARIEL FABRICIO SALVADOR - ME

Objeto: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Valor Total Contratado: R\$ 18.867,60

Vigência: 02/01/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 14/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 002/2016

DECRETO Nº 002/2016 DE: 18 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE O EXAME ADMISSIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E COMISSIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu; e,

Considerando a premente necessidade de provimento de vagas em caráter temporário nas Secretarias de Educação, Obras e Agricultura;

Considerando que o não provimento destas vagas importará em falta de professores para iniciar o ano letivo em algumas unidades educacionais;

Considerando que a lista de exames solicitados pela Perícia Médica Oficial do Município onera demasiadamente os candidatos, muitas vezes com valor igual ou superior ao cargo ao qual ocupariam;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido para o processo admissional dos servidores comissionados ou temporários, habilitados mediante processo seletivo ou seletivo simplificado, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO firmado por profissional médico devidamente habilitado, dispensada a homologação pela Perícia Médica Oficial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 104/2016

PORTARIA nº 104 de 18 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MARILDA ELZA MENDES, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte a contar de 11/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105/2016

PORTARIA nº 106 de 18 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETORA DE APOIO A EDUCAÇÃO nível CC-2, na Secretaria Municipal da Educação a contar de 13/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/01/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106/2016

PORTARIA nº 106 de 18 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Deise Regis de Miranda, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretora de Apoio a Educação, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/01/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/2016

PORTARIA nº 107 de 18 de janeiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Mari Selma Machado Pereira Coelho, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 01/02/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 109/2016

PORTARIA nº 109 de 18 de janeiro de 2016

Nomeia a servidora Cláudia Vanderleia Soethe, detentora do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrita na matrícula funcional nº 7989, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Recursos Humanos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Cláudia Vanderleia Soethe, detentora do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrita na matrícula funcional nº 7989, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Recursos Humanos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/01/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA nº 110 de 18 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Filipe Gomes Vieira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 18/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/01/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/2016

PORTARIA nº 111 de 18 de janeiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINE MENDES SCREMIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENGENHEIRO CIVIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 18/01/2016 a 11/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/01/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/2016

PORTARIA nº 112 de 18 de janeiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHARLES BARBOSA SALAZAR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/12/2015 a 17/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/12/2015.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113/2016

PORTARIA nº 113 de 18 de janeiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 249/2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 249 de 18 de janeiro de 2013, que nomeava a servidora Cláudia Vanderleia Soethe, para

exercer a Gerente de Folha de Pagamento, a partir de 18/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/01/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/2016

PORTARIA Nº 114/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALICE MARIA VIEIRA MARÇAL MOMM, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 382/2016 em anexo no período de 13/01/2016 a 10/04/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 115/2016

PORTARIA nº 115 de 18 de janeiro de 2016

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) Nadir Souza, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, inscrito(a) na matrícula funcional nº 394, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/02/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/2016

PORTARIA Nº 116/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DAIANA ADRIANO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 347/2016 em anexo no período de 13/01/2016 a 26/01/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 117/2016

PORTARIA nº 117 de 18 de janeiro de 2016

Prorroga, a Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Solange Goulart de Souza, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Professor II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7575.

Art. 2º O período de prorrogação da licença para tratar de interesses particulares é de 02/03/2016 a 31/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/03/2016.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2015.

Willian Lofy
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 118/2016

PORTARIA nº 118 de 18 de janeiro de 2016

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 93/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) Glades Mendes de Souza Macedo, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 93/2015, a partir de 23/06/2013.

Art. 2º A servidora terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PP233-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS- 233/2015
PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, PARA O ANO DE 2016.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 5 fevereiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 5 fevereiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

SUSPENSÃO PP272-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

COMUNICADO REFERENTE À SUSPENSÃO PP272-2015-PMB

A Diretoria de Licitações vem, por meio dessa, comunicar às empresas interessada no Processo de Licitação PP272/2015-PMB, que tem como objeto "contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de softwares para Gestão Pública, para uso das Secretarias e Fundos da PMB", que a mesma fica SUSPENSA, rendo em vista o recebimento de IMPUGNAÇÕES, que necessitam serem analisadas pela Comissão de Pregão e Procuradoria Geral do Município.

Nada mais a expor.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2016

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 132/2016 - PROEB

FUNDAÇÃO PROMOTORA EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU

INSTITUÍDA PELA LEI Nº. 1625 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1969
CNPJ 82.665.001/0001-10

Rua Alberto Stein, 199 - Telefone: (47) 3326-6901 - Fax: (47) 3329-0336
Bairro Velha - 89036-200 - B L U M E N A U - Santa Catarina - Brasil

PORTARIA RH N.º 132

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LOTADO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB, PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, com redação definida pela Lei complementar n. 880, anexo III de 01 de abril de 2013, resolve:

DESIGNAR

O servidor público municipal abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal, lotado na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, para o exercício, a contar de 18 de janeiro de 2016, na seguinte função gratificada de confiança:

Lincon Fernando Vinotti, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro Permanente de Pessoal, lotado na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, para exercer a função gratificada de confiança de Coordenador Financeiro e de Tesouraria, símbolo FGC- 70%, a contar de 18 de janeiro de 2016

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU-PROEB, em 18 de janeiro de 2016.

Ricardo Stodiek
Presidente

EXTRATOS CONTRATOS SAMAE - 2015

1) CONTRATO Nº 2241/2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - BANCOOB

OBJETO: Prestação de serviços de arrecadação de faturas, inclusive dívida ativa, na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking internet, autoatendimento e recebimento no caixa.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 2234/2015 e Credenciamento nº 2202/2015.

PREÇO: R\$ R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

PRAZO: vigência de 12 (doze) meses, de 03/11/2015 a 02/11/2016

DATA DA ASSINATURA: 03 de novembro de 2015.

2) CONTRATO Nº 2245/2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e TMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA

– ME

OBJETO: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e atualização de software em 04 (quatro) centrais telefônicas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE/ Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2254/15, Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal 7.732/04 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93.

PREÇO: R\$ 22.805,76 (vinte e dois mil oitocentos e cinco reais e setenta e seis centavos)

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 14 de Dezembro de 2015.

3) CONTRATO Nº 2246/2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e LAB LABORATÓRIO DE METROLOGIA EIRELI – ME

OBJETO: prestação dos serviços de calibração de equipamentos de temperatura e pressão do Laboratório da ETA II, conforme especificações do Termo de Referência.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-2238/15 e de acordo com as disposições do artigo 24, inciso V da Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 11.518,00 (onze mil quinhentos e dezoito reais).

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 14 de Dezembro de 2015.

4) CONTRATO Nº 2247/2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e REINKJET TINTAS TONERS E INFORMÁTICA LTDA EPP

OBJETO: prestação de serviços de impressão, fotocopiagem e digitalização por meio de disponibilidade de equipamentos, softwares e suprimentos.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2251/2015 e de acordo com as disposições previstas Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: O preço total do serviço é de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir do dia 12 de janeiro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2015.

5) 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 245/2012

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e ELETRO MECÂNICA IDEAL LTDA.

OBJETO: prestação de serviços de manutenção e conserto, com fornecimento de peças e acessórios, em motores elétricos, bombas centrífugas e do tipo submersíveis.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 081, 01 de agosto de 2012, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº. 8.666/93 e

VALOR: o valor do contrato passa a ser de R\$ 213.235,91 (duzentos e treze mil duzentos e trinta e cinco reais e noventa e um centavos), em decorrência do reajuste de 10,33% correspondente ao índice INPC/IBGE acumulado no período de Nov/2014 a Out/2015.

PRAZO: de 05 de dezembro de 2015 até 04 de dezembro de 2016

DATA DA ASSINATURA: 01 de dezembro de 2015.

6) 1º ADITIVO AO CONTRATO n.º 2213/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e SERENCO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA. – EPP

OBJETO: Elaboração de Estudos Complementares aos Projetos Básicos e Projetos Executivos de Engenharia para a "Ampliação da captação de água bruta do sistema de abastecimento de Blumenau – ETA II".

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-2202/14 e de

acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93.

VALOR: sem alterações.

PRAZO: prorrogado o prazo de execução dos serviços por mais 180(cento e oitenta) dias a partir de 10 de dezembro de 2015, ou seja, passando a vigor até 07 de junho de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 09 de dezembro de 2015.

7) 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 2207/2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e CONSÓRCIO BLUMENAU NORTE SHOPPING

OBJETO: cessão de comodato do salão comercial nº 23 ("espaço"), com 40,50 m2 (quarenta metros quadrados e cinquenta décimos quadrados), localizado no Blumenau Norte Shopping, para a utilização temporária com o fim único e exclusivo de instalação de um posto de atendimento do "SAMAE".

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-2203/15, de 26/01/2015, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93.

VALOR: renova-se valor mensal para R\$ 2.737,33 (dois mil setecentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos), totalizando a monta de R\$ 32.847,96 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos), com base na aplicação do reajuste de 9,4932% (IPCA)

PRAZO: prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 15 de Dezembro de 2015.

8) 9º ADITIVO AO CONTRATO n.º 003/11

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

OBJETO: execução dos serviços de transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos domiciliar-comerciais.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência n.º 03-017 de 22 de dezembro de 2010 e de acordo com as disposições previstas na Lei n.º 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.061.770,47 (dois milhões sessenta e um mil setecentos e setenta reais e quarenta e sete centavos) referente correção de valor.

PRAZO: não se aplica.

DATA DA ASSINATURA: 15 de dezembro de 2015.

9) 10º e 11º ADITIVO AO CONTRATO n.º 003/11

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

OBJETO: execução dos serviços de transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos domiciliar-comerciais.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência n.º 03-017 de 22 de dezembro de 2010 e de acordo com as disposições previstas na Lei n.º 8.666/93.

VALOR: R\$ R\$ 6.573.362,69 (seis milhões quinhentos e setenta e três mil trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos).

PRAZO: prorroga-se o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 14 de janeiro de 2016 a 13 de julho de 2016 ou até que se homologue nova licitação.

DATA DA ASSINATURA: 18 de dezembro de 2015.

10) 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 75/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e FREEDOM TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: execução de serviços de reposição asfáltica.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-019 de 2013, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº. 8.666/93

VALOR: acréscimo de R\$ 322.056,00 (trezentos e vinte e dois mil e cinquenta e seis reais) em decorrência de aumento do quantitativo de seu objeto.

PRAZO: vigente até 08/05/2016.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 2206/15 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 2206/2015 Fornecimento, transporte, montagem e instalação completa (inclusive a base em concreto) de reservatório em aço vitrificado parafusado e adutora de água tratada para ampliação da capacidade de reservação de abastecimento público para região RA-9 do município de Blumenau/SC - capacidade nominal de 3.000,00 m³ e adutora de 208,68 m e diâmetro de 500 mm em ferro fundido. CONTRATADA: 1º lugar: RGS9 Tecnologia, Importação e Construções Ltda., com o valor de R\$ 3.822.646,70 (três milhões oitocentos e vinte e dois mil seiscentos e quarenta e seis reais e setenta centavos). BASE LEGAL: Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações. Blumenau, 11 de janeiro de 2016 Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 2201/2015 Contratação de Serviços Técnicos para o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no Edital e no Termo de Referência. CONTRATADA: 1º lugar: Serenco Serviços de Engenharia Consultiva Ltda EPP. Valor global de R\$ 428.483,30 (quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta centavos). BASE LEGAL: Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações. Blumenau, 13 de janeiro de 2016 Valdair José Matias - Diretor Presidente

--

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO EXPEDIENTE DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2015**

Reunião Extraordinária do dia 17 de dezembro de 2015.

Terça-Feira - 18:10 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.513, bem como sua Emenda nº 17. Destino: à Comissão de Redação Final.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Reunião Extraordinária do dia 17 de dezembro de 2015.

Terça-Feira - 19:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Promulgadas as Resoluções nºs 465, 466 e 467. Destino: comunique-se e publique-se.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.558. Destino: à Comissão de Redação Final.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Reunião Extraordinária do dia 17 de dezembro de 2015.

Terça-Feira - 20:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei Complementar nº 1.478, 1.513, 1.537, 1.545, 1.551,

1.552, 1.553, 1.554, 1.555, 1.557 e 1.558; e dos Projetos de Lei nºs 7.073, 7.074, 7.075, 7.076, 7.077, 7.078, 7.079, 7.080, 7.081, 7.082 e 7.083. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Reunião Extraordinária do dia 17 de dezembro de 2015.

Terça-Feira - 09:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Ofício GAPREF nº 1.146 – solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 1.556. Destino: ao arquivo.

Ofício GAPREF nº 1.194 – solicitando a retirada da convocação extraordinária do Projeto de Lei Complementar nº 1.510.

Ofícios GAPREF nº 1.132, 1.137 e 1.143/15 – em resposta a proposições dos Senhores Vereadores.

Retiradas: Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.537; Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.537; Emendas nºs 10, 12 e 13 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.545; Emendas nºs 02 e 03 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.553; Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.513.

Retirado o Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1556. Destino: ao arquivo.

Entrada do Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.556. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada da Emenda nº 17 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.513.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.545 (ficando prejudicada a Emenda nº 05); e as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 11, 14 e 15 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.545; as Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.537; Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.551; Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.553; Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.555; Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.557;

Rejeitada, em 2ª discussão e votação, a Emendas nº 09 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.545. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei Complementar nº 1.478, 1.537, 1.545, 1.551, 1.552, 1.553, 1.554, 1.555 e 1.557; e os Projetos de Lei nºs 7.073, 7.074, 7.075, 7.076, 7.077, 7.078, 7.079, 7.080, 7.081, 7.082 e 7.083. Destino: à Comissão de Redação Final.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2439, 2440, 2441, 2442, 2443 e 2444. Destino: comuniquar-se e publique-se.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 06/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC

Processo licitatório Nº 06//2016

Modalidade: Pregão presencial para registro de preço 06/2016

Forma de julgamento: menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS E PARA MERENDA ESCOLAR, torna público que abrirá as propostas dia 01/02/2016 às 14horas em conformidade com o instrumento convocatório que está disponível no site do município: www.bomjardimdaserra.sc.gov.br ou na sede do município. Base legal Lei 10520/03, 8.666/93, LC 123/2006 e suas alterações.

Bom Jardim da Serra(SC), 18 de janeiro de 2016.

Edelvânio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4805/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4805/2016 de 11 de Janeiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02706/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02706/2015, que tem por objeto Prestação de Serviço de Exames Laboratoriais para o Exercício 2016..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
3	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Vitamina D25	32,00	1.032,32
4	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IGE específico (K82)	1,00	10,73
5	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Exame Citopatológico	1,00	12,98
6	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Acido Folico	8,00	69,20
7	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Acido Urico	46,00	161,00
10	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Amilase	7,00	24,50
11	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Bilirubina Total e Fração	11,00	38,50
12	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Calcio Ionico	11,00	55,00
13	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Capacidade de Transporte de Ferro	6,00	19,32
14	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Carbamazepina	2,00	26,24
16	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	HDL Colesterol	273,00	955,50
17	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Colesterol	291,00	1.018,50
18	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Creatinina	230,00	805,00
19	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Creatinofosfoquinase CPK	8,00	28,00
21	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Desidrogenase Lactica	4,00	14,00
22	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Eletroforese de Proteínas	2,00	18,22
23	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fenobarbital	1,00	12,17
24	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Ferritina	9,00	59,40
25	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Ferro	4,00	9,56
28	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fosfatase Alcalina	10,00	35,00
30	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fosforo	3,00	6,15
31	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Gama Glutamil transferase	15,00	52,50
33	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Glicose	401,00	1.403,50

35	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hemoglobina Glicosilada	30,00	170,70
36	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Lipase	5,00	25,00
37	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hbsag - Antígeno "S" (Superfície) da Hepa- tite B	6,00	6,00
38	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Magnésio	1,00	0,50
40	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Potássio	24,00	96,00
41	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Albumina	4,00	16,00
43	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Sódio	17,00	68,00
44	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Transaminase Oxalacetica (AST)	63,00	220,50
45	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Transaminase Pirúvica (Alanina, Amino Transferase)	63,00	220,50
46	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Triglicerídeos	282,00	1.128,00
47	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Ureia	84,00	294,00
48	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Vitamina B12	17,00	174,08
49	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	LDL Colesterol	247,00	247,00
51	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Teste Tolerancia a Lactose	1,00	8,63
52	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Espemograma	3,00	45,00
55	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Parasitológico de Fezes	44,00	22,00
56	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Parasitológico - segunda amostra	27,00	13,50
57	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Parasitológico Terceira Amostra	27,00	13,50
58	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Sangue Oculto	24,00	120,00
59	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Coagulograma	25,00	12,50
61	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Grupo Sanguíneo - Fator Rh	9,00	4,50
62	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hemograma	446,00	3.122,00
63	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Velocidade de Hemossedimentação	67,00	33,50
64	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Leucograma	1,00	1,00
65	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Contagem de Plaquetas	406,00	40,60
66	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Contagem de Reticulócitos	7,00	3,50
67	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tempo de Coagulação	3,00	1,50
68	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tempo de Protrombina	26,00	13,00
69	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tempo de Sangramento	3,00	1,50
70	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tempo de Tromboplastina Parcial	13,00	6,50
74	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Estradiol (E2)	6,00	35,52
75	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hormônio Folículo estimulante	11,00	56,32
76	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Beta Hcg	16,00	8,00
77	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Beta HCG Quantitativo	3,00	52,35
78	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hormônio Luteinizante - LH	7,00	39,62

79	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Prolactina	6,00	33,96
80	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Testosterona	1,00	5,69
81	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hormonio Tireoestimulante	493,00	3.451,00
82	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tiroxina (T4)	24,00	54,72
83	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tiroxina Livre (T4 livre)	216,00	1.512,00
84	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Triiodotironina (T3)	1,00	2,28
87	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IGF1 Somatomedina	2,00	45,54
88	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	TIREOGLOBULINA	1,00	10,75
90	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	ANTI HBC IGG	3,00	24,03
91	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti HBE	2,00	18,46
92	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti Hbs	9,00	71,73
95	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fator Antinuclear (Fan)	14,00	63,98
96	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti tireoglobulina	4,00	41,00
97	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti Peroxidase	7,00	80,36
100	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Antígeno Carcinoembrionário	2,00	34,16
102	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Citomegalovirus IGG	8,00	54,64
103	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Complemento C3	3,00	20,70
104	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Complemento (CH-50)	3,00	51,63
105	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fator Reumatoide	9,00	4,50
106	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	FTA - ABS (IGG)	1,00	15,68
107	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	FTA - ABS (IGM)	1,00	17,46
109	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IgE total	5,00	34,20
110	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IGE Leite de Vaca	1,00	10,73
112	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Proteína C reativa	61,00	6,10
114	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	ANTI HBC IGM	3,00	30,75
116	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Toxoplasmose IGM	22,00	155,32
117	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Toxoplasmose IGG	22,00	140,36
119	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	CA 125	8,00	91,12
120	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	PSA Total - Antígeno protático específico (PSA)	110,00	55,00
121	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Antígeno Prostático Esp. Livre	85,00	42,50
122	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Citomegalovirus IGM	8,00	70,16
123	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hepatite C	3,00	15,00
124	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Pesquisa de Anticorpos - HIV	12,00	6,00
125	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti DNA	1,00	10,85
126	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti SSA	1,00	15,16
127	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti SSB	1,00	16,61

128	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Exame a Fresco	3,00	1,50
129	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Antibiograma	196,00	98,00
131	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Exame Bacterioscopico	5,00	2,50
132	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Exame Micologico direto	4,00	2,00
134	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Cultura Microbiologica	3,00	1,50
135	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Urucultura	242,00	121,00
136	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Saturação de Transferrina	1,00	6,02
137	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Proteinuria de 24 horas	2,00	2,00
138	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Parcial de Urina	377,00	188,50
139	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Microalbuminuria	3,00	22,23
142	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Zinco	1,00	12,52
144	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Cromo	2,00	40,64
145	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Eletroforese de hemoglobina	1,00	17,14
146	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	PROGESTERONA	1,00	10,35
147	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Brucelose Sorologia	1,00	4,69
148	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Chlamydia IjG	2,00	42,00
149	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Chlamydia IjM	2,00	57,06
150	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Complemento C4	2,00	11,72
151	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Rubeola Igm	1,00	11,15
152	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Rubeola IgG	1,00	6,83
153	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Sorologia para Lues	27,00	13,50
154	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	HLA B27	1,00	48,24
155	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Epstein baar virus igg	5,00	79,70
156	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Epstein baar virus igm	5,00	79,70
157	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Acido valproico	1,00	15,94
158	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	CA 15 3	1,00	11,39
159	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti Gliadina	1,00	14,45
160	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti HTLV I E II	1,00	23,91
161	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Cultura para Fungos	1,00	13,27
162	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Proteinuria de 12 horas	1,00	0,50
163	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Transferrina	2,00	18,22
164	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Vitamina A	2,00	124,94
165	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IGE Esp. Ovomucoide	1,00	8,73
166	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IGE Esp. Ovoalbumina	1,00	8,73
167	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti Citrulina	1,00	72,00
168	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti Endomisio Anticorpo IGA	1,00	28,95

169	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Vitamina B1	2,00	203,42
170	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti neutrofico	1,00	33,50
171	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Pesquisa de Hanseníase	1,00	5,00
172	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti SCL 70	1,00	13,91
173	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Chlamydia IGA	1,00	20,41

Vinte mil reais	20.000,00
-----------------	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 11/01/16.

Elton Henrique Da Silva

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4806/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4806/2016 de 12 de Janeiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02767/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº 02767/2015, que tem por objeto Execução de construção de 6 salas de aula totalizando 854,00 M², no perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste - SC.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Pain Empreendimentos Ltda	Execução de construção de 6 salas de aula totalizando 854,00 M², no perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste - SC, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentaria anexo ao presente processo licitatório	1,00	1.018.988,25

Um milhão, dezoito mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos	1.018.988,25
---	--------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 12/01/16.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

RGF 2ºS 2015

Página: 1 de 1
18/01/2016 13:38

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC

Poder Executivo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.058.286,69	-
Pessoal Ativo	5.058.286,69	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.058.286,69	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.765.304,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	5.058.286,69	46,99
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	5.813.264,61	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.522.601,38	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	5.231.938,15	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 13h e 37m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR

WALTER NAUJORKS

NAIRO CEZAR MORANDINI

JANDREI LUIZ BRUTSCHER

Prefeito Municipal

Sec. de Adm e Fazenda

Contador CRC 020101/0-8

Controle Interno

Página: 1 de 2
18/01/2016 13:42

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2015

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	166.666,60	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	166.666,60	-	-
Interna	166.666,60	-	-
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II) ¹	1.445.188,62	1.125.644,01	1.004.824,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.470.688,62	1.155.654,92	1.004.824,13
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.500,00	30.010,91	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-1.278.522,02	-1.125.644,01	-1.004.824,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.298.633,11	10.573.365,85	10.765.304,84
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	1,62	-	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-12,41	-10,65	-9,33
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF - <0,00%>			
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>			
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	166.666,60	-	-
DÍVIDA DE PPP(V)	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	-	-	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FTGS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	-	-	-
Interna	-	-	-
Externa	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	166.666,60	-	-
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	686.748,49	3.279.531,34	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-

Página: 2 de 2
18/01/2016 13:42

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2015

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (X) ¹	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 13h e 42m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno

Página: 1 de 1
18/01/2016 13:44

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2015

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	10.298.633,11	10.573.365,85	10.765.304,84
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 13h e 43m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno

Página: 1 de 1
18/01/2016 13:46

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2015

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre	Até o Semestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.765.304,84	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 13h e 44m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno

Página: 1 de 1
18/01/2016 13:51

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)	
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)														
EXECUTIVO														
SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	-	25.500,00		-	25.500,00		161.689,68	204.540,97	161.689,68		161.689,68	204.540,97	-	-
SECRETARIA DE ESTRADAS E RODAGENS	-	-		-	-		-	50.079,10	50.079,10		50.079,10	-	-	-
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	-	-		-	-		-	270.438,74	262.538,74		262.538,74	7.900,00	-	-
SUBTOTAL	-	25.500,00		-	25.500,00		161.689,68	525.058,81	474.307,52		474.307,52	212.440,97	-	-
LEGISLATIVO														
CAMARA DE VEREADORES	-	-		-	-		-	-	-		-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-		-	-		-	-	-		-	-	-	-
TOTAL(I)	-	25.500,00		-	25.500,00		161.689,68	525.058,81	474.307,52		474.307,52	212.440,97	-	-

RR00 - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)

ONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 13h e 51m.

RREO - ANEXO VII(LRF, Art.53, inciso V)
 FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/jan/2016, 13h e 51m.

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
 Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

Página: 1 de 1
18/01/2016 13:49

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2º Semestre de 2015

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	10.765.304,84

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	5.058.286,69	46,99
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00	5.813.264,61	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30	5.522.601,38	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	1.005.045,71

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 13h e 48m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno

RREO 2º S 2015

Página: 1 de 1
18/01/2016 11:16

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuidado Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2015

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28 - Anexo XII										RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2015				SALDO TOTAL					
		No bimestre	Até o Bimestre			(c)=(a+b)					
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GABARITOS DE PPP (II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (II)=(I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/2016	EXERCÍCIO/2017	EXERCÍCIO/2018	EXERCÍCIO/2019	EXERCÍCIO/2020	EXERCÍCIO/2021	EXERCÍCIO/2022	EXERCÍCIO/2023	EXERCÍCIO/2024
Do Ente Federado											
Das Entidades Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS/RECL(e)											
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/jan/2016, 11h e 15m.											

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHE
Controle Intern

Página: 1 de 4
18/01/2016 11:19

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita				14.037.958,87
Previsão Atualizada da Receita				14.037.958,87
Receitas Realizadas				11.719.025,14
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)				748.584,41
DESPESAS				
Dotação Inicial				14.037.958,87
Créditos Adicionais				983.607,09
Dotação Atualizada				15.021.565,96
Despesas Empenhadas				11.672.037,28
Despesas Executadas				11.672.037,28
Liquidadas				11.672.037,28
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00
Despesas Pagas				11.672.037,28
Superávit Orçamentário				46.987,86
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre		
Despesas Empenhadas				11.672.037,28
Despesas Executadas				11.672.037,28
Liquidadas				11.672.037,28
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida				10.765.304,84
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)				0,00
Despesas Previdenciárias Executadas(V)				
Liquidadas				0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)				0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		70.000,00	273.476,31	390,68
Resultado Primário		200.000,00	145.421,67	72,71
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		25.500,00	0,00	25.500,00 0,00
Poder Executivo		25.500,00	0,00	25.500,00 0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		686.748,49	212.440,97	474.307,52 0,00
Poder Executivo		686.748,49	212.440,97	474.307,52 0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00 0,00
TOTAL		712.248,49	212.440,97	499.807,52 0,00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

LRf, Art. 48 - Anexo XIV R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre		
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		25%	
Liquidadas	3.016.317,70		29,46
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		60%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental			
Liquidadas	456.000,00		63,42
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.515.049,99	2.126.281,38

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	15.000,00	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	16,42
--	-------

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 11h e 17m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

Página: 1 de 2
18/01/2016 11:09

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RREO - ANEXO III (LRF, Art.53, inciso I)		ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2015
			EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												
			Janeiro/2015 Julho/2015	Fevereiro/2015 Agosto/2015	Março/2015 Setembro/2015	Abril/2015 Outubro/2015	Maio/2015 Novembro/2015	Junho/2015 Dezembro/2015							
RECEITAS CORRENTES (I)	1.169.825,47	1.046.482,34	924.495,14	1.137.689,81	1.153.140,93	1.118.652,66									
Receita Tributária	993.075,28	957.120,16	873.348,55	919.138,58	1.086.419,06	1.279.987,58									
	34.166,40	26.472,89	36.429,04	49.197,20	75.013,62	50.294,37									
	31.532,52	40.354,86	28.425,74	40.113,72	31.586,90	41.921,64									
IPTU	-	-	7.340,57	23.066,96	33.382,24	16.847,21									
	1.865,83	1.793,12	2.179,97	743,17	-	166,75									
ISS	11.298,27	6.454,55	9.161,83	8.277,24	18.130,87	8.402,79									
	6.843,34	10.338,82	5.070,90	8.374,09	16.381,46	16.416,44									
ITBI	13.202,78	6.631,34	5.219,64	4.100,00	5.200,00	3.298,46									
	11.352,10	17.672,79	11.079,22	20.201,88	4.542,86	4.695,69									
IRRF	8.605,68	6.624,12	8.882,99	9.313,53	9.231,43	9.185,42									
	9.137,04	8.860,03	9.017,77	9.246,58	9.187,62	16.592,73									
Outras Receitas Tributárias	1.059,67	6.762,88	5.824,01	4.439,47	9.069,08	12.560,49									
	2.334,21	1.690,10	1.077,88	1.548,00	1.474,96	4.050,03									
Receita De Contribuições	2.402,24	2.209,17	1.474,56	3.237,68	2.264,78	2.850,39									
	2.435,87	2.545,16	2.565,26	2.564,35	2.607,71	2.607,71									
Receita Patrimonial	4.505,80	5.896,09	11.553,37	5.178,83	5.509,90	6.160,58									
	6.573,74	6.866,57	5.774,24	6.501,69	7.899,95	2.500,61									
Receita Agropecuária	5.231,99	2.481,83	1.116,33	5.127,85	2.949,49	3.333,56									
	1.251,06	2.797,07	3.182,22	1.586,30	2.339,56	2.888,57									
Receita De Serviços	10.258,95	5.726,91	8.910,09	23.837,39	21.678,36	31.544,69									
	20.138,89	19.728,15	13.699,02	12.439,01	9.816,81	9.643,89									
Transferências Correntes	1.109.063,82	1.002.018,94	863.840,97	1.049.854,13	1.040.415,37	1.021.729,64									
	929.884,88	879.553,93	814.173,43	855.222,82	1.031.146,64	1.217.434,64									
Cota-Parte do PPM	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	591.411,98	514.588,39									
	450.762,43	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	807.350,66									
Cota-Parte do ICMS	313.916,19	275.156,70	276.332,14	297.047,22	281.082,34	269.366,30									
	271.932,80	261.220,00	272.645,91	281.912,96	283.604,95	276.862,47									

Página: 2 de 2
18/01/2016 11:09

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2015 a Dezembro/2015

ANEXO III (LRF, Art.53, inciso I)										R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2015			
	Janeiro/2015 Julho/2015	Fevereiro/2015 Agosto/2015	Março/2015 Setembro/2015	Abril/2015 Outubro/2015	Maio/2015 Novembro/2015	Junho/2015 Dezembro/2015					
Cota-Parte do IPVA	8.412,06 14.421,04	14.007,60 15.056,89	14.625,10 14.468,59	16.380,38 10.647,24	17.057,09 6.986,48	14.127,92 2.574,14	148.764,53	156.000,00			
Cota-Parte do ITR	-	19,70 36,00	14,87 1.132,04	81,79 1.485,32	6,87 60,56	-	2.837,15	2.700,00			
Transferências da LC 87/1996	-	-	-	4.703,22	1.175,80	1.175,80	14.109,62	47.000,00			
Transferências da LC 61/1989	1.175,80 6.442,03	1.175,80 3.832,57	1.175,80 3.759,52	1.175,80 3.937,57	1.175,80 4.442,01	1.175,80 4.231,03	52.307,71	64.000,00			
Transferências do FUNDEB	3.897,64 63.912,96	4.147,26 59.086,54	4.135,50 57.623,75	4.796,83 62.353,18	4.370,33 62.927,19	4.315,42 59.790,00	716.806,81	758.000,00			
Outras Transferências Correntes	57.244,57 117.044,91	58.841,55 38.110,22	56.117,71 65.875,07	59.541,91 184.418,95	58.810,32 82.312,09	60.557,13 158.450,20	1.299.114,37	1.616.974,71			
Outras Receitas Correntes	130.450,60 4.196,27	93.427,51 1.676,51	92.957,62 1.170,78	72.788,36 1.256,73	198.679,82 5.309,41	64.599,02 2.739,43	33.133,21	66.400,00			
DEDUÇÕES (II)	1.258,32 185.621,03	5.274,42 180.964,27	5.528,64 148.068,24	710,69 160.616,21	1.021,49 179.035,02	2.990,52 160.697,72	1.894.070,72	2.010.340,00			
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	134.492,58 185.621,03	145.456,80 180.964,27	133.019,46 148.068,24	144.578,34 160.616,21	154.731,15 179.035,02	166.789,90 160.697,72	1.894.070,72	2.010.340,00			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	134.492,58 984.204,44	145.456,80 865.518,07	133.019,46 776.426,90	144.578,34 977.073,60	154.731,15 974.105,91	166.789,90 957.954,94	1.894.070,72	2.010.340,00			
	858.582,70	811.663,36	740.329,09	774.560,24	931.687,91	1.113.197,68	10.765.304,84	11.718.734,71			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/jan/2016, 11h e 09m.

AIRTON ANTONIO BEINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

Página: 1 de 5
18/01/2016 11:10

R\$ 1,00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-

Página: 2 de 5
18/01/2016 11:10

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)								
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO-RPPS (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-	-	-	-

Página: 3 de 5
18/01/2016 11:10

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		-
Plano Financeiro		-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		-
Recursos para Formação de Reserva		-
Outros Aportes para o RPPS		-
Plano Previdenciário		-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		-
Outros Aportes para o RPPS		-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR		-
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA
		2015 2014

Página: 4 de 5
18/01/2016 11:10

R\$ 1,00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)		-	-	-	-
Receita de Contribuições		-	-	-	-
Patronal		-	-	-	-
Pessoal Civil		-	-	-	-
Ativo		-	-	-	-
Inativo		-	-	-	-
Pensionista		-	-	-	-
Pessoal Militar		-	-	-	-
Ativo		-	-	-	-
Inativo		-	-	-	-
Pensionista		-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial		-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita de Serviços		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX)		-	-	-	-

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamento da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)							R\$ 1,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)=(XII)	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 11h e 10m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR

WALTER NAUJORKS

NAIRO CEZAR MORANDINI

JANDREI LUIZ BRUTSCHER

Prefeito Municipal

Sec. de Adm e Fazenda

Contador CRC 020101/0-8

Controle Interno

Página: 1 de 1
18/01/2016 11:12

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2014	Em 31/Out/2015	Em 31/Dez/2015
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	166.666,60	-	-
DEDUÇÕES(II)	1.445.188,62	944.107,72	1.005.045,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.470.688,62	1.111.265,40	1.005.045,71
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.500,00	167.157,68	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-1.278.522,02	-944.107,72	-1.005.045,71
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-1.278.522,02	-944.107,72	-1.005.045,71

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre	Até o Bimestre
	(c-b)	(c-a)
VALOR	-60.937,99	273.476,31

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	70.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2014	Em 31/Out/2015	Em 31/Dez/2015
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 11h e 11m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno



Página: 1 de 4
18/01/2016 11:13

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	11.628.734,71	10.690.383,47	10.230.819,59
	RECEITA TRIBUTÁRIA	604.000,00	485.508,90	474.438,50
	IPTU	128.000,00	87.385,82	67.615,81
	ISS	122.000,00	125.150,60	106.537,34
	ITBI	108.000,00	107.196,76	121.456,65
	IRRF	104.000,00	113.884,94	97.509,92
	Outras Receitas Tributárias	142.000,00	51.890,78	81.318,78
	Receita de Contribuição	26.000,00	29.764,88	20.000,00
	Receita Previdenciária	-	-	-
	Outras Contribuições	26.000,00	29.764,88	20.000,00
	Receita Patrimonial Líquida	-	-	-
	Receita Patrimonial	90.000,00	74.921,37	67.813,52
	(-)Aplicações Financeiras	90.000,00	74.921,37	67.813,52
	Transferências Correntes	10.686.334,71	9.920.268,49	9.513.133,52
	FPM	5.346.000,00	5.041.066,41	4.773.764,05
	ICMS	2.749.600,00	2.688.864,97	2.634.926,12
	Convênios	-	-	-
	Outras Transferências Correntes	2.590.734,71	2.190.337,11	2.104.443,35
	Demais Receitas Correntes	312.400,00	254.841,20	223.247,57
	Dívida Ativa	32.380,00	6.746,46	8.264,23
	Diversas Receitas Correntes	280.020,00	248.094,74	214.983,34
	RECEITAS DE CAPITAL(II)	2.319.224,16	953.720,30	1.574.521,27
	Operações de Crédito(III)	-	-	-
	Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-
	Alienação de Bens(V)	-	-	99.850,00

Página: 2 de 4
18/01/2016 11:13

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
Transferências de Capital	2.319.224,16	953.720,30	1.474.671,27
Convênios	1.093.898,97	546.949,48	1.168.339,97
Outras Transferências de Capital	1.225.325,19	406.770,82	306.331,30
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	2.319.224,16	953.720,30	1.474.671,27
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	13.947.958,87	11.644.103,77	11.705.490,86

Página: 3 de 4
18/01/2016 11:13

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES(VIII)	11.370.234,59	10.156.987,29	9.559.606,82	10.156.987,29	9.497.427,72	-	62.179,10
Pessoal e Encargos Sociais	5.830.648,68	5.411.763,03	5.077.030,59	5.411.763,03	5.077.030,59	-	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	7.000,00	6.688,58	47.021,91	6.688,58	47.021,91	-	-
Outras Despesas Correntes	5.532.585,91	4.738.535,68	4.435.554,32	4.738.535,68	4.373.375,22	-	62.179,10
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	11.363.234,59	10.150.298,71	9.512.584,91	10.150.298,71	9.450.405,81	-	62.179,10
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	3.641.331,37	1.515.049,99	2.386.250,74	1.515.049,99	1.923.371,03	-	462.879,71
Investimentos	3.474.608,29	1.348.383,39	2.052.917,38	1.348.383,39	1.590.037,67	-	462.879,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	166.723,08	166.666,60	333.333,36	166.666,60	333.333,36	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	3.474.608,29	1.348.383,39	2.052.917,38	1.348.383,39	1.590.037,67	-	462.879,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	10.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	14.847.842,88	11.498.682,10	11.565.502,29	11.498.682,10	11.040.443,48	-	525.058,81
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-899.884,01	145.421,67	139.988,57	145.421,67	145.421,67	-	139.988,57
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	748.584,41
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						VALOR CORRENTE	
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 11h e 13m.						200.000,00	

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

Página: 4 de 4
18/01/2016 11:13

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

RREO 6º B 2015

Página: 1 de 4
18/01/2016 10:59

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

PREÇO - ANEXO II (RF, Art. 52, inciso I, alíneas "a", "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre	%	Até o Bimestre		%
(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	(a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)							
Receitas Correntes	14.037.958,87	14.037.958,87	2.467.033,01	17,57	11.719.025,14	83,48	2.318.933,73
Receita Tributária	11.718.734,71	11.718.734,71	2.044.885,59	17,45	10.765.304,84	91,86	953.429,87
Impostos	604.000,00	604.000,00	73.508,54	12,17	485.508,90	80,38	118.491,10
Taxas	462.000,00	462.000,00	67.983,55	14,72	433.618,12	93,86	28.381,88
Contribuição de Melhoria	82.000,00	82.000,00	5.390,22	6,57	41.737,07	50,90	40.362,93
Receita De Contribuições	60.000,00	60.000,00	134,77	0,22	10.153,71	16,92	49.846,29
Contribuições Econômicas	26.000,00	26.000,00	5.215,42	20,06	29.764,88	114,48	-3.764,88
Receita Patrimonial	26.000,00	26.000,00	5.215,42	20,06	29.764,88	114,48	-3.764,88
Receitas De Valores Mobiliários	90.000,00	90.000,00	10.400,56	11,56	74.921,37	83,25	15.078,63
Receita Agropecuária	90.000,00	90.000,00	10.400,56	11,56	74.921,37	83,25	15.078,63
Outras Receitas Agropecuárias	45.000,00	45.000,00	5.228,13	11,62	34.285,83	76,19	10.714,17
Receita De Serviços	45.000,00	45.000,00	5.228,13	11,62	34.285,83	76,19	10.714,17
Transferências Correntes	201.000,00	201.000,00	19.460,70	9,68	187.422,16	93,24	13.577,84
Transferências Intergovernamentais	10.686.334,71	10.686.334,71	1.927.060,23	18,03	9.920.268,49	92,83	766.066,22
Transferências De Convênios	10.386.360,00	10.386.360,00	1.852.397,73	17,83	9.643.123,06	92,84	743.236,94
Outras Receitas Correntes	299.974,71	299.974,71	74.662,50	24,89	277.145,43	92,39	22.829,28
Multas E Juros De Mora	66.400,00	66.400,00	4.012,01	6,04	33.133,21	49,90	33.266,79
Receita De Dívida Ativa	34.020,00	34.020,00	3.752,67	11,03	26.386,25	77,56	7.633,75
Receitas Correntes Diversas	32.380,00	32.380,00	299,34	0,80	6.746,46	20,84	25.633,54
Receitas De Capital	-	-	-	-	0,50	-	-0,50
Alienação De Bens	2.319.224,16	2.319.224,16	422.147,42	18,20	953.720,30	41,12	1.365.503,86
Transferências De Capital	1.225.325,19	1.225.325,19	126.847,42	10,35	406.770,82	33,20	818.554,37
Transferências Intergovernamentais	1.093.898,97	1.093.898,97	295.300,00	27,00	546.949,48	50,00	546.949,49

Página: 2 de 4
18/01/2016 10:59

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Balanço Orçamentário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
			No Bimestre	%	Até o Bimestre	%		
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(II+II)	14.037.958,87	14.037.958,87	2.467.033,01	17,57	11.719.025,14	83,48	2.318.933,73	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO (IV)								
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	14.037.958,87	14.037.958,87	2.467.033,01	17,57	11.719.025,14	83,48	2.318.933,73	
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII)=(V+VI)	14.037.958,87	14.037.958,87	2.467.033,01	17,57	11.719.025,14	83,48	2.318.933,73	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	748.584,41	-	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)								
Superávit Financeiro	-	-	-	-	748.584,41	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-

Página: 3 de 4
18/01/2016 10:59

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (j)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	NSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)				
(d)	(e)	(f)	(g)=(e-f)	(h)	(i)=(e-h)	(j)	(k)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	14.037.958,87	15.021.565,96	311.883,72	11.672.037,28	3.349.528,68	2.406.075,57	11.672.037,28	3.349.528,68	11.672.037,28	-	
	10.759.874,71	11.370.234,59	1.540.182,75	10.156.987,29	1.213.247,30	2.053.392,65	10.156.987,29	1.213.247,30	10.156.987,29		
	5.590.900,00	5.830.648,68	1.138.735,14	5.411.763,03	418.885,65	1.203.951,14	5.411.763,03	418.885,65	5.411.763,03		
	80.000,00	7.000,00	-	6.688,58	311,42	-	6.688,58	311,42	6.688,58	-	
	5.088.974,71	5.532.585,91	401.447,61	4.738.535,68	794.050,23	849.441,51	4.738.535,68	794.050,23	4.738.535,68		
	3.268.084,16	3.641.331,37	-1.228.299,03	1.515.049,99	2.126.281,38	352.682,92	1.515.049,99	2.126.281,38	1.515.049,99		
	2.969.084,16	3.474.608,29	-1.228.299,03	1.348.383,39	2.126.224,90	352.682,92	1.348.383,39	2.126.224,90	1.348.383,39		
	299.000,00	166.723,08	-	166.666,60	56,48	-	166.666,60	56,48	166.666,60	-	
	10.000,00	10.000,00	-	-	10.000,00	-	-	10.000,00	-	-	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	14.037.958,87	15.021.565,96	311.883,72	11.672.037,28	3.349.528,68	2.406.075,57	11.672.037,28	3.349.528,68	11.672.037,28	-	
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
14.037.958,87	15.021.565,96	311.883,72	11.672.037,28	3.349.528,68	2.406.075,57	11.672.037,28	3.349.528,68	11.672.037,28	11.672.037,28		
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	46.987,86	-	-	-	
TOTAL(XIV)=(XI+XIII)	14.037.958,87	15.021.565,96	311.883,72	11.672.037,28	3.349.528,68	2.406.075,57	11.719.025,14	3.349.528,68	11.672.037,28	-46.987,86	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 10h e 39m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a

Página: 4 de 4
18/01/2016 10:59

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(RF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R\$ 1,00

pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

$(1/4)$

Continuação
18/01/2016 10:56

(2/4)

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00					
Investimentos	136.044,00	90.244,00	36.127,58	40,03	36.127,58	40,03	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.632.044,00	2.761.517,64	2.289.875,73	82,92	2.245.833,17	81,33	-

Continuação
18/01/2016 10:56

(3/4)

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00									
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não processados		
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV) x 100			
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	861.000,00	950.473,64	619.081,16	27,04	619.081,16	27,57	-	-	-
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	755.000,00	833.613,09	541.117,06	23,63	541.117,06	24,09	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	106.000,00	116.860,55	77.964,10	3,40	77.964,10	3,47	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ⁵	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	861.000,00	950.473,64	619.081,16	27,04	619.081,16	27,57	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.771.044,00	1.811.044,00	1.670.794,57	72,86	1.626.742,01	72,43	-	-	-
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							16,42		
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB) / 100] 6							140.232,30		
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
Total		-	-	-	-	-			
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS									
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (i)		Saldo Final (não aplicado)					
Total (VIII)	-	-		-					
LIMITE NÃO CUMPRIDO									
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (i)		Saldo Final (não aplicado)					
Diferença de limite não cumprido em 2014	1.288.648,53	-		-		1.288.648,53			
Total (IX)	1.288.648,53	-		-		1.288.648,53			

Continuação
18/01/2016 10:56

(4/4)

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS COM SAÚDE		R\$ 1,00						
	(por subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não Processados
				Até o Bimestre (I)	%(I/Total I) x 100	Até o Bimestre (m)	%(m/Total m) x 100	
Atenção Básica		2.392.044,00	2.446.517,64	2.025.001,29	88,43	1.980.948,73	88,21	44.052,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		130.000,00	205.000,00	198.091,93	8,65	198.091,93	8,82	-
Suporte Profilático e Terapêutico		-	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária		82.000,00	82.000,00	43.542,32	1,90	43.542,32	1,94	-
Vigilância Epidemiológica		28.000,00	28.000,00	23.240,19	1,01	23.240,19	1,03	-
Alimentação e Nutrição		-	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		2.632.044,00	2.761.517,64	2.289.875,73	100,00	2.245.823,17	100,00	44.052,56

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 10h e 55m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 10h e 55m.

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+h) - (15 \times Ilb)/100$.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER MALUOKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUZ BRUTSCHER
Controle Interno

Página: 1 de 3
18/01/2016 10:42

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO III(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		SALDO (e)=(a-d)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre			Até o Bimestre (d)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.037.958,87	15.021.565,96	311.883,72	11.672.037,28	100,00	2.406.075,57	11.672.037,28	100,00	11.672.037,28	0,00
Legislativa	540.000,00	540.000,00	95.590,35	513.729,18	4,40	97.712,39	513.729,18	4,40	26.270,82	0,00
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	95.590,35	513.729,18	4,40	97.712,39	513.729,18	4,40	26.270,82	0,00
Administração	1.768.000,00	1.758.863,09	251.764,96	1.687.406,33	14,46	318.276,44	1.687.406,33	14,46	71.456,76	0,00
Planejamento e Orçamento	129.000,00	104.000,00	22.059,03	99.998,82	0,86	22.059,03	99.998,82	0,86	4.001,18	0,00
Administração Geral	1.230.000,00	1.300.863,09	163.936,16	1.268.173,09	10,87	228.731,44	1.268.173,09	10,87	32.690,00	0,00
Administração Financeira	219.000,00	197.000,00	39.975,07	177.896,00	1,52	40.083,43	177.896,00	1,52	19.104,00	0,00
Controle Interno	71.000,00	65.000,00	14.215,56	61.584,40	0,53	14.695,56	61.584,40	0,53	3.415,60	0,00
Administração de Receitas	89.000,00	82.000,00	11.579,14	74.754,02	0,64	12.706,98	74.754,02	0,64	7.245,98	0,00
Assistência Comunitária	30.000,00	10.000,00	0,00	5.000,00	0,04	0,00	5.000,00	0,04	5.000,00	0,00
Segurança Pública	41.000,00	41.000,00	3.417,93	26.475,02	0,23	3.417,93	26.475,02	0,23	14.524,98	0,00
Policimento	41.000,00	41.000,00	3.417,93	26.475,02	0,23	3.417,93	26.475,02	0,23	14.524,98	0,00
Assistência Social	485.000,00	566.073,32	57.387,62	371.309,94	3,18	76.956,57	371.309,94	3,18	194.763,38	0,00
Assistência ao Idoso	10.000,00	1.000,00	0,00	952,27	0,01	0,00	952,27	0,01	47,73	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	133.000,00	111.943,11	14.614,33	83.642,32	0,72	15.814,33	83.642,32	0,72	28.300,79	0,00
Assistência Comunitária	342.000,00	453.130,21	42.773,29	286.715,35	2,46	61.142,24	286.715,35	2,46	166.414,86	0,00
Saúde	2.632.044,00	2.788.575,56	332.875,11	2.316.933,65	19,85	487.906,45	2.316.933,65	19,85	471.641,91	0,00
Atenção Básica	2.392.044,00	2.446.517,64	284.633,23	2.025.001,29	17,35	399.601,20	2.025.001,29	17,35	421.516,35	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	130.000,00	205.000,00	3.600,00	198.091,93	1,70	43.663,37	198.091,93	1,70	6.908,07	0,00
Vigilância Sanitária	82.000,00	109.057,92	39.316,01	70.600,24	0,60	39.316,01	70.600,24	0,60	38.457,68	0,00
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	5.325,87	23.240,19	0,20	5.325,87	23.240,19	0,20	4.759,81	0,00
Educação	3.352.225,19	3.744.946,06	-383.488,35	2.625.593,38	22,49	549.255,23	2.625.593,38	22,49	1.119.352,68	0,00
Alimentação e Nutrição	157.000,00	162.239,45	-2.693,60	132.753,01	1,14	33.396,83	132.753,01	1,14	29.486,44	0,00
Ensino Fundamental	2.790.650,19	3.174.131,61	-460.780,80	2.108.952,88	18,07	435.812,48	2.108.952,88	18,07	1.065.178,73	0,00
Ensino Superior	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	393.575,00	408.575,00	79.986,05	383.887,49	3,29	80.045,92	383.887,49	3,29	24.687,51	0,00
Cultura	155.000,00	180.000,00	23.941,41	172.600,24	1,48	37.481,41	172.600,24	1,48	7.399,76	0,00
Difusão Cultural	155.000,00	180.000,00	23.941,41	172.600,24	1,48	37.481,41	172.600,24	1,48	7.399,76	0,00

Página: 2 de 3
18/01/2016 10:42

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO III(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00			
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		SALDO	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)				
			No Bimestre	Até o Bimestre		(b)/total b)	(c)=(a-b)			No Bimestre	Até o Bimestre	(d)/total d)	(e)=(a-d)
		(a)		(b)			(d)						
Urbanismo	1.710.898,97	1.726.940,77	-464.014,02	827.545,53	7,09	899.395,24	827.545,53	7,09	899.395,24	0,00			
Infra-Estrutura Urbana	1.297.898,97	1.227.898,97	-555.692,41	360.763,79	3,09	867.135,18	360.763,79	3,09	867.135,18	0,00			
Serviços Urbanos	335.000,00	382.276,92	56.568,37	360.097,75	3,09	22.179,17	360.097,75	3,09	22.179,17	0,00			
Energia Elétrica	78.000,00	116.764,88	35.110,02	106.683,99	0,91	10.080,89	106.683,99	0,91	10.080,89	0,00			
Habitação	33.000,00	23.000,00	13.108,50	18.900,42	0,16	4.099,58	13.108,50	0,16	4.099,58	0,00			
Habitação Rural	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Habitação Urbana	23.000,00	23.000,00	13.108,50	18.900,42	0,16	4.099,58	13.108,50	0,16	4.099,58	0,00			
Gestão Ambiental	14.500,00	3.000,00	0,00	1.000,00	0,01	2.000,00	0,00	0,01	2.000,00	0,00			
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00			
Extensão Rural	10.000,00	2.000,00	0,00	1.000,00	0,01	1.000,00	0,00	0,01	1.000,00	0,00			
Agricultura	1.065.316,00	1.252.566,00	102.111,12	913.777,38	7,83	338.788,62	913.777,38	7,83	338.788,62	0,00			
Promoção da Produção Animal	145.000,00	140.000,00	-3.118,43	106.680,39	0,91	33.319,61	106.680,39	0,91	33.319,61	0,00			
Extensão Rural	920.316,00	1.112.566,00	105.229,55	807.096,99	6,91	305.469,01	807.096,99	6,91	305.469,01	0,00			
Comunicações	6.000,00	20.000,00	-717,09	19.011,46	0,16	988,54	41,30	19.011,46	988,54	0,00			
Telecomunicações	6.000,00	20.000,00	-717,09	19.011,46	0,16	988,54	41,30	19.011,46	988,54	0,00			
Transporte	1.479.974,71	1.698.806,59	263.905,14	1.570.931,10	13,46	127.875,49	274.287,04	13,46	127.875,49	0,00			
Transporte Rodoviário	1.479.974,71	1.698.806,59	263.905,14	1.570.931,10	13,46	127.875,49	274.287,04	13,46	127.875,49	0,00			
Desporto e Lazer	246.000,00	369.071,49	-12.745,52	313.255,42	2,68	55.816,07	50.225,74	2,68	55.816,07	0,00			
Desporto Comunitário	246.000,00	369.071,49	-12.745,52	313.255,42	2,68	55.816,07	50.225,74	2,68	55.816,07	0,00			
Encargos Especiais	499.000,00	298.723,08	28.746,56	293.568,23	2,52	5.154,85	28.746,56	2,52	5.154,85	0,00			
Serviço da Dívida Interna	499.000,00	298.723,08	28.746,56	293.568,23	2,52	5.154,85	28.746,56	2,52	5.154,85	0,00			
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00			
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00			
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III)=(I+II)	14.037.958,87	15.021.565,96	311.883,72	11.672.037,28	100,00	3.349.528,68	2.406.075,57	11.672.037,28	11.672.037,28	0,00			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/jan/2016, 10h e 41m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Página: 3 de 3
18/01/2016 10:42

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO		Despesas Liquidadas		SALDO	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	No Bimestre	Até o Bimestre	%			
									(a)		(b)

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
 Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

Página: 1 de 7
18/01/2016 10:44

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (b)	%	
		(a)		(c)=(b/a)x100	
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	486.260,00	486.260,00	439.700,88	90,43	
1.1-Recita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	142.440,00	142.440,00	92.147,54	64,69	
1.1.1-IPTU	128.000,00	128.000,00	101.373,35	79,20	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.970,00	2.970,00	362,24	12,20	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	9.000,00	9.000,00	3.725,91	41,40	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.470,00	2.470,00	679,97	27,53	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	13.993,93		
1.2-Recita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	108.000,00	108.000,00	107.196,76	99,26	
1.2.1-ITBI	108.000,00	108.000,00	107.196,76	99,26	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-		
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-		
1.3-Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	131.820,00	131.820,00	126.471,64	95,94	
1.3.1-ISS	122.000,00	122.000,00	125.311,90	102,71	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.970,00	2.970,00	942,68	31,74	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	4.380,00	4.380,00	389,05	8,88	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.470,00	2.470,00	0,78	0,03	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	172,77		
1.4-Recita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	104.000,00	104.000,00	113.884,94	109,50	
1.4.1-IRRF	104.000,00	104.000,00	113.884,94	109,50	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-		
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-		
1.5-Recita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-		
1.5.1-ITR	-	-	-		
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-		
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-		
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-		
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-		

Página: 2 de 7
18/01/2016 10:44

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)				R\$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre	(b)	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.321.700,00	10.321.700,00	9.798.418,03		94,93
	6.615.000,00	6.615.000,00	6.219.319,04		94,02
	6.615.000,00	6.615.000,00	5.891.264,88		89,06
	-	-	328.054,16		
	-	-	-		
	3.437.000,00	3.437.000,00	3.361.079,98		97,79
	47.000,00	47.000,00	14.109,62		30,02
	64.000,00	64.000,00	52.307,71		81,73
	2.700,00	2.700,00	2.837,15		105,08
	156.000,00	156.000,00	148.764,53		95,36
	-	-	-		
	10.807.960,00	10.807.960,00	10.238.118,91		94,73
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)					

Página: 3 de 7
18/01/2016 10:44

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.363.325,19	1.363.325,19	554.183,71	40,65
5.1 - Transferências do Salário-Educação	80.000,00	80.000,00	100.927,74	126,16
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	18.000,00	18.000,00	22.524,38	125,14
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	40.000,00	40.000,00	23.960,77	59,90
5.5 - Outras Transferências do FNDE	1.225.325,19	1.225.325,19	406.770,82	33,20
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	70.000,00	70.000,00	51.941,61	74,20
6.1 - Transferências de Convênios	69.000,00	69.000,00	51.809,31	75,09
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	132,30	13,23
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.433.325,19	1.433.325,19	606.125,32	42,29

FUNDEB		R\$ 1,00		
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.010.340,00	2.010.340,00	1.894.070,72	94,22
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.269.000,00	1.269.000,00	1.178.252,63	92,85
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	687.400,00	687.400,00	672.215,01	97,79
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	9.400,00	9.400,00	2.821,92	30,02
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	10.461,60	81,73
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadoado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	540,00	540,00	567,39	105,07
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	31.200,00	31.200,00	29.752,17	95,36
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	760.000,00	760.000,00	718.986,26	94,60
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	758.000,00	758.000,00	716.806,81	94,57
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	2.179,45	108,97
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10) ¹	-1.252.340,00	-1.252.340,00	-1.177.263,91	94,01

Página: 4 de 7
18/01/2016 10:44

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
		(d)	(e)	(f)=e/dx100	(g)	(h)=g/dx100	(i)
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	456.000,00	456.000,00	456.000,00	100,00	456.000,00	100,00	-
13.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-	-
13.2-Com Ensino Fundamental	456.000,00	456.000,00	456.000,00	100,00	456.000,00	100,00	-
14-OUTRAS DESPESAS	304.000,00	315.430,84	274.417,10	87,00	274.417,10	87,00	-
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	304.000,00	315.430,84	274.417,10	87,00	274.417,10	87,00	-
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	760.000,00	771.430,84	730.417,10	94,68	730.417,10	94,68	-

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		-
16.1 - FUNDEB 60%		-
16.2 - FUNDEB 40%		-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB		11.430,84
17.1 - FUNDEB 60%		-
17.2 - FUNDEB 40%		11.430,84
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)		11.430,84
INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		718.986,26
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL' (13-(16.1+17.1))/(11X100)%		63,42
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE - QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2)))/(11X100)%		36,58
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%		-

Página: 5 de 7
18/01/2016 10:44

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR	R\$ 1,00
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS			11.430,84
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ÍTEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015²			11.430,84

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3³)	2.701.990,00	2.701.990,00	2.559.529,73	94,73

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	393.575,00	411.075,00	386.387,49	93,99	386.387,49	93,99	-
23.1-Creche	393.575,00	391.075,00	368.035,33	94,11	368.035,33	94,11	-
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
23.1.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	393.575,00	391.075,00	368.035,33	94,11	368.035,33	94,11	-
23.2-Pré-Escola	-	20.000,00	18.352,16	91,76	18.352,16	91,76	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	20.000,00	18.352,16	91,76	18.352,16	91,76	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.375.325,00	1.678.755,84	1.541.397,28	91,82	1.466.276,59	87,34	-
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	760.000,00	771.430,84	730.417,10	94,68	730.417,10	94,68	-
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	615.325,00	907.325,00	810.980,18	89,38	735.859,49	81,10	-
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.768.900,00	2.089.830,84	1.927.784,77	92,25	1.852.664,08	88,65	-

Página: 6 de 7
18/01/2016 10:44

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	RS 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-1.177.263,91
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	2.179,45
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	11.430,84
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-1.163.653,62
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24) -(37)	3.016.317,70
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 (38)/(3)x100%	29,46

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e)/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g)/d)x100	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	80.000,00	142.501,85	67.357,33	47,27	67.357,33	47,27	-
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.353.325,19	1.377.613,37	522.954,30	37,96	522.954,30	37,96	-
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.433.325,19	1.520.115,22	590.311,63	38,83	590.311,63	38,83	-
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	3.202.225,19	3.609.946,06	2.518.096,40	69,75	2.442.975,71	67,67	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2015 (g)				
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB							

Página: 7 de 7
18/01/2016 10:44

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		36.930,84
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		716.806,81
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		755.917,10
49.1-Orçamentário do Exercício		730.417,10
49.2-Restos a Pagar		25.500,00
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.179,45
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/jan/2016, 10h e 43m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
³Caput do artigo 212 da CF/1988.
⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121, V.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/O-8	Controle Interno

RREO ANUAL 2015

Página: 1 de 1
18/01/2016 13:02

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2015 a 2015

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior)+(c))

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 13h e 01m.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

Página: 1 de 1
18/01/2016 13:16

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2015

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)	R\$ 1,00
	-		564,91	-

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	16.363,09	16.363,09	16.363,09	16.363,09	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	16.363,09	16.363,09	16.363,09	16.363,09	-	-	-
Investimentos	16.363,09	16.363,09	16.363,09	16.363,09	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) = (lb - (lle + llf))	SALDO ATUAL (j) = (llh + llji)
VALOR (III)	16.363,09	-15.798,18	564,91

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 13h e 02m.

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

Página: 1 de 1
18/01/2016 13:00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		(a)	(b)		(c)=(a-b)
					-
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		(d)	(e)		(f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL		3.641.331,37	1.515.049,99	1.515.049,99	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)		3.641.331,37	1.515.049,99	1.515.049,99	-
					2.126.281,38
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)		-3.641.331,37	-1.515.049,99	-	-2.126.281,38

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Jan/2016, 12h e 59m.

Notas:
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

Botuvera

PREFEITURA

CTR51/2015--ADITIVO PRAZO Nº1-SERRALHERIA DOM JOAQUIM LTDA EPP

Extrato de Aditivo de nº 01/2015 - Contrato nº51/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Serralheria Dom Joaquim Ltda Epp

Objeto: Execução de estruturas metálicas.

Tipo: Prorrogação de prazo de execução para mais 3(três) meses.

Vigência: Janeiro/2016 a 31/03/2016.

Fund.Legal: Processo nº46/2015 – PP23/2015 - Art.57 da Lei 8.666/93

PORTARIA Nº 007/2016

PORTARIA Nº 007/2016

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MARTINHO ADRIEL AVE, ocupante do cargo temporário de PEDREIRO, a partir de 14/01/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14/01/2016.

Botuverá (SC), 14 de Janeiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado a ser conduzido pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, designada através do Decreto nº 0138/2015, de 29 de outubro de 2015, e regido pelas normas estabelecidas neste Edital, para o preenchimento de vagas de estágio de estudantes, no âmbito das Secretarias do Executivo Municipal, em nível de ensino médio regular, (séries finais), nível médio profissional e ensino superior, nos termos da Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Lei Municipal nº 0841/2015, de 09/07/2015.

TORNA PÚBLICO :

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital nº 005/2015 fica DIVULGADO a classificação oficial do Processo Seletivo nº 005/2015 que segue na tabela abaixo:

1 – Ensino Superior

Nº de Insc	Nome do (a) Candidato (a)	Data Nasc.	Nota
025	Daniela Wilhelm	05/08/1998	9,0
014	Patrícia Ferari	03/06/1979	8,5
002	Kátia Karina Holler	11/02/1989	8,5
018	Larissa Maiane Radüntz	27/08/1998	8,5
028	Janelize Oliveira Pereira da Silva	26/05/1993	8,0
019	Tainara Schröder	30/12/1997	7,5
023	Larissa Morgana Jandt	03/02/1998	7,5
024	Jaqueline Wiessner	05/12/1998	7,5
005	Deize Erbs	21/12/1989	7,0
006	Fabiana Eliza Müller	16/12/1997	7,0
021	Mirian Hoisdaleck Roeder	05/08/1982	6,5
004	Lucas Renan Butzke	08/12/1997	6,5
032	Marcia Niederhaus Wolcker	22/05/1976	6,0
033	Leticia Nadai da Silva	13/12/1998	6,0
027	Luana de Souza	21/10/1997	5,0

2 – Ensino Médio

Nº de Insc	Nome do (a) Candidato (a)	Data Nasc.	Nota
001	Mateus Gomes Prado	21/04/2000	8,5
026	Larissa Severino Polidoro	04/07/1998	7,5
013	Tainara Payerl	24/03/2000	7,5
016	Sarah Schvinden	16/08/1999	7,0
012	Gabriela Pinheiro França	27/02/1999	6,5
029	Luana Niederhaus	11/02/2000	6,5
031	Larissa Gabrieli Voigt	19/06/2000	6,5
035	Thais Schröder	12/07/2000	6,5
010	Daniel Henrique Machado	06/03/1999	6,0
008	Valdirene dos Santos	26/01/2000	6,0
030	Camila Woelcker	10/09/2000	6,0
022	Willian Woelcker Barcelos	19/04/2000	5,5
009	Alison Alã Becker	21/01/1999	4,0
017	Gabriel Lemos Dos Santos Teixeira	23/01/1999	4,0
034	Diovani Kaue de Lima	23/12/1999	4,0
007	Mateus Coelho	25/04/2000	4,0
015	Lucas da Silva Samp	19/08/2000	3,0

Nº de Insc	Nome do (a) Candidato (a)	Data Nasc.	Nota
003	Adriele Emely Holler	18/06/1997	Ñ Compareceu
020	Vanessa de Souza Vosniack	03/09/1998	Ñ Compareceu
011	Michely Carolini Nazario	10/01/1999	Ñ Compareceu

Braço do Trombudo, 18 de janeiro de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO E DE RATEIO Nº 072016

CONTRATO ADMINISTRATIVO E DE RATEIO Nº 07/2016

Contrato Administrativo e de Rateio celebrado entre o MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI.

O Município de BRAÇO DO TROMBUDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, 25, Bairro Centro, CEP 89178-000, neste ato representado pelo Sr. Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal, inscrito sob CPF nº 891.667.959-15 e RG sob nº 3.211.708, residente e domiciliado na Avenida Erica Hansen Joenck, 60, doravante denominado simplesmente de "MUNICÍPIO" e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob n.º 09.069.217/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada "CIS-AMAVI", neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, inscrito no CPF/MF sob o nº 180.703.029-68, domiciliado e residente na Rua Nereu Ramos, snº, Bairro Vila Nova, cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, firmam o presente Contrato Administrativo e de Rateio, conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato:

1.1.1. A disponibilização ao MUNICÍPIO de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares, mediante a aquisição pelo CIS-AMAVI de referidos bens e serviços nos termos e condições pactuados no presente ajuste, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

1.1.2. Apoio e fomento ao intercâmbio de experiências e informações entre os Municípios Consorciados.

1.1.3. A representação dos Municípios Consorciados nos assuntos atinentes às finalidades do CIS-AMAVI perante quaisquer autoridades ou instituições.

1.1.4. O rateio das despesas administrativas e de manutenção do CIS-AMAVI para execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E DO REPASSE

2.1. Para execução do objeto descrito na Cláusula Primeira o MUNICÍPIO repassará ao CIS-AMAVI os valores correspondentes aos serviços ou bens efetivamente adquiridos por ele. Também repassará a importância mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a título de rateio das despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI.

2.2. Os valores individuais dos serviços especializados de saúde serão os constantes de Tabela de Valores para Credenciamento aprovada pela Assembleia Geral do CIS-AMAVI, devendo o Município promover o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas às requisições emitidas e devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde:

2.3. Os valores individuais dos medicamentos e suplementos alimentares serão os constantes de Ata de Registro de Preços ou Contrato decorrente de procedimento licitatório realizado pelo CIS-AMAVI, devendo o município promover o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas aos pedidos devidamente autorizados pela Secretaria de Saúde.

2.4. As despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI estão estimadas e compreendidas na tabela constante do Anexo I e II deste contrato e serão rateadas entre os Municípios Consorciados.

2.5. Eventuais saldos financeiros individualizados serão mantidos no CIS-AMAVI no final do exercício, sendo reprogramados para o exercício seguinte, conforme preconiza a Lei 4.320/64.

2.6. O MUNICÍPIO deverá, no ato da assinatura do presente contrato, apresentar o empenho global ao CIS-AMAVI relativo às despesas de rateio, individualizado por modalidade de aplicação específica nos termos da proposta orçamentária do município, devidamente compatibilizado com o orçamento do CIS-AMAVI.

2.7. Os Municípios Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIS-AMAVI, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas como rateio.

2.8. Na eventual impossibilidade de Município Consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em rateio obrigará o CIS-AMAVI a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

2.9. Para o cumprimento do art. 63 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, a liquidação da despesa em relação aos repasses destinados à cobertura dos serviços especializados de saúde e medicamentos e suplementos alimentares será considerada efetivada no momento da entrega dos bens ou da prestação efetiva dos serviços ao Município, fato constatado e registrado mediante declaração de recebimento do serviço/mercadoria por servidor previamente designado pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. É de responsabilidade do CIS-AMAVI:

3.1.1. Adquirir, para disponibilizar ao MUNICÍPIO, serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade mediante credenciamento, conjugando as demandas apresentadas pelos Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI.

3.1.2. Adquirir, para disponibilizar ao MUNICÍPIO, medicamentos e suplementos alimentares, conjugando as demandas apresentadas pelos Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI.

3.1.3. Disponibilizar ao MUNICÍPIO a relação de credenciados e gerenciar a demanda, disponibilidade, execução e pagamento.

3.1.4. Disponibilizar ao MUNICÍPIO a lista de medicamentos e suplementos alimentares disponíveis e gerenciar a demanda, disponibilidade, entrega e pagamento.

3.1.5. Deferir a aquisição de bem ou serviço demandada pelo MUNICÍPIO quando este estiver adimplente no repasse dos recursos ao CIS-AMAVI.

3.1.6. Receber e contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme

estabelece o artigo 9.º da Lei Federal 11.107/2005.

3.1.7. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos transferidos a título de rateio das despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI, para que possam ser contabilizados na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

3.1.8. Aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente nas ações previstas no objeto do presente contrato e do orçamento aprovado.

3.2. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

3.2.1. Encaminhar ao CIS-AMAVI solicitação de bem ou serviço, de acordo com a demanda pactuada entre os Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI;

3.2.2. Responsabilizar-se pelo recebimento dos bens e serviços requeridos, devendo para tanto certificar-se da descrição do item contratado pelo CIS-AMAVI para emissão de Declaração de Recebimento a ser enviada ao CIS-AMAVI acompanhada da respectiva Nota Fiscal emitida pelo fornecedor.

3.2.3. Receber a prestação de contas e consolidar em suas contas.

3.2.4. Apresentar os resultados da execução orçamentária e o detalhamento dos recursos aplicados, bem como as auditorias concluídas ou iniciadas no período e informações acerca da oferta e produção de serviços na rede assistencial contratada nos termos do presente instrumento.

3.2.5. Fazer o repasse dos recursos financeiros estabelecidos no presente instrumento.

3.2.6. Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

3.2.7. Notificar ao CIS-AMAVI, até o dia 10 (dez) de cada mês, possíveis restrições na realização da despesa, de empenhos ou de movimentação financeira, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

DESPESAS CORRENTES:

Para aquisição de Medicamentos:

11/2016 3.3.93.00.00.00.00 – {0002} – Aplicação Direta (Elemento 30); R\$ 70.000,00

Para aquisição de procedimentos/consultas especializadas:

11/2016 3.3.93.00.00.00.00 – {0002} – Aplicação Direta (Elemento 39); R\$ 30.000,00

Para rateio despesas correntes:

5/2016 3.1.71.00.00.00.00 – {0002} – Aplicação Direta (Elemento 70); R\$ 5.000,00

8/2016 3.3.71.00.00.00.00 – {0002} – Aplicação Direta (Elemento 70); R\$ 1.600,00

CLÁUSULA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. O presente contrato é firmado com fulcro no Contrato de Consórcio Público do CIS-AMAVI e na Lei Municipal que o ratifica; na Lei 11.107/2005, especialmente em seu artigo 2º, § 1º, III e seu artigo 8º; no Decreto Federal nº 6.017/2007, especialmente em seus artigos 13 e 18; bem como nas demais normas de direito público aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - DOS CASOS DE RESCISÃO

6.1. As partes poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente Contrato, se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou ainda por mútuo acordo entre as partes contratadas.

6.2. Em caso de rescisão conforme previsto nesta cláusula, o saldo se positivo deverá ser devidamente devolvido ao MUNICÍPIO e se negativo, terá este a obrigação de saldar o respectivo valor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato terá vigência de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes rubricam e firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Braço do Trombudo, 18 de janeiro de 2016.

Município de Braço do Trombudo
Charles Rafael Schawambach
Prefeito Municipal

.....
Marina Solange Gerog Erbs
Secretário Municipal de Saúde

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central
Presidente do CIS-AMAVI

Testemunhas:

.....
Priscila G. dos Santos Coelho
CPF – 063.814.609-70

.....
Jean C.C. da Costa Scharf
CPF – 085.078.379-80

.....
Roger Gode
Ass.Jurídico – OAB/SC 12.252

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2016 -PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Edital nº 001/2016 -Processo Seletivo

O Secretário Municipal de Orçamento de Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de AGENTE DE OBRAS (PEDREIRO, PINTOR, ENCANADOR). AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS e ELETRICISTA em caráter temporário a fim de atender a necessidade de excepcional interesse público, para atuação no Município de Brusque, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.
- 1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.
- 1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público.
- 1.4- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá, de prova de conhecimento geral e comprovação de experiência na função.
- 1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 ano.
- 1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

Cargo	Requisitos
Agente de obras (Pedreiro, Pintor, Encanador).	Ter o ensino fundamental completo, e outros documentos constantes nesse edital.
Eletrecista	Ter o ensino fundamental completo, e outros documentos constantes nesse edital.
Agente de Serviços Especiais	Ter o ensino fundamental incompleto, e outros documentos constantes nesse edital.

3- DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO E DA INSCRIÇÃO

3.1 A documentação deverá ser entregue no ato da validação que será no período de 18 de janeiro de 2016 a 22 de janeiro de 2016, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, cito no prédio Administrativo, Praça das Bandeiras 77. No horário das 8:00hs às 17:00hs. O candidato deverá apresentar duas cópias e o original dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Comprovante de residência;
- c) Para o cargo de agente de obras e eletrecista comprovação de tempo de serviço.
- c) Para cargo de Eletrecista comprovante de cursos de especialização.

4- DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.
- 4.2 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Cargos de Agente de Obras; Agente de serviços especiais e Eletrecista.

- 5.1.1- Atender as exigências de escolaridade, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar ou, no caso de candidato formado, pelo certificado de conclusão de curso;
- 5.1.2- A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- 5.1.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 5.1.4- Apresentar comprovante de quitação eleitoral;
- 5.1.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- 5.1.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;
- 5.1.7- Ter sido aprovado na prova de conhecimento geral do processo seletivo;
- 5.1.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal.

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	Requisitos	REMUNERAÇÃO
Agente de Obras TOTAL de 40 vagas. Sendo: PEDREIRO 25 vagas; ENCANADOR 5 vagas; PINTOR 10 vagas.	40 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.704,65
Eletrecista	6 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.704,65
Agente de serviços especiais	100 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1.065,40

*CADASTRO DE RESERVA

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

7.1 – Agente de Obras

7.2.1 – Atribuições:

- Realizar a manutenção preventiva e corretiva de edifícios, prédios, calçadas, pontes e outras estruturas, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, bem como utilizando instrumentos e ferramentas pertinentes ao ofício.
- Preparar o material de pintura, misturando tintas, pigmentos, óleos e outros, para obter a cor e quantidade desejada.
- Realizar levantamento das necessidades de materiais, ferramentas entre outros, sempre que solicitado.
- Pintar paredes, tetos, assoalhos, árvores, muros, ruas, pontes, palcos, palanques, móveis, entre outros, observando as medidas, a posição e o estado da superfície a ser pintada.
- Executar trabalhos gerais de carpintaria, cortando, armando, instalando, pregando, colando, encaixando, montando, reformando peças ou conjuntos de madeira para edificações, veículos, mobiliário, cenários, entre outros, bem como para manutenção e/ou reformas.
- Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.
- Pavimentar e calçar solos de estradas, ruas e obras similares, alinhando, demarcando, preparando o solo, assentando o material, escavando, nivelando-os e demais procedimentos, conforme a necessidade, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos.
- Demolir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas.
- Preparar canteiros de obras, limpando a área e compactando solos.
- Efetuar manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos.
- Operacionalizar projetos de instalações de tubulações, válvulas, bombas, ligações de água, corte e religação, adequação do sistema, estudando projetos, definindo traçados das tubulações, identificando pressão do fluido, dimensionando tubulações, identificando e quantificando materiais.
- Pré-montar e instalar tubulações, cortando e alinhando tubos conforme ângulo específico, assentando e vedando tubulações e instalando acessórios e equipamentos.
- Carregar e descarregar veículos.
- Executar tarefas de ordem geral e específica, sob orientação.
- Realizar outras atribuições compatíveis as acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.
- Dirigir auto, conforme necessidade da Administração.

7.2.2- Agente de Serviços Especiais:

- Realizar atividades pertinentes ao cultivo de flores e plantas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, limpando o local, aplicando inseticidas, bem como realizando podas e aparando-as em épocas preestabelecidas pelos superiores, de modo a conservar e embelezar canteiros, parques, jardins, entre outros.
- Promover a execução, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água.
- Auxiliar trabalhos de construção, manutenção, reparação, conserto e adequação em alvenaria, concreto, carpintaria, pintura, entre outros, utilizando instrumentos diversos.
- Integrar a equipe de trabalho nos setores de obras e serviços públicos, como os de viação, manutenção de estradas, ruas, entre outros, bem como auxiliando em caminhão-pipa.
- Auxiliar no serviço de levantamentos, medições – topográficos e agrimensor – montando e/ou segurando equipamentos e/ou instrumentos utilizados, a fim de otimizar o serviço de alinhamento.
- Auxiliar nos serviços de encanação, mecânica, eletricidade, entre outros, atuando como suporte para o profissional habilitado sempre que necessário ou conforme solicitação do superior imediato.
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato

7.2.3 – Eletrecista

7.2.3.1 Atribuições:

1. - Assegurar as condições de funcionamentos regulares e eficientes de máquinas, instalações e equipamentos elétrico-eletrônicos, bem como da rede elétrica interna, identificando defeitos, executando a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, ajustando, reparando ou substituindo peças ou conjuntos e testando e fazendo os reajustes e regulagens convenientes, utilizando métodos e ferramentas apropriados.

2. - Limpar e lubrificar motores, transformadores, disjuntores e outros instrumentos, visando a conservação e melhoria dos mesmos.
3. - - Efetuar ligações elétricas em equipamentos portáteis, aparelhos de testes e solda e máquinas diversas, instalando fios e demais componentes, com a ajuda de ferramentas apropriadas, testando-os com instrumentos adequados, possibilitando a utilização dos mesmos.
4. - Atender as necessidades de consumo de energia elétrica, procedendo a instalação e reparo/manutenção de quadros de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas, fios, lâmpadas, painéis, interruptores, luminárias nas praças, pontos de ônibus e outros equipamentos urbanos, motores, bombas de chafarizes, entre outros, testando a instalação para comprovar a exatidão do trabalho realizado.
5. - Realizar serviços de montagem e desmontagem de aparelhos de som, imagem e telefone nos locais de realização de eventos.
6. - Consultar plantas, esquemas, especificações e outras informações, para montar e reparar instalações de baixa e alta tensão.
7. - Montar e reparar as instalações elétricas e o equipamento auxiliar de veículos automotores, utilizando métodos e ferramentas apropriados, visando a implantação e conservação da instalação elétrica desses veículos.
8. - Manter os veículos em condições de uso, realizando serviços de inspeção, testes, ajustes, limpeza, recondicionamento, troca de peças e outros que forem necessários, em sua área de atuação.
9. - Prestar socorro a veículos na parte elétrica, realizando a manutenção no local ou rebocando o mesmo.
10. - Solicitar peças para manutenção junto ao almoxarifado ou outro órgão ou mediante pedido à chefia imediata.
11. - Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e solicitação de seu superior imediato.
12. - Dirigir veículos automotores quando de necessidade da administração.

8- DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

8.1 Cargo Agente de serviços especiais

8.1.1- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

PROVA DE CONHECIMENTO GERAL	N. Pontos
20 Questões valendo 0,5 ponto por questão correta	0,5 ponto

8.1.3- Será automaticamente desclassificado do certame o candidato que obteve rescisão de contrato de trabalho por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque.

8.2- Cargo Agente de Obras e Eletrecista

8.2.1 Estará classificado o candidato que comprovar no mínimo de 6 (seis) meses de tempo de serviço no cargo para o qual se inscreveu, cuja comprovação de tempo de serviço dar-se-á por meio do registro constante na Carteira de Trabalho - CTPS, ou por meio de declaração ou certidão de tempo de serviço (em papel timbrado) assinada pelo responsável pela emissão do documento (considerado até 31/12/15) e atingir a nota mínima 5 na prova de conhecimento geral.

8.2.2- Os candidatos serão submetidos a prova de conhecimento geral na data de 24 de janeiro de 2016 nas dependências da UNIASSELVI – ASSEVIM, cito a Rua Gregorio Diegolli número 35A bloco C. No horário das 9:00hs às 11:00hs. que tem por objetivo avaliar o nível de conhecimento do candidato para o exercício das atividades inerentes o cargo.

8.2.3- A prova tem caráter classificatório e eliminatório, do processo seletivo para o cargo de agente de obras e eletrecista, devendo a ela submeterem-se todos os candidatos inscritos para esses cargos. Sendo o critério de pontuação o mesmo do item 8.1.1.

8.2.4- Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados neste edital item 8.2.2:

a) Munidos de documento de identificação, sem o qual não poderão ingressar no local;

8.2.5- Será desclassificado o candidato que não obtiver nota inferior a 5,00 (cinco) na Prova.

8.2.6- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, levando-se em conta, prova conhecimento geral e o tempo de serviço, até o limite mínimo especificado no item 8.2.1, ou seja, o somatório do tempo de serviço e o resultado da prova (média aritmética), caso haja vaga disponível; observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. pontos
De 06 meses a 02 anos	05 pontos
De 02 anos e 01 dia até 03 anos	06 pontos
De 04 anos e 01 dia até 04 anos	07 pontos
De 04 anos e 01 dia até 05 anos	08 pontos
De 05 anos e 01 dia até 06 anos	09 pontos
De 06 anos e 01 dia até 07 anos	10 pontos
De 07 anos e 01 dia até 08 anos	11 pontos
De 08 anos e 01 dia até 09 anos	12 pontos
De 09 anos e 01 dia até 10 anos	13 pontos
ACIMA DE 10 ANOS	15 pontos

8.2.7- Estará classificado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver na Prova de conhecimento geral 05 (cinco) pontos do total geral da nota;

8.2.8- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

8.2.9- No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;

8.2.10- Não haverá segunda chamada para a prova será em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

9- DATA, HORA E LOCAL DA PROVA PARA O CARGO AGENTE DE OBRAS/ AGENTE SRVÇOS ESPECIAS E ELETRECISTA

9.1- Realizar-se-á no dia 24 de janeiro de 2016, iniciando às 08h00min, nas dependências da UNIASSELVI – ASSEVIM - Bloco C, localizado na rua Gregório Diegoli, 35A – Bairro São Luiz, Brusque – SC.

10- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.2 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Candidato mais idoso;
- b) Maior tempo de serviço;
- c) Candidato com maior número de filhos menores de 18 anos;
- d) Candidato casado ou sob regime de união estável;

11- DO RESULTADO

11.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 26 de janeiro de 2016, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

14- DOS RECURSOS

14.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados no setor de recursos humanos, na prefeitura de Brusque, das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

14.2- A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 28 de janeiro de 2016.

15- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

15.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Obras na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

- 1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando);
- 2- endereço do servidor;
- 3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei;
- 4- regime jurídico;
- 5- informações pessoais: nome, sexo, cpf, nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver;
- 6- laudo de inspeção de saúde;
- 7- comprovação de nacionalidade;
- 8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos;
- 9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais;
- 10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- 11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horaria do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento;
- 12- comprovação de idade mínima;
- 13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital;
- 14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- 15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho;
- 16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público,
- 17- termo de posse;
- 18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão;
- 19- declaração de bens;
- 20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo.

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

- 16.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.
- 16.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;
- 16.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.
- 16.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.
- 16.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.
- 16.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.
- 16.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 16.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 14 de janeiro de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO
Prefeito de Brusque

Anexo I

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Data de nascimento _____

Endereço: _____ nº _____

Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

Estado Civil: _____

Grau de Escolaridade _____

Registro no Órgão de Classe nº _____

(RG) _____ CPF _____

Ass. do candidato Ass. Fiscal

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Brusque (SC) ____/____/____

Ass. Fiscal

OBS: Para realização da prova é obrigatório a apresentação do `Protocolo de Inscrição e Carteira de Identidade.

ERRATA EDITAL Nº 001/2016 FIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA BRUSQUE- ERRATA Nº 001/2016 DO EDITAL CMDCA Nº 001/2016.

Errata Edital nº 001/2016 FIA

Na pagina 09 do edital CMDCA nº 001/2016 item 9. CRONOGRAMA onde se lê:

9.1 Publicação do Edital no site oficial e/ou Mural da Prefeitura: 14 de janeiro de 2015

Lê-se:

9.1 Publicação do Edital no site oficial e/ou Mural da Prefeitura: 14 de janeiro de 2016

Na pagina 10 do edital CMDCA nº 001/2016 item 9. CRONOGRAMA - Resumo do Cronograma onde se lê:

14/01/2015	Publicação do Edital no Site oficial e/ou Mural da Prefeitura:
03/02/2015	Entrega dos envelopes relativos à documentação e projetos.
04 a 09/02/2016	Processo de avaliação e seleção dos projetos:
11/02/2016	Publicação da avaliação dos projetos
11 a 15/02/2016	Período para recursos:
18/02/2015.	Publicação dos projetos aprovados:
22 a 26/02/2016	Entrega da documentação para assinatura dos convênios
09/03/2015 às 14h no Salão Nobre	Assinatura dos convênios e início dos projetos aprovados.

Lê-se:

14/01/2016	Publicação do Edital no Site oficial e/ou Mural da Prefeitura:
03/02/2016	Entrega dos envelopes relativos à documentação e projetos.
04 a 09/02/2016	Processo de avaliação e seleção dos projetos:
11/02/2016	Publicação da avaliação dos projetos
11 a 15/02/2016	Período para recursos:
18/02/2016	Publicação dos projetos aprovados:
22 a 26/02/2016	Entrega da documentação para assinatura dos convênios
09/03/2016 às 14h no Salão Nobre	Assinatura dos convênios e início dos projetos aprovados.

Na pagina 14 do edital CMDCA nº 001/2016 item 5 PLANO DE AÇÃO onde se lê:

5.1 Descreva na tabela abaixo as ações que serão realizadas em 2015 diretamente junto ao público- alvo indicado no item 2.

Lê-se:

5.1 Descreva na tabela abaixo as ações que serão realizadas em 2016 diretamente junto ao público- alvo indicado no item 2.

Brusque, 18 de janeiro de 2016
Marlon Sávio Sassi
Presidente do CMDCA de Brusque

PORTARIA Nº 10.434, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 10.434, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

1. RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2015, de 06 de julho de 2015, homologado em 17 de novembro de 2015, para provimento dos cargos efetivos de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS e FARMACÊUTICO- BIOQUÍMICO, conforme abaixo nominados:

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

NOME
CARLOS EDUARDO SILVA NUNES

FARMACÊUTICO- BIOQUÍMICO

NOME
WILLIAM HIDEYUKI MARTINI MIASATO

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2015 – PREFEITURA

1º ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2014 – CONCORRÊNCIA Nº 03/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, CONTRATADO: LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 84.910.413/0001-01, com sede na cidade de Joinville, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 02/2015 datado de 26 de janeiro de 2015, O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 26 de janeiro de 2016 e findando dia 26 de janeiro de 2017, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) para a totalidade do presente contrato, a serem pagos nas mesmas condições descrita na Cláusula Sexta do Contrato Principal. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61 – 2015 – PREFEITURA

1º ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015 – CONCORRÊNCIA Nº 05/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REDE DE GASES MEDICINAIS E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, CONTRATADA: OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na Rua Fausto Machado de Quadros, nº 177, Bairro Martello, neste Município de Caçador - SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 61/2015 datado de 07 de Agosto de 2015, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, iniciando em 01 (primeiro) de Janeiro de 2015 e findando em 2 (dois) de Março de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015 – FMS, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SESSÕES DE FISIOTERAPIA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATADA: CLÍNICA AMER & AMER SS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.055.871/0001-26, com sede na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 01/15 datado de 23 de fevereiro de 2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 23 de fevereiro de 2016 e findando dia 23 de fevereiro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02-2015 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02-2015 – FMS, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SESSÕES DE FISIOTERAPIA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CAÇADOR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.635.922/0001-45, com sede na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 02/15 datado de 23 de fevereiro de 2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 23 de fevereiro de 2016 e findando dia 23 de fevereiro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03-2015 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03-2015 – FMS, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SESSÕES DE FISIOTERAPIA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIODONTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.514.300/0001-02, com sede na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 03/15 datado de 23 de fevereiro de 2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 23 de fevereiro de 2016 e findando dia 23 de fevereiro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04-2015 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004-2015 – FMS, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SESSÕES DE FISIOTERAPIA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATADA: EQUILIBRIUM CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.428.994/0001-90, com sede na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 04/15 datado de 23 de fevereiro de 2015, O preço certo ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 23 de fevereiro de 2016 e findando dia 23 de fevereiro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16-2015 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16-2015 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 09/2015, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ORTOPEDIA E ORTOPEDIA INFANTIL, CONTRATADA: CLÍNICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.770.261/0001-04, com sede na cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 16/15 datado de 29 de julho de 2015, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 29 de janeiro de 2016 e findando dia 29 de janeiro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

DECRETO Nº 6.663

DECRETO Nº 6.663, de 18 de janeiro de 2016.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere a Concorrência nº 01/2016, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para execução de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização das Ruas Albino Phelippe Potrich e Guilherme Lauro Rupp, localizadas no Bairro Martello:

- I – Antônio Carlos Castilho;
- II – Carolina Fruet de Lima;
- III – Rômulo Machado de Souza.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 11/02/2016 às 14h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.664

DECRETO Nº 6.664, de 18 de janeiro de 2016.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere a Concorrência nº 07/2015, cujo objeto é a concessão dos serviços públicos de exploração e administração de Estacionamento Controlado de Veículos – ESTAR através da implantação e manutenção dos equipamentos de controle e operação do serviço no Município de Caçador:

- I – Antônio Carlos Castilho;
- II – Allex Atolini Silva;
- III – Alessandro Gonçalves.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 26/02/2016 às 14h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.665

DECRETO Nº 6.665, de 18 de janeiro de 2016.

Reabre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e atendendo ao disposto na Lei nº 3.211, de 18 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reaberto crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, em favor da Secretaria de Infraestrutura, no valor de R\$ 640.177,36 (seiscentos e quarenta mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), na forma que segue:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0021.2.080 - Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 340.177,36

Total R\$ 640.177,36

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros provenientes do Termo de Compromisso nº 0352.357-44/2011, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades e o Município de Caçador, tendo por finalidade a transferência de recursos da União para a execução de obras de infraestrutura, equipamento comunitário, recuperação de área degradada, no âmbito do Programa FNHIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de janeiro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.396

PORTARIA Nº 26.396, de 18 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão RAFAEL GARCIA GUILARDI, para ocupar o cargo de Contador, do Grupo Ocupacional – Superior do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Fazenda, Referência 38, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação, posse e início do exercício no dia 19 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 003, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA nº 003, de 13 de janeiro de 2016.
Concede 12 dias de férias à servidora Elaine Fávero.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 12 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015, a serem gozadas no período de 25/01/2016 a 05/02/2016 à servidora Elaine Fávero, ocupante do cargo de assistente administrativo, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados em 20/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 13 de janeiro de 2016.

Ricardo Pelegrinello,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 004, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA nº 004, de 14 de janeiro de 2016.
Concede 10 dias de férias à servidora Mariana Piacentini.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 08/04/2014 a 07/04/2015, a serem gozadas no período de 20/01/2016 a 29/01/2016 à servidora Mariana Piacentini, ocupante do cargo de assessora de comunicação, do quadro comissionado da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados em 18/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 14 de janeiro de 2016.

Ricardo Pelegrinello,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 113/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 154/2015 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO DE SERVIDORES, STORARES, SOFTWARE DE VIRTUALIZAÇÃO E SISTEMA DE TELEFONE IP, DESTINADOS AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA- PMAT/BNDES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO X. RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Janeiro de 2016.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANULAÇÃO PR 116/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 157/2015 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI COM O FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO DE REDE WLAN, REDE DE TELEFONIA, CABEAMENTO, SWITCHES E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DESTINADOS AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO X. RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Janeiro de 2016.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

RESUMO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

RESUMO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO
FIA

Termo de Colaboração nº 001/2016
Instituição: Associação Kadiz Esporte e Lazer
Data: 15/01/2016
Prazo: 12 (doze) meses
Valor do repasse: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Kadiz Esporte Lazer, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "PROMOVENDO CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ ATRAVÉS DA INCLUSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E ESPORTES", que objetiva realizar atividades de futebol, xadrez, artes marciais, aulas de línguas estrangeiras e informática, implantação de aulas de dança, aulas de reforço escolar extraclasse e atividades de interação comunitárias à comunidade carente deste Município.

Termo de Colaboração nº 002/2016
Instituição: Associação Comunitária Beneficente Torre Forte (LATARTE)
Data: 15/01/2016
Prazo: 12 (doze) meses
Valor do repasse: R\$ 254.760,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil setecentos e sessenta reais)
Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "LATARTE", o qual atua no processo de formação pessoal e profissional de crianças e adolescentes deste Município, tendo como eixo norteador a música, por meio de atividades socioeducativas, culturais e profissionalizantes, de modo a fortalecer os vínculos familiares e reduzir a exposição à situações de risco social.

Termo de Colaboração nº 003/2016
Instituição: Associação Beneficente Razão de Viver
Data: 15/01/2016
Prazo: 12 (doze) meses
Valor do repasse: R\$ 146.712,00 (cento e quarenta e seis mil setecentos e doze reais)
Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a Associação Beneficente Razão de Viver, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "FORMANDO CIDADÃOS", que objetiva auxiliar no desenvolvimento humano, educacional, cultural e psicológico de parte da população carente dos bairros: Tabuleiro, Monte Alegre, Conde de Vila Verde, Bela Vista e adjacências.

Termo de Colaboração nº 004/2016
Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú
Data: 15/01/2016
Prazo: 10 (dez) meses
Valor do repasse: R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais)
Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "DESAFIANDO LIMITES INCLUSÃO E CIDADANIA", de modo a desenvolver ações com crianças e adolescentes com deficiência ou não, voltadas ao diagnóstico, acompanhamento e inclusão social.

Termo de Colaboração nº 005/2016
Instituição: Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriú e Região – GURI BOM DE BOLA
Data: 15/01/2016
Prazo: 12 (doze) meses
Valor do repasse: R\$ 95.880,00 (noventa e cinco mil oitocentos e oitenta reais),

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriú e Região – GURI BOM DE BOLA, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “EDUCACIONAL ESPORTIVO FUTEBOL CIDADÃO”, que objetiva incentivar a prática do futebol por meio de atividades de iniciação esportiva para crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Termo de Colaboração nº 006/2016

Instituição: Grupo Escoteiro Terra do Vale

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 15.720,00 (quinze mil setecentos e vinte reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao Grupo Escoteiro Terra do Vale, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “ESCOTEIROS DE CAMBORIÚ: CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR!”, que objetiva promover a inclusão de crianças e jovens do Município no Movimento Escoteiro, de modo a contribuir para seu desenvolvimento e formação do caráter, por meio da realização de atividades que desenvolvam suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais.

Termo de Colaboração nº 007/2016

Instituição: Sociedade Banda Escola Musicor

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 30.957,00 (trinta mil novecentos e cinquenta e sete reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Sociedade Banda Escola Musicor, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “DEIXE A BANDA PASSAR”, de modo a atender crianças e adolescentes, a partir de 10 (dez) anos de idade, com o ensino da teoria musical.

PMC

Termo de Colaboração nº 008/2016

Instituição: Grupo de Idosos Lúmen Novo

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados o Grupo de Idosos Lúmen Novo, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Programa de Atendimento à Pessoa Idosa.

FMAS

Termo de Colaboração nº 009/2016

Instituição: Lar Menino Deus

Data: 15/01/2016

Prazo: 08 (oito) meses

Valor do repasse: R\$ 24.480,00 (vinte quatro mil quatrocentos e oitenta reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao Lar Menino Deus, com a finalidade de custear as despesas com acolhimento do Sr. Roberto Silvano Schlickmann, com deficiência intelectual e múltipla, desprovido de familiares e de recursos necessários a uma vida digna, em atendimento a recomendação efetuada pelo Ministério Público da Comarca de Camboriú.

Termo de Colaboração nº 010/2016

Instituição: Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 103.860,00 (cento e três mil oitocentos e sessenta reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias, com a finalidade de custear as despesas com a manutenção e execução do PROGRAMA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA.

Termo de Colaboração nº 011/2016

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 16.589,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e nove reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com manutenção e execução do PROGRAMA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU ASSOCIADA E AUTISMO.

Termo de Colaboração nº 012/2016

Instituição: Associação Lar Maternal Bom Pastor

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Lar Maternal Bom Pastor, com a finalidade de custear as despesas com manutenção e execução do Projeto: “DANDO AMOR E CARINHO A QUEM PRECISA”, que se destina ao acolhimento institucional de crianças entre 0 (zero) a 12 (doze) anos de idade, encaminhadas pelo Conselho Tutelar e/ou Poder Judiciário da Comarca de Camboriú.

Termo de Colaboração nº 013/2016

Instituição: Comunidade Terapêutica Viver Livre

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Comunidade Terapêutica Viver Livre, com a finalidade de custear as despesas de serviço especializado de acolhida de pessoas em situação de rua.

Termo de Colaboração nº 014/2016

Instituição: Desafio Jovem Monte Horebe

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros, oriundos do Governo Federal, destinados ao Desafio Jovem Monte Horebe, com a finalidade de custear os serviços de acolhimento institucional de, no mínimo, 04 (quatro) adolescentes na faixa etária de 12 (doze) a 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses.

Termo de Colaboração nº 015/2016

Instituição: Desafio Jovem Monte Horebe

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao Desafio Jovem Monte Horebe, com a finalidade de custear os serviços de acolhimento institucional de, no mínimo, 06 (seis) adolescentes na faixa etária de 12 (doze) a 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses.

FMS

Termo de Colaboração nº 016/2016

Instituição: Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA, com a finalidade de custear o serviço de acolhimento e atenção em regime residencial para dependentes químicos – SARD, com 18 vagas masculinos, sendo que o montante dos repasses serão efetivados de acordo com o número de ocupação.

Termo de Colaboração nº 017/2016

Instituição: Comunidade Terapêutica Viver Livre

Data: 15/01/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Comunidade Terapêutica Viver Livre, com a finalidade de custear as despesas de serviço especializado de tratamento de dependentes químicos e alcoolatras, com 15 vagas, sendo 10 masculinos e 05 femininos, sendo que o montante dos repasses serão efetivados de acordo com o número de ocupação.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

PORTARIA Nº 12.744 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.744 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, CÁTIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA, Matrícula Funcional nº 000670, Registro no Sistema sob nº 955101, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 02 de Julho de 2012 a 02 de Julho de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará a Licença Prêmio no período de 12 de Janeiro de 2016 á 10 de Fevereiro de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de Janeiro de 2016.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.710 de 14 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.745 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.745 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CÁTIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA, Matrícula Funcional nº 000670, Registro no Sistema sob nº 955101, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 11 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.706 de 14 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.746 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.746 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, FRANCIELI NATALY MUNHOZ, Matrícula funcional nº 000744, Registro no Sistema sob nº 955285, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 18 de Janeiro de 2016 á 22 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.707 de 14 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.747 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.747 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, CLAUDIA INÊS CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000508, Registro no Sistema sob nº 954592, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 10 de Agosto de 2010 a 10 de Agosto de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 06/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (frutas, suco de uva e iogurte) destinados a alimentação escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre – SC, conforme tabela abaixo:

LOTE 01					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	2.000	Quilo	Mamão - tipo formosa, procedente de plantas sadias. Superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração amarela, aroma e sabor característicos. Livre de resíduos de fertilizantes, limpos, sem materiais terrosos, parasitas ou corpos estranhos, lesões físicas e mecânicas. Climatizado, devem estar aptos para consumo imediato, in natura e seu grau de desenvolvimento deve permitir a conservação. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	2,90	5.800,00
02	4.000	Quilo	Melancia - de 1ª qualidade; peso médio 10kg. Procedente de plantas sadias. Superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração amarela, aroma e sabor característicos. Livre de resíduos de fertilizantes, limpos, sem materiais terrosos, parasitas ou corpos estranhos, lesões físicas e mecânicas. Climatizado, devem estar aptos para consumo imediato, in natura e seu grau de desenvolvimento deve permitir a conservação. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	1,90	7.600,00
03	2.000	Quilo	Abacaxi pérola - de primeira qualidade, in natura, cor e formação uniforme, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e/ou mecânicos. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação com condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	4,90	9.800,00
04	2.000	Unidade	Manga tomy - de primeira qualidade, aspecto globoso - mista verdes e maduros. Cor própria. Classificada como fruta com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física.	3,25	6.500,00
05	200	Quilo	Limão - Limão Tahiti - 1ª qualidade - peso médio 60g, casca lisa livre de fungos.	8,90	1.780,00
06	3.000	Garrafa com 1L.	Suco de Uva Orgânico - Integral. Suco de uva 100% natural. Sem conservantes e sem corantes. Sem adição de açúcar e ou água. Garrafas de vidro para melhor preservação do alimento, com capacidade de 1 litro. Produto não alcoólico e não fermentado. Produto sem glúten. Extrato de uva bordô. Produzida organicamente. Tratado sob o processo de pasteurização. Validade de 2 anos.	17,90	53.700,00
07	5.000	Quilo	Maçã, tipo "Gala" ou "Fuji" Extra. As frutas devem ser procedentes de plantas sadias, destinadas ao consumo in natura devendo apresentar-se fresca e ter atingido o máximo grau de desenvolvimento, sendo ideal no tamanho, coloração, aroma e sabor próprios da variedade entregue. O seu grau de maturação deve permitir o manuseio, transporte e manipulação das frutas, sem prejudicar sua conservação. As frutas devem estar aptas ao consumo imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo os padrões da ANVISA.	4,90	24.500,00
08	1.000	Quilo	Tomate – superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração vermelha característica, limpo, sem a presença de areia, poeiras, parasitas e sujidades. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	4,90	4.900,00

09	1.000	Quilo	Batata inglesa – Batata inglesa de 1ª qualidade, tamanho médio a grande, consistência firme, sem indício de germinação, isenta de sujidade.	2,90	2.900,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 01				R\$ 117.480,00	
LOTE 02					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
10	5.000	Quilo	Iogurte integral – com polpa de fruta em pedaços, composto por leite integral pasteurizado, açúcar, espessante e estabilizante. Em embalagem PET de 2 KG, com rotulagem, informação nutricional e selo de inspeção SIF, SIE ou SIM. Pronto para beber, não necessitando diluição, com validade não inferior a 30 dias a partir da data de entrega, número do lote e procedência. A entrega deve ser realizada em carro refrigerado obedecendo às normas da vigilância sanitária. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	4,30	21.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 02				R\$ 21.500,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 01/02/2016, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 09 horas e 45 minutos, do dia 01/02/2016, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.05	Serviço de Controle da Merenda Escolar
Função	12	Educação
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição
Programa	12	Merenda Escolar
Projeto	2.015	Merenda Escolar
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 06/2015".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 19 de janeiro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

PREGÃO 4/2016 FMAS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (eletrônico) Nº 04/2016 – FMAS

Objeto: Aquisição de 420 (quatrocentos e vinte) cestas básicas (devidamente montadas) para doação a famílias em vulnerabilidade social, devidamente cadastradas no Serviço Social do Município de Campo Alegre.

- MENOR PREÇO GLOBAL (soma de todos os itens).

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit. Estimado (R\$)
01	420	Cesta	Cesta básica, devidamente montadas e embaladas, com os seguintes itens em cada cesta: * 01 pct de 5 kg de farinha de trigo especial, * 01 pct de 5 kg de açúcar refinado, * 01 pct de 5 kg de arroz parboilizado, * 01 pct de 1 kg de macarrão massa sêmola, * 01 lt óleo de soja de 900 ml, * 01 pct de biscoito doce sortido c/ 800 g, * 01 pct de leite em pó integral de 400 g , * 01 pct de café de 500 g com selo de pureza abic, * 01 pct de farinha de milho de 1 kg biju, * 01 pct de 1 kg de sal refinado, * 01 pct de 500 g de flocos de milho pré-cozido, * 01 lata 350 g de extrato de tomate, * 01 pt margarina vegtal com sal 500 g, * 01 pt doce de frutas cremoso 400g, * 01 pct feijão 1kg, * 01 und. de sabão em pedra.	90,27
VALOR TOTAL PARA AS 420 CESTAS (sendo que cada cesta conterá 1 unidade de cada produto descrito)				R\$ 37.913,40

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 19/01/2016, às 13h45min do dia 29/01/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 29/01/2016 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	8	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	100	Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF
Projeto	2.950	Manutenção e Coordenação das Atividades do Serviço
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PREGÃO ELETRÔNICO 05/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para a frota do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	150	UN	Câmara de ar nova 1000x20	80,00	12.000,00
02	20	UN	Câmara de ar nova 12.5/80-18 TR 15	90,00	1.800,00

03	20	UN	Câmara de ar nova 19.5-24 TR 218A	260,00	5.200,00
04	30	UN	Câmara de ar nova 900x20	80,00	2.400,00
05	80	UN	Câmara de ar nova KM 24 – TR 220A	215,00	17.200,00
06	18	UN	Pneu novo, 215/75R 17.5, radial, liso, 12 lonas, com no mínimo 15mm de profundidade de escultura.	1.100,00	19.800,00
07	140	UN	Pneu novo, 1000x20, 16 lonas, borrachudo, radial. Com no mínimo 21,6mm de profundidade escultural.	1.400,00	196.000,00
08	6	UN	Pneu novo, 12.5/80x18, 12 lonas. Com no mínimo 24,9mm de profundidade escultural.	1.400,00	8.400,00
09	40	UN	Pneu novo, 1400x24, 16 lonas. Com no mínimo 24,9mm de profundidade escultural.	2.200,00	88.000,00
10	6	UN	Pneu novo, 17.5x24, 12 lonas, com no mínimo 24,9mm de profundidade escultural.	2.800,00	16.800,00
11	32	UN	Pneu novo, 175/70R13, radial.	180,00	5.760,00
12	34	UN	Pneu novo, 185/70R14, radial.	250,00	8.500,00
13	12	UN	Pneu novo, 19.5x24, 12 lonas, com no mínimo 24,9mm de profundidade escultural.	2.160,00	25.920,00
14	30	UN	Pneu novo, 900x20, 14 lonas, radial, borrachudo. Com no mínimo 19,8mm de profundidade escultural.	1.200,00	36.000,00
15	100	UN	Protetor de câmara 17.5x25	165,00	16.500,00
16	30	UN	Protetor de câmara 900x20	30,00	900,00
17	150	UN	Protetor de câmara aro 20"	30,00	4.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 465.680,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 19/01/2016, às 09h45min do dia 29/01/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 29/01/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias de órgãos e unidades da Prefeitura Municipal de Campo Alegre classificadas como Material de Consumo (3.90.30.00.00.00).

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 19 de janeiro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO 01/2016 - CHAMADA DE FORNECEDORES

PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS/SC

CHAMADA DE FORNECEDORES

AVISO Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS (SC), neste ato representado pela Comissão de Licitações, atendendo os pressupostos da Lei 8.666/93 e alterações, em especial ao artigo 34, torna público, que está recebendo a documentação para inclusão de novos fornecedores e atualização dos cadastros já existentes no Município. Os interessados deverão procurar o Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura de Campos Novos, sito a Rua Expedicionário, 323, Centro, ou entrar em contato pelo telefone (049) 3541 6200 ou ainda pelo e-mail compras@camposnovos.sc.gov.br. Ao requerer inscrição no cadastro ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado deverá fornecer os elementos necessários à satisfação das exigências do artigo 27 da Lei 8.666/93 e alterações.

Campos Novos, 14 de janeiro de 2016.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA INCLUSÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Documentação:

01. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
02. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
03. Certidão negativa de Débitos Federais;
04. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
05. Certidão Negativa do FGTS;
06. Cartão do CNPJ;
07. Negativa de Falência e Concordata;
08. Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social, Certificado de Condição de Microempreendedor individual, Requerimento do Empresário, Estatuto Social)
09. Prova de Registro de Atividades (Profissional Liberal);
10. Cédula de Identidade dos Sócios da Empresa;
11. Alvará de Licença para Localização;

Obs.: As microempresas e Empresas de Pequeno Porte devem anexar junto aos demais documentos a Certidão Simplificada.

Informações Obrigatórias:

12. Número do telefone e-mail;
13. Faturamento Mensal;
14. Quantidade de funcionários;
15. Nome do Responsável para contato.

Obs.: Para renovação do Certificado de Registro Cadastral os interessados deverão apresentar a documentação atualizada e confirmar os dados da empresa.

AVISO DE DL Nº01/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório de Dispensa 03/2013.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO PRÉDIO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Á RUA DANÚZIA BESS, S/N, ESCRITO NA MATRICULA 11.010 COM ÁREA 160 M², NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.

Valor: R\$ 2.728,00 (Dois mil setecentos e vinte oito reais) mensais, referente á 12 meses.

Campos Novos, 18 de Janeiro de 2016.

Nelson Cruz.

Prefeito Municipal.

Em virtude do município não possuir prédios próprios suficientes para atender o funcionamento de todas as atividades, fica dispensado de licitação com embasamento legal no art. 24, inciso X da Lei das Licitações 8.666/93. DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO PRÉDIO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Á RUA DANÚZIA BESS, S/N, ESCRITO NA MATRICULA 11.010 COM ÁREA 160 M², NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93, o imóvel foi considerado adequado, por atender as necessidades mínimas, da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 092015 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Xanxerê, 250, na cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato representada pelo representante, Sr. Maike Eising, portador do CPF nº. 098.338.529-71, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
2	DETERGENTE: liquido (neutro) embalagem com 500ml	FR	100	1,55
4	DESINFETANTE: liquido , 1000ml, principio ativo de cloreto diaquil amônico de 0,74%- Aroma a escolher no pedido	FR	100	9,00
9	ALCOOL ETILICO: hidratado 1 litro, 92,% INPM	LT	100	4,85
17	ESPONJA MULTIUSO: dupla face, 11,0 x 7,5 x 2,3 cm, embalagem c/ 3 unidades	PT	30	4,45
20	SACO PARA LIXO: 30 litros, resistente, com no mínimo 59cm x 62cm, Bobina com 50 sacos picotados Classe I Tipo A -Residuo normal	RL	30	6,98
21	SACO PARA LIXO: 50 litros, resistente, com no mínimo 63cm x 80cm, Bobina com 50 sacos picotados Classe I -Tipo A - residuo normal	RL	30	6,98
23	COPO DESCARTÁVEL: translúcido, padrão ABNT, tira com 100 unidades de 180ml	TR	20	4,30
24	COPO DESCARTÁVEL: branco, padrão ABNT, tira com 100 unidades de 300ml	TR	20	4,41
32	PAPEL HIGIENICO: neutro, folhas duplas, pacote com 4 rolos cada, de 30m 10cm, 100% celulose, picotado, gofrado, maciez do algodão, com controle bacteriológico	PC	300	3,89
33	PAPEL TOALHA: inter folhado, duas dobras, 100% celulose virgem, com 23cm x 20cm cada, acondicionado em caixa de papelão resistente com 5000 unidades cada	CX	200	42,98
39	RODO PARA VIDROS: combinado lava/seca, com 30cm de borracha acoplada, com suporte para a manta de 30cm x 7 cm, base com encaixe e cabo , 30cm de base acoplável com cabo telescópico de metal com 1,20m.	UN	10	12,59
52	PÁ PARA RECOLHER LIXO: em latão, com cabo de madeira com 30cm de comprimento	UN	6	5,89
54	LIXEIRO PARA BANHEIRO: telado, na cor branca, com capacidade para 10 litros	UN	10	8,70
55	GUARDANAPO DE PAPEL: pacote com 50 folhas simples, medindo 32x29 cm, na cor branca	PT	20	2,52
61	SABÃO: Em barras, embalagem com 5 unidades de 200grs cada	PC	10	7,25
66	ESPONJA DE LA: Pacote com 8 unidades de 60GrS	PC	30	2,10
68	ESCOVA SANITÁRIA: Toda confeccionada em plástico, cabo longo, recipiente, para descanso da escova, também em plástico.	UN	10	7,20
70	LUSTRA MÓVEIS: polidor, formulado com cera natural e silicone, não gorduroso, frasco com 200ml	UN	24	8,00
83	FILTROS PARA CAFÉ: Coador de papel para café nº 103	UN	60	3,40
88	CAFÉ: Granulado, solúvel, sem adição de glúten, embalado em latas de 200GrS.	UN	30	10,70

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, reconicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2015 e 2016 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 23 de Dezembro de 2015

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Maike Eising
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 092015 - PRO LIMPE COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Pró Limpe Comércio de Produtos de Limpeza Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Sete de Abril, 2677, na cidade de Ouro - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.467.809/0001-70, neste ato representada pelo representante, Sr. Airton Silva da Motta, portador do CPF nº. 947.328.769-00, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa, cozinha e gêneros alimentícios descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
3	DETERGENTE: líquido, 5 litros, automotivo com cera, diluição mínima de 1 parte do produto em 50 partes de água, deverá ser entregue juntamente com a licitação a ficha técnica do produto.	GL	20	16,40
5	DESINFETANTE: líquido, 5 litro, princípio ativo de cloreto diaquil amônico de 0,74%- Aroma a escolher no pedido.	GL	20	16,90
6	SABÃO: líquido, 5 litros, biodegradável, deverá necessariamente conter branqueador óptico em sua composição	GL	20	22,80
7	SABONETE: líquido, 5 litros, com PH fisiológico com hidratante- Aroma a escolher no pedido.	GL	20	24,99
11	LIMPA VIDROS: 500ml, princípio ativo: Tensoativos e álcool etílicos	UN	24	4,00
14	RODO DE BORRACHA: dupla, com 40 cm, sendo espessura de cada borracha de 1 cm x 5 cm de altura, base em PVC e cabo em madeira com medida de 1,20cm	UN	10	19,80
15	RODO DE BORRACHA: Dupla, com 60 cm, e espessura de cada borracha de no mínimo de 1 cm x 5cm de altura, com base em PVC e cabo em madeira com medida de 1,20cm	UN	10	28,90
18	PANO DE CHÃO: tipo toalha listrada, tamanho de 0,54cm x 1metro	UN	30	6,00
31	PAPEL HIGIENICO: neutro, folhas duplas, pacote com 8 rolos cada, de 30mx10cm, 100% celulose, picotado, gofrado, papel com toque de seda	PC	100	12,99
36	PANO MULTIUSO DE MICROFIBRA: Pcte com duas unidades cada, com 40cm x 40cm, composição 70% poliéster e 30% de poliamida, com no mínimo de 2cm de espessura	UN	30	10,89
41	RODO DE ESPUMA E MANTA: espuma e manta com densidade média e base em PVC com 25cm x 10cm x 8cm, cabo de madeira medindo 1,20m	UN	10	11,30
42	RODO ESPONJA DE ESPONJA MULTI USO	UN	10	11,50
48	LUVAS DE BORRACHA (LATEX): Tam: P-M-G	PR	30	10,70
62	AGUA SANITARIA: Embalagem de 5 litros, desinfetante de uso geral, com cloro ativo	GL	20	12,19
76	PRETINHO P/PNEUS- p/limpeza, proteção, realce do brilho p/pneus-composição química: veículo doador de brilho, umectante, conservante, corante	GL	10	27,99
77	SILICONE GEL- embalagem de 3,700 Grs, Umectante, óleo de Silicone, espessante, alcalinizante, conservante, essência e veículo	PT	24	37,99

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, reconicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de

atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2015 e 2016 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 23 de Dezembro de 2015

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Airton Silva da Motta
Pró Limpe Comércio de Produtos de Limpeza Ltda

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 092015 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Roberto Tessaro & Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida XV de Novembro, 818, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.248.680/0001-10, neste ato representada pelo representante, Sr. Roberto Antonio Tessaro, portador do CPF nº. 518.086.029-34, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
1	DETERGENTE: líquido, 5 litros (neutro) embalagem resistente	GL	20	13,90
8	ALCOOL ETILICO: em gel, 1 litro a 70º INPM	GL	30	46,55
10	SABÃO EM PÓ: 1 kg, composição: aquil benzeno, sulfonato de sódio e lauril, com branqueador óptico, tensoativos aniônicos, granulado fino, embalado exclusivamente em caixa	CX	50	7,35
12	PRENDEDOR P/ROUPAS: Em plástico, embalagem com 12 unidades cada, TAM. Gigante	PT	06	2,90
13	RODO DE BORRACHA: dupla, com 30 cm, sendo espessura da borracha de no mínimo de 1cm e altura de 5 cm cada, base em PVC e cabos de madeira com medida de 1,20cm- Marca referência: CONDOR	UN	10	15,90
16	VASSOURA EM NYLON: Base PVC, com no mínimo 72 tufos, com no mínimo 45 cerdas cada tufo, e 12cm de comprimento cada cerda, com cabo de madeira, medindo 1,20cm.	PÇ	24	15,49
19	SACO PARA LIXO: 15 litros, resistente, com no mínimo 39 cm x 58 cm, em rolo com 100 sacos picotados	RL	30	8,99
22	SACO PARA LIXO: 100 litros, resistentes, com no mínimo 75cm x 1,05cm, Bobina com 50 sacos picotados Classe I -Tipo A - resíduo normal	RL	30	8,80
25	COPO DESCARTÁVEL: translúcido, padrão ABNT, tira com 100 unidades, de 80ml	TR	20	5,30
26	COPOS DESCARTAVEL: branco, padrão ABNT, tira com 100 unidades de 200ml.	TR	20	5,30
27	SUPORTE PARA COPO CAFÉ: 80 ml em plástico com cabo na cor a escolher no pedido	UN	30	3,00
28	COPOS DESCARTAVEL: Em isopor c/ 180ml	TR	20	4,90
29	COPOS DESCARTAVEL: em isopor c/ 300ml	TR	20	9,90
30	PAPEL ALUMINIO: rolo com 7,5m x 0,45cm	RL	50	4,90
34	PAPEL TOALHA: pacote com dois rolos de 50 folhas cada, picotadas, medindo 22cm x 18,5cm cada toalha, composição: 100% de fibras virgens	PT	50	3,25
35	TAPETE PARA PORTAS: uso interno, medindo 60cm x 40 cm composição da superfície 20% poliéster, material absorvente, e base 80% em borracha	UN	10	29,90

37	TAPETE PARA PORTAS: uso interno, medindo 60cm x 40 cm composição da superfície 20% poliéster, material absorvente, e base 80% em borracha	UN	10	17,90
38	TAPETE PARA PORTAS: uso interno, medindo 60cm x 40 cm composição da superfície 20% poliéster, material absorvente, e base 80% em borracha	UN	10	12,90
40	TAPETE PARA PORTAS: uso interno, medindo 60cm x 40 cm composição da superfície 20% poliéster, material absorvente, e base 80% em borracha	UN	10	9,90
43	COPOS 200ML: em vidro liso transparente	UN	30	4,50
44	PANO DE PRATO: atalhado, com 100% algodão com 40cm x 65cm	UN	24	6,40
45	PANO DE PRATO: MICRO FIBRA, com 38cm x 60cm.	UN	24	9,90
46	PANO DE PRATO: com barras coloridas diversas, medindo 45cm x 70cm, 100% algodão	UN	24	5,70
47	SABONETEIRA GIRATÓRIA com copo em vidro, tampa em plástico cromado e suporte em aço inox. Capacidade 500ml, dimensão aproximada: 16 cm (altura) x 9,50cm (largura) x 15,5 cm (Profundidade), deverá acompanhar o kit para fixação na parede, contendo buchas e parafusos	UN	20	34,50
49	SACO PARA LIXO: Capacidade para 100 litros individual, resistente, 18 micra de espessura.	UN	500	1,65
50	PÁ PARA RECOLHER LIXO: em plástico, cabo curto, 2 litros, não reciclada	UN	6	4,45
51	PÁ PARA RECOLHER LIXO: em INOX, cabo de madeira com 80cm de comprimento	UN	6	5,90
53	LIXEIRO PARA BANHEIRO: com tampa e pedal, não reciclado, na cor branca, capacidade para 24 litros	UN	6	50,50
56	CERA PARA ASSOALHO: líquida, incolor, alto brilho, embalagem com 750ml	UN	50	8,85
57	DETERGENTE: Para limpeza pesada, embalagem com 500ml	UN	30	8,78
58	SAPONACEO: Cremoso, embalagem com 300ml, com principio ativo: sulfato de sódio	UN	30	4,70
59	SAPONACEO: Pó com detergente, principio ativo: sulfato de sódio, embalagem de 300Grs.	UN	30	3,50
60	SAPONACEO: LIMPA INOX Cremoso, embalagem com 300ml, com principio ativo: sulfato de sódio	UN	20	5,00
63	FLANELAS: em algodão, na cor branca, medindo: 28mx48cm	UN	30	2,45
64	PANOS DE LIMPEZA: em algodão cru, medindo 58cmx84cm	UN	30	5,45
65	PANO DE ALGODÃO 100%, alvejado medindo 1100mmx800mm	UN	30	5,90
67	ESCOVA: Multiuso para limpeza , com base cerdas em plastico	UN	10	5,80
69	ESPANADOR: Para pó, em nylon, com cabo de madeira, medindo aproximadamente 40cm	UN	10	14,90
71	ISQUEIRO A GÁS: Automático, com 8cm	UN	24	3,70
72	PALHA DE AÇO: média nº 1 com 25grs, em aço carbono	UN	24	1,45
73	DESODORIZADOR DE AMBIENTES: lata com 360ml, aerosol	UN	12	9,50
74	DESODORIADOR DE AMBIENTES, liquido	UN	30	10,00
75	PASTA LIMPADORA: embalagem: pote de 800g	UN	30	4,85
78	DETERGENTE BIODEGRADÁVEL AUTOMOTIVO, -Com cera, concentração mínima p/ limpeza leve: 1 parte do produto p/ até 80 partes de água(Devendo estar essa especificação constando no rótulo do produto). Galão 5 litros	GL	20	13,00
79	KIT DE SACO DESCARTAVEL PARA ASPIRADOR DE PÓ: Compatível com aspirador "HIDROVAK ELE-TROLUX"- Embalagem com 3 unidades tam. A 10 S	PT	20	12,00
80	CHALEIRA: Em aço inox, com cabo e pegador em baquelite, capacite para 3 litros	UN	10	72,00
81	GARRAFA TÉRMICA: com vidro e pressão na tampa, capacidade de 1,8 litros	UN	20	98,00
82	PORTA FILTRO: suporte para coador de café nº 103	UN	10	6,45
84	VARAL DE PISO: Para roupa, com abas estêncil, pintado em epoxi	UN	05	59,00
85	SUPORTE PARA VASSOURAS E RODOS: em material resistente, com no mínimo de 6 ganchos e com fixação na parede com buchas e parafusos.	UN	10	7,00
86	CAFÉ: Em pó, não solúvel, Extra forte com torra muito escura embalado a vácuo em caixa de papelão de 500Grs e possua o selo da ABIC.	CX	10	9,94
87	AÇUCAR: Refinado especial, branco, embalado em pacote de plástico com peso de 5 kg	PC	24	12,95
89	ADOÇANTE DIETETICO, SUCRALOSE, em envelopes de 80mg, caixa de 40gr contendo 50 envelopes	CX	20	4,95
92	COLHERINHAS , para café, toda em inox com 06 un	UN	10	6,45

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, reconicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2015 e 2016 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 23 de Dezembro de 2015

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Roberto Antonio Tessaro
Roberto Tessaro & Cia Ltda

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00

PORTARIA 09/2016

PORTARIA SAMAE CNO 009/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Conceder LICENÇA PRÊMIO, com base no Artigo 99, Seção X, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo período de 90 (noventa) dias ao servidor ATANAGILDO DA SILVA, Auxiliar de Operações, Padrão 3.2.L, referente período aquisitivo de 01/01/2011 à 31/12/2015. O período da licença será de 18/01/2016 a 16/04/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2016

DECRETO Nº. 004/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 660,00m² (Seiscentos e sessenta metros quadrados), procedido por KARLA DE PAULA E SILVA, situado na Rua Paulo Artnier, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 38.261 e nº 38.262, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 12 com área de 300,00 m² e lote nº 13 com área de 360,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 1738, conforme requerimento protocolado sob nº. 8357/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 005/2016

DECRETO Nº. 005/2016

RETIFICA DECRETO Nº. 263/2015 CONDOMÍNIO RESIDENCIAL HORIZONTAL FECHADO

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o Decreto nº. 263/2015 passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o Condomínio Residencial Horizontal

Fechado - CRHF com área de 20.977,80 m² (vinte mil, novecentos e setenta e sete metros e oitenta décimos quadrados), denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SUISSA", procedido por GUI-LHERME JOSÉ ANASTÁCIO DE SOUZA NETO E JOSI BAYESTORFF DE SOUZA, situado na Rua Bernardo Olsen, Bairro Alto da Tijuca nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca na matrícula nº. 34.596.

Art. 2º - Fica o imóvel assim distribuído: lote nº. 01 com área de 461,25 m², lote nº. 02 com área de 439,19 m² e lote nº. 03 com área de 461,25 m², lote nº. 04 com área de 620,00 m², lote nº. 05 com área de 461,25 m², lote nº. 06 com área de 620,00 m², lote nº. 07 com área de 461,25 m², lote nº. 08 com área de 471,20 m², lote nº. 09 com área de 461,25 m², lote nº. 10 com área de 424,61 m², lote nº. 11 com área de 461,25 m², lote nº. 12 com área de 1.089,82 m², lote nº. 13 com área de 545,52 m², lote nº. 14 com área de 420,00 m², lote nº. 15 com área de 420,00 m², lote nº. 16 com área de 420,00 m², lote nº. 17 com área de 420,00 m², lote nº. 18 com área de 651,90 m², lote nº. 19 com área de 459,02 m², lote nº. 20 com área de 399,00 m², lote nº. 21 com área de 399,00 m², lote nº. 22 com área de 399,00 m², lote nº. 23 com área de 364,43 m²., Vias Internas com área de 3.663,23 m², Área de Recreação com área de 2.098,00 m² e Área de Estacionamento com área de 156,40 m², e Área de Uso Comum 3.729,98 m², conforme requerimento protocolado sob nº. 3589/2011.

Art. 3º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 006/2016

DECRETO Nº. 006/2016

RATIFICA DECRETO Nº. 133/2015 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 133/2015, que aprovou o

desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por RITA DE CASSIA ORTES E ESPÓLIO DE LEONI ALMEIDA DE OLIVEIRA, situado na Rua Frei Menandro Kamps, no Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 3.815, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 05 com área de 400,00 m² e lote nº 29 com área de 400,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 108, conforme requerimento protocolado sob nº. 4074/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 019/2016

PORTARIA Nº. 019/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeada NAIR CAROLINA WOITEXEM, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, a partir de 18/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme comunicação interna nº 12/SEMAS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 022/2016

PORTARIA Nº. 022/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. FERNANDO LUIS TOKARSKI
2. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
3. MARISTELA MURARA BURGARDT

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito em anexo na Denúncia junto à Ouvidoria do Município e nos Boletins de Ocorrência em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 023/2016

PORTARIA Nº. 023/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o preâmbulo da Portaria nº. 992/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.307/1990; Lei Municipal nº. 2.396/1991, Lei Municipal nº. 2.459/1992 e Lei Municipal nº. 2.741/1996, resolve:"

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

THIAGO KÜCHLER
Secretário Municipal de Saúde Interino

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 024/2016

PORTARIA Nº. 024/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional MARISA DE LIMA NUNES, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/01/2016, conforme comunicação interna nº 010/DP/2016.

Art. 2º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional ADÃO LOURENÇO, efetivo no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/01/2016, conforme comunicação interna nº 011/DP/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em exercício

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 025/2016

PORTARIA Nº. 025/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.307/1990; Lei Municipal nº. 3.659/2003, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Fisioterapeuta, para atuar na Policlínica Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional RAQUEL GRACIETTI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014 inscrita sob nº. 46.872, e convocada conforme Edital nº 083 de 14 de dezembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 20/01/2016, conforme comunicação interna nº 005/SMS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

THIAGO KÜCHLER
Secretário Municipal de Saúde Interino

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 026/2016

PORTARIA Nº. 026/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias a ADÃO LOURENÇO efetivo no cargo de Professor, MAG III, 20 horas semanais, na disciplina de Inglês, junto a EBM Aroldo Carneiro de Carvalho junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016 a desfrutar no período de 14/01/2016 a 12/02/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 027/2016

PORTARIA Nº. 027/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. FERNANDO LUIS TOKARSKI
2. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
3. MARISTELA MURARA BURGARDT

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme

descrito em anexo na comunicação interna nº 020/SMAFO/2016.
Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA 2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 148/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 241/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 148/2015 (PRESENCIAL)
2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 03/02/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º 08/2016
Dispensa de Licitação n.º 01/2016

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, V, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Contratação de 100 hrs de serviços de máquina motoniveladora, peso mínimo de 14 ton, equipada com lâmina deslizante com largura mínima de 3600 mm, escarificador traseiro, potência do motor de no mínimo 185 hp, ano de fabricação igual ou superior a 2.009; para Secretaria de Obras.

Contratado: CS ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ 07.133.586/0001-01)

Valor: R\$ 174,00 hora máquina

WILSON PEREIRA
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 124/2015 (ELETRÔNICO)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 202/2015
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 124/2015
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2015, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) IMPRESSORAS COLORIDAS, 03 APARELHOS DE SOM PORTÁTEIS, LIVROS DIVERSOS E CADERNOS DE LIGUAGEM, DESTINADOS AO EJA. Motivo: Licitação lançada com ano de 2016. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 01/2016 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DECANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 02/2016
EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 01/2016 (PRESENCIAL)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/02/2016, às 09h05min, licitação AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA COHAB I, COHAB II, CRISTO REI, ALTO DAS PALMEIRAS, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, PROGRAMA DE ACOHIMENTO PSICOSSOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA, CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E SALA DE FISIOTERAPIA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CAMPO DA ÁGUA VERDE. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 01/02/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Wilson Pereira
Prefeito e. e./Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FUNR 02/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FUNR. 02/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. FUNR. 02/2016 (PRESENCIAL)

O FUNREBOM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/01/2016, às 10h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE FREIOS DA VTR ASU-252, PLACAS MIB 8751 DO CORPO DE BOMBEIROS DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 29/01/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Wilson Pereira
Prefeito e. e./Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 05/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 06/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 05/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/02/2016, às 11h35min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEDREGULHO DE CAVA - SUJO, PEDRA LASCÃO, BRITA GRADUADA, PÓ DE BRITA, GRANILHA, BRITA Nº 01, BRITA Nº 02, PEDRA BRITADA (BICA CORRIDA 4A), PEDREGULHO LIMPO E CASCALHO BRITADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 11h30mim do dia 03/02/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 06/2016 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 09/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 06/2016 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/02/2016, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO NOVO, 0 KM, TIPO CAMINHONETE, 4X4, CABINE DUPLA, DESTINADO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO 3º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 04/02/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.
WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 05/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 01/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/02/2016, às 10h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICO ESPECIALISADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV, NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA I, COM 328 FAMILIAS E NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA II, COM 64 FAMILIAS, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DO EDITAL. Recebimento de propostas até as 10h00mim do dia 01/02/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 01/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 05/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 01/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/02/2016, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICO ESPECIALISADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV, NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA I, COM 328 FAMILIAS E NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA II, COM 64 FAMILIAS, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DO EDITAL. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 04/02/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

Capinzal

PREFEITURA

FMAS TERMO ADITIVO 001/2016 C03

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2016 C03 - Contrato Nº: 0003/2015 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada...: IRMAOS DAMBROS LTDA	
Valor : 193,06 (cento e noventa e três reais e seis centavos)	
Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 12/01/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 11,64% (onze vírgula sessenta e quatro pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis reais).	
Capinzal, 18 de Janeiro de 2016	

(fechamento) da área de realização do Carnaval 2016 e outros eventos que serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no decorrer do ano de 2016

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 02/02/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de janeiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMS TERMO ADITIVO 001/2016 C03

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2016 C03 - Contrato Nº: 0003/2015 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: IRMAOS DAMBROS LTDA	
Valor : 3.613,32 (três mil seiscentos e treze reais e trinta e dois centavos)	
Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 12/01/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 11,64% (onze vírgula sessenta e quatro pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis reais).	
Capinzal, 18 de Janeiro de 2016	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0016/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0014/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0016/2016

Pregão Presencial Nº 0014/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cimento e material britado, para manutenção das atividades da Secretaria de Infraestrutura e da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes (Creches, Centros de Educação Infantil e Ginásios Esportivos juntos às escolas), com Recursos Municipais e Federais

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 02/02/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de janeiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0015/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0013/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0015/2016

Pregão Presencial Nº 0013/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para locação e instalação de estruturas de isolamento

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0017/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0015/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0017/2016
Pregão Presencial Nº 0015/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de CAUQ faixa "c" do DNIT (concreto asfáltico usinado à quente) utilizado para construção de lombadas, restauração da camada asfáltica, tapa buraco em vias urbanas do município de Capinzal/SC, com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 03/02/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX Nº** (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de janeiro de 2016.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0018/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0016/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0018/2016
Pregão Presencial Nº 0016/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para produção e fornecimento de bebidas (refrigerantes e sucos), alimentos para coquetel (salgados fritos e assados, bolos simples) e materiais (guardanapos), para servir durante "Coffe Break" dos encontros de estudos e capacitação dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2016.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 03/02/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX Nº** (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de janeiro de 2016.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C03

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2016 C03 - Contrato Nº: 0003/2015 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: IRMAOS DAMBROS LTDA	
Valor : 16.196,01 (dezesesseis mil cento e noventa e seis reais e um centavo)	
Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 12/01/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 11,64% (onze vírgula sessenta e quatro pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis reais).	
Capinzal, 18 de Janeiro de 2016	

PORTARIA 017/2016

PORTARIA Nº 017, DE 10 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia membro do Conselho Tutelar na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e fundamentado no capítulo IV da Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, Lei nº 2.694, de 24 de maio de 2006 e Lei nº 2.862 de 22 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 10 de janeiro de 2016, Debora Caroline Mangolt, para exercer as funções de Conselheiro Tutelar do município de Capinzal, com remuneração e regime de trabalho conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.862, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de janeiro de 2016

Capinzal – SC, em 10 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Debora Caroline Mangolt

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª Debora Caroline Mangolt, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, nomeada pela Portaria nº 017/2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 10 de janeiro de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 037/2016

PORTARIA Nº 037, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 037/2016, Ezequiel da Silva, matrícula nº 407501/03, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 038/2016

PORTARIA Nº 038, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 038/2016, Candido Antunes Basilio, matrícula nº 410076/02, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 040/2016

PORTARIA Nº 040, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 095/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Josimari Dondoni do Amaral, matrícula nº 330086/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 041/2016

PORTARIA Nº 041, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

Altera redação de portaria, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições, conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o quinquênio citado no artigo 1º da portaria nº 1177/2015, que concedeu Licença Prêmio à servidora Marcia Manfredini, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4203/2014, à servidora Marcia Manfredini, matrícula nº 314447/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9 referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 06 de fevereiro de 2000 a 05 de fevereiro de 2005, pelo período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2015."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de janeiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 042/2016

PORTARIA Nº 042, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Gustavo Botari, matrícula nº 329142/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 18 de janeiro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 043/2016

PORTARIA Nº 043, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Silvana Salete Bonato, matrícula nº 319104/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriurário, nível 153, referência I, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 18 de janeiro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 044/2016

PORTARIA Nº 044, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Altera membros da Comissão Especial de Vistoria dos Veículos Terceirizados para o Transporte Escolar, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições, conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso V do artigo 1º da portaria nº 062/2015, que designou servidores para comporem a Comissão Especial de Vistoria dos Veículos Terceirizados para o Transporte Escolar, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial de Vistoria dos Veículos Terceirizados do Transporte Escolar:

(…)

V. Ronaldo Crispin Machado, matrícula nº 332844/01

(…)”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de janeiro de 2016.

Capinzal – SC, em 18 de janeiro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/03/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0024/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais hidráulicos (tubos e conexões).

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 01 de fevereiro de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 19 de janeiro de 2016.

Francieli da Rosa
Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2016- PREGÃO Nº 0012/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2016
PREGÃO Nº 0012/2016

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde, visando o desenvolvimento das atividades realizadas nos ESF's do município e da Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 16 de fevereiro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de janeiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 18 de janeiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016- PREGÃO Nº 0013/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016
PREGÃO Nº 0013/2016

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 17 de fevereiro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de janeiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 18 de janeiro de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2016 Extrato de Inexigibilidade de Licitação

Espécie: Inexigibilidade de Licitação
Base Legal: Art. 25, da Lei nº 8.666/93
Processo Licitatório nº 0015/2016

Processo de Inexigibilidade 0001/2016, publicado em 18/01/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas

Contratada: APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Objeto: Serviço em unidade prestadora de serviço de assistência a saúde na área ambulatorial com a finalidade de atendimentos as necessidades de média complexidade na população própria do município de Catanduvas, para Atendimento/Acompanhamento de pacientes em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635, de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/SAS nº 728, de 10 de outubro de 2002 ou outra que venha substituí-la, e conforme deliberação 180/CIB/15.
Valor: R\$ 94.490,16

Vigência: Até 31/12/2016

Dotação Orçamentária: 2.091.3.3.90.00.00.00.00 (9) - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE

Ratificação: em 18/01/2016, por: Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal

COMUNICADO DE CANCELAMENTO DO EDITAL Nº 001-2016

COMUNICADO DE CANCELAMENTO DO EDITAL Nº 001/2016

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A Prefeita Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Senhora Gisa Aparecida Giacomini, em conjunto com a Fundação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, comunica o CANCELAMENTO DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 001/2016 referente ao Processo Seletivo para a Prefeitura Municipal de Catanduvas, para prover, em caráter temporário, vagas em cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal devido a inconsistência nas informações constantes na Tabela de Cargos, exclusão e acréscimo de cargos do item 1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, bem como do quadro de pontuação dos títulos do Cargo de Cuidador Infantil para efeitos de avaliação da 2ª fase do certame presentes no item 6 – DAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA SEGUNDA ETAPA.

Comunica que os candidatos inscritos no Processo Seletivo cancelado objeto do Edital de Abertura nº. 001/2016, PODERÃO APROVEITAR SUA INSCRIÇÃO e, mesmo para aqueles que não tenham mais interesse em participar também lhes assiste o DIREITO A INVALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO E/OU RESTITUIÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

Doravante, comunica, ainda, que os candidatos inscritos no Processo Seletivo do Edital de Abertura nº. 001/2016 QUE NÃO TENHAM EFETUADO O PAGAMENTO DO BOLETO da taxa de inscrição, e PRETENDAM PROSSEGUIR NO NOVO PROCESSO SELETIVO QUE PODEM REALIZAR, visto que todas as inscrições serão aproveitadas para o Edital de Abertura nº. 002/2016.

Importante ressaltar que todos os candidatos já inscritos e confirmados QUE TENHAM INTERESSE EM PERMANECER INSCRITOS NÃO PRECISAM ACESSAR O NOVO LINK DE INSCRIÇÕES que constará no Anexo X, do Edital de Abertura nº. 002/2016 para CONFIRMAREM SEU CADASTRO no certame, A NÃO SER PARA AQUELES QUE AINDA NÃO O FIZERAM; bem como PERMANECE VÁLIDA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS JÁ PROTOCOLADOS: isenção da taxa de inscrição, solicitação de condições especiais para realização das provas objetivas escritas, laudo médico para pessoas com deficiência e envelopes lacrados para a análise de títulos.

Desta forma, todas as inscrições realizadas no Edital de Abertura nº. 001/2016 ora cancelado, permanecem VIGENTES E VÁLIDAS e os CANDIDATOS AUTOMATICAMENTE INSCRITOS, com exceção do cargo de Médico (20h/semanais), QUE ESTÁ EXCLUÍDO.

Em relação a revogação do cadastro de inscrição e/ou devolução da taxa paga, deverão ser observadas as seguintes orientações:

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Considerando tudo quanto exposto no presente EDITAL DE CANCELAMENTO, do Edital nº. 001/2016, com invalidação definitiva do mesmo;

Considerando as inconsistências, exclusão e acréscimo de cargos na Tabela de Cargos, do item 1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, bem como do quadro de pontuação dos títulos para o cargo de Cuidador Infantil presentes no item 6 – DAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA SEGUNDA ETAPA;

Considerando ser direito de todos os candidatos que estão inscritos no Edital ora cancelado, aproveitarem ou revogarem a inscrição para o Edital de Abertura nº. 002/2016 ou mesmo reaverem tais valores, porquanto o motivo que ensejou o pagamento não mais persiste com o CANCELAMENTO;

RESOLVE:

1º - DEFINIR, que o aproveitamento, revogação ou devoluções da taxa de inscrição dar-se-ão sob a seguinte forma:

a) Aproveitamento

I) Todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo do Edital nº. 001/2016, ora cancelado, estão automaticamente inscritos no Edital de Abertura nº. 002/2016, devendo atender as regras do novo Edital, que permanecem inalteradas no tocante a procedimentos e cronograma.

b) Revogação

I) Para os candidatos que desejarem revogar a inscrição confirmada do Edital nº. 001/2016 e AINDA NÃO EFETUARAM O PAGAMENTO DO BOLETO, devem formalizar seu pedido por e-mail, indicando seu nome completo, cargo e cópia digitalizada do boleto gerado e não pago para o seguinte endereço eletrônico: concursopublico.jba@unoesc.edu.br, até o dia 22 de janeiro de 2016, impreterivelmente.

c) Devolução da Taxa de Inscrição

Os candidatos que desejarem a restituição do valor da taxa de inscrição já paga, ante o preenchimento do formulário do Anexo Único e entrega até o dia 22 de janeiro de 2016, podem optar por:

I) Transferência eletrônica ou depósito em conta corrente do candidato (deve ser titular da Conta); ou,

II) Retirada junto a Recebedoria da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Getúlio Vargas, n. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, 1º andar, a partir do dia 1º de fevereiro de 2016; ou ainda,

III) Depósito em conta de terceiros desde que o candidato a ser ressarcido encaminhe Declaração Expressa com firma reconhecida por autenticidade, autorizando o crédito na conta que informar.

2º - REGULAMENTAR o procedimento administrativo da devolução dos valores referentes a taxa de inscrição, definindo que os interessados deverão proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar solicitação, conforme formulário anexo, a ser entregue no setor de protocolo da FUNOESC – localizado à Rua Getúlio Vargas, n. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, 1º andar, no horário das 07h às 13h, até o dia 22 de janeiro de 2016, ANEXANDO CÓPIA DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO do boleto da respectiva taxa de inscrição;

b) Obter quaisquer informações que entenderem necessárias, via endereço eletrônico: concursopublico.jba@unoesc.edu.br ou Fone: (49) 3551-2173 ou 3551-2075.

DOS DOCUMENTOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS, LAUDO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ENVELOPES LACRADOS PARA A ANÁLISE DE TÍTULOS

Todos os documentos apresentados no setor de Protocolo referentes ao Edital de Abertura nº. 001/2016, no período correspondente de 11 a 15 de janeiro de 2016 serão considerados válidos para o novo Processo Seletivo do Edital de Abertura nº. 002/2016. Comunica-se.

Catanduvas, SC, 15 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PL 0015/2016 - IL 0001/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato do(a) Senhor(a), que declarou inexigível a licitação, com fundamento do art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

Processo Licitatório nº 0015/2016

Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2016

Objeto: Serviço em unidade prestadora de serviço de assistência a saúde na área ambulatorial com a finalidade de atendimentos as necessidades de média complexidade na população própria do município de Catanduvas, para Atendimento/Acompanhamento de pacientes em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635, de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/SAS nº 728, de 10 de outubro de 2002 ou outra que venha substituí-la, e conforme deliberação 180/CIB/15. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS CONTRATADA: APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

VALOR TOTAL: R\$ 94.490,16 (noventa e quatro mil quatrocentos e noventa reais e dezesseis centavos).

Catanduvas/SC, 18 de janeiro de 2016.

Gisa Aparecida Giacomin

PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO - COMUNICADO DE CANCELAMENTO DO EDITAL Nº 001-2016**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – ESTADO DE SANTA CATARINA****PROCESSO SELETIVO N. 001/2016**

Rua Felipe Schmidt, nº. 1435, Centro, 89670-000, Catanduvas, SC

Fone: (49) 3525-1123 – www.catanduvas.sc.gov.br

ANEXO ÚNICO**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO**

NOME:			
ENDEREÇO:			Nº
CIDADE:	BAIRRO:	CEP:	
CPF:	D.I.:		
E-MAIL:		FONE: ()	
Nº. DA INSCRIÇÃO:		CARGO:	
OPÇÃO DE DEVOLUÇÃO		DADOS DA CONTA BANCÁRIA:	
<input type="checkbox"/> DEPÓSITO EM CONTA DO TITULAR <input type="checkbox"/> RETIRADA NA TESOURARIA <input type="checkbox"/> DEPÓSITO EM CONTA DE TERCEIRO (OBS.: Mediante remessa de <u>Declaração Expressa com firma reconhecida por autenticidade</u> , autorizando o crédito na conta que informar).		TITULAR (nome): BANCO: AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:	
CAMPOS DE USO INTERNO DA FUNOESC (não preencher)			
DATA DA SOLICITAÇÃO:		VALOR DA RESTITUIÇÃO – R\$:	
OBSERVAÇÕES:			
DATA DA APROVAÇÃO:		VISTO:	
DEFIRO E AUTORIZO:		DATA:	

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº PL/84/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº PL/84/2016, de 18 de janeiro de 2016.

ADMITE SERVIDORA NA FORMA QUE ESPECIFICA

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1º. ADMITIR no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Catanduvas- SC, MONIA KITIANE TONIAL, para exercício do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, com os vencimentos de lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas – SC, 18 de janeiro de 2016.

MONALISA RUARO

Presidente

Registra-se e Publica-se em 18.01.2016

Monalisa Ruaro

Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris

1ª Secretária

PORTARIA Nº PL/85/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº PL/85/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 .

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, e demais disposições aplicáveis à espécie,

CONSIDERANDO, o pedido de Exoneração da Servidora Maria Alice Castagnaro, da qual é membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, nomeada como membro através da Portaria nº 80/2015 publicada na data de 09 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - A Comissão do Processo Seletivo Simplificado passa a ter os seguintes Membros:

Presidente: Simone Vieira dos Santos de Martini

Membros: Neusa Regina Chinato, Scheila Mara Corso Giordani e Mônia Kitiane Tonial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será extinta após a homologação do Processo Seletivo Público.

Catanduvas/SC, 18 de janeiro de 2016.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara

Registrado e Publicado em Secretaria em 18.01.2016.

Monalisa Ruaro

Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris

1ª Secretária

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS E DEFERIDOS - EDITAL Nº 001/2015 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015**EDITAL Nº 001/2015, DE 22 DE DEZEMBRO 2015****HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS E DEFERIDOS**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Severiano Guerreiro, s/nº, Catanduvas/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 73.240.236/0001-79, neste ato representada por sua Presidente, **MONALISA RUARO**, no uso de suas atribuições legais, torna público a listagem FINAL dos candidatos inscritos e deferidos para a realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** visando à contratação de servidores para o preenchimento de vagas do presente processo em tela.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 19h20, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, com endereço na Rua Severiano Guerreiro – 106, em Catanduvas/SC, com início das provas as 19h30min.

INSCRICAO	NOME	CARGO
4238	NELVA MAULE	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
4353	ROSENI APARECIDA MACHADO DA SILVA BALBINOT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
4368	IVONE PAGANINI	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
4378	DORIS APARECIDA CARNEIRO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
4405	LUANA CRISTINA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
4406	CAYANI RODRIGUES DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
4407	LETICIA ULRICH	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
4409	ROSE MARI APARECIDA DE OLIVEIRA ANHAYA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

Sem mais,

Publica-se e Registra-se em

Joaçaba-SC, 15 de Janeiro de 2016

APRENDER.COM

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 15/2016

DECRETO Nº 15/2016

“DESIGNA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº01/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo Edital 01/2016, que visa à contratação de professores em caráter temporário para o ano letivo de 2016, composta pelos seguintes servidores:

PRESIDENTE: ÉLIO VEDOVATTO

MEMBRO: LEANDRA ROHR

MEMBRO: IVERLEI PIRES DOS SANTOS MORETO

MEMBRO: MAIKELI BELLEI

Art. 2ª . A presente comissão fica encarregada de Fiscalização e Acompanhar todas as etapas do presente Processo seletivo e tomar todas as providências necessárias para sua realização, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 18 de Janeiro de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 01/2016

PORTARIA N. 001/2016

“DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando que a Tesoureira Titular estará em gozo de licença maternidade e férias no período de 11 de janeiro de 2016 a 11 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal, Senhor NILMAR BONAFÉ, portador do CPF nº 055.279.779-04, RG nº 4.843.520-1, matrícula nº 0607-0, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para desempenhar cumulativamente o cargo de Tesoureiro do Município, no período de 11/01/2016 a 11/08/2016.

Art. 2º. Para o exercício do cargo o servidor ora nomeado fará jus a remuneração de acordo com o Anexo I, da Lei Complementar nº 001/2005.

Art. 3º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 05 de Janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 02/2016

PORTARIA Nº 02/2016

“NOMEIA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.105/2007.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os novos membros para compor o Conselho Municipal de Saúde de acordo com o artigo 3º da Lei Municipal n. 1.105/2007 conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento:

Ivan Carlos Bellei -Titular

Vanderlei Pedro Taffarel - Suplente

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Elio Vedovatto – Titular

Camila Bellei – Suplente

II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES

Lediane Tomasi Correa – Titular

Silvete Maria Menoncin Anziliero – Suplente

III – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

Siumara Giacomelli Mucelini – Titular

Ana Paula Magnan de Oliveira - Suplente

Marina Cavalli – Titular

Nilce T. B. Konzickovki – suplente

Junior Leal – Titular

Leoclides Correa Netto – Suplente

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

Representantes Pastoral da Saúde

Elisandra Lucatelli Santin -Titular

Cildo Inácio Rockembach -Suplente

Representantes Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Osvaldo Huntmann - Titular
Lenair Soliman Ziliotto - Suplente

Representante do Movimento das Mulheres Camponesas

Terezinha Miotto Mucelini - Titular
Marilei Taffarel - Suplente

Representantes Associações Comercial e Industrial

Vera Lúcia P. Pedra Hume - Titular
Mônica Segatto Scalcon – Suplente

Representantes Associações de Pais e Professores

Ana Paula Tomasi - Titular
Gicela de Fátima Gilioli Martiori - Suplente

Representantes dos Grupos de Idosos

Inês Dutra - Titular
Sueli Moreto –Suplente

Art. 2º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde, nomeados por este Decreto exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais, não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 91/2014 de 18 de julho de 2014.

Caxambu do Sul/SC, 05 de janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 03/2016

PORTARIA Nº . 03/2016

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2011. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor , VALDECIR LAZARETTI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 13/04/2012 a 12/04/2013.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 14/01/2016 à 12/02/2016.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 14 de janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ADITIVO 6 CONTRATO 03/2013

ADITIVO CONTRATUAL N.º 06, AO CONTRATO DE N.º 03/2013.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Albano Gilioli, 26, centro, Cidade de Caxambu do Sul, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.527. 861/0001-10, neste ato representado por seu Presidente, Senhora ELISANDRA LUCATELLI SANTIN, doravante denominada simplesmente de LOCATÁRIO e STR DE CAXAMBU DO SUL, com sede na Rua Albano Gilioli, 42, Centro, na Cidade de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CGC/MF sob nº 83.312.462/0001-71 neste ato representado por seu representante legal Senhor OSVALDO HUNTEMAM, doravante denominada simplesmente de LOCADOR, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2013, visando à prorrogação de prazo do contrato de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 12 (doze) meses. O prazo da vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 31 de Dezembro de 2015 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço anteriormente pactuado fica acrescido em 10,54% tendo como base o índice IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, passando de R\$ 17.802,16 (dezesete mil e oitocentos e dois real e dezesseis centavos) anual, para R\$ 19.678,50 (dezenove mil e seiscentos e setenta e oito real e cinquenta centavos) anual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigado seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Caxambu do Sul SC, 04 de janeiro de 2016.

LOCATÁRIO	LOCADOR
CÂMARA MUNICIPAL	STR DE CAXAMBU DO SUL
ELISANDRA LUCATELLI SANTIN	OSVALDO HUNTEMAM

TESTEMUNHAS:

1- _____ 2- _____

ADITIVO 6 CONTRATO 06/2013

ADITIVO CONTRATUAL N.º 06, AO CONTRATO DE N.º 06/2013.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Albano Gilioli, 26, centro, Cidade de Caxambu do Sul, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.527. 861/0001-10, neste ato representado por seu Presidente, Senhora ELISANDRA LUCATELLI SANTIN, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa RÁDIO SÃO CARLOS LTDA, com sede na (o) Avenida Santa Catarina, 790, inscrita no CNPJ sob o n.º. 83.845.735/0001-43 neste ato representado por seu representante legal Senhora Gláucia Sartori Gandolfi, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2013, visando à prorrogação de prazo do contrato de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 12 (doze) meses. O prazo da vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 31 de Dezembro de 2015 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço anteriormente pactuado fica acrescido em 10,54% tendo como base o índice IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, passando de R\$ 15.754,13 (quinze mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e treze centavos) anual, para R\$ 17.414,62 (dezessete mil e quatrocentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos) anual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigado seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Caxambu do Sul SC, 04 de janeiro de 2016.

CONTRATADA	CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL	RÁDIO SÃO CARLOS LTDA
ELISANDRA LUCATELLI SANTIN	GLAUCIA SARTORI GANDOLFI

TESTEMUNHAS:

1- _____ 2- _____

ADITIVO 6 CONTRATO 07/2013

ADITIVO CONTRATUAL N.º 06, AO CONTRATO DE N.º 07/2013.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Albano Gilioli, 26, centro, Cidade de Caxambu do Sul, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.527. 861/0001-10, neste ato representado por seu Presidente, Senhora ELISANDRA LUCATELLI SANTIN, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÃO LTDA, com sede na (o) Rua do Comércio, 252, inscrita no CNPJ sob o n.º. 02.601.591/0001-88 neste ato representado por seu representante legal Senhor CLEVERSON AUGUSTO CASTANHO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2013, visando à prorrogação de prazo do contrato de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 12 (doze) meses. O prazo da vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 31 de Dezembro de 2015 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço anteriormente pactuado fica acrescido em 10,54% tendo como base o índice IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, passando de R\$ 19.692,59 (dezenove mil e seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos) anual, para R\$ 21.768,18 (vinte e um mil e setecentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos) anual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigado seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Caxambu do Sul SC, 04 de janeiro de 2016.

CONTRATANTE	CONTRATADA
CÂMARA MUNICIPAL	PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÃO LTDA
ELISANDRA LUCATELLI SANTIN	CLEVERSON AUGUSTO CASTANHO

TESTEMUNHAS:

1- _____ 2- _____

CONTRATO 01/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2016.

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, com sede na cidade de CAXAMBU DO SUL, estado de Santa Catarina, sito na Rua Albano Gilioli, nº 26, inscrita no CNPJ sob o nº 03.527.861/0001-10, representada neste ato pelo Presidente Senhora ELISANDRA LUCATELLI SANTIN, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa PINHALNET LTDA, com sede na Rua São Salvador, 2935 sala 001, na cidade de Pinhalzinho Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 03.189.000/0001-70, representada neste ato por seu representante legal, SR. TAYLOR MARTINELLI, inscrito no CPF nº 846.158.779-00, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de hospedagem de domínio e sistema de e-mail para período de janeiro a Dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços, o preço proposto global de R\$ 238,80 (duzentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), divididos em 12 parcelas iguais mensais de R\$ 19,90 (dezenove reais e noventa centavos).

2.2 – O pagamento será efetivado via ordem bancária ou diretamente na tesouraria até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 – O preço cotado não sofrerá nenhuma espécie de reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor
2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	3.3.90.39.57	238,80

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência do presente contrato será de 02/01/2016 à 31/12/2016, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do vencimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente contrato poderá ser rescindido com 60 dias de antecedência mínima por ambas as partes; em ambos os casos, a Contratada fará jus a sua remuneração pelos serviços já realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, fica eleito o foro da cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento em duas vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Caxambu do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.

ELISANDRA LUCATELLI
Presidente

SANTIN PINHALNET LTDA
TAYLOR MARTINELLI
CPF nº 846.158.779-00
Contratada

TESTEMUNHAS:

1) Gelson Tadeu Maia

2) Adilso Garghetti

CONTRATO 02/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A CAMARA DE CAXAMBU DO SUL E A EMPRESA MARCIO FRIZON, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.

Contrato que entre si celebram a (o) CÂMARA DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na (o) Rua Albano Gilioli, nº 26, inscrito no CNPJ sob o nº 03.527.861/0001-10, neste ato representado por seu Presidente, Senhora ELISANDRA LUCATELLI SANTIN, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa MARCIO FRIZON, com sede na (o) Rua Cristiano Perosa, 351, SALA 01, Centro, na cidade de Caxambu do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.916.552/0001-40 neste ato representado por sua representante legal Senhor (a) MARCIO FRIZON, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES E SERVIDORES, DE TODA A CÂMARA MUNICIPAL, INCLUIDO CHAMADAS TÉCNICAS POR E-MAIL OU TELEFONE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços o preço total proposto que é R\$ 6.000,00 (seis mil reais) divididos em 12 parcelas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

2.2 - Fica expressamente estabelecido que o preço constante no item 2.1, inclui todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

2.3 - O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou Ordem Bancária, no seguinte prazo: mensalmente, até 30 dias após a prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

3 - O valor do contrato apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços não sofrerão nenhuma espécie de reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de execução é de 12 (doze) meses, e terá vigência da assinatura á 31/12/2016.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

5 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário
2.001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	3.3.90.39.79

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Efetuar a entrega dos serviços de acordo com a solicitação da Camara Municipal, no prazo máximo de até 48 horas "in loco" ou através de acesso remoto via internet.

6.2. Fornecer Camara Municipal sempre que solicitados, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos.

6.3 Recolher os tributos que incidirem sobre o objeto contratado.

6.4. Responder por quaisquer danos que possam afetar a Camara Municipal ou a terceiros, a qualquer caso, durante a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CAMARA MUNICIPAL

7.1 - Fiscalizar e controlar desde o início até a aceitação definitiva do objeto exigindo uma perfeita adequação as necessidades.

7.2 - Transmitir por escrito, determinações sobre possíveis modificações.

7.3 - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

7.4 – Solicitar os serviços por escrito ou e-mail.

7.5 - Cumprir as condições de pagamento, na forma que estabelece este contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente á CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida à prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

9.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

9.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a CAMARA MUNICIPAL poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 9.1.

9.1.3 - Advertência

9.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto à Camara Municipal.

9.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Presidente do Legislativo, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

9.2 - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 9.1.1. e 9.1.2. serão contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto do presente contrato.

9.3 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 – Caberá rescisão deste Contrato por ato unilateral (e formal) da CONTRATANTE, no que couber, nos casos previstos e nos artigos nº 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

11.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

11.2 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SEGURO

12 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de CHAPECÓ - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

CAXAMBU DO SUL, 04 de janeiro de 2016.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN
Presidente

MARCIO FRIZON
CONTRATADA

TESTEMUNHA:

1) - _____
Nome:

2) _____
Nome:

PORTARIA 01/2016

PORTARIA 01/2016

DISPÕE SOBRE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL SC.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO estarem os Servidores abaixo relacionados com período de férias vencidas, adquiridas no período:

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO, ocupante do cargo de Secretário Geral, com período aquisitivo: 01/01/2015 à 31/12/2015.

LIZIANA PASIN SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com período aquisitivo: 01/01/2015 à 31/12/2015.
RESOLVE,

Art.1.º Conceder período de vinte dias de férias ao Sr. ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO e a Sr.ª LIZIANA PASIN SOARES, Servidores da Câmara Municipal de Vereadores, para gozo no período de 11/01/2016 à 30/01/2016, referente ao período respectivo

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 06 de janeiro de 2016.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN
Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO
Secretário Geral da Câmara de Vereadores

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATOS 03 E 04/ 2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
114	3/2016	19/01/2016	31/12/2016	3/2016	Não	48.850,00		AQ DE COMBUSTIVEL	POSTO ANGELIN de VALDECIR GRASSI
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10) E ÓLEO LUBRIFICANTE CONFORME PORTARIA ANP n.º 129 de 30/07/99, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, BEM COMO AOS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS									
115	4/2016	19/01/2016	31/12/2016	3/2016	Não	119.545,00		AQ DE COMBUSTIVEL	POSTO DO ESCURINHO de ANALUCIA B.MORO
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) E ÓLEO LUBRIFICANTE CONFORME PORTARIA ANP n.º 129 de 30/07/99, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, BEM COMO AOS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS									
Total: 2									

CONTRATOS COMBUSTIVEL 04 E 05/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
268	4/2016	19/01/2016	31/12/2016	1/2016	Não	368.800,00		AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL	POSTO ANGELIN DE VALDECIR GRASSI
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) E ÓLEO LUBRIFICANTE CONFORME PORTARIA ANP n.º 129 de 30/07/99, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, BEM COMO AOS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS									
269	5/2016	19/01/2016	31/12/2016	1/2016	Não	351.681,00		AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL	POSTO DO ESCURINHO DE ANA LUCIA BOM
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) E ÓLEO LUBRIFICANTE CONFORME PORTARIA ANP n.º 129 de 30/07/99, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, BEM COMO AOS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS									
Total: 2									

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 001, DE 13.01.2016

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2016, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2015, na fonte 126 – Transferência de Convênios – Outros – Tesouro Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 121.875,00 (cento e vinte e um mil oitocentos e setenta e cinco reais), na seguinte dotação:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 – Divisão de Obras
15 – Urbanismo
13 – Urbanismo
451 – Infra Estrutura Urbana
126 – Transferência de Convênios – Outros – Tesouro Exercício Anterior
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1059 - Construção do Centro de Eventos
..... R\$ 121.875,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 002, DE 13.01.2016

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais) no valor de R\$ 5.071,65 (cinco mil setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 – Divisão de Obras
15 – Urbanismo
13 – Urbanismo
451 – Infra Estrutura Urbana

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1059 - Construção do Centro de Eventos
..... R\$ 5.071,65

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016

O Município de Chapadão do Lageado - SC, através do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços especializados na área da saúde, no período de 19 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. ESPECIALIDADE: a) Médico. b) Pediatria Médico Especialista em Pediatria c) Médico Especialista em Ginecologia/Obstetrícia; d) Médico Especialista em Psiquiatria; e) Médico Especialista em Saúde da Família e Comunidade; f) Fisioterapeuta; As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, no período de 19 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 19 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 29 de janeiro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de capacitação aos professores da Rede Municipal de Ensino no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 19 de janeiro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ERRATA DOS DECRETOS 001/ 2016 E 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1910 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 14.01.2016, p.89, Decretos n. 001 e nº 002 de 13.01.2016, na ementa

Onde se lê:

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

Leia-se:

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

Em decorrência do exposto, republica-se o texto integral dos citados Decreto.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 18 DE JANEIRO DE 2016.
José Bráulio Inácio
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO nº 1/2016

Nº. do Contrato Administrativo e de rateio: 01/2016.

Vigência: 01/01/2016 à 31/12/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato:

1.1.1. A disponibilização ao MUNICÍPIO de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares, mediante a aquisição pelo CIS-AMAVI de referidos bens e serviços nos termos e condições pactuados no presente ajuste, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

1.1.2. Apoio e fomento ao intercâmbio de experiências e informações entre os Municípios Consorciados.

1.1.3. A representação dos Municípios Consorciados nos assuntos atinentes às finalidades do CIS-AMAVI perante quaisquer autoridades ou instituições.

1.1.4. O rateio das despesas administrativas e de manutenção do CIS-AMAVI para execução do objeto deste contrato.

Valor: Para execução do objeto descrito na Cláusula Primeira o MUNICÍPIO repassará ao CIS-AMAVI os valores correspondentes aos serviços ou bens efetivamente adquiridos por ele. Também repassará a importância mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a título de rateio das despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI.

2.2. Os valores individuais dos serviços especializados de saúde serão os constantes de Tabela de Valores para Credenciamento aprovada pela Assembléia Geral do CIS-AMAVI, devendo o Município promover o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas às requisições emitidas e devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde:

2.3. Os valores individuais dos medicamentos e suplementos alimentares serão os constantes de Ata de Registro de Preços ou Contrato decorrente de procedimento licitatório realizado pelo CIS-AMAVI, devendo o município promover o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas aos pedidos devidamente autorizados pela Secretaria de Saúde.

2.4. As despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI estão estimadas e compreendidas na tabela constante do Anexo I e II deste contrato e serão rateadas entre os Municípios Consorciados.

2.5. Eventuais saldos financeiros individualizados serão mantidos no CIS-AMAVI no final do exercício, sendo reprogramados para o exercício seguinte, conforme preconiza a Lei 4.320/64.

2.6. O MUNICÍPIO deverá, no ato da assinatura do presente contrato, apresentar o empenho global ao CIS-AMAVI relativo às despesas de rateio, individualizado por modalidade de aplicação específica nos termos da proposta orçamentária do município, devidamente compatibilizado com o orçamento do CIS-AMAVI.

2.7. Os Municípios Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIS-AMAVI, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas como rateio.

2.8. Na eventual impossibilidade de Município Consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em rateio obrigará o CIS-AMAVI a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

2.9. Para o cumprimento do art. 63 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, a liquidação da despesa em relação aos repasses destinados à cobertura dos serviços especializados de saúde e medicamentos e suplementos alimentares será considerada efetivada no

momento da entrega dos bens ou da prestação efetiva dos serviços ao Município, fato constatado e registrado mediante declaração de recebimento do serviço/mercadoria por servidor previamente designado pelo Município.

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ORLI CARLOS PAUL

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 01/2016 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 01/2016.

Vigência: 01/01/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 88/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: POSTO DE COMBUSTÍVEL FLOR DE LIZ LTDA

Valor: R\$ 71.200,00 (setenta e um mil e duzentos reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Combustível (Gasolina Comum), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, inclusive serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados nos órgãos que integram a estrutura do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	GASOLINA COMUM	LITROS	20.000

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 02/2016 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 02/2016.

Vigência: 01/01/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 88/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: POSTO DE COMBUSTÍVEL FLOR DE LIZ LTDA Valor: Pelo objeto descrito na Cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, os preços unitários abaixo, importando num valor total estimado de R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Combustível (Gasolina Comum), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, inclusive serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados nos órgãos que integram a estrutura do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	GASOLINA COMUM	LITROS	15.000

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 02/2016 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 02/2016.

Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Valor: Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 3.900,00;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$ 1.560,00;

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

DATA DA ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 03/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 03/2016.

Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 1/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ZENAIDE DE SOUZA MACHADO

Valor: O valor mensal da locação é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, totalizando R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), que o LOCATÁRIO se compromete a pagar pontualmente sempre para o LOCADOR.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE 600 m², SITUADA NA AVENIDA 29 DE NOVENBRO - CENTRO, PARA ABRIGAR A SEDE E GARAGEM (OS EQUIPAMENTOS AS MÁQUINAS) DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, BEM COMO GARAGEM (PARA VEÍCULOS) DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DATA DA ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 04/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 04/2016.

Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 2/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: NEUZELENE FERREIRA RODRIGUES

Valor: O valor mensal da locação é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), mensais, totalizando R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil reais), que o LOCATÁRIO se compromete a pagar pontualmente sempre para o LOCADOR.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE NO MÍNIMO 400 m², SITUADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, PARA ABRIGAR AS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E TURISMO E AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, BEM COMO, A CRECHE MUNICIPAL.

DATA DA ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 05/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 05/2016.

Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 3/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALVONI HERDT

Valor: O valor mensal da locação é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), mensais, totalizando R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), que o LOCATÁRIO se compromete a pagar mensalmente sempre para o LOCADOR.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Locação de 01 (um) imóvel com área de 3.500 m² (três mil e quinhentos metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situado na Estrada Geral, Alto Figueiredo, Município de Chapadão do Lageado – SC.

DATA DA ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 06/2016 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 06/2016.

Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 4/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RONALDO HEINZEN

Valor: O valor mensal da locação é R\$ 600,00 (seiscentos reais), mensais, que totalizam a importância de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais, que o LOCATÁRIO se compromete a pagar mensalmente sempre para o LOCADOR.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Locação de 01 (um) imóvel com área de 13.000 m² (treze mil metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situado na Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, Chapadão do Lageado – SC.

DATA DA ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 07/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 07/2016.

Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 5/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EDILSON KRAUS

Valor: O valor mensal da locação é de R\$ 301,00 (trezentos e um reais) mensais, totalizando R\$ 3.612,00 (três mil seiscentos e doze

reais), que o LOCATÁRIO se compromete a pagar pontualmente sempre para o LOCADOR.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE NO MÍNIMO 52 m² (cinquenta e dois metros quadrados), SITUADO NA ESTRADA GERAL, FLORESTAL, CHAPADÃO DO LAGEADO – SC, PARA INSTALAÇÃO DA EMPRESA SILVANA KRAUS ALTHOFF ME.

DATA DA ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 08/2016 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 08/2016.

Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EMPRESA INFO DIGITALL – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME

Valor: O valor total do presente contrato é de R\$ 3.852,60 (três mil oitocentos cinquenta e dois reais e sessenta centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 321,05 (trezentos e vinte e um reais e cinco centavos), sendo R\$ 271,60 pelo item 1.1, R\$ 48,45 pelo item 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

Objeto: Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 09/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 09/2016.

Vigência: 13/01/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 6/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALCIDES VIEIRA

Valor: Pelo objeto descrito na Cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, os preços unitários abaixo, importando num valor total estimado de R\$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais);

Objeto: O presente contrato tem por objeto à contratação de serviços de pedreiro para manutenção, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas (pontes, pontilhões, muros...), localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC.

DATA DA ASSINATURA: 13 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 024/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, CLEIDE JOANITA FRANZEN MACHADO, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 19 e 26 de janeiro e 02 de fevereiro de 2016, 03 (três) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2015/2016, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 025/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 025/2016

- CONSIDERANDO, a necessidade dos préstimos dos serviços Administrativos;

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;

- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 003, de 11/01/2016, a Servidora NEUSA FRANCISCO LUCKMANN, e, convoca-la por motivo de necessidade para atender os serviços administrativos, devendo o período remanescente de 23 (vinte e três) dias (18/01/2016 a 09/02/2016) a ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativas e de interesse público.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 01-2016

Extrato do Contrato n.º01/2016.

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Contratada: MARCIA M. DA SILVA CIA LTDA – INFO DIGITALE.

Objeto: Sistema de informática (GEDOC) Gerenciador eletrônico de documentos; Publicação e Hospedagem da Legislação (gedoc Net LE).

Valor mensal: R\$356,64 (trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Valor total: R\$4.279,68 (quatro mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

Data da vigência: 04/01/2016 a 31/12/2016.

André Sebold

Presidente

CONTRATO 02-2016

Extrato do Contrato n.º02/2016.

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Objeto: Serviços de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do programa de Gestão das Câmaras de Vereadores constante no "Caderno de serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Valor total/Parcela única: R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Data da vigência: 04/01/2016 a 31/12/2016.

André Sebold

Presidente

Chapecó

PREFEITURA

RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - EDITAL SEDUC 001/2016 E EDITAL SEDUC 002/2016

CHAMADA PÚBLICA

MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando-se a realização de CHAMADA PÚBLICA sob o regime da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016, em razão da anulação do Processo Seletivo Público nº 002/2015, com aproveitamento de fases, conforme Decreto Nº 31.839, de 17 de dezembro de 2015, devidamente disciplinada em Edital SEDUC 001/2016 e Edital SEDUC 002/2016, ambos publicados em 12 de janeiro de 2016, TORNA PÚBLICO o que segue:

1. Nos termos do item 19 do Edital SEDUC 001/2016, em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, art. 5º, § 2º da Lei Complementar Nº 130, de 05 de dezembro de 2001 e demais legislações correlatas, às pessoas com deficiência fica igualmente assegurado o direito de inscrição na presente Chamada Pública para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas a serem ofertadas no respectivo cargo, na proporção de uma vaga para cada vinte candidatos, observados os critérios legais e editalícios de seleção.

1.1. Considerando-se o disposto em item 5 do Edital SEDUC 001/2016 c/c item 1 do Edital SEDUC 002/2016, ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá apresentar LAUDO MÉDICO (original ou cópia autenticada em cartório e cópia(s) simples legível(eis) para conferência), emitido em prazo não superior a 90 dias da presente publicação (19 de janeiro de 2016), atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

1.2. Os candidatos deverão apresentar 01 (uma) cópia simples legível do Laudo Médico a cada nova inscrição por área de atuação/disciplina ainda que ofertadas em mesmo Edital de Convocação, nos termos do item 6 do Edital SEDUC 001/2016.

1.3. Caso o Laudo Médico não tenha sido apresentado por ocasião da inscrição, o candidato poderá entregá-lo na Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauhen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, no horário das 08h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min, imprerivelmente até o dia 25 de janeiro de 2016.

1.4. Ainda que tenha se inscrito sob tal condição, caso o candidato não apresente o Laudo Médico nos prazos e condições determinados, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial seja qual for o motivo alegado.

1.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

1.6. Os candidatos com deficiência, se assim devidamente inscritos, participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive no que se refere aos critérios de seleção, resguardado o direito à reserva de vagas previsto na legislação própria, nos termos do presente instrumento.

1.7. Respeitados os critérios de seleção da Chamada Pública, os candidatos com deficiência, por ocasião da admissão, serão submetidos à Perícia Médica Oficial do Município de Chapecó, a qual avaliará, a exemplo dos demais candidatos, a sua condição física e mental, bem como a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores, emitindo Laudo a ser encaminhado à Secretaria de Educação.

1.8. Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas às pessoas com deficiência terão seus nomes publicados em listagem geral, bem como em lista especial.

1.9. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância dos critérios de seleção.

Município de Chapecó, 19 de janeiro de 2016.

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO

Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº1/2016****AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº1/2016**

Objeto: Credenciamento de Emissoras de Rádio AM para veiculação de Matérias Institucionais da Câmara Municipal de Chapecó.

Entrega dos Envelopes: a partir do dia 25/01/2016.

A íntegra do Edital poderá ser obtida no seguinte endereço e horário: Rua Marechal Bormann, nº320E, centro, nos dias úteis, se segunda a sexta-feira, das 13h30 às 19h30, ou pelo fone (49) 3361 1400.

Chapecó, 15 de janeiro de 2016.

João Marques Rosa

Presidente

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº2/2016**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº2/2016**

Objeto: Credenciamento de Jornais, com circulação diária no território municipal, para publicação de Matérias Institucionais da Câmara Municipal de Chapecó.

Entrega dos Envelopes: a partir do dia 25/01/2016.

A íntegra do Edital poderá ser obtida no seguinte endereço e horário: Rua Marechal Bormann, nº320E, centro, nos dias úteis, se segunda a sexta-feira, das 13h30 às 19h30, ou pelo fone (49) 3361 1400.

Chapecó, 15 de janeiro de 2016.

João Marques Rosa

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2016-FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2016 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de crianças e adolescentes usuárias dos programas do FMAS no Centro de Referência de Assistência Social Diva Aurora Tagliari Crippa – CRAS I e Centros de Convivência do Município, com recursos próprios e oriundos dos repasses do FNAS/PAIF, SCFV e IGD-BF, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 01/02/2016

Início da Sessão: dia 01/02/2016, às 08h30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 18 de janeiro de 2016.

MARGARETE POLETTI DALLA COSTA

Gestora do FMAS, em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para confecção e instalação de toldos, bem como conserto e instalação da armação metálica com estrutura tubular e travessas com pés de apoio na GEM Cinquentário, com recurso do FUNDEB 40%, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 01/02/2016.

Abertura: dia 01/02/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 18 de janeiro de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2016 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2016

A Presidente do Serviço Municipal de Assistência à Saúde, em exercício, torna público que ratificou o ato da Senhora Tania Maria Turcatel, Encarregada da Seção, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 11 de janeiro de 2016, para o credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde aos segurados e dependentes de acordo com a Lei complementar nº 163 de 26.07.1999 e Decreto nº 4.155 de 16.09.1999, a favor das seguintes empresas: COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CONCÓRDIA E REGIÃO, no valor total estimado de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); CLINICA MEDICA SÃO ROQUE S/S, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); CLINICA BONNA SALUTE, no valor total estimado de R\$ 7.000,00 (sete mil reais); CLINICA DE OLHOS FURLANETTO S/S, no valor total estimado de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); L.E.G.M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S, no valor total estimado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); Bioseg – Clínica de medicina e Segurança do trabalho, no valor total estimado de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015

CONVOCAÇÃO PARA ATO DE SORTEIO PÚBLICO

Convocam-se os candidatos em situação de empate para realização de ato de sorteio público com vistas ao desempate, a ser realizado no dia 20 de janeiro de 2016, no auditório da Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda., situada à Rua Venâncio Aires, 1583, Centro, Santa Maria, RS, às 10 horas.

Legalle Concursos, aos 15 dias do mês de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2016 -FMS

Contrato Nº : 1/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Licitação : Inexigibilidade 2/2016

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 04/01/2016

Valor R\$: 2.040.000,00 (Dois Milhões, Quarenta Mil Reais)

Dotação : 222 - 13.001.2103.3339039500000000.01020000

Dotação : 224 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2016 -FMS

Contrato Nº : 2/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA BERNARDI S S

Licitação : Inexigibilidade 2/2016

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 04/01/2016

Valor R\$: 168.469,20 (Cento e Sessenta e Oito Mil, Quatrocentos e Sessenta e Nove Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 222 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2016 -FMS

Contrato Nº : 3/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SERVICOS DE ANESTESIOLOGIA CONCORDIA S/S

Licitação : Inexigibilidade 2/2016

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 04/01/2016

Valor R\$: 39.528,00 (Trinta e Nove Mil e Quinhentos e Vinte e Oito Reais)

Dotação : 222 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2016

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMUS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante GUILHERME MOREIRA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 117.976.709-80, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,54 (setecentos e oito e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 18.01.2016 a 17.01.2018.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2016

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à ASJUR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante VICTOR HUGO FERRI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 091.917.179-65, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,54 (setecentos e oito e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 11.01.2016 a 10.01.2018.

PAEFI-SENTINELA 7ª 2015 À 12ª 2015 PARCELAS
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PFMC/PAEFI, no valor de R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais).

Concórdia SC, 18 de janeiro de 2016.

Margarete Poletto Dalla Costa

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, em exercício

PAIF CRAS 3ª E 4ª PARCELAS 2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PBFI/CRAS, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Concórdia SC, 18 de janeiro de 2016.

Margarete Poletto Dalla Costa

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, em exercício

PORTARIA Nº 5/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 5/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARGARETE PECINI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de janeiro de 2016, à servidora MARGARETE PECINI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 11 de janeiro de 2011 a 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 18 de janeiro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PT MEDIA COMPLEXIDADE 12ª 2015 PARCELA
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PT MEDIA COMPLEXIDADE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 18 de janeiro de 2016.
Margarete Poletto Dalla Costa
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, em exercício

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 12.2015

Pág 1 / 2

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		504.252,19	0,00
Ordinária		88.056,59	0,00
Vinculada		416.195,60	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.536.300,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.536.300,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		311.158,65	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		107.062,04	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		204.096,61	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		845.508,28	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		845.508,28	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		3.197.219,12	0,00
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		1.936.424,95	0,00
Ordinária		1.677.736,35	0,00
Vinculada		258.688,60	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.047.671,90	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		843.575,29	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		204.096,61	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		213.122,27	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		213.122,27	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-PYCM-190803060 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

19/01/2016 08:51

Pág 2 / 2

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		3.197.219,12	0,00

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 18/01/2016, Hora emissão 08:51:30

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

JOSE ALBERTO MAZOCCO
Tesoureiro

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-PYCM-190803060 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/01/2016 08:51

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 12.2015.

Pág 1 / 2

FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015



BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		55.415,10	0,00	
Ordinária		54.604,87	0,00	
Vinculada		810,23	0,00	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		889.160,00	0,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		889.160,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		120.772,08	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		13.180,83	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		107.591,25	0,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		421.905,32	0,00	
Caixa e Equivalentes de Caixa		421.905,32	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.487.252,50	0,00	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		1.091.639,36	0,00	
Ordinária		951.401,77	0,00	
Vinculada		140.237,59	0,00	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		109.263,78	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.672,53	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		107.591,25	0,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		286.349,36	0,00	
Caixa e Equivalentes de Caixa		286.349,36	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-ZGIN-190902982 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

19/01/2016 08:50



FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.487.252,50	0,00

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 18/01/2016, Hora emissão 08:50:12

Notas:

LEVI ELÓI DOS SANTOS
ORDENADOR DA DESPESA

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 12.2015

Pág 1 / 2

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015



BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		143.927,87	0,00	
Ordinária		143.927,87	0,00	
Vinculada		0,00	0,00	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		5.491.220,00	0,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		5.491.220,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		289.060,78	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		41.635,51	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		2.500,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		244.925,27	0,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		85.591,60	0,00	
Caixa e Equivalentes de Caixa		85.591,60	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		6.009.800,25	0,00	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		5.645.458,17	0,00	
Ordinária		5.375.458,17	0,00	
Vinculada		270.000,00	0,00	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		286.405,23	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		36.560,04	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		4.919,92	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		244.925,27	0,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		77.936,85	0,00	
Caixa e Equivalentes de Caixa		77.936,85	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-FKZJ-190803135 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/01/2016 08:52



FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		6.009.800,25	0,00

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 18/01/2016, Hora emissão 08:52:45

Notas:

NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL
Ordenador de Despesa
CPF: 400.666.069-34

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 12.2015

Pág 1 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		682.598,63	0,00
Ordinária		15.464,05	0,00
Vinculada		667.134,58	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.445.000,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.445.000,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		72.439,05	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		39.177,09	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		5.723,19	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		27.538,77	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		507.667,01	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		507.667,01	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		2.707.704,69	0,00
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		2.207.752,29	0,00
Ordinária		1.497.445,37	0,00
Vinculada		710.306,92	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		138.910,45	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		107.572,52	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		3.799,16	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		27.538,77	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		361.041,95	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		361.041,95	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-VWDG-190803186 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

IPM - Informática Ltda

19/01/2016 08:53



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		2.707.704,69	0,00

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 18/01/2016, Hora emissão 08:53:36

Notas:

MARGARETE POLETTO DALLA COSTA
Ordenador de Despesa
CPF: 295.189.709-04

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 12.2015

Pág 1 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		74.971,22	0,00
Ordinária		11.129,64	0,00
Vinculada		63.841,58	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		195.000,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		195.000,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		13.734,12	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		11.830,46	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.903,66	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		142.556,31	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		142.556,31	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		426.261,65	0,00
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		240.432,41	0,00
Ordinária		173.904,14	0,00
Vinculada		66.528,27	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.903,66	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.903,66	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		183.925,58	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		183.925,58	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-JWHT-190803244 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

19/01/2016 08:54



FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		426.261,65	0,00

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 18/01/2016, Hora emissão 08:54:34

Notas:

MARGARETE POLETTO DALLA COSTA
Ordenador de Despesa
CPF: 295.189.709-04

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 12.2015**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		41.166.182,93	0,00
Ordinária		432.001,35	0,00
Vinculada		40.734.181,58	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		23.951.178,50	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		23.951.178,50	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		5.845.063,06	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.895.147,34	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		259.559,17	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.690.356,55	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		3.807.592,33	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.807.592,33	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		74.770.016,82	0,00
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		65.429.028,67	0,00
Ordinária		485.500,06	0,00
Vinculada		64.943.528,61	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		5.344.876,65	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.654.520,10	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.690.356,55	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		3.996.111,50	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.996.111,50	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-TKUM-190802933 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM - Informática Ltda

19/01/2016 08:49

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Dezembro / 2015



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		74.770.016,82	0,00

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 18/01/2016, Hora emissão 08:49:24

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 12.2015

Pág 1 / 2

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015

**BALANÇO FINANCEIRO**

INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		162.328.543,37	0,00
Ordinária		84.742.465,38	0,00
Vinculada		77.586.077,99	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		523.848,90	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		523.848,90	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		29.331.086,51	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		13.418.102,45	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		354.365,55	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.558.618,51	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		22.643.031,70	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.643.031,70	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		214.826.510,48	0,00
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		130.369.966,51	0,00
Ordinária		60.178.155,12	0,00
Vinculada		70.191.811,39	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		36.967.098,50	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		36.967.098,50	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		24.435.652,19	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		9.046.921,23	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		128.442,74	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.260.288,22	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		23.053.793,28	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.053.793,28	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-MDNI-19080267 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEÇA

IPM - Informática Ltda

19/01/2016 08:46



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2015

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		214.826.510,48	0,00

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 18/01/2016, Hora emissão 08:46:39

Notas:

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Secretário Municipal Finanças em exercício
CPF: 949.240.909-72

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA-RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DA SEC. MUN. SAÚDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA – RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA – 3º QUADRIMESTRE/2015

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, através do Conselho municipal de Saúde, atendendo ao artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2002, CONVOCA a população para AUDIÊNCIA PÚBLICA para a apresentação do Relatório Quadrimestral, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2015, da Secretaria Municipal de Saúde, que será realizada no dia 29 de janeiro de 2015, às 14:00 horas, tendo como local a Auditório do Centro Administrativo Municipal, no seguinte endereço: Rua Celso Tozzo, nº 27, centro.

Cordilheira Alta SC, 14 de janeiro de 2016

SIDONIA SALETE C. MERISIO
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

DECRETO Nº 059/2016

DECRETO Nº059/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Sra. Lucimar de Lourdes Boff Pederssetti, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 10/02/2014 a 09/02/15 a partir do dia 04/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de janeiro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LUCIMAR DE LOURDES BOFF PEDERSSETTI Ciente em
___/___/2016

DECRETO Nº 58/2016

DECRETO Nº058/2016, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dia de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. SIDONIA S. C. MERISIO, ocupante do cargo de Secretaria Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ass. Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de janeiro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA-3º QUADRIMESTRE/2015

EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA – 3º QUADRIMESTRE/2015

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal convida os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e demais integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 29 de janeiro de 2016, às 14:00 horas, tendo como local a Auditório do Centro Administrativo Municipal onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2015.

Cordilheira Alta SC, 18 de janeiro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 004 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 004 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO POR MÉRITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO E ESTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar 034 de 27/08/2013 e pela Lei Orgânica do Município:

Considerando o disposto no art. 23, da Lei Complementar Municipal nº034/2013;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida progressão por mérito no valor de 1% (um por cento) aos servidores efetivos e estáveis que apresentaram 20 (vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo Município de Coronel Martins e 1% (um por cento) aos servidores efetivos que apresentaram 20 (vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento realizados às suas expensas, a ser pago no mês de janeiro do ano corrente, conforme tabela a seguir.

CÓDIGO	SERVIDOR	1% - 20 (vinte) horas de cursos oferecidos pelo Município de Coronel Martins	1% - 20 (vinte) horas de cursos às expensas de cada servidor	Total:
40	ALDINHA CARMEN SEVERGNINI	x	x	2%
85	ILSSO ANTONIO MORES	x		1%
90	MARISTELA WELCHEN	x		1%
93	ZENAIDE BELATO	x	x	2%
107	JOSE CARLOS FORTUNA DOS SANTOS	x	x	2%
109	NEIVACIR BRUM	x		1%
110	GUIOMAR CARLOS CASSOL	x		1%
120	GENECI DA COSTA PERTUSSATTI	x	x	2%
125	IDACIR FRANCISCO ZANCO	x		1%
126	GILSON EDUARDO PAHL	x	x	2%
129	NEIMAR CASSOL	x	x	2%
137	BENO VICENTE WELCHEN	x		1%
146	SALETE BIAZIN	x	x	2%
148	VALDIR BRUM	x		1%
152	CARMELINDA BIAZIN GAIO	x	x	2%
159	VALMIR DA SILVA BARBOZA	x		1%
189	EDENILCE PAGNONCELLI CHITTO	x	x	2%
356	ADILSON SANTETTI	x		1%
357	MARCIO POZZER	x	x	2%
358	LODACIR SPRICIGO	x		1%
359	EDILSO GARBIN	x		1%
361	IVAIR CARLOS BALDISSERA	x	x	2%
362	INES MADALI GARBIN	x	x	2%
366	ADELAR JOSE PINHEIRO	x	x	2%
367	PEDRO SIZISNANDE	x		1%
368	LIDIA DE BARBA	x	x	2%
387	CLAUDIMAR ANTONIO MORES	x	x	2%
505	GEFSON ANTONIO DE CARLI	x		1%
506	JOAO TOLDO	x		1%
507	BELONIR DOS SANTOS	x	x	2%
510	DAIANE HAHN DE LIMA	x	x	2%
512	DINAURA DALLACQUA	x	x	2%
515	ELISANGELA DE FATIMA SALVADOR	x	x	2%
545	ROSELI BRANDALISE	x	x	2%
546	AVENIR CECATTO	x		1%
548	JOEL DE JESUS DOS SANTOS	x		1%
550	ROSELI GARBIN	x		1%
561	CAROLINA DE FATIMA DE JESUS MADELLA	x	x	2%

580	MARECI ANGELO TRENTTO	x	x	2%
643	VALDECIR DE SOUZA	x		1%
644	VOLNEI BOTTEGA	x		1%
704	VALDERES KARACEK	x	x	2%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 07 de janeiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 280 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 280 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.147,04 (vinte mil cento e quarenta e sete reais e quatro centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0019	20.147,04

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 31 de dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 01 de Fevereiro de 2016, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de merenda escolar para os alunos das Escola Municipal para o exercício de 2016, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 19 de janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 29 de Janeiro de 2016, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para prestação de serviço de instalação e fornecimento de link para acesso a internet através de fibra óptica para as Secretarias e demais Departamentos Municipais, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 19 de janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 007 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 007 DE 12 DE JANEIRO DE 2016
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 80 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. Jeferson Alceu de Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, em virtude da prestação de seus serviços junto a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 04 de Janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 12 de Janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 008 DE 15 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 008 DE 15 DE JANEIRO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 21/01/2016 à 04/02/2016.

Nome Cargo Referência
Rafael Pertusatti Técnico em Informática 02/06/2014 à 01/06/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 15 de janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 01/2016 EDITAL N° 003/2015, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

RETIFICAÇÃO 01/2016

EDITAL N° 003/2015, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

O secretário de Assistência Social e Habitação de Curitibanos, no uso de suas atribuições legais e conforme legislações aplicáveis torna público, pela presente divulgação deste Edital a RETIFICAÇÃO do Edital de credenciamento 003/2015 para facilitadores sociais para prestarem serviço junto aos equipamentos da Secretaria, no item 1.2. incluindo-se no mesmo a modalidade de JIU JITSU, como se segue abaixo:

OFICINAS
MODALIDADE: DANÇAS URBANAS
MODALIDADE: CAPOEIRA
MODALIDADE: ARTESANATO GERAL
MODALIDADE: BORDADO
MODALIDADE: CROCHE
MODALIDADE: TRICÔ
MODALIDADE: TEATRO
MODALIDADE: GRAFITE
MODALIDADE: PATINS
MODALIDADE: BISCUIT
MODALIDADE: EDUCADOR FISICO
MODALIDADE: MANICURE
MODALIDADE: MUSICALIZAÇÃO FLAUTA
MODALIDADE: JARDINAGEM
MODALIDADE: TOPIARIA
MODALIDADE: HORTICULTURA
MODALIDADE: DECORAÇÃO NATALINA
MODALIDADE: INFORMÁTICA
MODALIDADE: MUSICALIZAÇÃO VIOLÃO
MODALIDADE: CHOCOLATE CASEIRO
MODALIDADE: REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS
MODALIDADE: RECICLAGEM DE PAPEL
MODALIDADE: PACHWORK
MODALIDADE: LIBRAS
MODALIDADE: SHANTALA
MODALIDADE: JIU JITSU

Curitibanos, 18 de JANEIRO de 2016.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

SECRETARIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 36/2015 (

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 56/2015 - PR
	Processo Administrativo: 56/2015 Processo de Licitação: 56/2015 Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 1/10

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONFEÇÃO, DE MOCHILHAS, PASTAS, BOLSAS E ESTOJOS DESTINADOS AOS ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 36/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 18 de Janeiro de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 56/2015, Licitação nº 56/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: CONFORME LAUDO EMITIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, AS AMOSTRAS DA EMPRESA JOSÉ DE ARIMATEIA SILVEIRA ME FOI ENTREGUE NO APRAZADO JUNTAMENTE COM OS LAUDO EXIGIDOS E O MATERIAL FOI APROVADO PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO. SEGUE PORTANTO O PROCESSO PARA HOMOLOGAÇÃO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 56/2015 - PR

Processo Administrativo: 56/2015
 Processo de Licitação: 56/2015
 Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 2/10

LOTE: 1

Participante: 312 - José de Animatéia Silveira - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	MOCHILA COM CARRINHO MOCHILA INFANTIL DE CARRINHO - TODA CONFECCIONADA EM NYLON 100% POLIÉSTER (EXCETO FORRO) (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIÉSTER, PANTONE 19-4218 TCX, GRAMATURA DE 402,95/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 71,98 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 710,0 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,28% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 20,19% VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,73% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUIME 108,7 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 1074 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,21% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,56% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,20 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%), "CORPO FORMATO OVAL MEDINDO 34,5 CM DE ALTURA X 30 CM DE LARGURA NA PARTE CENTRAL X 13 CM DE PROFUNDIDADE, "PARTE FRONTAL COM FECHAMENTO COM ZIPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 48 CM POR 13 DE LARGURA, COM 1 CURSOR NIQUELADO Nº 8; FUNDO DA MOCHILA MEDINDO 68 CM DE COMPRIMENTO X 13 CM DE LARGURA. "COM BOLSO FRONTAL EM DUAS PARTES FORMATO OVAL BOLSO CHAPADO, PARTE INFERIOR MEDINDO 17 CM DE ALTURA X 23 CM DE LARGURA, PARTE SUPERIOR 8,5 CM DE ALTURA X 23 CM DE LARGURA COM ZIPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL COM UM CURSOR NIQUELADO Nº 8 EM FORMATO OVAL, ANEXO UM BOLSO AÉREO COM FORMATO OVAL MEDINDO 26 CM DE ALTURA X 23 DE LARGURA X 5 CM DE PROFUNDIDADE COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ZIPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL, MEDINDO 41 CM DE COMPRIMENTO, COM 1 CURSOR NIQUELADO, FUNDO DO BOLSO MEDINDO 48 CM DE COMPRIMENTO POR 5 DE LARGURA. "FORRO INTERNO EM NYLON 100% POLIAMIDA (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIAMIDA, PANTONE 19-4025 TCX, GRAMATURA DE 303,01/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 39,53 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 385,80 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,24 % VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 35,60% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,47% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUIME 59,89 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 585,18 N VARIÁVEL +/- 1%, CV3,03% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,23% VARIÁVEL +/- 1%, CV 4,74 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%) "BOLSO EM TELA NA COR AZUL ROYAL COM ACABAMENTO SUPERIOR E INFERIOR EM GORGORÃO NA COR AZUL MARINHO MEDINDO 13 DE LARGURA POR 18 DE ALTURA. "ALÇA DE MÃO, ALÇA EM FITA C.A DE 30 MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 55 CM DE COMPRIMENTO SAINDO DA PARTE SUPERIOR DA MOCHILA JUNTO COM O ZIPER COM UM REFORÇO DE 22 CM ABAIXO DO PEGA MÃO. AS PONTAS DAS ALÇAS DEVERÃO SER QUEIMADAS, PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA DE RUPTURA. "A MOCHILA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM LINHA 100% POLIAMIDA NA COR DE CADA MATERIAL COMBINANDO AS CORES, CONTER REFORÇOS NOS PONTOS DE TRAÇÃO, COM VIVO PLÁSTICO ACABAMENTO (CONTORNADO) O CORPO PRINCIPAL FRENTE E COSTA, E BOLSO. VIVO ENCAPADO COM, TECIDO TAFETÁ, DE 25 MM DE LARGURA, 100% POLIÉSTER TÍTULO LARGURA DTEX 169 DENIER 152 CV% 1,05, TÍTULO COMPRIMENTO DTEX 360 DENIER 324 CV% 1,05 NA COR AZUL ROYAL COM BORDADO CURITIBANOS EM FONTE ARIAL COR BRANCO COM ESPAÇO DE 13 MM ENTRE CADA, AS LETRAS INICIAIS COM 7 MM DE ALTURA. "COM ESTAMPA BRASÃO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS ESCRITO "PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS" CONFORME ABTE QUE SERÁ ENVIADA PARA O	UN	2.954,00	JN BOLSAS	0,0000	65,5425	193.612,44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**CNPJ:** 83.754.044/0001-34
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 56/2015 - PR****Processo Administrativo:** 56/2015
Processo de Licitação: 56/2015
Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 3/10

CONFORME ARTE QUE SERÁ ENVIADA PARA O GANHADOR, COM 11 DE ALTURA X 11 COMPRIMENTO, CENTRALIZADO NO BOLSO FRONTAL, NA FORMA DE ETIQUETA SERIGRAFADA PELO PROCESSO DE SILK SCREEN EM CROMIA NO LAMINADO CRISTAL 0,40 MM DE ESPESSURA C/ SOLDA EM MÁQUINA ALTA FREQUÊNCIA DE 10 KWA APLICADA NO MATERIAL DA MOCHILA, COM 3 CAMADAS ADICIONAIS DE LAMINADO CRISTAL 0,40 POR BAIXO DA ESTAMPA. " COM CARRINHO: COM RODINHAS COM MIOLO AZUL ROYAL E CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE COM BASE TODA NA COR AZUL ROYAL, MEDINDO DA BASE SUPERIOR ATÉ A BASE INFERIOR ALTURA DE 36 CM, MEDIDA COM HASTE ABERTA 62 CM DE ALTURA, BASE FIXA INFERIOR COM 20 CM DE LARGURA (MEDIDA DO APOIO) E 26 CM DE LARGURA (MEDIDA DE UM PONTO AO OUTRO DA RODINHA) E 13 CM DE PROFUNDIDADE, BASE SUPERIOR COM LARGURA DE 13 CM LARGURA X 4,5 CM DE ALTURA X 4,0 DE PROFUNDIDADE COM ACABAMENTO OVAL. HASTES FORMADAS POR DUAS PEÇAS DE ALUMÍNIO PARTE INFERIOR COM 13MM POR 17MM E NA PARTE SUPERIOR COM 8 MM POR 13MM NAS SUAS ESPESSURAS, BASE E TOPO COM SUPORTE INTERNO PARA FIXAÇÃO DO REBITE. " COM UM PORTA LÍQUIDO TIPO SQUEEZE COM CAPACIDADE DE 300 ML, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 CM DE ALTURA X 6,5 CM DE DIÂMETRO NA COR BRANCO TRANSLUCIDO, COM TAMPA INJETADA EM POLIPROPILENO, FECHAMENTO COM SISTEMA DE ROSCA NA COR AZUL ROYAL. BICO INJETADO EM PVC INCOLOR FLEXÍVEL COM FECHAMENTO EM SISTEMA DE VÁLVULA. O PORTA LÍQUIDO, TIPO SQUEEZE, DEVERÁ SER PERSONALIZADO COM ARTE FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM AS AMOSTRAS LAUDO TÉCNICO FORNECIDO PELA EMPRESA FABRICANTE DO SQUEEZE, EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES E PORTARIAS ESTIPULADAS PELA ANVISA PARA O PORTA LÍQUIDO (SQUEEZE) INDEPENDENTE DE SUA CAPACIDADE.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 56/2015 - PR

Processo Administrativo: 56/2015
 Processo de Licitação: 56/2015
 Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 4/10

LOTE: 1

Participante: 312 - José de Animatéia Silveira - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	MOCHILA ENSINO FUNDAMENTAL MOCHILA ENSINO FUNDAMENTAL - TODA CONFECCIONADA EM NYLON 100% POLIÉSTER (EXCETO FORRO) (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIÉSTER, PANTONE 19-4218 TCX, GRAMATURA DE 402,95/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 71,98 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 710,0 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,28% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 20,19% VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,73% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUIME 108,7 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 1074 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,21% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,56% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,20 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%), " CORPO FORMATO OVAL MEDINDO 40 CM DE ALTURA X 31 CM DE LARGURA NA PARTE CENTRAL X 13 CM DE PROFUNDIDADE, " PARTE FRONTAL COM FECHAMENTO COM ZIPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 58 CM, COM 1 CURSOR NIQUELADO, " FUNDO DA MOCHILA MEDINDO 78 CM DE COMPRIMENTO X 13 CM DE LARGURA, " COM BOLSO FRONTAL EM DUAS PARTES FORMATO OVAL BOLSO CHAPADO, PARTE INFERIOR MEDINDO 17 CM DE ALTURA X 23 CM DE LARGURA, PARTE SUPERIOR 8,5 CM DE ALTURA X 23 CM DE LARGURA COM ZIPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL COM UM CURSOR NIQUELADO Nº 8, ANEXO UM BOLSO AÉREO COM FORMATO OVAL MEDINDO 26 CM DE ALTURA X 23 DE LARGURA X 5 CM DE PROFUNDIDADE COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ZIPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL, MEDINDO 41 CM DE COMPRIMENTO, COM 1 CURSOR NIQUELADO, FUNDO DO BOLSO MEDINDO 48 CM DE COMPRIMENTO POR 5 DE LARGURA, " BOLSO EM TELA NA COR AZUL ROYAL COM ACABAMENTO SUPERIOR E INFERIOR EM GORGORÃO NA COR AZUL MARINHO MEDINDO 13CM DE LARGURA POR 18CM DE ALTURA, " PARTE DA COSTA REVESTIDA COM ESPUMA PAC DE 4MM COM FORRO INTERNO EM NYLON 100% POLIAMIDA (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIAMIDA, PANTONE 19-4025 TCX, GRAMATURA DE 303,01/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 39,53 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 385,80 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,24 % VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 35,60% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,47% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUIME 59,89 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 585,18 N VARIÁVEL +/- 1%, CV3,03% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,23% VARIÁVEL +/- 1%, CV 4,74 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%) COM DUAS COSTURAS TIPO (V) INVERTIDO COM ALÇA DAS COSTAS EM FORMATO ANATÔMICO, MEDINDO 41 CM DE ALTURA (CONTANDO A MEDIDA EMBUTIDA NO REFORÇO) X 7 CM DE LARGURA, ALMOFADADA COM ESPUMA PACK DE 4 MM E CONTORNADA COM DEBRUM DO MESMO MATERIAL, MEDINDO 2 CM DE LARGURA DOBRADO, COM FECHO 100% NYLON NA COR AZUL ROYAL DE 30MM COM TRAVA COM RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 40,80KGF VARIÁVEL +/- 1%; 401 N VARIÁVEL +/- 1%; CV 4,39% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO 14,71% VARIÁVEL +/- 1%; CV 0,79% VARIÁVEL +/- 1%, FIXADO NA ALÇA ATRAVÉS DE UMA FITA C.A NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 7CM DE COMPRIMENTO COM COSTURA DE REFORÇO EM X, COMPLEMENTO DA ALÇA EM FITA C.A DE 30 MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 58 CM, FIXADA NA MOCHILA COM REFORÇO EM FORMA DE TRIÂNGULO MEDINDO 9 CM DE BASE E 7 CM DE LADOS NO MESMO TECIDO DA MOCHILA NA PARTE INFERIOR DAS COSTAS DA MOCHILA COM COSTURA DE REFORÇO EM X, O CADARÇO DEVE ESTAR DESLIZANDO NO CORPO DA MOCHILA NA PARTE MAIOR	UN	1.140,00	JN BOLSAS	0,0000	42,8968	48.902,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**CNPJ:** 83.754.044/0001-34
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 56/2015 - PR****Processo Administrativo:** 56/2015
Processo de Licitação: 56/2015
Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 5/10

FRESA NO CORPO DA MOCHILA PARA MAIOR RESISTÊNCIA ALÇAS FIXADAS NA PARTE SUPERIOR DA MOCHILA COM REFORÇO EM MATERIAL SINTÉTICO MEDINDO 16 CM DE COMPRIMENTO POR 7CM DE ALTURA NA COR AZUL ROYAL COM UMA ALÇA C.A DE 30MM SOBREPOSTA 27CM COM REFORÇO EM "X" EM CIMA DAS ALÇAS ONDE REFORÇARA O PRÓPRIO PEGA MÃO DA MOCHILA AS PONTAS DAS ALÇAS DEVERÃO SER QUEIMADAS, PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA. " A MOCHILA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM LINHA 100% POLIAMIDA NA COR DE CADA MATERIAL COMBINANDO AS CORES, CONTER REFORÇOS NOS PONTOS DE TRAÇÃO. COM VIVO PLÁSTICO ACABAMENTO (CONTORNADO) O CORPO PRINCIPAL FRENTE E COSTA, E BOLSO. VIVO ENCAPADO COM, TECIDO TAFETÁ, DE 25 MM DE LARGURA, 100% POLIÉSTER TITULO LARGURA DTEX 169 DENIER 152 CV% 1,05, TITULO COMPRIMENTO DTEX 360 DENIER 324 CV% 1,05 NA COR AZUL ROYAL COM BORDADO CURITIBANOS EM FONTE ARIAL COR BRANCO COM ESPAÇO DE 13 MM ENTRA CADA, AS LETRAS INICIAIS COM 7 MM DE ALTURA. " COM ESTAMPA BRASÃO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS ESCRITO "PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS" CONFORME ARTE QUE SERÁ ENVIADA PARA O GANHADOR, COM 11 DE ALTURA X 11 COMPRIMENTO, CENTRALIZADO NO BOLSO FRONTAL, NA FORMA DE ETIQUETA SERIGRAFADA PELO PROCESSO DE SILK SCREEN EM CROMIA NO LAMINADO CRISTAL 0,40 MM DE ESPESSURA C/ SOLDA EM MÁQUINA ALTA FREQUÊNCIA DE 10 KWA APLICADA NO MATERIAL DA MOCHILA, COM 3 CAMADAS ADICIONAIS DE LAMINADO CRISTAL 0,40 POR BAIXO DA ESTAMPA. " COM UM PORTA LÍQUIDO TIPO SQUEEZE COM CAPACIDADE DE 300 ML, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 CM DE ALTURA X 6,5 CM DE DIÂMETRO NA COR BRANCO TRANSLUCIDO, COM TAMPA INJETADA EM POLIPROPILENO, FECHAMENTO COM SISTEMA DE ROSCA NA COR AZUL ROYAL. BICO INJETADO EM PVC INCOLOR FLEXÍVEL COM FECHAMENTO EM SISTEMA DE VÁLVULA. O PORTA LIQUIDO, TIPO SQUEEZE, DEVERÁ SER PERSONALIZADO COM ARTE FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM AS AMOSTRAS LAUDO TÉCNICO FORNECIDO PELA EMPRESA FABRICANTE DO SQUEEZE, EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES E PORTARIAS ESTIPULADAS PELA ANVISA PARA O PORTA LÍQUIDO (SQUEEZE) INDEPENDENTE DE SUA CAPACIDADE.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS****PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 56/2015 - PR**

CNPJ: 83.754.044/0001-34
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

Processo Administrativo: 56/2015
Processo de Licitação: 56/2015
Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 6/10

LOTE: 1**Participante: 312 - José de Arimatéia Silveira - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	ESTOJO ESCOLAR - TODO CONFECCIONADO EM NYLON 100% POLIÉSTER (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIÉSTER, PANTONE 19-4218 TCX, GRAMATURA DE 402,95/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 71,98 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 710,0 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,28% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 20,19% VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,73% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUIME 108,7 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 1074 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,21% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,56% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,20 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%). " MEDINDO 11 CM DE ALTURA X 22,5 CM DE LARGURA NA PARTE CENTRAL X 5,5 CM DE PROFUNDIDADE. PARTE DA FRENTE BOLSO CHAPADO MEDINDO 8 CM DE ALTURA POR 22,5 CM DE LARGURA. FECHAMENTO COM ZÍPER Nº 6 NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 30,5 CM DE COMPRIMENTO FUNDO MEDINDO 35 CM. " COM ESTAMPA BRASÃO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS ESCRITO "PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS" CONFORME ARTE QUE SERÁ ENVIADA PARA O GANHADOR, COM 04 DE ALTURA X 10 COMPRIMENTO, CENTRALIZADO NO BOLSO FRONTAL, NA FORMA DE ETIQUETA SERIGRAFADA PELO PROCESSO DE SILK SCREEN EM CROMIA NO LAMINADO CRISTAL 0,40 MM DE ESPESSURA C/ SOLDA EM MÁQUINA ALTA FREQUÊNCIA DE 10 KWA APLICADA NO MATERIAL DO ESTOJO, COM 3 CAMADAS ADICIONAIS DE LAMINADO CRISTAL 0,40 POR BAIXO DA ESTAMPA. " O ESTOJO DEVERÁ SER TODO COSTURADO COM LINHA 100% POLIAMIDA NA COR DE CADA MATERIAL COMBINANDO AS CORES, CONTER REFORÇOS NOS PONTOS DE TRAÇÃO, COM VIVO PLÁSTICO ACABAMENTO (CONTORNADO) O CORPO PRINCIPAL FRENTE E COSTA, E BOLSO. VIVO ENCAPADO COM, TECIDO TAFETÁ, DE 25 MM DE LARGURA, 100% POLIÉSTER TITULO LARGURA DTEX 169 DENIER 152 CV% 1,05, TITULO COMPRIMENTO DTEX 360 DENIER 324 CV% 1,05 NA COR AZUL ROYAL COM BORDADO CURITIBANOS EM FONTE ARIAL COR BRANCO COM ESPAÇO DE 13 MM ENTRA CADA, AS LETRAS INICIAIS COM 7 MM DE ALTURA.	UN	4.499,00	JN BOLSAS	0,0000	9,8762	44.433,02

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 56/2015 - PR

Processo Administrativo: 56/2015
 Processo de Licitação: 56/2015
 Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 7/10

LOTE: 1

Participante: 312 - José de Animatéia Silveira - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	<p>BOLSA BERCÁRIO - TODA CONFECCIONADA EM NYLON 100% POLIÉSTER (EXCETO FORRO) (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIÉSTER, PANTONE 19-4218 TCX, GRAMATURA DE 402,95/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 71,98 KGF VARIÁVEL +/- 1%; 710,0 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,28% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 20,19% VARIÁVEL +/- 1%; CV 2,73% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUIME 108,7 KGF VARIÁVEL +/- 1%; 1074 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,21% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,56% VARIÁVEL +/- 1%; CV 3,20 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUMA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%). " MEDINDO 29,5 CM DE ALTURA X 38 CM DE LARGURA NA PARTE CENTRAL X 15 CM DE PROFUNDIDADE. " COM ABERTURA EM ZIPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 54 CM DE COMPRIMENTO. " CONTENDO QUATRO BOLSOS, SENDO TRÊS INTERNOS E UM EXTERNO, BOLSO NO MESMO TECIDO DA BOLSA, MEDINDO 20 CM DE ALTURA X 37,5 CM DE LARGURA, COM ACABAMENTO NA PARTE SUPERIOR EM GORGORÃO NA COR AZUL MARINHO BOLSO INTERNO, CONTENDO 03 DIVISÓRIAS DO MESMO MATERIAL. BOLSO EXTERNO MEDINDO 18,5 CM DE ALTURA X 38 DE LARGURA COM UM ZIPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL, COM UM CURSOR Nº 8 NIQUELADO. " BOLSOS LATERAIS EM TELA AZUL ROYAL 100% POLIÉSTER NAS LATERAIS MEDINDO 16 CM DE ALTURA X 20 CM DE LARGURA COM ACABAMENTO SUPERIOR E INFERIOR EM GORGORÃO NA COR AZUL MARINHO. " ALÇA DE MÃO SAINDO DA PARTE SUPERIOR DA BOLSA, ALÇAS DE MÃO EM FITA C.A DE 30MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 51 CM DE COMPRIMENTO, COM UMA TRAVESSA DE REFORÇO EM FITA C.A DE 30MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 37,5 DE COMPRIMENTO COM COSTURA REFORÇADA EM X. " ALÇA DE OMBRO EM FITA C.A DE 30 MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 1,30 M COM REGULAGEM COM FECHO TRIDENTE COM TRAVA NA COR AZUL ROYAL DE 30 MM FIXADO EM UMA DAS EXTREMIDADES DA BOLSA E A OUTRA PARTE FIXA. " ACABAMENTO INTERNO EM MATERIAL LEITOSO DE COM GRAMATURA 174,61 VARIÁVEL +/- 1% E ESPESSURA 0,16 VARIÁVEL +/- 1% FORRANDO TODA PARTE INTERNA DA BOLSA. " A BOLSA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM LINHA 100% POLIAMIDA NA COR DE CADA MATERIAL COMBINANDO AS CORES, CONTER REFORÇOS NOS PONTOS DE TRAÇÃO. COM VIVO PLÁSTICO ACABAMENTO (CONTORNADO) O CORPO PRINCIPAL FRENTE E COSTA. VIVO ENCAPADO COM, TECIDO TAFETÁ, DE 25 MM DE LARGURA, 100% POLIÉSTER TÍTULO LARGURA DTEX 169 DENIER 152 CV% 1,05, TÍTULO COMPRIMENTO DTEX 360 DENIER 324 CV% 1,05 NA COR AZUL ROYAL COM BORDADO CURTIBANOS EM FONTE ARIAL COR BRANCO COM ESPAÇO DE 13 MM ENTRE CADA, AS LETRAS INICIAIS COM 7 MM DE ALTURA. " COM ESTAMPA BRASÃO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS ESCRITO "PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS" CONFORME ARTE QUE SERÁ ENVIADA PARA O GANHADOR, COM 11 DE ALTURA X 11 COMPRIMENTO, CENTRALIZADO NO BOLSO FRONTAL, NA FORMA DE ETIQUETA SERIGRAFADA PELO PROCESSO DE SILK SCREEN EM CROMIA NO LAMINADO CRISTAL 0,40 MM DE ESPESSURA C/ SOLDA EM MÁQUINA ALTA FREQUÊNCIA DE 10 KWA APLICADA NO MATERIAL DA MOCHILA, COM 3 CAMADAS ADICIONAIS DE LAMINADO CRISTAL 0,40 POR BAIXO DA ESTAMPA. " COM UM PORTA LÍQUIDO TIPO SQUEEZE COM CAPACIDADE DE 300 ML, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 CM DE ALTURA X 6,5 CM DE DIÂMETRO NA COR BRANCO TRANSLUCIDO, COM TAMPA INJETADA EM POLIPROPILENO FECHAMENTO COM SISTEMA DE</p>	UN	449,00	JN BOLSAS	0,0000	43,8944	19.708,59

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**CNPJ:** 83.754.044/0001-34
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
C.E.P: 89520-000 - Curitiba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 56/2015 - PR****Processo Administrativo:** 56/2015
Processo de Licitação: 56/2015
Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 8/10

POLIPROPILENO, FECHAMENTO COM SISTEMA DE ROSCA NA COR AZUL ROYAL. BICO INJETADO EM PVC INCOLOR FLEXÍVEL COM FECHAMENTO EM SISTEMA DE VÁLVULA. O PORTA LÍQUIDO, TIPO SQUEEZE, DEVERÁ SER PERSONALIZADO COM ARTE FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM AS AMOSTRAS LAUDO TÉCNICO FORNECIDO PELA EMPRESA FABRICANTE DO SQUEEZE, EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES E PORTARIAS ESTIPULADAS PELA ANVISA PARA O PORTA LÍQUIDO (SQUEEZE) INDEPENDENTE DE SUA CAPACIDADE.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 56/2015 - PR

Processo Administrativo: 56/2015
 Processo de Licitação: 56/2015
 Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 9/10

LOTE: 1

Participante: 312 - José de Animatéia Silveira - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	<p>PASTA PROFESSOR - PASTA EM FORMATO OVAL COM DUAS DIVISÓRIAS, CONFECCIONADA EM NYLON 100% POLIESTER (EXCETO FORRO) (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIESTER, PANTONE 19-4218 TCX, GRAMATURA DE 402,95/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 71,98 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 710,0 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,28% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 20,19% VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,73% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUME 108,7 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 1074 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,21% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,56% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,20 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%), "CORPO: DIVIDIDO EM 02 PARTES, MEDINDO 38 CM DE COMPRIMENTO X 33CM DE ALTURA X 14CM DE PROFUNDIDADE, (SOMADA AMBAS AS PARTES), FECHAMENTO SUPERIOR DAS 02 PARTES COM ZÍPER AZUL ROYAL Nº 8, MEDINDO 50CM DE COMPRIMENTO, E EM CADA ZÍPER 01 CURSOR METAL NIQUELADO Nº 8, "COM ALÇA PEGA MÃO EM FITA C.A. MEDINDO 30MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 40 CM E MAIS UMA TRAVESSA EM FITA C.A. MEDINDO 30MM NA COR AZUL ROYAL PARA REFORÇO DA ALÇA MEDINDO 40CM COM COSTURA COM REFORÇO EM X COM PARA FIXAR A ALÇA MEIA ARGOLA EM NIQUEL DE 30MM EM AMBAS AS PARTES COM REFORÇO EM FITA C.A. AZUL ROYAL; ALÇA TIRA COLO EM FITA C.A. MEDINDO 30MM NA COR AZUL ROYAL COM 1.30 M DE COMPRIMENTO COM REGULADOR NIQUELADO COM MOSQUETÃO DE 6,5 CM DE ALTURA COM ABERTURA DE 4 CM COM FECHAMENTO DE 1,5 CM, TODAS AS EMENDAS, "BOLSO FRONTAL CHAPADO VERTICAL: MEDINDO 38 CM DE COMPRIMENTO X 33 CM DE ALTURA, MEDIDA DO ZÍPER Nº 8 DO BOLSO VERTICAL 25CM NA COR AZUL ROYAL, E 01 CURSOR METAL NIQUELADO Nº 8, COM FORRO EM NYLON 100% POLIAMIDA CONFORME DESCRIÇÃO DO FORRO INTERNO . ACOPLADO AO CANTO ESQUERDO UM PORTA SQUEEZE EM TELA AZUL ROYAL UNIDO AO ZÍPER MEDINDO 18 CM DE ALTURA POR 20 CM DE LARGURA COM ACABAMENTO NA PARTE SUPERIOR COM GORGORÃO AZUL MARINHO; " PARTE INTERNA: FORRO INTERNO EM NYLON 100% POLIAMIDA (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIAMIDA, PANTONE 19-4025 TCX, GRAMATURA DE 303,01/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 39,53 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 385,80 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,24 % VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 35,60% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,47% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUME 59,89 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 585,18 N VARIÁVEL +/- 1%, CV3,03% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,23% VARIÁVEL +/- 1%, CV 4,74 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%); BOLSO INTERNO EM NYLON 100% POLIAMIDA NA PARTE TRASEIRA MEDINDO 38CM DE LARGURA E 23 CM DE ALTURA COM FECHAMENTO EM ZÍPER Nº 8 EM AZUL ROYAL; BOLSO INTERNO MEDINDO 32 CM DE LARGURA POR 20 CM DE ALTURA E NA OUTRA EXTREMIDADE, BOLSO NO MESMO MATERIAL DO FORRO MEDINDO 26 CM DE ALTURA E 38 CM DE LARGURA (FORRO DO MEIO) EM OUTRA EXTREMIDADE PORTA NOTEBOOK EM MATERIAL DO MESMO MATERIAL DO FORRO COM ESPUMA PAK AMBAS AS PARTES MEDINDO 23 DE ALTURA POR 38 LARGURA E 5 CM DE PROFUNDIDADE FECHADO COM VELCRO UMA FITA ACOPLADA DE 4 CM SAINDO DA PARTE SUPERIOR COM COMPRIMENTO DE 18 CM; " A PASTA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM LINHA 100% POLIAMIDA NA COR DE CADA MATERIAL COMBINANDO AS CORES CONTRA REFORÇOS NOS</p>	UN	500,00	JN BOLSAS	0,0000	46,8872	23.443,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 56/2015 - PR

Processo Administrativo: 56/2015
Processo de Licitação: 56/2015
Data do Processo: 22/12/2015

Folha: 10/10

COMBINANDO AS CORES, COM REFORÇOS NOS PONTOS DE TRAÇÃO, ONDE AS PONTAS DAS ALÇAS DEVERÃO SER QUEIMADAS, PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA DE RUPTURA. COM VIVO PLÁSTICO ACABAMENTO (CONTORNADO) O CORPO PRINCIPAL FRENTE E COSTA, E BOLSO. VIVO ENCAPADO COM, TECIDO TAFETÁ, DE 25 MM DE LARGURA, 100% POLIÉSTER TÍTULO LARGURA DTEX 169 DENIER 152 CV% 1,05, TÍTULO COMPRIMENTO DTEX 360 DENIER 324 CV% 1,05 NA COR AZUL ROYAL COM BORDADO CURITIBANOS EM FONTE ARIAL COR BRANCO COM ESPAÇO DE 13 MM ENTRE CADA, AS LETRAS INICIAIS COM 7 MM DE ALTURA. " COM ESTAMPA BRASÃO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS ESCRITO "PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS" CONFORME ARTE QUE SERÁ ENVIADA PARA O GANHADOR, COM 11 DE ALTURA X 11 COMPRIMENTO, CENTRALIZADO NO BOLSO FRONTAL, NA FORMA DE ETIQUETA SERIGRAFADA PELO PROCESSO DE SILK SCREEN EM CROMIA NO LAMINADO CRISTAL 0,40 MM DE ESPESSURA C/ SOLDA EM MÁQUINA ALTA FREQUÊNCIA DE 10 KVA APLICADA NO MATERIAL DA MOCHILA, COM 3 CAMADAS ADICIONAIS DE LAMINADO CRISTAL 0,40 POR BAIXO DA ESTAMPA. " COM UM PORTA LÍQUIDO TIPO SQUEEZE COM CAPACIDADE DE 500 ML, MEDINDO APROXIMADAMENTE 17 CM DE ALTURA X 7 CM DE DIÂMETRO NA COR BRANCO TRANSLÚCIDO, COM TAMPA INJETADA EM POLIPROPILENO, FECHAMENTO COM SISTEMA DE ROSCA NA COR AZUL ROYAL. BICO INJETADO EM PVC INCOLOR FLEXÍVEL COM FECHAMENTO EM SISTEMA DE VÁLVULA. O PORTA LÍQUIDO, TIPO SQUEEZE, DEVERÁ SER PERSONALIZADO COM ARTE FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM AS AMOSTRAS LAUDO TÉCNICO FORNECIDO PELA EMPRESA FABRICANTE DO SQUEEZE, EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES E PORTARIAS ESTIPULADAS PELA ANVISA PARA O PORTA LÍQUIDO (SQUEEZE) INDEPENDENTE DE SUA CAPACIDADE.

Total do Participante ———>	330.100,00
Total Geral —————>	330.100,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 18 de Janeiro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 01/2016

DECRETO nº 001, de 11 de Janeiro de 2016.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2016.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, incisos V, VII, XX e XXI, c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, combinado com o § 1º do artigo 395 da Lei Complementar nº 17, de 20 de dezembro de 2002; e

Considerando que a Unidade Fiscal Municipal deve ser atualizada com base na variação anual do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M (FGV), desde o exercício fiscal 2003, onde foi fixada em R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos);

Considerando-se que a variação acumulada do índice no ano de 2015 correspondeu a 10,5443% e que o valor da UFM em 2015 correspondia a R\$ 3,09 (três reais e nove centavos);

DECRETA:

Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM para o exercício de 2016 fica atualizada para R\$ 3,42 (três reais e quarenta e dois centavos).

Parágrafo Único – O valor da UFM deverá ser utilizado como fator de atualização monetária no lançamento dos tributos municipais e das penalidades por descumprimento de obrigações tributárias acessórias (multas fixas).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro do corrente.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de Janeiro de 2016; 28º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho - SC, 11 de Janeiro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 02/2016

DECRETO nº 002, de 11 de Janeiro de 2016.

Dispõe sobre a revisão geral anual 2016 na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e fundamentado na Lei Complementar nº 101, de 14/12/2011; e

Considerando-se que a última revisão geral anual ocorreu na competência janeiro/2015, pelo índice acumulado do INPC/IBGE do período de janeiro até dezembro/2014, conforme Decreto nº 002, de 13/01/2015;

Considerando-se que a Lei Complementar nº 101, de 14/12/2011, regulamentou a revisão geral anual na forma do inciso X, in fine,

do art. 37 da CF, definindo os elementos essenciais para possibilitar que seja baixado regulamento tão somente para implementar anualmente o referido direito aos agentes públicos;

Considerando-se que o índice acumulado do INPC/IBGE do período de janeiro até dezembro/2015 correspondeu a 11,28%;

DECRETA:

Art. 1º - Os salários ou subsídio dos servidores e agentes públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município serão revistos, no mês de janeiro/2016, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101, de 14/12/2011, regulamentada na forma deste decreto.

§ 1º - A revisão geral anual de que trata o “caput” deste artigo, para o exercício de 2016, será correspondente a 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento) relativo ao índice do INPC/IBGE acumulado no período de janeiro a dezembro/2015, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do corrente.

§ 2º - A revisão será aplicada a todos os salários e/ou subsídios:

I - de empregos de provimento efetivo ou comissionados, inclusive Secretários Municipais (Lei nº 803, de 27/06/2012);

II - de admitidos em caráter temporário (ACT);

III - de Conselheiros Tutelares (Lei nº 545/03, alterada pela Lei nº 812/12);

IV – dos empregos do PSF/PACS (LC nº 57/2007);

V – dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e demais Vereadores - Leis nº 802 e nº 804, de 27/06/2012).

§ 3º - A revisão geral de que trata o caput e § 1º deste artigo incide, inclusive, sobre o valor da bolsa-estágio de que trata a Lei nº 724, de 06/03/2009.

Art. 2º - Será aplicado ao valor do auxílio-alimentação de que trata a Lei Complementar nº 67, de 26/03/2008, o percentual da revisão disciplinado neste decreto, a contar de 1º de janeiro do corrente.

Parágrafo único – O percentual da revisão de que trata este decreto, incide, integralmente, para atualização do valor das Funções Gratificadas de que trata o Anexo V da Lei Complementar nº 31, de 06/04/2004, o Anexo VI da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, e o Anexo VII da Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, e das gratificações de que tratam a Lei Complementar nº 57, de 30/05/2007.

Art. 3º - Para os salários majorados automaticamente devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial em 2016, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto neste decreto.

Art. 4º - A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 1º de Janeiro do corrente.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de Janeiro de 2016; 28º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 03/2016

DECRETO no 003, de 13 de Janeiro de 2016.

Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, para os Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e fundado no art. 3º da Lei nº 759, de 11 de Maio de 2010, na Lei Federal nº 9.093, de 12/09/1995, alterada pela Lei Federal nº 9.335, de 10/12/1996, na Lei Complementar Municipal nº 50, de 16/10/2006 (Estatuto dos servidores), e nas Leis Complementares nº 31 e 32, de 06/04/2004 (Planos de Carreira dos servidores); e

CONSIDERANDO-SE que as Repartições Públicas Federais observarão o calendário de feriados e pontos facultativos decorrentes da Portaria nº 630, de 31/12/2015, expedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

CONSIDERANDO-SE a necessidade de ampla divulgação do calendário de funcionamento dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Doutor Pedrinho, principalmente junto aos usuários da Rede Municipal de Ensino e do Sistema Único de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos do período compreendido entre os dias 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, para os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I – 1º de janeiro, sexta-feira, Confraternização Universal (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

II – 08 e 09 de fevereiro, segunda e terça-feira de Carnaval (ponto facultativo);

III – 25 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado municipal – Lei Municipal nº 759, de 11/05/2010);

IV – 28 de março, segunda-feira de Páscoa (feriado municipal – Lei Municipal nº 759, de 11/05/2010);

V – 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

VI - 22 de abril, sexta-feira (ponto facultativo);

VII – 1º de maio, domingo, Dia do Trabalho (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

VIII – 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (feriado municipal – Lei Municipal nº 759, de 11/05/2010);

IX – 27 de maio, sexta-feira (ponto facultativo);

X - 01 de junho, quarta-feira, Dia de Fundação do Município (feriado

municipal – Lei Municipal nº 759, de 11/05/2010);

XI – 07 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

XII – 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil (feriado nacional – Lei Federal nº 6.802, de 30/06/1980);

XIII - 02 de novembro, quarta-feira, Finados (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

XIV – 14 de novembro, segunda-feira, Dia do Servidor Público (ponto facultativo – art. 152 da LC nº 50, de 16/10/2006);

XV - 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

XVI - 25 de dezembro, domingo, Natal (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002).

Art. 2º - Fica declarado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais os dias:

I – 08 e 09 de fevereiro, segunda e terça-feira de Carnaval;

II – 22 de abril, sexta-feira que sucede o Feriado Nacional de Tiradentes;

III – 27 de maio, sexta-feira que sucede o Feriado Municipal de Corpus Christi;

IV - 14 de novembro, segunda-feira, comemoração ao "dia do servidor público", (ponto facultativo – art. 152 da LC nº 50, de 16/10/2006).

§ 1º - Excetuam-se ao disposto neste artigo às atividades consideradas essenciais do Município.

§ 2º - Entendem-se como atividades essenciais do Município, aquelas relacionadas à irrigação de ruas, se for o caso, e as emergências ocorridas com a saúde pública.

Art. 3º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas nos artigos anteriores, será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço, sobre-aviso ou plantão.

Parágrafo Único - Aos funcionários que desempenharem função durante os dias de ponto facultativo ou feriado, será acrescido o adicional de hora extraordinária, conforme determina a Lei.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de Janeiro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 13 dias do mês de Janeiro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL 00052016 - MANUTENÇÃO ESCAVADEIRA SANSUNG

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME. EPP

Processo licitatório nº: 0005/2016

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0002/2016

Objeto: Registro de preços para a aquisição de peças e serviços de mão de obra para a manutenção da escavadeira hidráulica Sansung, do município de Faxinal dos Guedes.

Data do Recebimento: 29/01/2016 às 09h00min

Data da abertura: 29/01/2016 às 09h15min

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida
Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de janeiro de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 202/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 202/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. MECANICA BIAVA LTDA ME, CNPJ/MF n.º 13.017.190/0001-00 estabelecida na Rodovia Antonio Valmor Canela, em Santa Ana, Forquilha doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Ronaldo Castro dos Santos, brasileiro, CI 2753610, CPF 712.505.309-20;

2. CARLOS VANDERLEI ROCHA, CNPJ/MF n.º 03.300.801/0001-60 estabelecida na Rodovia Antonio Valmor Canela, em Santa Ana, Forquilha doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Vanderlei Rocha, brasileiro, CI 1931.994, CPF 661.722.689-53;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 202/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para manutenção (peças e mão de obra) para caminhão MB-1516 do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Corpo de Bombeiros, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do

Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega dos serviços e peças a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

1.6. Os serviços de mão de obra, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado, nas instalações da empresa contratada.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos

fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de

qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 202/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus

representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 18 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

MECANICA BIAVA LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Ronaldo Castro dos Santos

CPF: 712.505.309-20

CARLOS VANDERLEI ROCHA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Carlos Vanderlei Rocha

CPF: 661.722.689-53;

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 188/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA ADAPTAÇÃO E REFORMA DE 751,89 M² DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALDEMAR CASAGRANDE, NA RUA FRANCISCO RÔNCHI, BAIRRO OURO NEGRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às onze horas do dia dezoito do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CONSTRUTORA NELGUI LTDA, BF CONSTRUÇÕES LTDA e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP; os preços globais apresentados foram CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, R\$ 159.785,84 (cento e cinquenta e nove mil setecentos e oitenta e cinco e oitenta e quatro centavos; FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, R\$ 179.723,59 (cento e setenta e nove mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos); CONSTRUTORA NELGUI LTDA, R\$ 174.305,96 (cento e setenta e quatro mil trezentos e cinco reais e noventa e seis centavos); BF CONSTRUÇÕES LTDA, R\$ 222.943,40 (duzentos e vinte e dois mil novecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos) e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, R\$ 149.900,51 (cento e quarenta e nove mil novecentos reais e cinquenta e um centavo). O menor preço global apresentado foi da empresa: PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta, pertencente à empresa e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que

se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 18 de janeiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA

Membro da Comissão

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/
PMF/2016;**

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 07/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio das Secretarias de Ação Social e Saúde, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de fevereiro de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de janeiro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16FMS03

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FMS03
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA
Valor : 6.701,76 (seis mil setecentos e um reais e setenta e seis centavos).
Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 30/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2015
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS PESSOAS QUE FREQUENTAM O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

AT16PMF01

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF01
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
Valor : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 05/01/2016 Término: 30/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, PARA USO VETERINÁRIO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, QUE FAZ PARTE DO PISA – PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF02

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF02
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME
Valor : 25.865,14 (vinte e cinco mil oitocentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos)
Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 30/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LAVAÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS) PARA O ANO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0004-2016 DOM

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0004/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2016 – PMF –
PAL 0018/2016-PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção da rampa externa de acessibilidade da Escola de Ensino Fundamental Bairro das Nações, com área total de 103,00 m², localizada na Avenida Carlos Maister, Bairro das Nações, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 05.02.2016. Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus.

Fraiburgo(SC), 18 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002_2016 RP 0001-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0002/2016 – FMS

Registro de Preços nº 0001/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições de combustível para abastecimento dos veículos que fazem o deslocamento dos pacientes para tratamento de saúde na cidade de Florianópolis/SC. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 08.02.2016. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.
Fraiburgo(SC), 18 de dezembro de 2015.
Nilce Pinz – Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005_2016-PMF RP 0002

Aviso do Pregão Presencial nº 0005/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0002/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras de materiais esportivos para uso dos alunos que frequentam os Centros Municipais de Educação (Ensino Infantil e Fundamental). Validade da Ata de Registro de Preços: fevereiro a maio de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 09.02.2016. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 18 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006_2016-PMF RP 0003

Aviso do Pregão Presencial nº 0006/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0003/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de horas de escavadeira hidráulica equipada com rompedor de rochas, para prestação de serviços ao Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) durante os meses de fevereiro a maio de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: fevereiro a maio de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 15:00 horas do dia 02.02.2016. Abertura: às 15:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 18 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

CT16FMS03**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16FMS03

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: HGL TECNOLOGIA LTDA

Valor : 2.206,44 (dois mil duzentos e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO SUPORTE E ATUALIZAÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA COVS CONTROLE OPERACIONAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

CT16FMS04**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16FMS04

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA

Valor : 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais)

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016.

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA UNIDADE DE SAÚDE VILA SALETE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NAS ÁREAS DE BIOQUÍMICA, HEMATOLOGIA, IMUNOLOGIA, MICROBIOLOGIA, PARASITOLOGIA, URINÁLISE, EDUCAÇÃO CONTINUADA DO PROGRAMA BÁSICO E HEMOGLOBINA GLICOSILADA DO PROGRAMA AVANÇADO.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

CT16PMF01**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF01

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIA

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016.

Objeto : PUBLICAÇÕES NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE ATOS DO MUNICIPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF02**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF02

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: IMPRENSA NACIONAL

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2015.

Objeto : PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DOS ATOS DO MUNICIPIO DE FRAIBURGO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF03**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF03

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE.

Valor : 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO DOS MENORES: TALITA RIBEIRO E MAURÍCIO KAUÃ RODRIGUES.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF04**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF04

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: INFO DIGITALE-SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS P/ GESTÃO DOC.

Valor : 4.288,68 (quatro mil duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 3/2016.

Objeto : LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC (GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS) SOB A FORMA DE LICENÇA DE USO, NÃO EXCLUSIVA, EM AMBIENTE WINDOWS. O SISTEMA DESTINA-SE AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E DIGITALIZAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS (ATAS DAS SESSÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, CONTRATOS, CERTIDÕES, OFÍCIOS/CORRESPONDÊNCIAS, DECRETOS, EDITAIS, EMENDAS, INDICAÇÕES, MEDIDAS PROVISÓRIAS, MOÇÕES, PARECERES, PARECER JURÍDICO, PEDIDOS DE INFORMAÇÃO, PROJETOS DE LEI/LEIS, PROTOCOLO, PORTARI

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF05

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF05

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ALTINO LUIZ MIGUEL

Valor : 6.828,00 (seis mil oitocentos e vinte e oito reais)

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 4/2016.

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, CONsertos, REVISÕES E ADAPTAÇÕES REFERENTE A MANUTENÇÃO DE RETRANSMISSORAS DE TELEVISÃO DA REDE RECORD E CANÇÃO NOVA, NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF06

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF06

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA

Valor : 155.956,32 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE 09 (NOVE) GERADORES DE SOLO PARA COMBATE AO GRANIZO, INSTALADOS NAS LOCALIDADES - BARRO PRETO, VILA REFLOR, BÚTIA VERDE, FAXINAL DOS DOMINGUES, ASSENTAMENTO RIO MANSINHO, LINHA BRASÍLIA, NOSSA SENHORA DA SAÚDE, BAÍA E TABOÃO.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF07

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF07

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA.

Valor : 10.558,41 (dez mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos).

Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 10/03/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Nº.: 22/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA ESTRUTURADO EM CONCRETO ARMADO, COM ÁREA DE 54,00 M², PARA FECHAMENTO LATERAL DO C.E.M SANTO ANTONIO, LOCALIZADA NA RUA PRESIDENTE HERMES DA FONSECA, NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL).

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

DECRETO Nº 009/2016

DECRETO Nº 009, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO DE QUE TRATA ARTIGO 4º DO DECRETO Nº 0114/2011 OFERECIDA COMO GARANTIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DO LOTEAMENTO PORTAL, DA EMPRESA INCORPORADORA DE IMÓVEIS BOM FUTURO LTDA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme determinação do artigo 110 da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, fica substituída parcialmente a caução de que trata o artigo 4º do Decreto nº 0114 de 04 de abril de 2011, conforme Termo de Substituição de Caução, pelo qual, ficam liberados da caução os lotes nº 01 a 18 da quadra (622) e 01 a 14 da quadra (624), objeto da averbação nº 3/10.945.

Parágrafo Único. Para efeito da substituição de que trata este Decreto, ficam caucionados os lotes nº 01 a 24 da quadra (646) e 01 a 21 da quadra (647), mantendo-se inalteradas as demais cauções aqui não contempladas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 18 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0068/2016

PORTARIA Nº 0068, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0006/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DENISE CAREGNATO NERES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.919.389-42,

na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0069/2016

PORTARIA Nº 0069, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0007/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 070.423.594-37, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 17 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0070/2016

PORTARIA Nº. 0070, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 14/2016, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor NIVALDO JOSÉ BONALDO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 312.275.209-30, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 29 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE ANULAÇÃO DO TERMO ADITIVO TA15FMS14

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0031/2014-FMS

EXTRATO DE ANULAÇÃO DE TERMO ADITIVO

O Prefeito de Fraiburgo torna público a ANULAÇÃO do termo aditivo formalizado sob nº TA15FMS14 proveniente do contrato CT14FMS16 e seus efeitos, em virtude da exigência de prorrogação do edital de chamada pública n 0001/2014-FMS, constante da Cláusula Nona 9.2 do referido contrato, da empresa Gaya Ortopedia e Traumatologia Eireli – ME, inscrita no CNPJ:17.070403/0001-00. Fraiburgo(SC), 18 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

TA15SF19

EXTRATO CONTRATUAL (RETIFICAÇÃO)

Aditivo Nº : TA15SF19 - Contrato Nº: CT15SF02

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: ONSSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - ME

Valor : 7.104,00 (sete mil cento e quatro reais)

Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA OITAVA E COM FULCRO NO ART. 57 DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016. DIANTE DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, SERÁ EMPENHADO PARA O PERÍODO ACRESCIDO O VALOR DE R\$ 592,00 (QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS) POR MÊS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, TOTALIZANDO R\$ 7.104,00 (SETE MIL, CENTO E QUATRO REAIS) AO FINAL DOS 12 MESES.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016

ELOI REGALIN - Presidente

TA16PMF01

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF01 - Contrato Nº: CT14PMF179

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA

Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 25/02/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 20/2014.

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF02**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF02 - Contrato Nº: CT15PMF58
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 10/04/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 5/2015.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ANDRE CARLOS CHELLI, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ A DATA DE 10 DE ABRIL DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF03**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF03 - Contrato Nº: CT15PMF64
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 08/01/2016 Término: 10/04/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 7/2015.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ANDRE CARLOS CHELLI, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ A DATA DE 10 DE ABRIL DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF04**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF04 - Contrato Nº: CT15PMF98
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 17/02/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 13/2015.

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA E ADITIVOS DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 17.02.2016.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF05**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF05 - Contrato Nº: CT15PMF88
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 17/02/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 12/2015.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO EDITAL PROC. DE LIC. 02/2015 = ASSIST.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC torna público aos interessados que fará realizar, no dia 03 de fevereiro de 2016, as 08h30min, Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para Registro de Preços, regida pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, sob o regime de menor preço global, tendo por objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços funerários para pessoas carentes do município, informações e Edital poderão ser obtidos através do site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 18 de janeiro de 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 01/2016 = ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC torna público aos interessados que fará realizar, no dia 04 de fevereiro de 2016, as 08h30min, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO, regida pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, sob o regime de menor preço global, tendo por objetivo a contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da Assistência Social, informações e Edital poderão ser obtidos através do site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 18 de janeiro de 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 001/2016

MUNICIPIO DE GALVÃO

EXTRATO DO PL Nº 001/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2016

O Município de Galvão através de seu representante legal Sr. ALTUIS CESAR REBELATTO, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que a partir do dia 19 de Janeiro de 2016, estará aberta a inclusão e atualização do Cadastro de Fornecedores aos interessados que desejarem fornecer bens e serviços ao Município de Galvão no decorrer de 2016. Obs: O edital encontra-se no setor de licitações ou na pagina do Município de Galvão www.galvao.sc.gov.br. Informações pelo Telefone (0**49) 3342-1111 ou 3342-1112.

Galvão - SC, 18 de janeiro de 2016.

ALTUIS CESAR REBELATTO

Prefeito Municipal em Exercício

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR003/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2016

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando Registro de preço para locação de equipamentos de sonorização, iluminação, estruturas de palco e prestação de serviço de som volante, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 29/01/2016. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 29/01/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 18 de janeiro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR005/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 29/01/2016.

A sessão se dará a partir das 17h00min do dia 29/01/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 18 de janeiro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 001/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 001/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: THALES SIMÕES PIRES DE ALMEIDA

Objetivo: MEDICO EMERGENCISTA

Valor: R\$ 12.557,49 (doze mil quinhentos e cinquenta e sete reais com quarenta e nove centavos) mensais

Vigência: De 02/01/2016 até 02/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 002/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 002/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: REGINA BERNARDO JOÃO

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.118,13 (um mil cento e dezoito reais e treze centavos) mensais

Vigência: De 04/01/2016 até 04/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 003/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 003/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FABIULA RODRIGUES GARCIA

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.118,13 (um mil cento e dezoito reais e treze centavos) mensais

Vigência: De 11/01/2016 até 11/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 004/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 004/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IARA SANTOS

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um real e noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 11/01/2016 até 11/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 005/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 005/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LISIANE DUARTE

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um real e noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 11/01/2016 até 11/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 006/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 006/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARA SILVA

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 875,55 (oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 19/01/2016 até 19/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 007/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 007/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIAKIN CHAVES MACHADO

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 875,55 (oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 19/01/2016 até 19/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 875,55 (oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 19/01/2016 até 19/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 008/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 008/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTINA OSVALDO CONSTANTE

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 009/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 009/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ENIA APARECIDA GARCIA BERNARDO

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 875,55 (oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 19/01/2016 até 19/07/2016, prorrogável conforme legislação vigente

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 04/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 04/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

A Câmara Municipal de Garopaba, com sede à Rua 30 de dezembro, nº 240, sala 04 – Centro – Garopaba/SC CEP: 88.495-000, torna público que, de acordo com o as normas vigentes celebra o presente Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2015, de 01 de junho de 2015, amparado no inciso II do Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, vinculado ao Processo Administrativo nº 05/2015, na modalidade Dispensa de Licitação DL nº 02/2015.

Contratado: LIMA & LIMA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.194.970/0001-82, situada na Rua Antônio Claudino de Souza Medeiros, nº 45, Centro, CEP 88.495-000, Garopaba/SC.

Objeto: Locação de imóvel, situado a Rua 30 de dezembro, nº. 240, sala 04, Centro, Garopaba/SC, em alvenaria, sendo 66,07 m² (térreo) e 574,25 m² (pavimento superior), totalizando 640,32 m², a área conta com total acessibilidade, 01 Plataforma elevatória para acessibilidade 250kg, um auditório para 108 pessoas sentadas, já com cadeiras e climatizado, 6 salas climatizadas, 03 sala com janelas, 01 copa, banheiros com acessibilidade, espaço para o Plenário.

Valor: R\$ 16.600,50 (dezesesseis mil e seiscentos reais e cinquenta centavos) no final de cada mês, Ou seja, todo dia 30 (trinta) de cada mês. Correspondendo a importância global de R\$ 199.206,00 (cento e noventa e nove mil e duzentos e seis reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Data da Assinatura: 07/01/2016

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA

QUADRO DE VAGAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS 2ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA – DATA 21/01/2016 – HORÁRIO: 8h

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	NOME E ASSINATURA SERVIDOR
CRECHE MARIA CORREA SAAD	40	VESP.	MAT.I-A	VINCULADA A FABRICIA LOPES- ATÉ/14/03/2016	
EM. ERNESTO HATTENHAUER	40	MAT/ VESP	PRÉ	VINCULADA A ROSIANE BOEING- ATÉ 15/07/2016	
EM.VICENTE VIEIRA	40	MAT/ VESP	PRÉ	VINCULADA A MARIA INÊS CARDOSO.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS 2ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT ANOS INICIAIS

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	NOME E ASSINATURA SERVIDOR
EM.MARIA MARTINS BUDAL	20	VESP.	2º ANO	VINCULADA A CLAUDIA REGUEIM	
EM. VICENTE VIEIRA	20	VESP.	5º ANO 04	EXCEDENTE	

Garuva, 18 de janeiro de 2016
Jucilene Furlan
Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL**REPUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO CONTRATO 003/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2015, CELEBRADO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GARUVA E A EMPRESA LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

A CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa pública de direito interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 81.144.610/0001-60, com sede à Rua Castro Alves - Nº: 44 - Bairro: Centro - CEP: 89.248-000 Cidade de Garuva - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Sr. Reginaldo Mews Rosa, portador do CPF 006.063.009-45, RG 4354010 SSP SC, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF: 00.685.840/0001-35, com sede na Rua XV de Novembro, 1.480, Centro, Blumenau/SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo sócio Sr. Jeser Mauri Alvarenga, portador do CPF 291.184.769-53, com fulcro no inciso IV, do art. 57, da Lei de Licitações, celebram este TERMO ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula Oitava do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 05 (cinco) de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

De acordo com a Cláusula Quarta – letra f, do contrato original, os valores serão reajustados pela variação do IGP-M da FGV.

O valor global referido na Cláusula Quarta passa a ser de R\$ 5.571,36 (cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).

O valor mensal passa a ser de R\$ 464,28 (Quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

CLAÚSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente termo aditivo tem seu fundamento no artigo 57, inciso IV, c/c artigo 65, inciso II da Lei de Licitações.

CLAÚSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma.

Garuva (SC), 04 de janeiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA

REGINALDO MEWS ROSA

Contratante

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Jeser Mauri Alvarenga

Contratada

Resultado da Correção pelo IGP-M (FVG)

Dados básicos da correção pelo IGP-M da FVG

Dados informados	
Data inicial	01/2015
Data final	12/2015
Valor nominal Mensal	R\$ 420,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,105443
Valor percentual correspondente	10,5443 %
Valor corrigido na data final	R\$ 464,28 (REAL)

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA DE LICITAÇÃO TP 01/2016

ERRATA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 01/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DAS RUAS ANTÔNIO MARCOLINO BENTO NO BAIRRO DE PALMAS E DA SERVIDÃO DO POÇO FRIO, BAIRRO GANCHOS DO MEIO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público a errata da licitação:

No Edital, Item 7.2.1.1, onde se lê:

"7.2.1.1 – A proponente deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto licitado, através de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por órgão público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT). Será considerado como requisito para habilitação do proponente no certame, o serviço de execução de, no mínimo, 150,00 m³ de drenagem pluvial e de 1.200,00 m² de pavimentação com lajotas. No Atestado a ser apresentado deverá constar o carimbo do CREA, devendo os dados constantes desse carimbo corresponder com o Acervo Técnico apresentado."

Leia-se:

"7.2.1.1 – A proponente deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto licitado, através de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por órgão público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT). Será considerado como requisito para habilitação do proponente no certame, o serviço de execução de, no mínimo, 150,00 m de drenagem pluvial e de 1.200,00 m² de pavimentação com lajotas. No Atestado a ser apresentado deverá constar o carimbo do CREA, devendo os dados constantes desse carimbo corresponder com o Acervo Técnico apresentado."

As demais especificações permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 07.2016 PMGBA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 82.821.216/0001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, 85

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 04/2016 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

Processo Administrativo: 07/2016

Processo de Licitação: 07/2016

Data do Processo: 05/01/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE ALMOÇO PARA FUNCIONÁRIOS A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE QUE PRESTAM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO EM COMUNIDADES DISTANTES DA CIDADE PRÓXIMAS À LINHA OURO VERDE E LINHA GUATAPAREMA A SER SERVIDO NAS MESMAS COMUNIDADES, POR SEREM CENTRAIS AS COMUNIDADES DA REGIÃO.

Às 10:00 horas do dia 18 (dezoito) de janeiro de dois mil e dezesseis, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 07/2016, Pregão Presencial 02/2016 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a comissão de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a comissão de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 29/01/2016, às 14:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 18 de Janeiro de 2016

ALDO JUSTINI SALVI - PREGOEIRO

TALITA GUERINI - EQUIPE DE APOIO

ANDRÍO DALL AGNOL – EQUIPE DE APOIO/SUPLENTE

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 04.16 AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E MATERIAIS DE LIMPEZA SCFV E CRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 07/16, Edital de Pregão Presencial Nº 04/16. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza para Manutenção atividades do SCFV e CRAS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 03/02/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 03/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 18 de janeiro de 2016.

IDIONE KROTH FABBI,

Ordenador do FMS

Guaramirim

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA I:
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 036/2015 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS E DROGARIAS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE NÃO ESTÃO INCLUSOS NA REMUME (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS), PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO CONFORME A NECESSIDADE EXCEPCIONAL OU AÇÃO JUDICIAL E PARA O LAR DA CRIANÇA.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC) torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Credenciamento nº 036/2015 – FMS.

1. ALTERAÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Os documentos deverão ser entregues a partir do dia 1º de fevereiro de 2016.

2. ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

A vigência do credenciamento passará a iniciar a partir da data de homologação da credenciada.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis na segunda-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, de terça a sexta-feira das 07:00h às 13:00h pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, pelo e-mail gabriel.felippi@gmail.com ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de janeiro de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 037/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA I:
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 037/2015 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS: CARDIOLOGIA, CIRURGIA GERAL, CIRURGIA GINECOLÓGICA, ANESTESIOLOGIA, DERMATOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA, ORTOPEDIA, OFTALMOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, NEUROLOGIA, PROCTOLOGIA, UROLOGIA, CIRURGIA VASCULAR, PSIQUIATRIA, REUMATOLOGIA.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC) torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Credenciamento nº 037/2015 – FMS.

1. ALTERAÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Os documentos deverão ser entregues a partir do dia 1º de fevereiro de 2016.

2. ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

A vigência do credenciamento passará a iniciar a partir da data de homologação da credenciada.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis na segunda-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, de terça a sexta-feira das 07:00h às 13:00h pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, pelo e-mail gabriel.felippi@gmail.com ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de janeiro de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA I:
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 038/2015 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO UNIVERSAL DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA COMPLEMENTAR, NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC) torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Credenciamento nº 038/2015 – FMS.

1. ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Os documentos poderão ser entregues até as 16h.

2. ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

A vigência do credenciamento passará a iniciar a partir da data de homologação da credenciada.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis na segunda-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, de terça a sexta-feira das 07:00h às 13:00h pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, pelo e-mail gabriel.felippi@gmail.com ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de janeiro de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL 008/2016

Decreto Administrativo 08/2016.

Prorroga Teste Seletivo Edital Nº 003/2014.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial o sub item 1.1.5, item 1, do Edital de Teste Seletivo 003/2014 de 22 de julho de 2014, conforme Decreto 005/2015, datado em 12/01/2015, do Resultado classificatório final E em conformidade com as disposições da CF:

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o Edital de Teste Seletivo 003/2014 por mais 01(um) ano, a partir da data de 12 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
12 de janeiro de 2016.

64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA MUNICIPAL 024/2016

PORTARIA Nº 024/2016.

RETORNA A INSTAURAÇÃO TRAMITAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Considerando que a Funcionária Simone Prates dos Santos, retornou a suas atividades, na data de 09/01/2016, conforme Comunicação de Decisão pela Previdência Social,

Considerando, que a Comissão nomeada até a presente data não pode realizar suas incumbências devido a funcionária estar em direito de afastamento do trabalho por motivo de doença, é que:

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. José Carlos Foiatto, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial

RESOLVE:

Art.1º.Dar novo início na data de 11/01/2016, a instauração de tramitação de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado através da Portaria n 0235/2015.

Parágrafo único. A Comissão terá um prazo de 60(sessenta) dias, para conclusão de suas atribuições.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em
11 de janeiro de 2016.

64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

Certifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 003/2016

PORTARIA LEGISLATIVA n. 03 /2015

NOMEIA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Art. 66 inciso I do Regimento Interno, e, em especial no Inciso IV do art. 3º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNA a servidora Clédina de Oliveira como Pregoeira desta Câmara Municipal.

Art. 2º DESIGNA os servidores, Keli Fátima Griebler e Jaqueline Letícia Stalter como membros da equipe de apoio da Pregoeira.

Art. 3º Os trabalhos dos servidores ora nomeados deverão ser executados conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 10.520/2002 e alterações posteriores, e, subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, aos 18 de Janeiro de 2016.

Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 1º período, 53º ano de sua Instalação Legislativa.

Alcione Roberto Straub
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Mônica Regina Taube
1º Secretária

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2016

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 001/2016
Dispensa de Licitação nº 001/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0001/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

CONTRATANTE:
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATADA:
Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

OBJETO:
Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC
Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional
Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado - REGIN

VALOR:
R\$ 1.225,00 (mil duzentos e vinte e cinco reais).mensais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.3.93.39 (Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, previstas no orçamento do Município para o exercício de 2016, nos termos da Lei Municipal 3126/2015 de 07/12/2015 (Lei Orçamentária Anual).

Herval d'Oeste, em 04 de janeiro de 2016.
NELSON GUIDANI GILSONI LUNARDI ALBINO
Prefeito Municipal Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA Nº 077/2016

PORTARIA Nº 077/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, ao servidor ANTONIO BRUNO ANTUNES (Matr. 507), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "H", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 18 de janeiro de 2016 a 16 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 078/2016

PORTARIA Nº 078/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora QUÊNIA BRINCKMANN (Matr. 2897), ocupante do Cargo de Provedor em Comissão de Secretário de Assistência Social, Nível – Agente Político, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de dezembro de 2014 e 03 de dezembro de 2015, para serem gozadas a partir de 18 de janeiro de 2016 a 16 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 079/2015

PORTARIA Nº 079/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor LUIZ FRANCISCO FERREIRA LIRA (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Manutenção de Máq. e Veículos, Nível – 8, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 18 de janeiro de 2016 a 21 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 080/2016

PORTARIA Nº 080/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor ARLINDO ALCIDES SANTINI (Matr. 352), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "H", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 18 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 081/2016

PORTARIA Nº 081/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1169/2015, da Servidora CARMEN SOLLÁ C. BOLDRINI (Matr. 544), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "H", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de outubro de 2013 e 16 de outubro de 2014, para serem gozadas a partir de 18 de janeiro de 2016 a 06 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 082/2016

PORTARIA Nº 082/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora JAMIR RIBEIRO DA CRUZ (Matr. 2671), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2014 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 18 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 083/2016

PORTARIA Nº 083/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ELIETE ANDREIA DEBUS (Matr. 2788), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 18 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2880/2015

DECRETO N.º 2880, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ESTABELECE CRONOGRAMA, FIXANDO DATAS PARA O DESEMBOLSO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2016 REFERENTE AOS CREDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VII, XVI e XXIV, do art. 88, da Lei Orgânica do Município, e tendo presentes razões de conveniência e oportunidades públicas,

DECRETA:

Art. 1.º O presente decreto disciplina o cronograma de pagamentos para os credores municipais, de acordo com as disponibilidades financeiras.

Art. 2.º Fica estabelecido o cronograma de pagamentos, para os credores municipais de créditos resultantes de compras e de prestações, de serviços, conforme consta nos anexos I e II, que integra este decreto.

Art. 3.º Fica estabelecido que o pagamento para os credores municipais pessoa física resultante de prestações de serviços, será até o último dia útil do mês da prestação do serviço.

Art. 4.º Para o disposto neste decreto, o departamento de licitações e compras, deverá ajustar as datas dos pagamentos fixados em decorrência de processos licitatórios, de acordo com o cronograma aqui estabelecido.

Art. 5.º Este decreto obriga a todas as secretarias e demais órgãos públicos do município o cumprimento dos cronogramas estabelecidos, ressalvadas as citações especiais decorrentes de recursos conveniados ou transferidos que ficarão vinculadas às disponibilidades financeiras do mesmo convênio, ou a seu ingresso no município, bem como as respectivas contrapartidas, despesas com pessoal, diárias, adiantamentos, serviços de terceiros- pessoa física, amortização e encargos da dívida.

Art. 6.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 04 de janeiro de 2016.

Art. 7.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado:

ANEXO I

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA COMPRAS E SERVIÇOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS

O Município é obrigado a obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Para atender o art.5º da Lei Federal 8.666/96, as compras e serviços deverão seguir o cronograma conforme tabela abaixo, com observação das datas para o seu pagamento.

Nº	DATA DA LIQUIDAÇÃO DAS COMPRAS	MÊS PGTO	DATA DIA
01	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JANEIRO	JANEIRO	20
02	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JANEIRO	FEVEREIRO	11
03	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE FEVEREIRO	FEVEREIRO	24
04	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 28 DE FEVEREIRO	MARÇO	10
05	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MARÇO	MARÇO	29
06	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MARÇO	ABRIL	14
07	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE ABRIL	ABRIL	26
08	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE ABRIL	MAIO	12
09	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MAIO	MAIO	24
10	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MAIO	JUNHO	13
11	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JUNHO	JUNHO	27
12	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE JUNHO	JULHO	12
13	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JULHO	JULHO	26
14	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JULHO	AGOSTO	11
15	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE AGOSTO	AGOSTO	26
16	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE AGOSTO	SETEMBRO	13
17	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE SETEMBRO	SETEMBRO	27
18	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE SETEMBRO	OUTUBRO	07
19	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE OUTUBRO	OUTUBRO	25
20	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE OUTUBRO	NOVEMBRO	11

21	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE NOVEMBRO	NOVEMBRO	28
22	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE NOVEMBRO	DEZEMBRO	12
23	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 10 DE DEZEMBRO	DEZEMBRO	20
OBSERVAÇÃO:O servidor que não seguir as presentes instruções, será devidamente responsabilizado.			

ANEXO II

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA COMPRAS E SERVIÇOS PREFEITURA MUNICIPAL

O Município é obrigado a obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Para atender o art.5º da Lei Federal 8.666/96,as compras e serviços deverão seguir o cronograma conforme tabela abaixo , com observação das datas para o seu pagamento.

Nº	DATA DA LIQUIDAÇÃO DAS COMPRAS	MÊS PGTO	DATA DIA
01	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JANEIRO	JANEIRO	19
02	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JANEIRO	FEVEREIRO	10
03	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE FEVEREIRO	FEVEREIRO	23
04	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 28 DE FEVEREIRO	MARÇO	11
05	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MARÇO	MARÇO	29
06	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MARÇO	ABRIL	13
07	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE ABRIL	ABRIL	25
08	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE ABRIL	MAIO	11
09	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MAIO	MAIO	23
10	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MAIO	JUNHO	10
11	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JUNHO	JUNHO	24
12	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE JUNHO	JULHO	11
13	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JULHO	JULHO	25
14	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JULHO	AGOSTO	10
15	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE AGOSTO	AGOSTO	25
16	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE AGOSTO	SETEMBRO	12
17	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE SETEMBRO	SETEMBRO	26
18	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE SETEMBRO	OUTUBRO	06
19	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE OUTUBRO	OUTUBRO	24
20	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE OUTUBRO	NOVEMBRO	10
21	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE NOVEMBRO	NOVEMBRO	28
22	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE NOVEMBRO	DEZEMBRO	09
23	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 10 DE DEZEMBRO	DEZEMBRO	19

OBSERVAÇÃO:O servidor que não seguir as presentes instruções, será devidamente responsabilizado.

ERRATA AO EDITAL PP 03/2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2016

O MUNICÍPIO DE IBIAM retifica no item 01 do edital do pregão 03/2016 que aonde lê-se período da tarde, fica alterado para período da manhã.

Também no item 01 quando fala, o veículo deverá ter no mínimo 40 lugares altera-se para veículo de no mínimo 25 lugares.

No item 02 quando fala, o veículo deverá ter no mínimo 25 lugares altera-se para veículo de no mínimo 20 lugares.

1. Por força da alteração, a data de recebimento das propostas e julgamento referente licitação nº 0004/2016, modalidade Pregão Presencial, fora prorrogada para o dia 29/01/2016, mantidos os horários iniciais. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalterados.

Iomerê, 18 de janeiro de 2016.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 270/2015

PORTARIA N.º 270, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

“INSTITUI COMISSÃO PARA ELABORAR PLANTA DE VALORES.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto no § 3º do art. 16 da LC n.º 001/98, RESOLVE:

Art. 1.º Ficam nomeados os servidores JULIANA LIZOT, CARMELITA CHIESA TRAGANCIN e ROSINEI CERON, para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão que elaborará e apresentará planta de valores, destinada a embasar o Decreto que estabelecerá a planta definitiva de valores para efeito de lançamento e cobrança de tributos municipais para o exercício financeiro de 2016.

Art. 2.º Para apoio técnico, a Comissão poderá solicitar a colaboração do Departamento Técnico da AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.

Art. 3.º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o relatório.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em Exercício

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2016

PORTARIA Nº 001/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. ANDERSON GIBALA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 002/2016

PORTARIA Nº 002/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. MARILZA APARECIDA LEJANOSKI DA FONSECA, do cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, o Sr. PATRICK UBIRAJARA PEREIRA, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 004/2016

PORTARIA Nº 004/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. JOICE DENISE ASSINI DE OLIVEIRA, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 005/2016

PORTARIA Nº 005/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. LANA MARIA BORTOLI, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 006/2016

PORTARIA Nº 006/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. DIANDRA TAINARA PAULO, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 009/2016

PORTARIA Nº 009/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ANA CAROLINA COLSANI, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 007/2016

PORTARIA Nº 007/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ANA CLÁUDIA SCHMITZ, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 010/2016

PORTARIA Nº 010/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. KAREN LAIS CASTELAIN, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 008/2016

PORTARIA Nº 008/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. BRUNA ESTEFANI BONFANTI, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 011/2016

PORTARIA Nº 011/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. CRISTIELE CLEUSA GONZAGA, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 012/2016

PORTARIA Nº 012/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. CLAUDIA GRAZIELA DE JESUS, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 015/2016

PORTARIA Nº 015/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. SALETE APARECIDA DA SILVA GONÇALVES, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 013/2016

PORTARIA Nº 013/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. CARLA REGINA BLANK, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIA Nº 016/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. NOELI APARECIDA DE FRANÇA, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 014/2016

PORTARIA Nº 014/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. ELISABETE MARISTELA PAULA MACHADO, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIA Nº 017/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. DARLINE DE FARIAS, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 018/2016

PORTARIA Nº 018/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MARIA ELISABETH BOMFIM, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 021/2016

PORTARIA Nº 021/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ANA PAULA HESS, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 019/2016

PORTARIA Nº 019/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. VANESSA CARDOSO DE OLIVEIRA, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 022/2016

PORTARIA Nº 022/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. VANESSA LARA DA ROSA, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 020/2016

PORTARIA Nº 020/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. RAFAELA VISINHEWSKI ZERMIANI, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 023/2016

PORTARIA Nº 023/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MICHAELA MAYRA MIGLIOLI, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 024/2016

PORTARIA Nº 024/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. LUCIANA LUIZA TOMÉ, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 027/2016

PORTARIA Nº 027/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. VIVIANE FERREIRA DIONISIO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 025/2016

PORTARIA Nº 025/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. AMANDIA SOUZA DUARTE MORAIS, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 028/2016

PORTARIA Nº 028/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. BÁRBARA MARIA ZIMMERMANN, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 026/2016

PORTARIA Nº 026/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ESOLENI BERTTOTTI ADÃO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 029/2016

PORTARIA Nº 029/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MARIA DA GLORIA EMILIO DE SOUZA, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 030/2016

PORTARIA Nº 030/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. JUCILENE WEBER MIRANDA, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 031/2016

PORTARIA Nº 031/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. SIMARA COSTA, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: SEMUSA 2010/08 A/06

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2010/08 a/06

Contratada CDI IMAGEM LTDA

CNPJ 10.409.163/0001-86

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016.

Fundamento: Processo nº. 03/2010 Inexibibilidade 01/2010

Imbituba, 23 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Credenciante

CDI Imagem Ltda

Representante legal

Credenciada

PORTARIA PMI/GGP Nº 20/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 20, de 18 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. SÔNIA MARIA DUTRA DEBRASSI, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 479.947.620-34, para exercer o cargo de Assessora II junto a Secretaria Municipal da Fazenda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de janeiro de 2016.

Imbituba, 18 de janeiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA SEAPI/PMI Nº 004/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA SEAPI/PMI Nº 004/2016, de 14 de janeiro de 2016.

Designa servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Obra de reforma da Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos – Paes Leme, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução de obra de reforma da Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos – Paes Leme, por meio do Processo Licitatório nº 126/2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora Engª Civil LAURITA REGINA WUNDER PAMATO NUNES, CPF: 752.937.900-30, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 15 de janeiro de 2016.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 235/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 235/2015

CONTRATADA: OFICINA – ENGENHEIROS E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, atualização dos estudos de suporte técnico para a concessão do transporte coletivo de Indaial, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 18 de dezembro de 2015 até 15 de fevereiro de 2016.

VALOR: R\$ 14.700,00

CONTRATO Nº 236/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 236/2015

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos

Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
 3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
 5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;
- PRAZO: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.
VALOR: R\$ 31.110,00

LAO 8407/2015

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

O MUNICÍPIO DE INDAIAL, torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), a Licença Ambiental de Operação (nº 8407/2015), válida por 48 (quarenta e oito meses) para atividade 34.41.12 – Central de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos com ou sem tratamento orgânico, localizada na Rua Anna Bauer, nº 280, bairro Warnow, em Indaial/SC.

Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina
Fone: + 55 48 3216 1700
E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br
URL: www.fatma.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016**

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Centro, Município de Indal-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar o CREDENCIAMENTO de EMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA AM e FM para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo, de acordo com os termos deste Edital e Anexos, procedimento este a ser conduzido pela Comissão de Licitação instituída e composta conforme Portaria 49/2015.

Indal/SC, 18 de janeiro de 2016.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS

Presidente da Mesa Diretora da

Câmara Municipal de Indal

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0001/16 – ED160001

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, considerando o disposto no art. 111 da Lei Orgânica do Município de Iomerê, promulgada em 12 de novembro de 1997; considerando o disposto no art. 95 e seguintes da Lei Complementar Nº 12, de 26 de março de 2003;

NOTIFICA

Todas as empresas, sociedades de profissionais e profissionais autônomos, regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes Municipais com cadastro atualizado, que a Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento para o exercício de 2016, está sendo lançada pela Secretaria de Administração e Finanças e deverá ser paga observados os seguintes prazos e condições:

I – Prazo e forma de pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago em parcela única até o dia 31 de março do corrente ano. A taxa deverá ser retirada nas dependências da Prefeitura Municipal de Iomerê e poderá ser quitado em qualquer banco até o vencimento.

II – Pagamento com atraso:

O tributo não recolhido até a data de seu vencimento, será liquidado de acordo com os critérios seguintes, conforme art. 171 da Lei Complementar nº 12/03 – CTM:

I - o principal será atualizado mediante utilização do valor atualizado da UFM ou, na sua falta, outro índice fixados para aplicação nos débitos para com a Fazenda Nacional,

II - sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

- a) Multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), para recolhimento em atraso, a partir do dia seguinte ao vencimento da obrigação;
- b) Juros de Mora a razão de 1% (um por cento) mensalmente, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação, considerado mês qualquer fração.

III – Falta de pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente nos termos do art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN e art. 224 e seguintes da Lei Complementar nº 12/03 – CTM. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

IV – Impugnações:

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação, até o vencimento de que trata o item I deste edital, obedecido o disposto na Lei Complementar nº 12/03 – CTM.

V – Outras informações:

O contribuinte poderá obter maiores informações junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e

publicado o presente edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Iomerê, 11 de janeiro de 2016.

MILTO BORGA

Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Publicado o presente Edital nesta Secretaria de Administração e Finanças em 12º de janeiro de 2016.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

PORTARIA 2724/2016

PORTARIA Nº 2724 DE 15 DE JANEIRO DE 2016

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal DAIANA AMALIA CHAVES, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/05/2014 a 01/05/2015 a contar de 18/01/2016 a 16/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORGA

Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO EM METAS MENSAS DE DESEMBOLSO EXERCÍCIO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2016						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE			
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECADÇÃO	2.565.753,00	2.540.744,00	2.515.745,00			
(+) SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2015	0,00	0,00	0,00			
(+) SALDO BIM. ANTERIOR	0,00	168.240,00	198.984,00			
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.565.753,00	2.708.984,00	2.714.729,00			
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
DESPESAS CORRENTES	1.140.500,00	1.160.500,00	1.170.000,00	1.225.000,00	1.255.000,00	1.205.000,00
> Pessoal e Encargos Soc.	560.000,00	560.000,00	560.000,00	605.000,00	605.000,00	605.000,00
> Juros e Enc. Da Dívida	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Outras Despesas Corr.	580.000,00	600.000,00	610.000,00	620.000,00	650.000,00	600.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	61.513,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	55.000,00
> Investimentos	10.000,00	36.513,00	30.000,00	35.000,00	40.000,00	30.000,00
> Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	1.175.500,00	1.222.013,00	1.225.000,00	1.285.000,00	1.320.000,00	1.260.000,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)	2.397.513,00		2.510.000,00		2.580.000,00	
SUPERAVIT = (A - B)		168.240,00		198.984,00		134.729,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2016						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE			
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECADADAÇÃO	2.519.745,00	2.584.745,00	2.861.268,00			
(+) SALDO BIMEST. ANTERIOR	0,00	19.245,00	64.981,00			
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.519.745,00	2.603.990,00	2.926.249,00			
SAIDAS						
SEMESTRAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	1.185.000,00	1.200.000,00	1.204.009,00	1.220.000,00	1.210.000,00	1.701.778,00
> Pessoal e Encargos Soc.	605.000,00	605.000,00	605.000,00	605.000,00	605.000,00	1.156.778,00
> Juros e Enc. Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Outras Despesas Corr.	580.000,00	595.000,00	599.009,00	615.000,00	605.000,00	545.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	30.500,00	85.000,00	45.000,00	70.000,00	60.000,00	65.000,00
> Investimentos	5.000,00	60.000,00	20.000,00	45.000,00	35.000,00	40.000,00
> Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	1.215.500,00	1.285.000,00	1.249.009,00	1.290.000,00	1.270.000,00	1.766.778,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)		2.500.500,00		2.539.009,00		3.036.778,00
SUPERAVIT = (A - B)		19.245,00		64.981,00		-110.529,00

NAO FOI INCLUIDO DO CRONOGRAMA OS RECURSOS DO SUPERAVIT FINANCEIRO E A RESERVA DE CONTINGÊNCIA Iomerê, SC 02 de Janeiro de 2016

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

SIRLEI ALTENHOFEN
Contadora CRC-SC 32379/O-4

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS DE ARRECAÇÃO EM METAS BIMESTRAIS EXERCÍCIO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

UNIDADE: MUNICÍPIO/CONSOLIDADO

METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - EXERCÍCIO 2016 (ART. 13, DA LEI 101/2000)

DESCRIÇÃO	%	ORÇADO	%	1º BIMESTRE	%	2º BIMESTRE	%	3º BIMESTRE	%	4º BIMESTRE	%	5º BIMESTRE	%	6º BIMESTRE
RECEITAS ORÇAMENT.		15.588.000		2.565.753		2.540.744		2.515.745		2.519.745		2.584.745		2.861.268
RECEITAS CORRENTES		15.587.982,00		2.565.751,00		2.540.741,00		2.515.741,00		2.519.741,00		2.584.741,00		2.861.267,00
- RECEITA TRIBUTÁRIA	0	712.210,00		100.000,00		115.000,00		160.000,00		130.000,00		120.000,00		87.210,00
- RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0	120.000,00		20.000,00		20.000,00		20.000,00		20.000,00		20.000,00		20.000,00
- RECEITA PATRIMONIAL	0	148.326,00		24.721,00		24.721,00		24.721,00		24.721,00		24.721,00		24.721,00
- RECEITA AGROPECUÁRIA	0	1.210,00	0	210,00	0	200,00		200,00		200,00		200,00		200,00
- RECEITA INDUSTRIAL	0	-		-		-		-		-		-		-
- RECEITA DE SERVIÇOS	0	83.210,00		11.000,00		11.000,00		11.000,00		15.000,00		20.000,00		15.210,00
- TRANSFERÊNCIAS COR.	0	14.464.086,00		2.400.000,00		2.360.000,00		2.290.000,00		2.320.000,00		2.390.000,00		2.704.086,00
- OUTRAS RECEITAS COR.	0	58.940,00		9.820,00	0	9.820,00		9.820,00		9.820,00		9.820,00		9.840,00
RECEITAS DE CAPITAL		18,00		2,00		3,00		4,00		4,00		4,00		1,00
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	-		-		-		-		-		-		-
- ALIENAÇÃO DE BENS	0	-		-		-		-		-		-		-
- AMORTIZ. DE EMPRÉST.	0	-		-		-		-		-		-		-
- TRANSF. DE CAPITAL	0	18,00		2,00		3,00		4,00		4,00	0	4,00		1,00
TRANSF. FIN. DO MUN.	0			-		-		-		-		-		-
TOTAIS		15.588.000		2.565.753		2.540.744		2.515.745		2.519.745		2.584.745		2.861.268

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPALSIRLEI CRISTINA ALTENHOFEN
CONTADORA CRC32379/O-4

RGF - RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.710.150,15	0,00
Pessoal Ativo	6.706.120,15	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.030,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.710.150,15	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.069.392,86	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.710.150,15	47,69
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.597.472,14	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.217.598,54	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.837.724,93	48,60

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Sirlei Altenhofen
Contadora

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC - PODER LEGISLATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	327.382,60	0,00
Pessoal Ativo	327.382,60	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	327.382,60	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.069.392,86	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	327.382,60	2,33
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	844.163,57	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	801.955,39	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	759.747,21	5,40

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
 Ordenador da Despesa

Douglas Francisco Zardo
 Secretário de Administração e Finanças

Sirlei Altenhofen
 Contadora

Carina Falchetti Peretti
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.079.573,37	727.396,12	544.866,62
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.079.573,37	727.396,12	544.866,62
Interna	1.079.573,37	727.396,12	544.866,62
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.841.378,41	1.585.664,79	1.231.384,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.841.598,95	1.748.103,49	1.231.384,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	220,54	162.438,70	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-761.805,04	-858.268,67	-686.517,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.392.540,26	13.679.728,36	14.069.392,86
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	8,06%	5,32%	3,87%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-5,69%	-6,27%	-4,88%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	16.071.048,31	16.415.674,03	16.883.271,43
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	14.463.943,48	14.774.106,63	15.194.944,29

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.079.573,37	727.396,12	544.866,62
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.079.573,37	727.396,12	544.866,62

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	641.895,82	3.030.542,25	471.267,37

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Iomerê, 15/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Sirlei Altenhofen
Contadora

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

FONTE:

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	13.392.540,26	13.679.728,36	14.069.392,86
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.946.358,86	3.009.540,24	3.095.266,43
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.651.722,97	2.708.586,22	2.785.739,79

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

 Luciano Paganini
 Ordenador da Despesa

 Douglas Francisco Zardo
 Secretário de Administração e Finanças

 Sirlei Altenhofen
 Contadora

 Carina Falchetti Peretti
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.069.392,86	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.251.102,86	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.025.992,57	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	984.857,50	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Sirlei Altenhofen
Contadora

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) $(f) = (a - (b + c + d + e))$	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)						
										(b)
	(a)									
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	95.698,96	0,00	0,00	0,00	0,00	95.698,96	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens Destinados a Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aporte ao RPPS – Alíquota Suplementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Estratégica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	5.807,97	0,00	0,00	0,00	0,00	5.807,97	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Civil	20.143,99	0,00	0,00	0,00	0,00	20.143,99	3.026,79	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Militar	19.784,42	0,00	0,00	0,00	0,00	19.784,42	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Prefeitura	4.084,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.084,62	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/5

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a"))

Continuação 2/5

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expl	24.312,81	0,00	0,00	0,00	0,00	24.312,81	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/5

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/5

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Passivos decorrentes de Fusão, Cisão ou Incorporação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Sentinela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	17.438,10	0,00	0,00	0,00	0,00	17.438,10	17.438,10	0,00
Recultas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	32.794,21	0,00	0,00	3.164,13	0,00	29.630,08	11.646,88	0,00
Recursos de Impostos e Transferência de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário-Educação	135.559,16	0,00	0,00	0,00	0,00	135.559,16	617,47	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Pol. Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Pol. Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Conv. Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit conv. Transito Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/5

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a"))

Continuação 4/5

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Superavit Convenios SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia de Convenio Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia de Recursos do Fundo de Assistencia Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Assistência Social	22.539,75	0,00	0,00	0,00	0,00	22.539,75	11.854,45	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Educação - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Outros	86.752,54	0,00	0,00	0,00	0,00	86.752,54	192.515,77	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Saude	7.335,45	0,00	0,00	0,00	0,00	7.335,45	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saude	0,00	0,00	0,00	80.493,37	0,00	(80.493,37)	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	28.275,95	0,00	0,00	0,00	0,00	28.275,95	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	83.708,50	0,00	0,00	0,00	0,00	83.708,50	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUASE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	37.744,01	0,00	0,00	0,00	0,00	37.744,01	1.112,06	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	32.769,76	0,00	0,00	0,00	0,00	32.769,76	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/5

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 5/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
(a)	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)			
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	654.750,20	0,00	0,00	83.657,50	0,00	571.092,70	238.211,52	0,00	
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	461.847,12	0,00	0,00	0,00	0,00	461.847,12	34.611,62	0,00	
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	114.786,73	0,00	0,00	0,00	0,00	114.786,73	114.786,73	0,00	
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	576.633,85	0,00	0,00	0,00	0,00	576.633,85	149.398,35	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.231.384,05	0,00	0,00	83.657,50	0,00	1.147.726,55	387.609,87	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças	Sirlei Altenhofen Contadora
Carina Falchetti Peretti Controlador Interno		

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	14.069.392,86	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.710.150,15	47,69
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.597.472,14	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.217.598,54	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-686.517,43	-4,88
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.883.271,43	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.095.266,43	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.251.102,86	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	984.857,50	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	387.609,87	1.147.726,55

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Sirlei Altenhofen
Contadora

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE 2015

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.647.947,50	18,89	14.667.606,46	104,65
RECEITAS CORRENTES	14.015.676,00	14.015.676,00	2.565.347,50	18,30	14.069.392,86	100,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	574.200,00	574.200,00	134.767,98	23,47	786.311,02	136,94
IMPOSTOS	506.000,00	506.000,00	119.112,59	23,54	666.266,49	129,70
TAXAS	67.100,00	67.100,00	15.655,39	23,33	125.329,21	186,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	4.715,32	428,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	71.500,00	71.500,00	36.814,77	51,49	165.360,86	231,27
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	71.500,00	71.500,00	36.814,77	51,49	165.360,86	231,27
RECEITA PATRIMONIAL	75.655,00	75.655,00	28.328,49	37,44	175.401,93	231,84
RECEITAS MOBILIÁRIAS	12.100,00	12.100,00	1.700,59	14,05	9.854,93	81,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	63.555,00	63.555,00	26.627,90	41,90	165.547,00	260,48
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	20.900,00	20.900,00	75.600,09	361,72	171.027,04	818,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.224.776,00	13.224.776,00	2.272.916,52	17,19	12.665.482,46	95,77
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.174.176,00	13.174.176,00	2.268.326,52	17,22	12.314.624,81	93,48
TRANSF. DE CONV.	50.600,00	50.600,00	4.590,00	9,07	350.857,65	693,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.545,00	47.545,00	16.919,65	35,59	105.809,55	222,55
MULTAS E JUROS DE MORA	20.790,00	20.790,00	10.713,75	51,53	62.610,02	301,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.600,00	6.600,00	2.218,06	33,61	22.932,42	347,46
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.270,00	6.270,00	357,62	5,70	13.036,95	207,93
RECEITAS DIVERSAS	13.885,00	13.885,00	3.630,22	26,14	7.230,16	52,07
RECEITAS DE CAPITAL	18,00	18,00	82.600,00	458.888,89	598.213,60	3.323.408,89
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	82.600,00	0,00	82.600,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	82.600,00	0,00	82.600,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	515.613,60	2.864.520,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	515.613,60	2.864.520,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.647.947,50	18,89	14.667.606,46	104,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.647.947,50	18,89	14.667.606,46	-651.912,46
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.647.947,50	18,89	14.667.606,46	-1.092.615,87
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.220.345,03	—	—	1.032.443,77	—
Superávit Financeiro	—	1.220.345,03	—	—	1.032.443,77	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.015.694,00	16.070.484,73	1.828.662,23	15.108.309,87	962.174,86	2.865.094,88	14.720.700,00	1.349.784,73	14.720.700,00	387.609,87
DESPESAS CORRENTES	13.011.156,00	14.530.749,74	1.825.157,44	13.715.082,19	815.667,55	2.739.867,70	13.559.481,31	971.288,43	13.559.481,31	155.600,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.776.781,00	7.324.748,41	1.563.254,04	7.033.502,75	291.245,66	1.623.390,65	7.033.502,75	291.245,66	7.033.502,75	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	12.000,00	0,00	10.926,89	1.073,11	0,00	10.926,89	1.073,11	10.926,89	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.222.375,00	7.194.001,33	261.903,40	6.670.652,55	523.348,78	1.116.477,05	6.515.051,67	678.949,66	6.515.051,67	155.600,88
DESPESAS DE CAPITAL	982.538,00	1.539.734,99	3.504,79	1.393.227,68	146.507,31	125.227,18	1.161.218,69	378.516,30	1.161.218,69	232.008,99
INVESTIMENTOS	445.438,00	1.003.634,99	3.504,79	858.520,93	145.114,06	75.693,84	626.511,94	377.123,05	626.511,94	232.008,99
INVERSOES FINANCEIRAS	1.100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	536.000,00	536.000,00	0,00	534.706,75	1.293,25	49.533,34	534.706,75	1.293,25	534.706,75	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.015.694,00	16.070.484,73	1.828.662,23	15.108.309,87	962.174,86	2.865.094,88	14.720.700,00	1.349.784,73	14.720.700,00	387.609,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro - Dezembro

Continuação 33

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar não Processados²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
Amortização da Dívida-Refinanciamento (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	14.015.694,00	16.070.484,73	1.828.662,23	15.108.309,87	962.174,86	2.865.094,88	14.720.700,00	1.348.784,73	0,00	387.609,87
Superávit (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.015.694,00	16.070.484,73	1.828.662,23	15.108.309,87	—	2.865.094,88	14.720.700,00	—	14.720.700,00	387.609,87

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Ludiano Paganini	Sirlei Altenhofen	Douglas Francisco Zardo
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças
Carina Falchetti Peretti		
Controlador Interno		

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	14.015.694,00	16.070.464,73	1.828.682,23	15.108.306,87	100,00	2.865.094,88	14.720.700,00	100,00	387.909,87
Legislativa	500.000,00	432.000,00	62.737,92	401.414,07	2,66	73.281,48	401.414,07	2,73	0,00
Ação Legislativa	500.000,00	432.000,00	62.737,92	401.414,07	2,66	73.281,48	401.414,07	2,73	0,00
Administração	1.657.050,00	1.902.700,00	297.086,93	1.861.309,26	12,32	352.782,45	1.759.659,26	11,95	101.650,00
Administração Geral	1.657.050,00	1.902.700,00	297.086,93	1.861.309,26	12,32	352.782,45	1.759.659,26	11,95	101.650,00
Segurança Pública	35.390,00	140.382,50	3.359,12	114.383,58	0,76	8.879,06	111.356,79	0,76	3.026,79
Policamento	31.380,00	140.382,50	3.359,12	114.383,58	0,76	8.879,06	111.356,79	0,76	3.026,79
Defesa Civil	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	244.781,00	244.781,00	16.306,80	171.772,47	1,14	29.562,77	171.772,47	1,17	73.008,53
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	232.781,00	232.781,00	16.306,80	171.772,47	1,14	29.562,77	171.772,47	1,17	61.008,53
Saúde	3.649.655,00	3.911.251,00	437.959,85	3.447.455,83	22,82	731.411,22	3.428.715,07	23,29	482.536,93
Atenção Básica	3.223.944,00	3.381.749,07	368.047,20	2.954.033,24	19,55	646.483,73	2.941.244,30	19,98	12.759,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	293.590,00	304.014,80	42.988,63	278.737,81	1,84	51.093,63	278.737,81	1,89	0,00
Vigilância Sanitária	13.750,00	62.359,67	108,00	57.947,60	0,38	108,00	57.947,60	0,39	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	0,00	9.342,00	0,06	3.667,20	9.342,00	0,06	0,00
Alimentação e Nutrição	100.110,00	148.126,46	26.806,02	147.425,18	0,98	30.093,66	141.443,36	0,96	5.881,82
Abastecimento	3.301,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.854.553,00	4.477.557,31	659.596,60	4.312.980,40	28,55	917.471,47	4.283.080,38	29,10	29.910,02
E ensino Fundamental	2.890.553,00	3.596.998,83	416.105,40	3.422.708,58	22,85	664.806,73	3.397.425,76	23,08	25.282,82
E ensino Médio	185.000,00	185.000,00	24.813,15	185.000,00	1,22	24.813,15	185.000,00	1,26	0,00
E ensino Superior	175.000,00	175.000,00	0,00	175.000,00	1,16	0,00	175.000,00	1,19	0,00
Educação Infantil	501.500,00	538.098,46	218.678,05	520.860,22	3,45	226.890,43	516.033,02	3,51	4.827,20
Educação Especial	12.500,00	12.500,00	0,00	9.621,60	0,06	962,16	9.621,60	0,07	0,00
Cultura	367.500,00	462.701,62	6.956,98	459.754,52	3,04	34.073,89	459.754,52	3,12	0,00
Difusão Cultural	367.500,00	462.701,62	6.956,98	459.754,52	3,04	34.073,89	459.754,52	3,12	0,00
Urbanismo	1.053.689,00	1.532.350,35	154.346,26	1.484.590,62	9,83	337.705,24	1.253.488,32	8,52	231.102,30
Infra-Estrutura Urbana	17.104,00	380.953,00	0,00	358.327,26	2,37	75.035,34	144.924,96	0,98	213.402,30
Serviços Urbanos	1.036.585,00	1.151.397,35	154.346,26	1.126.263,36	7,45	262.669,90	1.118.563,36	7,53	17.700,00
Habituação	3.501,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	3.501,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	2.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.191.102,00	1.305.592,00	120.589,09	1.296.685,98	8,80	152.153,09	1.296.685,98	8,83	0,00
Promoção da Produção Vegetal	15.002,00	9.402,00	0,00	6.378,00	0,06	24,00	9.378,00	0,06	0,00
Extensão Rural	1.176.100,00	1.295.500,00	120.589,09	1.290.307,98	8,54	152.153,09	1.290.307,98	8,77	0,00
Indústria	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	14.015.694,00	16.070.464,73	1.828.662,23	15.108.309,87	962.174,86	100,00	2.865.094,88	14.720.700,00	387.609,87
Comércio e Serviços	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	624.089,70	869.724,65	88.707,40	786.861,10	82.863,55	5,21	139.930,40	783.861,10	3.180,00
Transporte Rodoviário	624.089,70	869.724,65	88.707,40	786.861,10	82.863,55	5,21	139.930,40	783.861,10	3.180,00
Desporto e Lazer	82.501,00	77.001,00	-394,91	75.004,33	1.996,67	0,50	10.654,29	75.004,33	0,00
Desporto Comunitário	82.501,00	77.001,00	-394,91	75.004,33	1.996,67	0,50	10.654,29	75.004,33	0,00
Encargos Especiais	714.131,30	714.131,30	-18.589,81	693.087,71	21.043,59	4,59	77.184,52	683.087,71	0,00
Outros Encargos Especiais	714.131,30	714.131,30	-18.589,81	693.087,71	21.043,59	4,59	77.184,52	683.087,71	0,00
Reserva de Contingência	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.015.694,00	16.070.464,73	1.828.662,23	15.108.309,87	962.174,86	100,00	2.865.094,88	14.720.700,00	387.609,87

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Celina Fachetti Peretti
Controlador Interno

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Sinei Altenhofen
Controlador

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
RECEITAS CORRENTES (I)		1.469.482,04	1.378.925,17	1.215.519,13	1.344.881,85	1.485.214,77	1.289.856,34	1.257.446,37	1.375.334,87	1.251.291,76	1.373.737,86	1.338.325,45	1.625.213,94	16.446.209,55	16.582.680,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		41.296,97	43.246,38	41.991,27	73.913,54	148.427,04	52.528,73	83.308,97	54.327,52	63.006,60	49.500,02	56.094,83	78.673,15	796.311,02	574.200,00
IPT.U.		0,00	0,00	0,00	16.780,26	61.724,67	566,82	5.988,93	463,88	5.597,87	1.580,57	5.206,10	783,29	98.622,39	98.000,00
I.R.U.F.		19.990,04	17.253,78	17.535,00	16.963,35	18.721,42	18.975,42	20.257,65	21.144,85	20.613,71	23.344,59	17.883,43	37.539,96	241.072,39	198.000,00
I.S.S.		15.165,01	8.606,38	11.069,24	13.590,55	9.469,05	16.033,57	28.650,65	21.144,85	20.613,71	15.162,49	19.070,57	36.170,24	214.736,41	110.000,00
I.T.E.U.		4.853,80	10.902,00	4.932,89	9.152,85	5.940,00	14.952,00	21.281,24	7.120,00	14.950,00	6.170,00	2.329,40	140,00	101.895,30	99.000,00
Outras Receitas Tributárias		1.328,12	6.484,22	8.773,13	15.476,42	52.675,90	2.401,92	7.122,50	6.494,21	10.384,35	3.248,37	11.605,33	4.050,08	130.044,53	68.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		7.994,94	7.263,42	6.609,22	9.762,72	10.900,65	12.078,67	17.889,95	18.166,55	18.403,94	19.845,03	17.410,79	19.403,96	165.360,86	71.500,00
RECEITA PATRIMONIAL		13.285,48	13.884,30	17.446,73	15.729,85	15.302,68	15.294,04	15.792,64	13.635,26	13.055,59	13.846,96	15.121,17	13.207,32	175.401,93	75.655,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		2.398,95	28.737,75	5.615,23	2.852,49	2.891,39	625,77	6.011,41	1.683,79	1.535,67	43.146,50	57.169,24	16.109,85	171.027,04	20.900,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.390.702,17	1.276.641,30	1.139.421,80	1.229.905,77	1.293.540,14	1.201.804,39	1.168.636,61	1.277.555,16	1.141.474,78	1.242.807,40	1.165.164,14	1.486.944,27	15.042.299,15	15.791.780,00
Cota-Parte do FPM.		599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.951,82	591.411,98	514.986,39	381.032,57	445.646,92	371.540,38	422.874,40	477.458,38	549.022,38	5.591.264,88	6.600.000,00
Cota-Parte do ICMS.		503.907,98	448.524,46	450.454,81	484.215,07	458.190,81	439.092,49	443.276,17	425.813,29	444.438,63	459.544,79	462.302,87	451.311,94	5.471.073,31	5.720.000,00
Cota-Parte do IPVA.		38.510,92	27.355,71	30.613,77	38.129,22	33.246,55	32.712,15	41.395,49	40.119,60	33.956,16	52.257,76	23.957,55	13.081,26	405.965,96	385.000,00
Cota-Parte do ITR.		12,87	126,53	22,87	76,04	36,41	20,62	21,63	14,93	1.190,70	5.149,27	894,92	0,00	7.506,29	3.520,00
Outras Transferências Correntes		106.118,75	63.816,19	88.326,48	84.036,76	78.892,10	84.383,89	177.644,83	237.027,63	167.594,04	171.559,10	91.378,84	340.916,53	1.693.564,14	1.556.780,00
Transferências da LC 61/199		10.500,77	6.247,33	6.128,45	6.418,60	7.240,88	6.895,95	6.353,49	6.760,42	6.741,22	7.819,23	7.124,03	7.034,56	85.265,93	88.000,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	0,00	7.686,69	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	23.000,05	38.500,00
Transferências do FUNDEB		130.315,91	120.755,47	117.765,90	127.431,57	128.604,74	122.163,23	116.990,96	120.254,72	114.688,08	121.686,18	120.190,88	123.760,95	1.464.638,59	1.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.903,53	7.352,02	4.736,88	12.717,47	8.452,87	7.524,74	5.806,59	9.955,57	13.942,18	4.588,05	8.345,28	8.574,37	105.809,55	47.545,00
DEDUÇÕES (II)		230.453,30	218.813,72	186.605,57	203.697,28	218.408,46	190.045,24	174.759,95	184.054,54	171.844,30	188.912,14	194.718,69	204.473,20	2.376.816,69	2.557.004,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		230.453,30	218.813,72	186.605,57	203.697,28	218.408,46	190.045,24	174.759,95	184.054,54	171.844,30	188.912,14	194.718,69	204.473,20	2.376.816,69	2.557.004,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.239.028,74	1.160.111,45	1.028.913,56	1.141.174,57	1.266.806,31	1.099.811,10	1.122.646,42	1.191.280,33	1.079.447,46	1.183.825,72	1.144.606,76	1.420.740,74	14.069.392,86	14.015.676,00
FONTE:															
Iomerê, 13/01/2016															
Ordinador da Despesa	Sílei Altenhofen														
	Contadora														
Contratador Interno	Douglas Francisco Zardo														
	Secretário de Administração e Finanças														

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor		0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
Caixa			0,00
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECEITAS REALIZADAS	
		PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2014
		PREVISÃO INICIAL	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00

Continua 3/4

Município de Iomerê - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Sirlei Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças	Carina Falchetti Peretti Controlador Interno
--	--------------------------------	---	---

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.079.573,37	594.399,96	544.866,62
DEDUÇÕES (II)	1.841.378,41	1.606.271,43	1.231.384,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.841.598,95	1.705.471,02	1.231.384,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	220,54	99.199,59	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-761.805,04	-1.011.871,47	-686.517,43
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-761.805,04	-1.011.871,47	-686.517,43

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	325.354,04	75.287,61

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-500.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.952.121,00	13.903.845,86	13.253.744,82
Receita Tributária	574.200,00	786.311,02	692.046,74
I.P.T.U.	99.000,00	98.622,39	91.553,60
I.S.S.	110.000,00	214.736,41	149.026,54
I.T.B.I.	99.000,00	101.895,30	131.946,93
I.R.R.F.	198.000,00	241.012,39	226.297,15
Outras Receitas Tributárias	68.200,00	130.044,53	93.222,52
Receita de Contribuição	71.500,00	165.360,86	73.862,35
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	71.500,00	165.360,86	73.862,35
Receita Patrimonial Líquida	12.100,00	9.854,93	9.321,03
Receita Patrimonial	75.655,00	175.401,93	148.116,47
(-) Aplicações Financeiras	63.555,00	165.547,00	138.795,44
Transferências Correntes	13.224.776,00	12.665.482,46	12.428.858,32
F.P.M.	5.280.000,00	4.713.012,25	4.522.990,50
I.C.M.S.	4.576.000,00	4.376.859,78	4.484.889,37
Convênios	50.600,00	350.857,65	244.251,60
Outras Transferências Correntes	3.318.176,00	3.224.752,78	3.176.726,85
Demais Receitas Correntes	69.545,00	276.836,59	49.656,38
Dívida Ativa	6.270,00	13.036,95	2.427,40
Diversas Receitas Correntes	63.275,00	263.799,64	47.228,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	598.213,60	1.851.728,21
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	82.600,00	519.390,00
Transferências de Capital	18,00	515.613,60	1.332.338,21
Convênios	18,00	515.613,60	1.332.338,21
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	515.613,60	1.332.338,21
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.952.139,00	14.419.459,46	14.586.083,03

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.530.749,74	13.715.082,19	12.357.872,09	13.559.481,31	12.179.831,19	155.600,88	178.040,90
Pessoal e Encargos Sociais	7.324.748,41	7.033.502,75	6.427.055,08	7.033.502,75	6.427.055,08	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.000,00	10.926,89	61.158,09	10.926,89	61.158,09	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.194.001,33	6.670.652,55	5.869.658,92	6.515.051,67	5.691.618,02	155.600,88	178.040,90
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.518.749,74	13.704.155,30	12.296.714,00	13.548.554,42	12.118.673,10	155.600,88	178.040,90
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.539.734,99	1.393.227,68	2.706.210,31	1.161.218,69	2.242.355,39	232.008,99	463.854,92
Investimentos	1.003.634,99	858.520,93	2.249.522,49	626.511,94	1.785.667,57	232.008,99	463.854,92
Inversões Financeiras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	536.000,00	534.706,75	456.687,82	534.706,75	456.687,82	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.003.734,99	858.520,93	2.249.522,49	626.511,94	1.785.667,57	232.008,99	463.854,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.522.484,73	14.562.676,23	14.546.236,49	14.175.066,36	13.904.340,67	387.609,87	641.895,82
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.570.346,73	-143.216,77	39.846,54	244.393,10	681.742,36	14.031.849,59	13.944.187,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.032.443,77	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	1.032.443,77	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							484.445,00

FONTE:

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	220,54	220,54	0,00	-	-	641.895,82	556.900,82	556.900,82	1.337,50	83.657,50	83.657,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	0,00	641.895,82	556.900,82	556.900,82	1.337,50	83.657,50	83.657,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010,00	1.010,00	1.010,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	0,00	104.109,92	19.114,92	19.114,92	1.337,50	83.657,50	83.657,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364.630,50	364.630,50	364.630,50	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	144.945,40	144.945,40	144.945,40	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	0,00	641.895,82	556.900,82	556.900,82	1.337,50	83.657,50	83.657,50

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da DespesaSirllei Altenhofen
ControladoraDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasCarina Falchetti Peretti
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	520.520,00	520.520,00	670.298,54	128,77
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	108.460,00	108.460,00	108.070,32	99,64
1.1.1- IPTU	99.000,00	99.000,00	98.622,39	99,62
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	660,00	660,00	1.264,91	191,65
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.500,00	5.500,00	5.902,36	107,32
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.300,00	3.300,00	2.280,66	69,11
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	99.000,00	99.000,00	101.895,30	102,92
1.2.1- ITBI	99.000,00	99.000,00	101.895,30	102,92
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	115.060,00	115.060,00	219.320,53	190,61
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	214.736,41	195,21
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.400,00	4.400,00	2.103,49	47,81
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110,00	110,00	1.300,52	1.182,29
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	550,00	550,00	1.180,11	214,57
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.000,00	198.000,00	241.012,39	121,72
1.4.1- IRRF	198.000,00	198.000,00	241.012,39	121,72
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.835.020,00	12.835.020,00	11.894.096,42	92,59
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	5.891.264,88	89,26
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	5.891.264,88	89,26
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.720.000,00	5.720.000,00	5.471.073,31	95,65
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	38.500,00	38.500,00	23.000,05	59,74
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	88.000,00	88.000,00	85.265,93	96,89
2.5- Cota-Parte ITR	3.520,00	3.520,00	7.506,29	213,25
2.6- Cota-Parte IPVA	385.000,00	385.000,00	405.985,96	105,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.355.540,00	13.355.540,00	12.554.394,96	94,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	218.420,00	218.420,00	256.039,47	117,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	132.000,00	132.000,00	174.230,44	131,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	39.052,00	97,63
5.4- Transferências Diretas - PNATE	44.000,00	44.000,00	31.885,34	72,47
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.420,00	2.420,00	10.871,69	449,24
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	44.002,00	44.002,00	434.814,68	988,17
6.1- Transferências de Convênios	44.002,00	44.002,00	424.818,60	965,45
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	9.996,08	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.070,00	257.070,00	346.269,83	134,70
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	519.492,00	519.492,00	1.037.123,98	199,64
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.567.004,00	2.567.004,00	2.376.816,69	92,59
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	1.178.252,63	89,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.144.000,00	1.144.000,00	1.094.213,53	95,65
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.700,00	7.700,00	4.599,97	59,74
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.600,00	17.600,00	17.053,12	96,89
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	704,00	704,00	1.501,19	213,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	77.000,00	77.000,00	81.196,25	105,45
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	1.464.638,59	104,62
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	1.464.638,59	104,62
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.167.004,00	-1.167.004,00	-912.178,10	78,16
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.403.300,00	1.448.300,00	1.446.985,30	99,91	1.446.985,30	99,91	0,00
13.1- Com Educação Infantil	126.500,00	126.500,00	125.185,30	98,96	125.185,30	98,96	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.276.800,00	1.321.800,00	1.321.800,00	100,00	1.321.800,00	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.403.300,00	1.448.300,00	1.446.985,30	99,91	1.446.985,30	99,91	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.446.985,30
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							98,79
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %							1,21
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.338.885,00		3.338.885,00		3.138.598,74		94,00
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	501.500,00	536.500,00	519.101,74	96,76	514.474,54	95,89	4.627,20
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.758.131,00	2.868.131,00	2.858.930,59	99,68	2.846.119,69	99,23	12.810,90
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.276.800,00	1.321.800,00	1.321.800,00	100,00	1.321.800,00	100,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.481.331,00	1.546.331,00	1.537.130,59	99,41	1.524.319,69	98,58	12.810,90
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.259.631,00	3.404.631,00	3.378.032,33	99,22	3.360.594,23	98,71	17.438,10
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-912.178,10
31- DESPESAS CUSTEADAS COMA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-912.178,10
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							4.290.210,43
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							34,17
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COMA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COMA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	134.200,00	230.663,14	146.051,41	63,32	145.433,94	63,05	617,47
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	200.832,00	562.923,49	508.865,70	90,40	491.029,43	87,23	17.836,27
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	335.032,00	793.586,63	654.917,11	82,53	636.463,37	80,20	18.453,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.594.663,00	4.198.217,63	4.032.949,44	96,06	3.997.057,60	95,21	35.891,84

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.464.638,59	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.464.638,59	0,00

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do art. 212 da CF/1988

⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	-------------------------	-------------------------	-----------------------------------

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00
---------------------------------------	------	------	------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.539.734,99	1.393.227,68	1.161.218,69	232.008,99	146.507,31
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.539.734,99	1.393.227,68	1.161.218,69	232.008,99	146.507,31

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.539.734,99	-1.393.227,68	-	-	-146.507,31
--	----------------------	----------------------	----------	----------	--------------------

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da DespesaSirlei Altenhofen
ContadoraDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasCarina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=[("d" exercício anterior) + (c)]
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e

Carina Falchetti Peretti
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/MÊS DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	410,00	89.987,00	-89.577,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	82.600,00	-82.600,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	410,00	7.387,00	-6.977,00
TOTAL	410,00	89.987,00	-89.577,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	19.191,19	0,00	19.081,19	0,00	0,00	0,00	19.191,19
Investimentos	19.191,19	0,00	19.081,19	0,00	0,00	0,00	19.191,19
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	75.000,00	0,00	74.175,78	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	75.000,00	0,00	74.175,78	0,00	0,00	0,00	75.000,00
TOTAL	94.191,19	0,00	93.256,97	0,00	0,00	0,00	94.191,19

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	99.211,77		-3.269,97

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini
Ordenador da DespesaSirlei Altenhofen
ContadoraCarina Falchetti Peretti
Controlador InternoDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	520.520,00	520.520,00	670.298,54	128,77
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	99.000,00	99.000,00	98.622,39	99,62
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	99.000,00	99.000,00	101.895,30	102,92
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.000,00	110.000,00	214.736,41	195,21
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.000,00	198.000,00	241.012,39	121,72
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.060,00	5.060,00	3.368,40	66,57
Dívida Ativa dos Impostos	5.610,00	5.610,00	7.202,88	128,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.850,00	3.850,00	3.460,77	89,89
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.088.020,00	13.088.020,00	12.212.150,58	93,31
Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	5.891.264,88	89,26
Cota-Parte ITR	3.520,00	3.520,00	7.506,29	213,25
Cota-Parte IPVA	385.000,00	385.000,00	405.985,96	105,45
Cota-Parte ICMS	5.720.000,00	5.720.000,00	5.471.073,31	95,65
Cota-Parte IPI-Exportação	88.000,00	88.000,00	85.265,93	96,89
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	291.500,00	291.500,00	351.054,21	120,43
Desoneração ICMS (LC 87/96)	38.500,00	38.500,00	23.000,05	59,74
Outras	253.000,00	253.000,00	328.054,16	129,67
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.608.540,00	13.608.540,00	12.882.449,12	94,66

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	873.260,00	873.260,00	657.100,36	75,25
Provenientes da União	873.260,00	873.260,00	646.913,29	74,08
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	10.187,07	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	5.503,00	5.503,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.400,00	1.400,00	1.136,87	81,21
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	880.163,00	880.163,00	658.237,23	74,79

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	3.483.341,00	3.681.439,35	3.262.232,48	88,61	3.253.198,99	88,37	9.033,49
Pessoal e Encargos Sociais	2.103.200,00	2.170.907,59	1.952.520,08	89,94	1.952.520,08	89,94	0,00
Outras Despesas Correntes	1.380.141,00	1.510.531,76	1.309.712,40	86,71	1.300.678,91	86,11	9.033,49
DESPESAS DE CAPITAL	62.603,00	62.603,00	18.716,98	29,90	14.991,53	23,95	3.725,45
Investimentos	62.603,00	62.603,00	18.716,98	29,90	14.991,53	23,95	3.725,45

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	62.603,00	62.603,00	18.716,98	29,90	14.991,53	23,95	3.725,45
Investimentos	62.603,00	62.603,00	18.716,98	29,90	14.991,53	23,95	3.725,45
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.545.944,00	3.744.042,35	3.280.949,46	87,63	3.268.190,52	87,29	12.758,94
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	879.863,00	1.077.961,35	788.507,46	24,03	787.395,40	24,09	1.112,06
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	879.863,00	1.077.961,35	788.507,46	24,03	787.395,40	24,09	1.112,06
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	879.863,00	1.077.961,35	788.507,46	24,03	787.395,40	24,09	1.112,06
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.666.081,00	2.666.081,00	2.492.442,00	75,97	2.480.795,12	75,91	11.646,88
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							19,35
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h) - (15 x IIIb)/100]							560.074,63

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2014	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	850,00	0,00		850,00	
TOTAL (VIII)	850,00	0,00		850,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100
	3.223.644,00	3.362.667,88	2.534.922,05	89,45	2.922.163,11	89,41
	293.550,00	304.014,80	278.737,81	8,50	278.737,81	8,53
	13.750,00	62.359,67	57.947,60	1,77	57.947,60	1,77
	15.000,00	15.000,00	9.342,00	0,28	9.342,00	0,29
	3.545.944,00	3.744.042,35	3.280.949,46	100,00	3.268.190,52	100,00
Atenção Básica					12.758,94	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial					0,00	
Vigilância Sanitária					0,00	
Vigilância Epidemiológica					0,00	
TOTAL					12.758,94	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

z O valor apresentado na Interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total i".

Continuação 4/5

Continuação 5/5

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "I+II" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K". Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças	Sirlei Altenhofen Contadora
Carina Falchetti Peretti Controlador Interno		

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Iomerê, 13/01/2016

Luciano Paganini	Sirlei Altenhofen	Douglas Francisco Zardo
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças
Carina Falchetti Peretti		
Controlador Interno		

Município de Iomerê - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.015.694,00		
Previsão Atualizada		14.015.694,00		
Receitas Realizadas		14.667.606,46		
Déficit Orçamentário		440.703,41		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.032.443,77		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.015.694,00		
Créditos Adicionais		2.054.790,73		
Dotação Atualizada		16.070.484,73		
Despesas Empenhadas		15.108.309,87		
Despesas Liquidadas		14.720.700,00		
Despesas pagas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		387.609,87		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		15.108.309,87		
Liquidadas		14.720.700,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		387.609,87		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		14.069.392,86		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-500.000,00	75.287,61	-15,06
Resultado Primário		484.445,00	-143.216,77	-29,56
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	641.895,82	1.337,50	556.900,82	83.657,50
EXECUTIVO	641.895,82	1.337,50	556.900,82	83.657,50
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	220,54	0,00	220,54	0,00
EXECUTIVO	220,54	0,00	220,54	0,00
TOTAL:	642.116,36	1.337,50	557.121,36	83.657,50
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.290.210,43	25%	34,17
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.446.985,30	60%	98,79
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.393.227,68	146.507,31	

Continua 1/2

R\$ 1,00

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 023/2016 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal em Exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A PAULO ROBERTO DE BORTOLI, matrícula 109-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015 e gozo a partir de 01/02/2016 a 02/03/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/02/2016.

Ipumirim - SC, 18 de Janeiro de 2016.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito em Exercício.

Maira Comboski
Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 024/2016 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal em exercício do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDINEI SGANZERLA, matrícula 544-4, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/2013 a 02/2014 e gozo de 28/01/2016 a 16/02/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28/01/2016.

Ipumirim - SC, 18 de janeiro de 2016.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito em Exercício

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015

Presentes à Sessão Pública, referente ao Processo Licitatório nº 50/2015, Pregão Presencial nº 28/2015, para "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, COM ENTREGA PARCELADA.", Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka – Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak – equipe de apoio, designados pela Portaria nº 540/2014.

Aberta a Sessão Pública, a Comissão de Pregão se reuniu nesta data, para análise do pedido de revogação do processo em epigrafe, conforme Ofício nº 932A/2015 do Sr. Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal. A Comissão, com fulcro no artigo 49, da Lei Federal 8.666/93, considerando a necessidade superveniente de readequação do objeto deste processo, decide pela REVOGAÇÃO do referido processo. Tão logo seja possível, será aberto novo processo, com suas devidas alterações.

Irineópolis, 19 de novembro de 2015

DECRETO Nº 2930/2015

Decreto nº 2.930/2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, suplementar e anular no Orçamento Geral da Prefeitura – Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.00. 0281 (70)	Aplicações Diretas	R\$ 11.000,00

Art. 3º - Anular o valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
4.4.90.00.00.00.00.00. 0260 (31)	Aplicações Diretas	R\$ 11.000,00

Art. 4º - Suplementar o valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 – Contribuição ao CISAMURC		
3.3.93.00.00.00.00.00. 0286 (76)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00

Art. 5º - Anular o valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 – Contribuição ao CISAMURC		
3.3.93.00.00.00.00.00. 0251 (48)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00

Art. 6º - Suplementar o valor de R\$ 7.100,00 (Sete mil e cem reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00. 0217 (69)	Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00. 0280 (73)	Aplicações Diretas	R\$ 100,00

Art. 7º - Anular o valor de R\$ 7.100,00 (Sete mil e cem reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00. 0217 (63)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00. 0217 (65)	Aplicações Diretas	R\$ 2.100,00

Art. 8º - Suplementar o valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.056 – MAC – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00.00.00.00. 0282 (71)	Aplicações Diretas	R\$ 100,00
3.3.90.00.00.00.00.00. 0283 (72)	Aplicações Diretas	R\$ 100,00
3.3.90.00.00.00.00.00. 0287 (77)	Aplicações Diretas	R\$ 100,00
4.4.90.00.00.00.00.00. 0284 (74)	Aplicações Diretas	R\$ 100,00

Art. 9º - Anular o valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.056 – MAC – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.4.90.00.00.00.00.00. 0215 (58)	Aplicações Diretas	R\$ 400,00

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de Janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2931/2015

Decreto nº 2.931/2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, suplementar e anular no Orçamento Geral da Prefeitura – Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
2.052 – Contribuição ao Cons. Inf. na Gestão Pública Municipal - CIGA		
3.3.93.00.00.00.00.00. 0100 (160)	Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgão	R\$ 9.300,00

Art. 3º - Anular o valor de R\$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
2.003 – Manutenção de Convênios e Defesa Civil		
3.3.90.00.00.00.00.00. 0100 (15)	Transf. A Consórcios Públicos	R\$ 3.295,00

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
2.052 – Contribuição ao Cons. Inf. na Gestão Pública Municipal - CIGA		
3.1.71.00.00.00.00.00. 0100 (12)	Transf. A Consórcios Públicos	R\$ 3.222,00
3.3.71.00.00.00.00.00. 0100 (13)	Transf. A Consórcios Públicos	R\$ 1.573,00
4.4.71.00.00.00.00.00. 0100 (14)	Transf. A Consórcios Públicos	R\$ 1.210,00

Art. 4º - Suplementar o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
2.007 – Programa de Merenda Escolar – Pré Escola		
3.3.90.00.00.00.00.00. 0191 (161)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 5º - Anular o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
2.007 – Programa de Merenda Escolar – Pré Escola		
3.3.90.00.00.00.00.00. 0100 (56)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de Janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 29 de janeiro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 18 de janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 - DECLARAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, caput e inciso XVI, da Lei nº. 8.666/93, declarou a dispensa de licitação, para CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo está de acordo com o praticado no mercado. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação. Irineópolis (SC), 15 de janeiro de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 - DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2016

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 24, caput e inciso XVI da Lei nº. 8.666/93, declarar a Dispensa de licitação para CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CO-MUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado. Conforme consta dos autos, o preço se apresenta compatível com o praticado pelo mercado. Cumpra-se.

Irineópolis, 15 de janeiro de 2016

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 - JUSTIFICATIVA DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2016

DISPENSA N.º 01/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Razão da Escolha: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica

3. Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

4. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 24, inciso XVI da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de dispensa de licitação com fulcro no artigo 24 “caput”, “para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico”. Assim, a contratação encontra respaldo legal no art. 24, caput e inc. XVI da Lei n.º 8.666/93.

DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA: O valor a ser pago a empresa contratada é de R\$ 9.300,00(nove mil e trezentos reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais), conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.740,00;

3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 1.860,00;

5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$ 2.700,00;

A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, XVI, da Lei 8.666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS: A dotação a ser utilizada para contabilização da respectiva despesa é: Projeto Atividade – 2052 – Contribuição ao Cons. Inf. Na Gestão Pública Municipal - CIGA – 3.3.93.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 15 de janeiro de 2015

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço, no dia 01 de fevereiro de 2016, para possível contratação de SERVIÇOS DE ARBITRAGEM para as competições efetuadas pelo departamento de Esportes, Cultura e Lazer do Município de Itá. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 01 de fevereiro de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 18 de janeiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 34/2015

Processo Licitatório nº 47/2015 – Pregão Presencial nº 34/2015. Objeto: aquisição de madeira de eucalipto para reforma de pontes e pontilhões do Município. Contrato nº 10/2016. Contratada: Madeireira Rodeiozinho Ltda. ME. Valor Total: R\$ 88.400,00. Prazo: 31/12/2016. Itaiópolis, 06 de janeiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do contrato Nº 07/2015. Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos Compras, contabilidade, Patrimônio e Tesouraria com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Betha Sistemas Ltda. Valor mensal: R\$ 654,46. Vigência: 31 de dezembro de 2016. Itaiópolis, 18/01/2016. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 5, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 5, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Altera veículo para serviços de táxi e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e ainda, de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992;

Decreta:

Art. 1º. Fica alterado o veículo do Ponto de Táxi da Linha Santa Fé, interior do município de Itapiranga SC, para o veículo FORD FIESTA SEDAN, placas AYF9493, ano de fabricação e modelo 2014, RENAVAL 1003549990, CHASSI 9BFZF54P6E8105506, cor branca, de propriedade de Canísio Eidt.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 13 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria Municipal de Administração

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2639/2016 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL nº 2639/2016

Data: 18 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, de 23 de dezembro de 2015, e considerando CI/DO/03/2016, de 15 de janeiro de 2016,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme segue:
Suplementação

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do prefeito

00401220002.2004 Manutenção do gabinete

333990 Aplicações Diretas (380) FR 30000 R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016/PREFEITURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONserto DO MOTOR DO ÔNIBUS ESCOLAR MERCEDES BENS, ANO 1994, PLACA KMP 4003

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº01/2016

Processo: 01/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONserto DO MOTOR DO ÔNIBUS ESCOLAR MERCEDES BENS, ANO 1994, PLACA KMP 4003. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 29 de janeiro de 2016 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 29 de janeiro de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 19 de janeiro de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016/PREFEITURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REPAROS NO ÔNIBUS MERCEDES BENS ANO 83 PLACA LZH 1764

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº02/2016

Processo: 02/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REPAROS NO ÔNIBUS MERCEDES BENS ANO 83 PLACA LZH 1764. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 29 de janeiro de 2016 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 29 de janeiro de 2016 às 11:00 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 11:30 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 19 de janeiro de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL Nº 030/2016 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

EDITAL Nº 030/2016 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADO EM
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

“Dispõe sobre a convocação de candidato classificado no Concurso Público Municipal - Edital nº001/2014”

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA os candidatos relacionados no Anexo I do Edital 001/2014, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 18 de janeiro a 17 de fevereiro 2016, no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital 001/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado os candidatos aprovados convocados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 18 de Janeiro de 2016.

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

CONVOCA

CARGO: ATENDENTE DE FARMÁCIA – (40h)

Apresentar Diploma ou Certificado de conclusão do Ensino de Nível Médio, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de

Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
6º	MICHEL DJAMPOLINI SANTOS
7º	MARIZE DOERNER

CONVOCADO

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL (40h)

Apresentar Diploma de Graduação em nível superior de Serviço Social e Registro profissional no Órgão de Fiscalização da profissão, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
03	BRUNA VANESSA SCHNEIDER GASTMANN

CONVOCADO

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS (40h)

Apresentar Certificado de conclusão do Ensino Fundamental, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
01	ALEX PEREIRA MORELATTO

PUBLICAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016/FEXPONACE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE DIVERSÃO E LAZER (PARQUE DE DIVERSÕES) DURANTE A 23ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, QUE SE REALIZARÁ DE 7 A 10 DE ABRIL DE 2016 NO PARQUE DA CEBOLA (LOCALIDADE DE CERRO

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA - AVISO DE LICITAÇÃO - Modalidade: Concorrência Pública nº.012015 - Processo:02/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE DIVERSÃO E LAZER (PARQUE DE DIVERSÕES) DURANTE A 23ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, QUE SE REALIZARÁ DE 7 A 10 DE ABRIL DE 2016 NO PARQUE DA CEBOLA (LOCALIDADE DE CERRO NEGRO). FORMA DE JULGAMENTO: Maior Oferta. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 22 de fevereiro de 2016 até às 09:00 horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 22 de fevereiro de 2016 às 09:30 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min, pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 19 de janeiro de 2016 - RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO - Presidente da Fexponace.

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.890 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.890 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA, EM CARÁTER PROVISÓRIO, DE PONTOS DE COMÉRCIO AMBULANTE CONTÍNUO DE ALIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam transferidos, temporariamente, os pontos de comércio ambulante contínuo de alimentos localizados na Avenida XV de Novembro, por ocasião dos preparativos dos festejos carnavalescos que perdurarão do dia 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2016 do corrente ano, da seguinte forma:

- a) Ambulante localizado na Av. XV de Novembro, em frente ao Edifício Itamaraty: para frente do Banco Bradesco, localizado na Av. XV de Novembro;
- b) Ambulante localizado na Av. XV de Novembro, em frente ao Banco HSBC: para frente da Agência do INSS, localizada na Rua Felipe Schmidt;

Parágrafo único: o Ambulante localizado na Av. XV de Novembro, em frente ao Mercado de Tecidos Leão, permanecerá no local cujo ponto já encontra-se instalado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 15 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2016/FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2016/FMS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Deliberação 180/CIB/15 da Secretaria de Estado da Saúde e em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DO TCGA – TERMO DE GARANTIA DE ACESSO – PPI AMBULATORIAL.

Poderão participar deste Credenciamento todas as unidades prestadoras de serviços de assistência à saúde habilitadas à prestação dos serviços, objeto deste Edital, desde que:

- a. Não estejam impedidas de exercer a atividade.
- b. Não tenham sido declaradas inidôneas ou impedidas de contratar com o Município de Joaçaba.
- c. Atendam a todos os pressupostos da Legislação Municipal pertinente e as regras editalícias.
- d. Tenham sua sede localizada neste Município.

O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

O Município credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

1. OBJETO

1.1. Este procedimento tem por objeto o credenciamento de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, com a finalidade de atendimento as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento / Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635/2002 e Portaria MS/SAS nº 728/2002 ou

outra que venha substituí-la.

2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os procedimentos a serem prestados estão relacionados no TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO - PPI Ambulatorial (Anexo I), dentre os quais fará parte do objeto deste credenciamento o abaixo relacionado:

Ø GRUPO 03.01 B –03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.

2.2. Os serviços serão prestados aos pacientes / alunos devidamente matriculados e que necessitem do serviço de saúde objeto deste edital, comprovando-se idade, frequência, período, SAEDE/DM e CID 10, conforme tabela (Anexo II).

2.3. A entidade deverá realizar os atendimentos em seu estabelecimento, cuja sede deverá, obrigatoriamente, estar localizada no Município de Joaçaba.

2.4. Na execução do objeto deste credenciamento a entidade deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.

2.5. A escolha da unidade prestadora de serviço credenciada ficará a critério do usuário.

3. HABILITAÇÃO

3.1. Para a habilitação no presente credenciamento as unidades prestadoras de serviços deverão apresentar os seguintes documentos:

3.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.1.2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado.

3.1.3. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

3.1.4. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada.

3.1.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada.

3.1.6. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).

3.1.8. Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira. Na referida declaração deverá constar a assinatura do administrador e do contador da empresa com a devida identificação.

3.1.9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de expedição de até 60 (sessenta) dias.

3.1.9.1. No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

3.1.10. Declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

3.1.11. Dados pessoais (nome completo, cargo, endereço, estado civil, profissão, RG e CPF/MF) do signatário (responsável legal) da instituição, o qual assinará o contrato.

3.1.12. Declaração individual ou coletiva com as respectivas assinaturas dos sócios e diretores, que não são servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (Lei nº 8.666/90), e também que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível da área pública de saúde nos âmbitos municipais, estaduais ou federal (Lei n.º 8080/90).

3.1.13. Currículo resumido do responsável técnico (devendo o mesmo ser, obrigatoriamente, funcionário da unidade), com cópia dos seguintes documentos: Diploma de Graduação, Certificado de Especialidade (devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Classe) e Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional de Classe). Caso não conste na Carteira de Identidade Profissional, anexar também cópia da Cédula de Identidade e do CPF/MF.

3.1.14. Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica da unidade, informando o nome, CPF/MF, carga horária semanal conforme prevista em lei, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional competente.

3.1.15. Relação nominal dos alunos matriculados que necessitam do serviço de saúde objeto deste Edital - idade, frequência, período, SAEDE/DM e CID 10 - conforme formulário do Anexo II.

3.1.16. Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas sem fins lucrativos (somente se for o caso).

3.1.17. Alvará de Localização e Funcionamento, emitido pela Secretaria de Gestão Financeira do Município.

3.1.18. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária da SES ou órgão municipal de vigilância sanitária.

3.1.19. Inscrição da entidade no respectivo conselho de classe e também o certificado de regularidade funcional do estabelecimento junto ao conselho regional de classe do qual o responsável técnico faz parte.

3.1.20. Relação com a quantidade e especificação dos equipamentos técnicos disponíveis relacionados diretamente aos serviços contratados.

3.1.21. Cópia dos contratos dos serviços terceirizados relacionados diretamente aos serviços contratados.

3.1.22. Declaração com indicação do percentual da capacidade instalada que está destinada aos atendimentos particulares e aos convênios privados (discriminar convênios) e percentual disponível para o SUS.

3.1.23. Horário de atendimento da entidade aos usuários do SUS.

3.1.24. Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante atestado ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.1.25. Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

3.1.26. Declaração expressa da entidade, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público de Joaçaba, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

3.1.27. Declaração de que a entidade conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas.

3.2. Caso a entidade esteja isenta de algum documento exigido neste edital, deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

3.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

3.4. A Comissão de Licitações poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

3.5. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

3.6. No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

4. JULGAMENTO

4.1. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

4.2. Após a análise da documentação, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá parecer quanto à Aceitação ou Recusa do Credenciamento.

4.2.1. Ocorrendo a aceitação será firmado com a empresa proponente o Termo de Credenciamento, em conformidade com a minuta do Anexo V.

4.2.2. A recusa do Credenciamento será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos neste Edital.

5. TERMO DE CREDENCIAMENTO

5.1. O Termo de Credenciamento (Anexo V) terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

5.1.1. Caso a Secretaria Municipal de Saúde optar pela prorrogação do Termo de Credenciamento, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5.2. A assinatura do Termo de Credenciamento deverá ocorrer junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, após a convocação regular, conforme art. 64, da Lei 8.666/93.

6. OBRIGAÇÕES

6.1. Da Credenciada:

6.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, em especial ao descrito no item 2 – DA FORMA DE EXECUÇÃO deste Edital, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

6.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário.

6.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente.

6.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

6.1.5. Justificar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento.

6.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90.

6.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

6.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento.

6.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos serviços.

6.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

6.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

6.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, mensalmente, o quantitativo de procedimentos realizados, com nome e CPF dos pacientes atendidos.

6.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

6.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

6.2. Da Secretaria Municipal de Saúde:

6.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à credenciada, de acordo com o item 7, deste Edital.

6.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

6.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Edital.

6.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização dos procedimentos.

7. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

7.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam do Anexo I, obedecendo ao teto mensal estabelecido pelo TCGA - Termo de Compromisso de Garantia e Acesso.

7.2. A credenciada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

7.3. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos no mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme repasse regular dos recursos do Fundo Estadual de Saúde, através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, mediante entrega do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) e respectiva fatura, os quais deverão ser encaminhados até o 4º (quarto) dia útil do mês.

7.3.1. O Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) deverá ser encaminhado em meio físico e em mídia digital (CD/DVD).

7.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

7.4.1. Endereço de e-mail para arquivo XML: nfesaudejba@gmail.com

7.4.2. Junto a Nota Fiscal, deverá ser apresentada a produção correspondente lançada no BPA, para comprovação dos serviços executados, os quais serão atestados por servidor municipal designado.

7.4.3. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

7.5. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

8. REVISÃO

8.1. Os valores somente serão revistos se, na vigência do Termo de Credenciamento, houver alterações no TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO - PPI Ambulatorial (Anexo I).

9. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento a Secretaria Municipal de Saúde poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

a. Advertência.

b. Multa na forma prevista no subitem 9.2.

c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços.

b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros.

c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas.

d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde.

e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais.

f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado.

g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.

h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

9.3. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

9.3.1. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

10. INSTRUÇÕES PARA RECURSOS:

10.1. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento poderão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição, devidamente fundamentada, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Saúde.

11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

23 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

11.2. O valor total estimado para os primeiros 12 meses deste credenciamento é de R\$ 314.233,92 (trezentos e quatorze mil duzentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos).

12. GENERALIDADES

12.1. As alterações de endereço, telefone, fax ou e-mail deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Saúde, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas.

12.2. Constituem partes integrantes deste Edital:

§ Anexo I – TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO - PPI Ambulatorial (endereço eletrônico).

§ Anexo II - RELAÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS

§ Anexo III - Minuta de Pedido de Credenciamento.

§ Anexo IV - Minuta do Termo de Inexigibilidade de Licitação.

§ Anexo V - Minuta do Termo de Credenciamento

12.3. Os direitos oriundos do presente credenciamento não poderão ser transferidos a terceiros.

12.4. Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 0XX 49 3521-1555 – ramal 236, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas.

Joaçaba, SC, 15 de janeiro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

PAULA GIOVANA KLEBER – Secretária

Comunicação à Autoridade Superior em 11/01/2016

Ratificado em 15/01/2016

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2016/FMS

ANEXO I

TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO - PPI Ambulatorial

A tabela padrão de procedimentos do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO - PPI Ambulatorial, objeto deste credenciamento, está disponível no site da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, o qual poderá ser acessado no seguinte endereço:

Site:

www.saude.sc.gov.br

Programação Pactuada Integrada

PPI da Assistência Ambulatorial

Bloco de Procedimentos SAI MAC Delib. 425-10

Link:

http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=115&Itemid=133

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2016/FMS

ANEXO II

RELAÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS

NOME	IDADE	FREQUÊNCIA (diária, semanal, quinze- nal ou mensal)	PERÍODO (manhã, tarde ou integral)	FREQUENTA SAEDE/DM (sim ou não)	CID 10
NÚMERO TOTAL DE ALUNOS					

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2016/FMS

ANEXO III

MINUTA DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do

Município de Joaçaba – SC.

Para fins de CREDENCIAMENTO, anexamos os documentos de habilitação exigidos no Edital de Credenciamento nº 1/2016/FMS, declarando que nos comprometemos a prestar os serviços constantes no GRUPO 03.01 B -03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO - PPI Ambulatorial e que, desde já, aceitamos todas as condições estipuladas no referido Edital e seus anexos.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ Nº da Agência: _____

Nº da conta-corrente: _____

Atenciosamente

Identificação e assinatura da entidade proponente

Observação:

1. Informar o número da Agência e Conta Corrente do Banco do Brasil.

Caso optar por outro banco será debitado do valor devido as taxas pertinentes referente a transferência.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2016/FMS

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2016/FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº XX/2016/FMS

1 – DO OBJETO

Credenciamento de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, com a finalidade de atendimento as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento / Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635/2002 e Portaria MS/SAS nº 728/2002 ou outra que venha substituí-la.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2016/FMS em anexo, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DAS CREDENCIADAS

§ XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXX.

4 – DO VALOR

O valor total estimado para este credenciamento é de R\$ 314.233,92 (trezentos e quatorze mil duzentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos), considerando a vigência de 12 meses, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento e que será distribuído de acordo com os procedimentos credenciados, da seguinte forma:

GRUPO 03.01 B -03.01.07.007-5 - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.

Havendo prorrogação dos Credenciamentos, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

23 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em XX de XXXX de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER
Secretária

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2016/FMS

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e a _____

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na _____, Bairro _____, no Município de _____, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 1/2016/FMS e Anexos, lançado no dia ____ de _____ de 2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. É objeto do presente instrumento a realização pela CREDENCIADA dos procedimentos constantes no GRUPO 03.01 B –03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO – PPI AMBULATORIAL, com a finalidade de suprir as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes / alunos devidamente matriculados e que necessitem do serviço de saúde objeto deste Credenciamento, comprovando-se idade, frequência, período, SAEDE/DM e CID 10, conforme tabela (Anexo II) do Edital.

2.2. A CREDENCIADA deverá realizar os atendimentos em seu estabelecimento, cuja sede deverá, obrigatoriamente, estar localizada no Município de Joaçaba.

2.3. Na execução do objeto a CREDENCIADA deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.

2.4. A escolha da unidade prestadora de serviço credenciada ficará a critério do usuário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. Responsabilidades da CREDENCIADA:

3.1.1. Executar os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário.

3.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente.

3.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

3.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento.

3.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90.

3.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

3.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento.

3.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

3.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

3.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

3.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, mensalmente,

o quantitativo de procedimentos realizados, com nome e CPF dos pacientes atendidos.

3.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital. A Secretaria Municipal de Saúde se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

3.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

3.2. Do CREDENCIANTE:

3.2.1. Efetuar o pagamento à CREDENCIADA, de acordo com a cláusula quarta deste Termo.

3.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

3.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização dos procedimentos.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam do Anexo I do Edital, obedecendo ao teto mensal estabelecido pelo TCGA - Termo de Compromisso de garantia e Acesso.

4.2. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos no mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme repasse regular dos recursos do Fundo Estadual de Saúde, através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, mediante entrega do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) e respectiva fatura, os quais deverão ser encaminhados até o 4º (quarto) dia útil do mês.

4.2.1. O Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) deverá ser encaminhado em meio físico e em mídia digital (CD/DVD).

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

4.4. Endereço de e-mail para arquivo XML: nfesaudejba@gmail.com

4.5. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

4.6. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO

5.1. Os valores somente serão revistos se, na vigência do presente Termo de Credenciamento, houver alterações no TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO - PPI Ambulatorial (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

6.1. O presente instrumento terá a vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

6.2. Ocorrendo a prorrogação prevista no subitem anterior, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

6.3. A execução do presente Termo deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora MÁRCIA MARIA ZIMMERMAN MAGRO, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

a. Advertência.

b. Multa na forma prevista no subitem 7.2.

c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

- a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços.
- b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros.
- c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas.
- d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde;
- e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais.
- f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado.
- g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.
- h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.3. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo

7.4. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do CREDENCIANTE, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
23 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 1/2016/FMS e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.3. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo.

10.4. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, ____ de _____ de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
PAULA GIOVANA KLEBER – Secretária

CREDENCIADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

EDITAL DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**EDITAL DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE**

O(s) Fiscal(is) de Vigilância Sanitária deste Município, abaixo identificado(s), no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação dos artigos 57, caput, XXXII, XXXIII, XXXVI e 60, inciso III da Lei Municipal Complementar 160/2007.

NOTIFICA

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM JOAÇABA, CNPJ nº 17.360.921.0001-68, sito a Rua Ernesto de Marco, 307 – Jardim Cidade Alta, da IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE nº 00155, de 14/12/2015, de acordo com o Auto de Infração nº 00285 de 28/09/2015.

O documento de arrecadação municipal deverá ser retirado na Secretaria Municipal de Saúde, Divisão de Vigilância Sanitária, sito a Av. XV de Novembro, 223 – Centro, Joaçaba – SC.

Considera-se efetiva a notificação 05 (cinco) dias após a publicação, contando-se a partir daí o prazo para defesa ou impugnação, de acordo com artigo 37, do Decreto Municipal 3121/2008.

Joaçaba SC, 14 de janeiro de 2016.

Fiscais: Leila Angélica Pauli Bauermann

Revelino Antonio Sartori

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 04/2015 - PP 02/2015/ FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2015/FUNREBOM – PP 02/2015

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 04/2015 – PP 02/2015/FUNREBOM, nos seguintes termos:

- Modalidade: PL 04/2015 – PP 05/2015/FUNREBOM

Objeto: a aquisição de 01 (um) veículo tipo passeio, novo, zero quilômetro, ano 2015, modelo 2015 ou 2016, destinado à manutenção das atividades do 11º Batalhão de Bombeiros Militar.

Fiscal: Sd. BM Neocir José Parizotto.

- Empresa Vencedora:

DE MARCO LTDA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de janeiro de 2016.

Rafael Laske

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PL 04/2015 - PP 02/2015/FUNREBOM

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR
CNPJ: 78.502.598/0001-04 AV XV DE NOVENBRO,378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 4/2015 Processo de Licitação: 4/2015 Data do Processo: 21/12/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Rafael Laske, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 4/2015
- b) Licitação Nr.: 2/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 14/01/2016
- e) Objeto da Licitação: Aquisição de 01 (um) veículo tipo passeio, novo, zero quilômetro, ano 2015, modelo 2015 ou 2016, destinado à manutenção das atividades do 11º Batalhão de Bombeiros Militar.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Joaçaba, 14 de Janeiro de 2016.

Rafael Laske - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA CNPJ: 78.502.598/0001-04 AV XV DE NOVENBRO,378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR Processo Administrativo: 4/2015 Processo de Licitação: 4/2015 Data do Processo: 21/12/2015
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DE MARCO LTDA (6031)

1 Veículo tipo passeio, novo, zero quilômetro, ano 2015, modelo 2015 ou 2016, com as seguintes características mínimas: "□ Motor mínimo 1.0 a gasolina ou bi-combustível. "□ Câmbio mecânico manual com, no mínimo, 05 marchas a frente e 01 a ré. "□ Freios com sistema ABS + EBD - dianteiros a disco ventilado e traseiros a tambor. "□ Direção hidráulica ou eletro-hidráulica. "□ 04 portas laterais. "□ Trava elétrica das portas. "□ Vidros das portas dianteiras com sistema elétrico para subida e descida. "□ Ar condicionado integrado frio/quente. "□ Ar quente com sistema de recirculação do ar. "□ Bolsa de ar inflável (air bag) frontal duplo para motorista + acompanhante. "□ Cintos de segurança dianteiros laterais retráteis, com pré tensionador, 03 pontos; cinto de segurança traseiro central fixo 02 pontos e laterais retráteis 03 pontos. "□ Limpador (caso seja hatch) e desembaçador do vidro traseiro. "□ Limpador do para brisa com temporizador. "□ Chapa de proteção para caixa de câmbio e cárter do motor. "□ Sobre tapetes de borracha. "□ Pintura externa sólida na cor vermelha (padrão Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina). "□ Radio AM/FM estéreo com CD player, mínimo 02 alto falantes dianteiros e 02 traseiros. - Marca: RENAULT/CLIO EXPRESS	UN	1,00	0,0000	35.900,00	35.900,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 35.900,00
Total Geral: 35.900,00

Joaçaba, 14 de Janeiro de 2016.

Rafael Laske - Prefeito Municipal

IMPRES

RENTABILIDADE CARTEIRA - IMPRES 12/2015


Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC

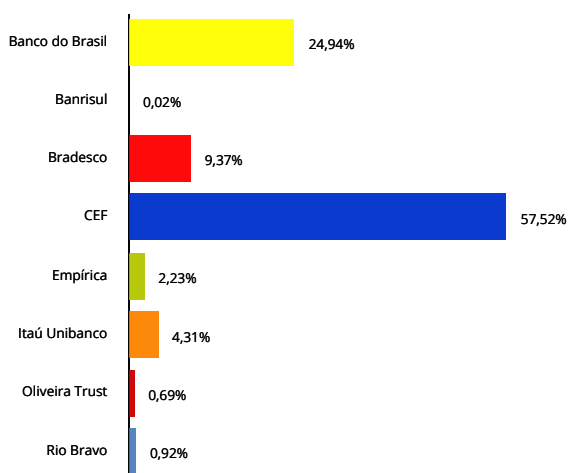
Relatório da Carteira de Investimentos

DEZEMBRO

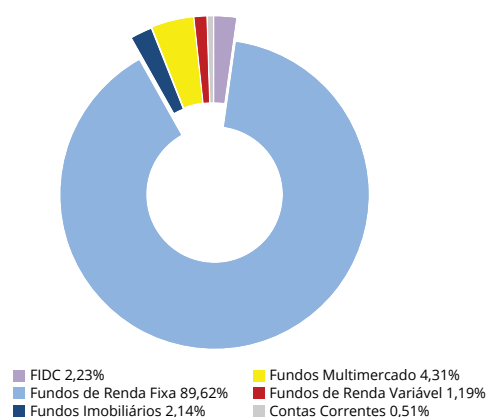
Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



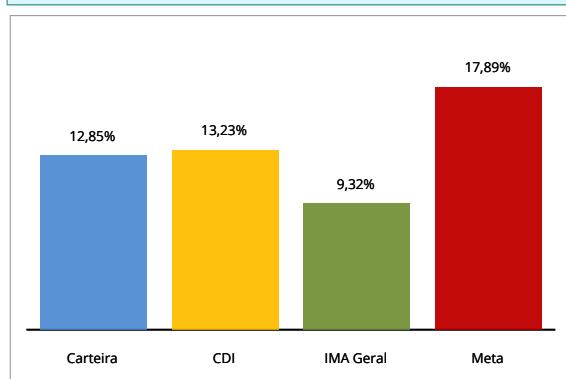
Distribuição da Carteira por Segmento



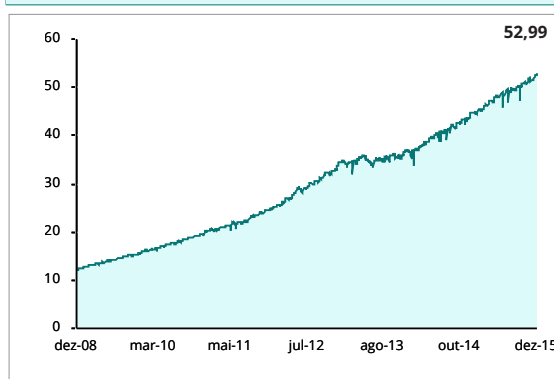
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	1,57%	12,85%	12,97%
CDI	1,16%	13,23%	13,33%
IMA Geral	1,01%	9,32%	9,73%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	1,39%	17,89%	18,01%

Carteira x Indicadores em 2015



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br



Análise Macroeconômica

Dezembro foi mais um mês tranquilo na economia internacional. As decisões de política monetária dos dois principais bancos centrais do mundo não surpreenderam os mercados.

Nos Estados Unidos, o FOMC (equivalente ao nosso Comitê de Política Monetária) efetivamente elevou sua taxa básica de juro, colocando-a no intervalo entre 0,25% e 0,50%, em linha com o esperado por nós e por todo o mercado. O Fed não elevava a taxa de juro desde junho de 2006. Tão importante quanto a decisão foi a sinalização de Janet Yellen (presidente do Fed) de que o juro será elevado de maneira gradual em 2016, o que é muito positivo, pois mostra que a economia do maior país do mundo está em recuperação e que a ação do Fed não visa a impedir o aquecimento, apenas um possível sobreaquecimento. Permanecemos acreditando em apenas mais uma elevação do juro em 2016, embora identifiquemos riscos decorrentes de conflitos geopolíticos entre os países produtores de petróleo – e que elevações nos preços da commodity tendem a motivar um aperto monetário mais intenso na economia americana.

Na Área do Euro, o mês também foi tranquilo. O BCE efetivamente estendeu seu programa de compras de ativos por 6 meses, e decidiu incluir no programa de compras os títulos de governos regionais. O presidente do BCE anunciou, por fim, a redução da taxa de depósito para -0,3%. Permanecemos enxergando que a assimetria entre a política monetária americana e a europeia deve fazer com que o dólar e o euro tendam a se alinhar nos próximos trimestres, isto é, atinjam a paridade 1 para 1.

Na China, mais uma vez, a perspectiva de desaceleração econômica não mudou. Na tentativa de conter esta desaceleração, o Banco Popular da China realizou mais uma rodada de desvalorização do Yuan em relação ao dólar. Essa medida foi uma alternativa ao esperado por nós, que víamos boas chances de o Banco reduzir a taxa básica de juros. A ação de desvalorização da moeda chinesa funciona de maneira mais rápida do que o corte da taxa de juro, na medida em que encarece imediatamente as importações de outros países e, com alguma defasagem, barateia os produtos do país na venda para o resto do mundo.

Dentro do contexto apresentado, vemos poucos riscos de ruptura entre as principais economias globais em 2016, mas acreditamos que é necessário ter cautela quanto à desaceleração da economia chinesa.

Aqui no Brasil, a deterioração da atividade se confirmou ao longo de 2015. Mais grave do que a perda do grau de investimento pela Fitch foi a perda do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. É bem verdade que Levy já não conseguia mais implantar suas ideias para que o país tivesse um aumento da arrecadação, redução de despesas e, assim, alcançasse a melhora do resultado primário do governo. Entretanto, a substituição do ministro por um nome mais alinhado ao partido de Dilma – Nelson Barbosa, até então ministro do Planejamento – insere ainda mais riscos para nosso país em 2016. Barbosa não tem a credibilidade de Levy e, por isso, não terá o benefício da dúvida que beneficiou o antigo ministro. Deslizes de Barbosa serão muito pouco tolerados pelo mercado (colocando riscos sobre o real ante o dólar), enquanto um discurso “pró-mercado” deve demorar muito a ser acreditado.

Para piorar a situação, o mundo político parou no final de dezembro, com o recesso de fim de ano, e assim continuará ao longo de janeiro. Em fevereiro, o Congresso volta à ativa, mas a segunda semana será mais curta devido ao Carnaval. Até lá, o país continuará patinando.

Em dezembro, o início do rito de impeachment ensejou espaço para discussão e adiamentos. A composição da Comissão Especial de Impeachment foi feita em votação secreta, com candidatos avulsos. O PC do B, da base governista, entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal, que decidiu que a votação deve ser aberta e sem candidatos independentes. Assim, após a volta do Congresso, a Comissão precisará ser composta novamente. O STF também decidiu que após a aprovação do processo de impedimento na Câmara, este precisará ser confirmado no Senado. Apenas depois da confirmação inicial pelo Senado, haverá votação neste mesmo parlamento para decidir se Dilma deve ser impeachmentada, em sessão a ser presidida pelo presidente do STF.

Na Câmara e no Senado são necessários dois terços dos votos (ou seja, 342 dos 513 deputados e 54 dos 81 senadores) para impedir a presidente. Para avaliar o apoio à Dilma na Câmara, podemos lembrar da primeira votação da Comissão Especial de Impeachment. A comissão mais favorável à Dilma teve 199 votos. É um número baixo, porém suficiente para evitar o processo de impeachment e insuficiente para ela governar e realizar as mudanças duras e necessárias para nosso país.

Desta forma, não vemos a presidente sendo impeachmentada em 2016, tampouco realizando o ajuste fiscal. O país continuará com inflação elevada, juros nominalmente altos, câmbio se depreciando e atividade em recessão. A Mo-



ody's nos dará o golpe final e a S&P deve nos rebaixar mais uma vez. Por outro lado, talvez a Lava Jato nos traga boas surpresas.

Renda Fixa

Chegamos ao final de 2015 com a percepção de que teremos de nos esforçar bastante para “renovar as esperanças”, conforme a célebre intenção de final de ano. O cenário político-econômico do Brasil não nos passa qualquer esperança, pelo menos por enquanto. Este desalento se baseia na fragmentação política e na falta de propostas efetivas para um ajuste fiscal que permita colocar o país em uma rota de crescimento sustentável.

A incerteza quanto ao futuro da economia brasileira se refletiu na forte abertura dos vértices mais longos da curva de juros. Os juros de curto prazo permaneceram no mesmo patamar elevado que já vinham do mês anterior. O FUT DI1 F17, com vencimento em janeiro de 2017, abriu o mês a 15,80% e fechou estável em 15,87% ao ano. O Banco Central sinalizou a possível volta do aperto monetário para 2016 devido à projeção de inflação bem acima da meta. A ponta mais longa da curva se firmou superando os 16%. O vértice FUT DI1 F21, com vencimento em janeiro de 2021, abriu o mês em 15,95% e fechou em 16,62% ao ano, alta de 4,2%. Se no mês passado dissemos que tais vértices só flertavam com os 16%, em dezembro, o namoro ficou sério. Os indicadores de renda fixa apresentaram leve alta. O IMA-B fechou com uma valorização de 1,52% e o IRF-M com alta de 0,57%. O CDI apresentou variação de 1,16% no mês de dezembro.

A moeda americana fechou o mês com alta de 1,41% – após ter batido a máxima de 3,44% – com o Banco Central continuando a atuar fortemente nos leilões. Apesar da alta dos juros americanos, a mensagem passada pelo governo de que o ciclo de alta seria bem gradual, segurou o estresse sobre o dólar. A moeda abriu o mês em R\$ 3,8506 e fechou em R\$ 3,9048.

Renda Variável

Em dezembro, o Ibovespa teve queda de 4%, aproximadamente. Terminamos o ano com o índice próximo da mínima alcançada em agosto de 43.350 pontos. O dólar apreciou em torno de 48% e o CDS (Credit Default Swaps) beirou os 500 pontos base. Tudo isso reflete o contexto político-econômico ocorrido no Brasil durante todo o ano com diminuição das expectativas de resultados de empresas, setores industriais sem competitividade, operações anticorrupção contribuindo mais ainda na queda da atividade, inflação não ancorada culminando num mês que, por política, trocou-se o Ministro da Fazenda e não por acaso houve a perda do grau de investimentos pelas agências S&P e Fitch. No âmbito internacional, ocorreu o já esperado aumento dos juros americanos, conforme mencionamos. Observando o fluxo no ano de investidores na Bovespa, vemos a intenção compradora líquida do investidor estrangeiro. Além destes, as instituições financeiras e as empresas públicas e privadas também foram compradoras líquidas, justificando a falta de investimento no setor privado e as empresas preferindo comprar ações de própria emissão. Na outra ponta, o segmento institucional doméstico e pessoa física terminaram o ano como vendedores líquidos. Ressaltamos também que foi um mês de liquidez reduzida, principalmente a partir da segunda quinzena, em função dos feriados de fim de ano.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO JHL 0003/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0003/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2015

PROCESSO JHL 0084/2015

PROTOCOLO Nº 3449/2015

Data: 15/01/2016

Objeto: CONTRATO DE RATEIO QUE TEM POR OBJETIVO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PUBLICOS DO CONTRATANTE AO CISAM.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM/MO

Valor Mensal do Contrato: R\$ 33.912,14

Programa: 14.01

Projeto/Atividade Elemento De Despesa: 2.086.3.1.71.70

2.086.3.3.71.70

1.055.4.4.71.70

Prazo de vigência: 15/01/2016 A 31/12/2016.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0004/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0004/2016

SMOS JHL 0001/2016

PROTOCOLO Nº 0043/2016

Data assinatura: 18/01/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE LABORATÓRIO QUÍMICO, TIPO CLASSE I, GERADOS PELO LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

Valor Contratado: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.28.00.00.00

Prazo de vigência: 18/01/2016 A 31/12/2016.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE

TOMADA DE PREÇOS 0015/2015 PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS

Licitação nº 0081/2015

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0015/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0008/2015 – Licitação 0081/2015, tipo Técnica e Preço, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada em recursos humanos para realizar a Revisão do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV) do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 18/02/2016 às 14h, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 18/02/2016 às 14h:10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 18 de Janeiro de 2016.

Paulo César Lamin – Diretor Presidente do SIMAE

José Boiteux

PREFEITURA

LEILÃO PÚBLICO 01/2016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016.
MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX.

O município de JOSÉ BOITEUX, SC, com sede na Rua 16 de Junho, nº 13, Centro, cidade de José Boiteux, CEP 89.145/000, inscrito no CNPJ sob nº 79.372.553/0001-25, Telefone (47) 3352 7111, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 04 de FEVEREIRO de 2016, tendo como local o AUDITÓRIO DO LEILOEIRO, localizado na Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 447, Centro, Rio do Sul, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SrA. TAÍSA R. PEREIRA CARVALHO, matrícula AARC 287 e SR. DIÓRRGENES VALÉRIO JORGE, matrícula AARC 332,, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.FABRIKADELEILOES.COM.BR ou WWW.JOSE-BOITEUX.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3352 7111, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

JOSÉ BOITEUX (SC), 17 de janeiro de 2016.

JONAS PUDEWELL

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO 69/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MARIO DOS SANTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA inscrita no CNPJ n.º 85.243.756/0001-14, com sede a Rua Presidente Nereu Ramos, 64 - 2º andar – Bairro Centro – CEP 88.502-170 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 54/2015, correlato à Dispensa de Licitação 21/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel situado na Rua Presidente Nereu Ramos, 64, Bairro Centro, CEP 88.502-170, na Cidade de Lages, sito o Teatro Municipal marajoara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 201/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 201/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ELIDIO ADALBERTO HERTIGinscrito no CPF n.º 032.275.619-72, com sede a Rua Presidente Costa e Silva, 125 – Joinville/SC, neste ato representado pela Sra. Hilde Rovena Schmitt Ferti inscrita no CPF nº 693.648.939-72

Contratoem decorrência do Processo Licitatório nº 151/2015, correlato à Dispensa de Licitação 26/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel que está sendo usado pela Secretaria de Segurança e Ordem Pública

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 143/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 143/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ANTÔNIO ROGERIO RIBEIRO, inscrito no CPF n.º 225.602.700-72. Com sede a Rua Benjamin Constant, 28 – Centro – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 83/2015, correlato à Dispensa de Licitação 33/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o a Fiscalização Tributária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ n.º 84.950.633/0023-66, com sede a Rua Bom Jesus, 336 – Bairro Ipiranga – CEP 88.504-720 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 37/2015, correlato à Dispensa de Licitação 09/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de um Imóvel sito a Rua Praça João Ribeiro, 164 – Centro, na Cidade de Lages, a ser Utilizada pela escola de Artes Elionir Camargo Martins.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 63/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 63/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: LUCILA BORGES PAGANI inscrita no CPF n.º 030.436.919-54, com sede a Rua Benjamin Constant, 28 – Bairro Centro – CEP 88.501-903 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 39/2015, correlato à Dispensa de Licitação 11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de um Imóvel de imóvel situado na Rua Frei Justino, 23 – Bairro Centro – CEP 88.502-205, na cidade de Lages, a ser utilizado pelo Setor de Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica prorrogado até 31/12/2016

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 77/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 77/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ANTERIO RONEI VIEIRA ROCHA, inscrito no CPF nº 438.369.419-53, com sede a Rua Júlio Rodrigues da Costa, 260 – Bairro Santa Rita – Lages/SC CEP 88.509-310.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 80/2015, correlato à Dispensa de Licitação 40/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel para ser uso Reciclagem de Vidros

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: EVANDRO LUZ MAIER inscrito no CPF nº 551.840.449-91, EUGENIO LUZ MAIER inscrito no CPF nº 661.709.589-87, EUNICE LUZ MAIER inscrita no CPF nº 850.545.349-20, EVILASIO LUZ MAIER inscrito no CPF nº 834.440.259-04, EULITA LUZ MAIER inscrita no CPF nº 496.296.979-04, neste ato representado pelo Sr. ANTONIO CARLOS KOERICH, inscrito no CPF nº 138.124.089-53, com sede a Rua: Benjamim Constant, 51 Ed. Batalha – Bairro Centro – Lages/SC CEP 88.501-110.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 73/2015, correlato à Dispensa de Licitação 32/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel para uso da Secretaria da Habitação

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 81/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 81/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ESTRUTURAL ADMINISTRAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.133.393/0001-08, com sede a Rua Antônio Renor Zeppelini, 165 – Bairro São Francisco – Lages/SC CEP 88.506-437

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 72/2015, correlato à Dispensa de Licitação 30/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel para Utilização do PROCON.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GIORDAN HEIDRICH, inscrito no CPF nº 949.077.909-10, com sede a Rua Frei Gabriel, 280 – Bairro Centro – Lages/SC CEP 88.502-030

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 68/2015, correlato à Dispensa de Licitação 13/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel Sítio a Rua frei Gabriel, 280, Centro Lages/SC – em uso Pela Diretoria de Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

ATA Nº 5405

ATA 5.405.

Ata da octogésima segunda reunião ordinária da terceira sessão legislativa segundo período, da décima sétima legislatura. Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, sob a presidência do vereador Adilson Appolinário reuniram-se dezenove senhores vereadores. A ata da reunião anterior foi lida e aprovada sem emendas ou ressalvas. Foi lido o expediente que deu entrada na casa. Foram deferidas as Indicações nºs: 2233, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256 e 2257/15. O Projeto de Lei nº: 002/14 foi arquivado pela comissão de justiça com fulcro no artigo 61 § 2º do Regimento Interno. Foi apresentada carta de renúncia ao cargo de presidente pelo vereador Adilson de Appolinário. Assumiu a condução dos trabalhos o 1º. Vice Presidente vereador Adilson Roza. Ato contínuo o mesmo deu por aberto o processo de escolha do novo presidente. Foram apresentados os nomes dos vereadores: Thiago de Oliveira, Gerson dos Santos e Luiz Marin. Feita a votação proclamado o resultado o vereador Thiago de Oliveira foi eleito com quatorze votos. O vereador Luiz Marin recebeu dois votos e o vereador Gerson dos Santos recebeu três votos. A presidência declarou empossado o eleito que assumiu a condução dos trabalhos. Na forma do artigo 46 do Regimento Interno, para a vaga até então ocupada pelo vereador Thiago Oliveira na comissão de justiça foi indicado o nome do vereador Adilson de Appolinário, teve a vênica do plenário. Os trabalhos foram suspensos para a manifestação das comissões nas matérias em trâmite na casa. Por acordo foram incluídas nas matérias a serem apreciadas os Projetos de Leis Complementares nºs: 025 e 027/15; Projetos de Leis nºs 090 e 093/15. ORDEM DO DIA: Foi apreciada e votada a matéria constante da pauta: Projetos de Leis Complementares nºs: 025 e 027(juntamente com as emendas: aditiva nº: 001 e a modificativa aditiva nº: 001); Projetos de Leis nºs: 019, 062(juntamente com a Emenda Modificativa Supressiva nº: 001), 086, 090 e 093/15; Pedidos de Informações nºs: 130, 131 e 132/15; Moção Legislativa nº: 486/15; Requerimentos nºs: 222 e 223/15; Redações Finais nºs: 086, 087, 088, 089, 090, 091 e 092/15, todas aprovadas. Na forma do artigo 146 do Regimento Interno a presidência convocou os vereadores para duas reuniões extraordinárias no dia: 21/12/15 como segue: às 09h00 para a apreciação do Projeto de Lei 091/15 e às 11h00 para a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº: 027/15. HORÁRIO DOS PARTIDOS: Foi cancelado. PEQUENO EXPEDIENTE: Foi cancelado. Não houve manifestação que requeresse a vênica da presidência. Nada mais havendo foi a reunião encerrada às 21h50min, lavrando-se esta ata. Sala das sessões em 15 de dezembro de 2015.

Thiago de Oliveira.

Presidente.

David Moro. João Maria Chagas.

1º. Secretário. 2º. Secretário.

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.563/16

DECRETO N.º 4.563 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

“FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NOS DIAS 1º, 08, 09 E 10 DE FEVEREIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, considerando o feriado municipal de 02 de fevereiro (Nossa Senhora dos Navegantes) e, as festividades do Carnaval 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais de Laguna nos dias 1º, 08, 09 e 10 de fevereiro do corrente ano, este último, até às 13:00 h.

Art. 2º A declaração de ponto facultativo de que trata o artigo 1º não se aplica aos serviços considerados essenciais, tais como, de Ambulância, Coleta de Lixo e, Limpeza Pública, bem como, Centro de Informações Turísticas, Museu Anita Garibaldi e Casa de Anita.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.564/16

DECRETO Nº 4.564 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

“REGULAMENTA A READAPTAÇÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A readaptação funcional é concedida ao servidor público com vínculo efetivo nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal em consequência de modificações em seu estado físico ou psíquico, que acarrete limitações de sua capacidade funcional e que possibilite o reaproveitamento do servidor em atribuições e responsabilidades compatíveis com sua condição de saúde atual.

§ 1º A readaptação dependerá de prévia avaliação pericial realizada pela Perícia Médica Oficial e, poderá ser concedida compulsoriamente, independentemente de requerimento do servidor.

§ 2º Ao servidor readaptado somente poderá ser concedida licença para tratamento de saúde pela mesma patologia que motivou o benefício nos casos de reagudização clínica.

§ 3º Havendo necessidade de licença para tratamento de saúde durante período de vigência da readaptação, o servidor poderá ser convocado, a critério da Perícia Médica Oficial, para reavaliação da

readaptação funcional.

Art. 2º É assegurada à servidora gestante a readaptação funcional em função compatível com seu estado físico a partir do quinto mês de gestação, mesmo no período de estágio probatório.

Parágrafo único. O benefício será concedido quando verificada a redução da capacidade física ou a presença de doença que impossibilite ou desaconselhe o exercício pleno das funções.

Art. 3º Para requerer a readaptação funcional, o servidor deverá dar entrada no competente requerimento junto ao Protocolo Geral da Administração Pública Municipal.

§ 1º Quando da realização da avaliação pericial pela Perícia Médica Oficial, o servidor deve apresentar:

- I – atestado médico emitido pelo médico assistente, legível e original, especificando a limitação/restrrição para o exercício da função readaptada;
- II – exames comprobatórios da situação clínica de saúde;
- III – cópia da receita médica ou prescrição de medicação;
- IV – relatório do local de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo servidor e pela chefia imediata; e
- V – relatório de atividades compatíveis com a função readaptada, no caso de a função ocupada exigir o preenchimento e a assinatura do médico assistente.

§ 2º A critério da Perícia Médica Oficial, poderão ser solicitados novos exames, avaliações ou pareceres especializados para complementação diagnóstica.

Art. 4º O controle e a supervisão do acompanhamento do servidor readaptado serão realizados pela Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos em conjunto com o órgão em que o mesmo esteja trabalhando.

§ 1º O acompanhamento deverá ser feito a cada 6 (seis) meses, pelo período de 24 meses, devendo ser lavrado sempre o competente relatório a ser arquivado na pasta funcional do servidor.

§ 2º Haverá manifestação da Perícia Médica Oficial nos casos em que o relatório de que trata o caput deste artigo mencionar dificuldades na operacionalização da readaptação ou na ocorrência de afastamentos por licença para tratamento de saúde.

Art. 5º A readaptação funcional poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante reavaliação pericial:

- I – a pedido do servidor ou do superior imediato, quando houver melhora das condições de saúde ou adequação do seu local de trabalho;
- II – se constatada a continuidade da licença para tratamento de saúde que motivou a readaptação funcional; ou
- III – ocorrendo denúncia de irregularidades na concessão da readaptação, devidamente comprovada em procedimento administrativo.

Art. 6º Quando da realização da reavaliação pericial pela Perícia Médica Oficial, o servidor deve apresentar:

- I – atestado médico emitido pelo médico assistente, legível e

original, especificando se ainda persistem ou não os motivos determinantes da readaptação;

II – exames comprobatórios da situação clínica de saúde;

III – cópia da receita médica ou prescrição de medicação, se houver;

IV – relatório de acompanhamento do servidor readaptado, devidamente preenchido e assinado; e

V – relatório de acompanhamento dos tratamentos realizados.

Parágrafo único. A critério da Perícia Médica Oficial, poderão ser solicitados novos exames, avaliações ou pareceres especializados para complementação diagnóstica.

Art. 7º Cancelada a readaptação funcional, o servidor retornará ao seu cargo e funções de origem.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEFERIMENTOS DOS REQUERIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ADICIONAL DE APERFEIÇOAMENTO – EDITAL 004/2015 SMS/PML

DEFERIMENTOS DOS REQUERIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ADICIONAL DE APERFEIÇOAMENTO – EDITAL 004/2015 SMS/PML

NOME	CPF
ALEX DA SILVA DE BEM	823378029-49
AMANDA DOMINGOS OLIVEIRA	059891119-75
ANA PAULA MOURA DIAS DOS SANTOS	960516390-04
ANDREZA DA SILVA OLIVEIRA	023952279-60
ARETHA PASCHOAL FIGUEIREDO	039828139-48
CLAUDETE MARIA CABREIRA SOUZA	399041569-72
CLEBER GUEDES MATTOS	029177059-22
DEENISE MACIEL CLMÊNIO	625391679-34
DIEGO DOZOL ESTÁCIO	041171399-08
EDER LEAL DA SILVA	031942819-25
ELOISA PIAZZA BRANCO	019785069-37
EMILENE DA ROSA	073296949-24
FABIANO AMORIM PASCHOA	023719849-57
FERNANDO DI FRANK ROSA	031675559-12
FILIPPE BATISTA GORDO	034501519-32
GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES	025050599-18
GLÁUCIA SOARES	987173329-15
GRASIELA VIEIRA	028979739-00
IVANDRO ANTONIO JOÃO	821918759-04
JANAÍNA BITTENCOURT DIAS	034715599-57
JANAÍNA CAETANO CARDOSO	024130859-39
JANAÍNA DE SOUZA ROCHA	886355540-00
JESSICA BITENCOURT CAMILO	047790059-30
JONATAN DA SILVA FREITAS	036514809-17
JULIANA DA SILVA PALMA	050935839-01
KATIA REGINA MEDEIROS DA ROSA	035317469-60
KATIUSCIA DA SILVA	020582189-81
KETLYN SÔNIA DE MELLO	833716219-87
LUANA BRANCO DE ABREU	009236369-51
LUIZ CARLOS DE ARAUJO	369228890-53
MARGARETH MOURA KOWALSKI	754989010-20
MARIA APARECIDA CORREA DE BONA	592016659-20
MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO	611833779-91
MARIA HELOISA FERNANDES	551247809-59
MICHELLI DE MOURA RIBEIRO	305069778-46
PATRICIA PEREIRA CARNEIRO HELEODORO	032370389-54

PEDRO PAULO REAL HOHN JUNIOR	080553537-35
RACHEL COPETTI VERAS	488750829-87
RAQUEL DELFINO	714526569-91
REGIANE RIBEIRO DA SILVA	019356919-10
RENATA GOMES NUNES SOUZA	000069509-22
RODRIGO DA ROSA GUIMARAES	021968989-02
RUBENS ANTONIO THOMAZ FILHO	493644809-53

Secretária de Saúde

Laguna, 14/01/2016

PORTARIA Nº 079/2016

PORTARIA RH Nº 079/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, MARLUSI FIGUEIREDO COBRA, Técnico em Enfermagem, para responder pela Divisão de Saúde do Trabalhador, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 080/2016

PORTARIA RH Nº 080/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, HELAINE CRISTINA SILVEIRA BORG, Técnico em Enfermagem, para responder pela Divisão de Controle de Zoonoses, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 081/2016

PORTARIA RH Nº 081/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, EDNA CRISTINA DA ROSA CARDOSO, Técnico em Assuntos Educacionais, para responder pela Divisão de Eventos Escolares, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 082/2016

PORTARIA RH Nº 082/2016

O SECRETÁRIO DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.01.2016 a 02.02.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
André Nandi Antunes	2013/2014
Gisele Elis Martins	2014/2015
Syllas Timoteo Mariz Melo	2014/2015
Vânio José Sachetti Martins	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 083/2016

PORTARIA RH Nº 083/2016

O SECRETÁRIO DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao servidor DALTON PEREIRA MEDEIROS, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo 2013/2014, do dia 05.01.2016 a 03.02.2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 084/2016

PORTARIA RH Nº 084/2016

O SECRETÁRIO DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.01.2016 a 18.01.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriana Guimarães de Oliveira	2015/2016
Lucas Spillere da Silva	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 085/2016

PORTARIA RH Nº 085/2016

O SECRETÁRIO DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao servidor SÔNIA MARIA AMÉRICO DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo 2014/2015, do dia 06.01.2016 a 04.02.2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 086/2016

PORTARIA RH Nº 086/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, ANA PAULA JEREMIAS DE SOUZA, do cargo de Assistente Social, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2016

PORTARIA RH Nº 090/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, ALVARO SILVA MARTINS do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Apoio Administrativo, DS 3, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 091/2016

PORTARIA RH Nº 091/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ALVARO SILVA MARTINS para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Janeiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO CONTRATO 14/2014 PROCESSO 06/2014DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

2º TERMO ADITIVO CONTRATO 14/2014

PROCESSO 06/2014DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2014

O Município de Lebon Régis, através do Prefeito municipal comunica a renovação do contrato em epígrafe, pelo período de 12 meses compreendido entre 11/02/2016 e 10/02/2017, conforme art. 57 inciso II da lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados para gerenciamento, divulgação e publicação on-line das Leis do Município de Lebon Régis/SC (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos). Valor: R\$ 8.211,96 (oito mil duzentos e onze reais e noventa e seis centavos). Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA. Lebon Régis, 15 de janeiro de 2016. Ludovino Labas – Prefeito municipal.

DECRETO Nº 004/2016

DECRETO Nº. 004/2016 de 15 de Janeiro de 2016.

"Dispõe sobre a alteração da Comissão Permanente de Licitação, designa Pregoeiros e Equipe de Apoio."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a Comissão Permanente de Licitações – CPL do Município de Lebon Régis – SC, que passa a ter a seguinte composição:

I – José Vanderlei de Campos, servidor público efetivo.

II – Thacyana Canalle, servidor ocupante de cargo em comissão;

III – Antônio Luiz dos Santos Lima, servidor público efetivo.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo servidor indicado no inciso I e secretariada pelo servidor indicado no inciso II.

Art. 2º. Ficam relacionados os servidores públicos para atuarem como pregoeiros nas sessões de licitação quando houver impedimento do pregoeiro designado em edital:

I – Jose Vanderlei de Campos, servidor público efetivo;

II - Vilmar Pierdoná, servidor público efetivo;

III - Amauri Grazziotin, servidor público efetivo;

IV- Adair da Silva Mattos, servidor público efetivo;

V- Tainá Grazziotin, servidora ocupante de cargo em comissão;

VI – Thacyana Canalle, servidora de cargo em comissão;

VII- Mariza Granemann de Mello – servidora ocupante de cargo em comissão.

Art. 3º. Ficam designados para a Equipe de Apoio aos pregoeiros os seguintes servidores:

I – Elizabete Spautz, servidora ocupante de cargo em comissão;

II - Alessandro Granemann Souza, servidor público efetivo;

III – Fernando Ribeiro da Silva, servidor público ocupante de cargo efetivo;

Art. 4º. As atribuições e competências da Comissão Permanente de Licitação, do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio são aquelas definidas na legislação federal e municipal pertinentes.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas no DECRETO Nº. 072/2015, de 04 de setembro de 2015.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 15 de janeiro de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 003/2016 - FMS

CONTRATO Nº 003/2016

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Paulina.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde e Assistência Social, a Senhora Irene Maria da Cunha Otto, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua sócia a Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Paulina no Centro do Município, que serão executados os seguintes serviços:

I – Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e voip;

II – Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 2 (dois) Mega, com velocidade de downloads/uploads de 1000 (mil) kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I – Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II – Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV – Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V – Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 6 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato

terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2016. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - a qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I – Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II – Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II – Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.536,00 (um mil quinhentos e trinta e seis reais) referente a mensalidade da Internet e o dispositivo de voip para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data do vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.39.11.00.00.00.01.64.008 (18)
PAB FIXO

CLÁUSULA NONA – DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 11 de janeiro de 2016.

IRENE MARIA DA CUNHA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP Contratada
---	--

TESTEMUNHAS:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JACQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	--

CONTRATO Nº 004/2016 - FMS

CONTRATO Nº 004/2016

Contrato de Prestação de Serviços para Manutenção dos Equipamentos da Contratante relacionados no Anexo I, que faz parte integrante deste Contrato em conformidade com as instruções contidas nos Manuais de Serviço dos Fabricantes.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhora Irene Maria da Cunha Otto, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa Medicalblu Equipamentos Médicos e Hospitalares LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Raul Deeke, nº 89, Bairro da Velha, CEP: 89.040-010, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 10.944.321/0001-06, neste ato representada por seu Diretor o Senhor Michel Campos de Castro, portador do CPF 033.730.939-61 a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – DO OBJETO.

1.1 A contratada prestará serviço de Manutenção nos equipamentos da Contratante relacionados no Anexo I, parte integrante deste Contrato, de conformidade com as instruções contidas nos Manuais de Serviço dos fabricantes;

1.2 A contratada se obriga a desenvolver, implementar e manter um sistema de registro das manutenções corretivas e preventivas e de qualquer ocorrência para com os equipamentos, objeto deste Contrato.

Parágrafo Único: Para os efeitos deste Contrato, considera-se:

Cláusula Segunda – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.

A fim de possibilitar a execução dos serviços, objeto deste Contrato, caberá à CONTRATANTE:

2.1 Identificar uma pessoa na sua Organização, a quem a CONTRATADA deverá se reportar, objetivando a implementação das ações resultantes do presente Contrato;

2.2 Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA, livre acesso aos equipamentos;

2.3 Manter as condições estabelecidas pelo fabricante para o bom funcionamento do equipamento;

2.4 Permitir a execução dos serviços em suas dependências, caso necessário;

2.5 Informar à CONTRATADA todas e quaisquer anormalidades ocorridas com o equipamento quando em funcionamento;

2.6 Adquirir partes e peças dos equipamentos ou de seus representantes legais;

2.7 Custear quaisquer outros tipos de serviços cujos não estão estabelecidos por esse contrato;

2.8 Devolver o Equipamento de Backup enviado pela CONTRATADA com o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a data de envio pela mesma, sob penalidade de multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) caso ultrapasse esta data limite, exceto se o atraso for por

caso fortuito ou força maior;

2.9 Em caso de extravio do Equipamento de Backup enviado pela CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá ressarcir o valor do equipamento para a CONTRATADA no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

2.10 Estar ciente que não estão inclusos gastos referente a deslocamento, estadia e refeição.

Cláusula Terceira – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

São responsabilidades da CONTRATADA:

3.1 Manter os equipamentos dentro de suas características originais de fabricação;

3.2 Informar ao CONTRATANTE os defeitos, causas prováveis e os procedimentos adotados para corrigi-los;

3.3 De comum acordo com a CONTRATANTE, otimizar os horários de atendimento técnico objetivando a menor interferência ao serviço e a agenda de exames;

3.4 Desenvolver, implementar e manter atualizado o sistema de Ordem de Serviços que deverá conter todos os procedimentos e detalhes tomados nas manutenções preventivas e corretivas em uma pasta em poder da CONTRATANTE.

3.5 Tomar providência objetivando corrigir as não conformidades detectadas;

3.6 Dar cumprimento aos Cronogramas de Manutenção Preventiva a ser instituído em comum acordo com a CONTRATANTE, considerando-se as características de cada equipamento;

3.7 Prestar os serviços ora contratados através de seus técnicos que não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese.

3.8 Entregar Notas Fiscais e Faturas referentes ao presente Contrato com o prazo de 05 (cinco) dias antes do vencimento.

Cláusula Quarta – DA MODALIDADE CONTRATADA E COBERTURA DE SERVIÇOS.

A modalidade contratada é a OURO e tem como cobertura de serviços pela CONTRATADA:

4.1 Análises do estado geral de funcionamento e de segurança dos equipamentos;

4.2 Calibrações do equipamento com simulador homologado pelo Inmetro e RBC;

4.3 Enviar um equipamento de backup durante o tempo manutenção; (Cabo Paciente, Eletrocardiógrafo Wincardio);

4.4 Substituições de peças e partes do eletrocardiógrafo wincardio e cabo paciente;

4.5 Mãos de obra para execução dos serviços;

4.6 Manutenções a distância via ponto remoto, em caso de perda de configuração;

4.7 Não há cobertura para Serviços ou Manutenção de Acessórios do Eletrocardiógrafo (pêras de sucção, cardioclipes, eletrodos reutilizáveis);

4.8 Não há cobertura para Manutenções decorrentes de imperícias,

negligência, imprudência do operador, incêndios, inundações, sobrecarga da rede elétrica, sabotagens, acidentes da natureza e outros resultantes de caso fortuito ou de força maior;

4.9 Não há cobertura para Serviços de transporte de equipamentos e acessórios, substituições dos equipamentos, bem como para colocação ou adaptação de peças e/ou componentes fornecidos por terceiros não autorizados.

Cláusula Quinta – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO.

É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Contrato por qualquer das partes sem prévia e expressa autorização da outra.

Cláusula Sexta – DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO.

As visitas aos setores da CONTRATANTE, quando necessárias, serão realizadas no horário comercial, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, com agendamento prévio.

Cláusula Sétima – DA TRANSFERÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS.

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, transferir os equipamentos dos locais onde se encontram atualmente instalados, devendo, entretanto, comunicar sua intenção à CONTRATADA.

Cláusula Oitava – DA AMPLIAÇÃO, REDUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

Fica reservado à CONTRATANTE o direito de as suas expensas ampliarem, reduzir, substituir parcialmente ou modificar os equipamentos, devendo, entretanto, acordar com a CONTRATADA, preliminarmente, através de Termo Aditivo, às novas bases deste Contrato.

Cláusula Nona – DAS MODIFICAÇÕES E ACRÉSCIMOS.

Todas e quaisquer modificações ou acréscimos nas disposições deste Contrato, terão que ser formalizadas através de Termo Aditivo e de comum acordo.

Cláusula Décima – DO PREÇO.

Pelos serviços, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R\$ 241,78 (duzentos e quarenta e um reais e setenta e oito centavos) mensais, sendo este o valor bruto, com vencimento todo dia 05 (cinco) de cada mês. Sendo o valor total do contrato R\$ 2.901,36 (dois mil novecentos e um reais e trinta e seis centavos). O não pagamento até o vencimento incidirá em multa de R\$ 2,00 (dois reais) e juros diários de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo único: No valor mencionado na Cláusula anterior, estão incluídas todas as taxas e impostos que incidem sobre os valores dos serviços contratados, de acordo com a legislação vigente.

Cláusula Décima Primeira – DOTAÇÃO.

A despesa com a execução do presente contrato correrá do Orçamento do Município de Leoberto Leal, para o exercício de 2015, as dotações utilizadas são as seguintes:

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.39.17.00.00.00.01.64.008 (18)
PAB FIXO

Cláusula Décima Segunda – DO REAJUSTE.

Após o término de cada período de 01 (um) ano, a CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE, poderá rever os preços

declarados neste contrato, baseando no índice IGPM, oficial do governo para este fim.

Cláusula Décima Terceira – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura, sendo prorrogado por períodos de 12 (doze) meses sucessivamente, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Quarta – DA RESCISÃO DO CONTRATO.

A contratante poderá rescindir antecipadamente o presente Contrato, mediante comunicação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência, e se comprovada qualquer irregularidade na prestação de serviços da contratada.

Parágrafo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por parte da contratante, ficará assegurado a contratada, cobrar da contratante o ressarcimento de eventuais créditos/despesas em aberto com seus clientes/fornecedores, desde que devidamente comprovadas.

Parágrafo Segundo: A contratada poderá rescindir antecipadamente o presente Contrato, mediante comunicação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência, quando não houver mais interesse na prestação de serviços.

Parágrafo Terceiro: O não cumprimento da comunicação expressa acima, no prazo estipulado, acarretará na multa equivalente a 12 (doze) salários mínimos da época, como forma de compensar/inibir este acontecimento/prejuízo.

Cláusula Décima Quinta – DO FORO.

Para todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o FORO da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina.

E, por estar em justas e contratadas, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual teor.

Cláusula Décima Sexta – PUBLICAÇÃO.

Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 11 de janeiro de 2016.

IRENE MARIA DA CUNHA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME MICHEL CAMPOS DE CASTRO Contratada
---	---

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES	JAQUELINE R. GUCHERT HOFMANN
CPF/MF nº 017.410.949-09	CPF/MF nº 005.166.179-90

ANEXO I

Relação de Equipamentos:

Item	Descrição	Nº de Série	Localização
5	Cabo Paciente Wincardio REF: 111	0612200	Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal
79	Wincardio USB REF: 106	0611954	Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal
163	Contrato de Manutenção FMS		Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal

Leoberto Leal/SC, 11 de janeiro de 2016.

IRENE MARIA DA CUNHA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME MICHEL CAMPOS DE CASTRO Contratada
---	---

Luzerna

PREFEITURA

GABARITO PROVISÓRIO PROCESSO SELETIVO EDITAL 006/2015

EDITAL Nº 006/2015 de 03 de dezembro 2015.

GABARITO PROVISÓRIO

ENCONTRA-SE ABERTO O PERÍODO RECURSAL DO DIA 18/01/2016 ATÉ AS 17:00 hrs do dia 19/01/2016 CONFORME ESTABELECIDO EM EDITAL, ATRAVÉS DO E-MAIL CONTATO@APRENDERSC.COM.BR O PRESENTE GABARITO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES SE NECESSÁRIO DURANTE O PERÍODO ACIMA CITADO.

*** É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO CONHECER NA ÍNTEGRA O EDITAL QUE NORTEIA O PRESENTE PROCESSO EM TELA.

AUXILIAR ODONTOLOGIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	D	A	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	A	C	D	D	A	C	D	B	C	A	D	B	C	A	B	C	B

FARMACÊUTICO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	B	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

INSTRUTOR DE ATIVIDADES FÍSICA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	A	B	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

MÉDICO GENERALISTA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	D	C	B	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR ARTES/MÚSICA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	A	D	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE ARTES

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	D	B	D	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	A	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE DANÇA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	A	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE HISTORIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	C	A	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	A	B	D	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE XADREZ

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	D	B	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	A	A	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	A	B	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	C	D	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA																				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
D	B	C	C	D	C	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

PROFESSOR SÉRIES INICIAIS																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

TÉCNICO EM ENFERMAGEM																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	D	D	C	D	A	B	D	B	C	A	D	B	D	A	B	C	B

Joaçaba, SC – 18 de Janeiro de 2016

APRENDER.COM

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO _ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2016

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2016

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2016

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0002/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0002/2016, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 01 de fevereiro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3440, de 15 de janeiro de 2016, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada o fornecimento de peças e mão de obra qualificada, destinados à recuperação do motor do Caminhão Scania 112 placas ADO 0498, integrante da Frota Municipal, de acordo com a descrição e quantitativos do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 01/02/2016, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0002/2016, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 18 de janeiro de 2016.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

DECRETO 1543

DECRETO Nº 1543, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 40, de 25/10/1993, que Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e suas alterações.

DECRETA:

Art.1º- Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por 02 anos, a contar desta data:

Presidente: Iana Spanholo Abraão

Vice Presidente: Evani Domingues Cardoso
Secretaria: Rejane Spanholo Abraão

Representante da Escola Professora Cândida Bertotto Zucatti
Titular: Franciele Manenti Colaço
Suplente: Cleciane Rodrigues dos Santos

Representante da APPF Escola Professora Cândida Bertotto Zucatti
Titular: Bruna Dalmina
Suplente: Rose Mari Lemos

Representante da Policia Militar de Santa Catarina
Titular: Marcelo Padilha
Suplente: Felipe Popenmberg

Representante da APPF Escola Pequenos Brilhantes
Titular: Cleide Maria Correa Serighelli
Suplente: Rejane Spanholo Abraão

Representante do Conselho de Assistência Social
Titular: Leida Castanheiro Maurina
Suplente: Evani Domingues Cardoso

Representante da Associação da Terceira Idade Tempo de ser Feliz
Titular: Gertrudes Telegen
Suplente: José Serighelli

Representante da Conselho Municipal de Educação
Titular: Nadir Zimmer Telegen
Suplente: Karoline Santos de Oliveira

Representante da Escola Pequenos Brilhantes
Titular: Ivan Carneiro
Suplente: Fernanda Zilio

Representante do Poder Executivo
Titular: Leida Castanheiro Maurina
Suplente: Giovana Betinelli
Titular: Silvana G Maffioletti
Suplente: Rosane Bertotto
Titular: Iana Spanholo Abraão
Suplente: Severino de Oliveira

Representante da APP Escola Albina Mosconi
Titular: Luciana Locatelli
Suplente: Edson Maurina

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando Decreto nº 1483/2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 08 de janeiro de 2016.
EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 3431

PORTARIA N.º 3431/2016

"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 36/2009, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR Servidores para cargo em comissão:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO
Giovana Betinelli	Sec. Educação, Cultura e Esportes	06/01/2016
Fabio Piatì	Diretor de Saúde	04/01/2016
Edemar Nicolau Kuhn	Contador Geral do Município	06/01/2016
Cassiane Farinon	Ag Des. Ind. Com. e Turismo	04/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de janeiro de 2016.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal**PORTARIA 3436**

PORTARIA N.º 3436/2016

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, até resultado do concurso público:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	CONTRATO ATÉ	SECRETARIA
Suzana dos Santos	Serviços gerais II	04/01/2016	28/10/2016	CRAS
Isolde Ap Schaitel	Serviços gerais II	04/01/2016	28/10/2016	Saúde
Eroni A P dos Santos	Serviços gerais II	04/01/2016	28/10/2016	Administração
Ademir Jose Scapin	Op Maq leves	06/01/2016	28/10/2016	Agricultura

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de janeiro de 2016.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal**PORTARIA 3437**

PORTARIA N.º 3437/2016

"Nomeia Servidor para Cargo que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013.

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, Fatima Paloschi, para ocupar o Cargo de Serviços Gerais II, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 04/01/16 a 31/01/16, em substituição a titular do cargo, Rosimari Geraldo da Silva, que se encontra em férias nesta data.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 06 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3438

PORTARIA N.º 3438/2016

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, Art.91 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o – CONCEDER a Servidora Publica Municipal, Iana Spanholo Abraão, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, no cargo de Auxiliar Administrativo, 20 dias de férias, no período de 12/01/2016 a 31/01/2016,

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 08 de janeiro de 2016.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

PORTARIA 3439

PORTARIA N.º 3439/2016

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1o - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, até resultado do concurso público:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	CONTRATO ATÉ	SECRETARIA
Pedro Serafin Neto	Serviços gerais II	11/01/2016	28/10/2016	Educação
Valda A de Souza	Vigia	11/01/2016	28/10/2016	Saúde
Joaquin A de Souza	Vigia	11/01/2016	28/10/2016	Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 11 de janeiro de 2016.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

PORTARIA 3441

PORTARIA N.º 3441/2016

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, Art.91 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o – CONCEDER ao Servidor Publico Municipal, Adelir Bertotto, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de Motorista II, 20 dias de férias, no período de 04/01/2016 a 23/01/2016,

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de janeiro de 2016.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

PORTARIA 3442

PORTARIA N.º 3442/2016

"Designa servidores que especifica para fiscalizar e acompanhar os serviços, referente ao Processo nº0002/2016 e Pregão Presencial nº 0002/2016, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

DESIGNAR, o Servidor Sergio Luiz Groth, Mecânico, para ser responsável pelo recebimento das peças e serviços, referente ao Processo nº 0002/2016, Pregão Presencial nº 0002/2016.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 15 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 04/2016 - PP - FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 04/2016 - Pregão Presencial –
Menor Preço por Item

Objeto: aquisição de material odontológico para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício 2016, conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital, Entrega dos envelopes: até as 13:30 horas do dia 01/02/2016 Abertura da Sessão: a partir das 13:45 horas do dia 01/02/2016. Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 hs as 18:00 h e das, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 19 de janeiro de 2016.
VILMAR LEANDRO
Gestor do FMS

EXTRATO DO CONTRATO 10/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 10/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: EDUARDO GOULART PEREIRA - MEI

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e sistemas de informática, compreendendo os microcomputadores e assemelhados do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá.

Valor: R\$ 3.744,00 (três mil e setecentos e quarenta e quatro reais)

Vigência: 14/01/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 14 de janeiro de 2016.
Vilmar Leandro
Contratante.

Eduardo Goulard Pereira
Contratado.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 61/2016

DECRETO Nº 61, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Aprova unificação de imóveis urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Lote Urbano nº (1), com área de (476,911 m²) e Lote Urbano nº (2), com área de (491,22 m²), perfazendo a área total de (968,131 m²), ambos da Quadra nº (7), situados no Loteamento denominado "Frei Damião", desta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com edificação, objetos das Matrículas nº 15.931 e 13.604 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de Vilmar Rossato, brasileiro, casado, comerciante, nascido aos 11/05/1966, portador da C.I. RG nº 13/R-1.856.111-SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 526.625.359-20, domiciliado e residente na Avenida Maravilha, nº 1.427, nesta Cidade, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Uriel Romam, CREA 043738-7, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:

Lotes Urbanos nºs (1 e 2), da Quadra nº (7), situados no Loteamento denominado "Frei Damião", desta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com as áreas respectivas de (476,911 m² e 491,22 m²), perfazendo a área total de (968,131 m²), com edificação sendo: um prédio de alvenaria de 2 pavimentos, que recebeu o nº 1427, com área construída de 510,55 m², coberto com telhas de fibrocimento; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com a Avenida Maravilha, na extensão de 20,60 metros;- ao Sul, com o lote urbano nº (3), da quadra nº (7), na extensão de 26,00 metros, de Salete Claudete Comerlato, Michele Vanessa Comerlato, Daniel Darcy Comerlato e Josué Danilo Comerlato - M. 17.406;- ao Leste, com a Rua João Regner, na extensão de 34,14 metros;- ao Oeste, com o lote urbano nº (1), da quadra nº (1), de Evandro Rubens Drumm, Moris Urbano Drumm, Tiego Henrique Drumm e Estevan Fabiano Drumm - M. 17.189 e com parte do lote urbano nº (2), da quadra nº (1), de Município de Maravilha - M. 17.107, na extensão de 35,68 metros, ambos situados no Loteamento Martinho Lutero;- ao Nordeste, por linha curva, no encontro da Avenida Maravilha com a Rua João Regner, na extensão de 7,556 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 312, de 21 de dezembro de 2015.

Maravilha – SC, 18 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 62/2016

DECRETO Nº 62, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada JEANETTE ROSA LUCAS DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 816.437.809-72, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 02 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 17 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 63/2016

DECRETO Nº 63, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, para preenchimento de vagas ao quadro geral de pessoal do poder executivo municipal de Maravilha/SC,

Art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que prevê como requisitos para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital de processo seletivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 002/2015, a candidata ELAINE BRANDT SCHOSSLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 018.776.759-97, Micro Área nº 04 ASC Centro, pelo motivo de não residir na área da comunidade que deveria atuar.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3251 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3251 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério) R\$ 140.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Dezembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3252 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3252 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (Cento e quarenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0023.2008 – Manutenção da Assessoria Jurídica

0201 – 31900000 – Aplicações Diretas

0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Dezembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3253 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3253 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 15.600,00 (Quinze mil e seissentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Apoio a Educação Especial

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos - Educação R\$ 15.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Dezembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3254 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3254 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 15.600,00 (Quinze mil e seissentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Apoio a Educação Especial
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receita de Impostos - Educação R\$ 15.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Dezembro de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3255 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3255 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.367.0110.2059 – Apoio a Educação Especial
0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10000 – Receita de ImpostosR\$ 250,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Dezembro de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3256 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3256 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 300,00 (Trezentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.364.0086.2047 – Apoio aos Universitários

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Receita de ImpostosR\$ 300,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Dezembro de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3257 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3257 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 300,00 (Trezentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do Cras
0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Receita de ImpostosR\$ 300,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3258 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3258 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois Mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.008.244.0180.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 21 de Dezembro de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3259 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3259 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete Mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 – GERÊNCIA DE PESSOAL
0301.004.122.0031.2011 – Administração dos Recursos Humanos
0301 – 31900000 – Aplicações Diretas
0301 – 10000 – Receita de Impostos R\$ 17.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 21 de Dezembro de 2015
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3260 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3260 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze Mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério) R\$ 14.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 21 de Dezembro de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3261 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3261 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito Mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DA EDUCAÇÃO
0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério) R\$ 48.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 21 de Dezembro de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3262 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3262 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 24.200,00 (Vinte e Quatro Mil e duzentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10200 – Receita de Impostos – Saúde
 R\$ 24.200,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 21 de Dezembro de 2015.
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

ERRATA LICITAÇÃO PMM 81.2015 - AGRICULTURA FAMILIAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2015 - PMM

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2015, edital de CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015, ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	19 DE JANEIRO DE 2016
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	08h00min
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	08h30min

Página 01

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA A PARTIR DE:	19 DE JANEIRO DE 2016
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC

E para que ninguém alegue desconhecimento, é a presente errata publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixada no Mural de Avisos da Prefeitura de Massaranduba (SC), e disponibilizada no site oficial: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba (SC), 18 de janeiro de 2016.

CIRIO MARTINI

PREGOEIRO

DECRETO Nº. 3263 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3263 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
 0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 100,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 100,00 (Cem reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
 0901 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 30 de Dezembro de 2015.
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 019/2016

Decreto nº 19/2016 de 14/01/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 682/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 682/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DO TELHADO DO SALÃO COMUNITÁRIO ANEXO AO CAMPO MUNICIPAL COM SEDE À LINHA PITINGA, MUNICÍPIO DE MODELO- SC., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	16.205,15

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 14 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 036/2016

Extrato de Contrato Adm. nº 036/2016

Estado De Santa Catarina – Município de Modelo

Contrato de Desapropriação Amigável nº 036/2016

Expropriados: LK Imóveis Ltda

Valor: R\$ 11,82 (onze reais e oitenta e dois reais)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 15, da Seção Jundiá, com área de 1.182,13 m² (um mil cento e oitenta e dois metros e treze centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Cesco, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 3.105, no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada a regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 18 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 041/2016

Extrato de Contrato Adm. nº 041/2016

Estado De Santa Catarina – Município de Modelo

Contrato de Desapropriação Amigável nº 041/2016

Expropriados: Cesar Domingos Cesco e Benilde Trevisan Cesco

Valor: R\$ 65,32 (sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 18, da Seção Jundiá, com área de 6.531,63 m² (seis mil quinhentos e trinta e um metros e sessenta e três centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Cesco, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 2.362, no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada a regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 18 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 045/2016

Extrato de Contrato Adm. nº 045/2016

Estado De Santa Catarina – Município de Modelo

Contrato de Desapropriação Amigável nº 045/2016

Expropriados: LK Imóveis Ltda

Valor: R\$ 17,68 (dezessete reais e sessenta e oito centavos)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 153, da Seção Herval, com área de 1.768,43 m² (um mil setecentos e sessenta e oito metros e quarenta e três centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Salete, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 3.503, no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada a regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 18 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 052/2016

Extrato de Contrato Adm. nº 052/2016

Estado De Santa Catarina – Município de Modelo

Contrato de Desapropriação Amigável nº 052/2016

Expropriados: Lori Helena Maldaner, Sandra Inês Maldaner Muxfeldt, Marcio Muxfeldt, Ricardo Luis Maldaner, Karine Renata Boesing Maldaner, Susana Elis Maldaner e Rafael Carlos Maldaner

Valor: R\$ 15,54 (quinze reais e cinquenta e quatro centavos)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável objetivando a desapropriação de Parte dos Lotes Rurais nº 156 e 157 da Seção Herval, com área de 1.554,15 m² (um mil quinhentos e cinquenta e quatro metros e quinze centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Salete, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 4.609, no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada a regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 18 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 054/2016

Extrato de Contrato Adm. nº 054/2016

Estado De Santa Catarina – Município de Modelo

Contrato de Desapropriação Amigável nº 054/2016

Expropriados: Darci Rauber e Astelia Rauber

Valor: R\$ 15,75 (quinze reais e setenta e cinco centavos)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 154, da Seção Herval, com área de 1.575,42 m² (um mil quinhentos e setenta e cinco metros e quarenta e dois centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Salete, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 3.592, no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada a regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 18 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n. 226/2016 – Pregão nº 011/2015

Contratada: JACOBY E JACOBY LTDA

Valor: R\$ 39.036,80

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, Márcia Teresinha Jacoby, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato com Jacoby e Jacoby Ltda, objetivando a aquisição de combustíveis para veículos da frota do Fundo Municipal De Saúde Do Município De Modelo – SC, sendo:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
1	Gasolina Comum	shell	lts	6.600	3,4080	22.492,80
3	OLEO DIESEL S10	shell	lts	5.500	3,0080	16.544,00

Modelo (SC), 18 de janeiro de 2016.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

PORTARIA Nº 019/2016

PORTARIA Nº 019/2016 de 15.01.2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDER ALEXANDRE JUNG, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Eder Alexandre Jung	04.12.2013 a 03.12.2014	22.02.2016 a 02.03.2016 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 013/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 15 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXT TOMADA DE PREÇOS 3/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

ATO DE AVISO LICITAÇÃO PROCESSO Nº 009/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016.

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de Tomada de Preço, do tipo regime de empreitada menor preço GLOBAL.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia ou construção civil para executar, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, obra de pavimentação com pedras irregulares e colocação de meio-fio nas Ruas Margaretha Winter, Daniel Muller-02, Valdemar Muller, Das Acácias e Rua das Flores, no Perímetro Urbano da cidade de Mondaí/SC, conforme projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias e de acordo com as especificações constantes na relação dos itens da licitação - Anexo I, que faz parte do presente Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 08h55min do dia 04 de fevereiro de 2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 09h00min do dia 04 de fevereiro de 2016.

Licitação regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações vigentes.

Obs: O Edital de Licitação, bem como o projeto, orçamento, memorial descritivo e cronograma físico financeiro encontram-se disponível aos interessados no portal do município, na rede mundial de computadores, através do link www.mondai.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos desta Municipalidade pelo fone (49) 3674.3125.

Mondaí/SC, 18 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 002/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: ARTES K – ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – ME - VALOR REGISTRADO R\$ 202.400,00; BRITADOR KNAPP LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 162.640,00; CONCRETOS E PROJETOS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 211.500,00; PRELAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 83.400,00; PRÉ-MOLDADOS MARAVILHA LTDA EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 93.800,00; RUSCHEINSKY & CIA LTDA – ME – VALOR REGISTRADO R\$ 57.800,00e WINK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 191.285,00

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de tubos de concreto, brita, concreto usinado e massa asfáltica, destinado para manutenção atividades Secretarias Municipais do Município de Mondaí - SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 001/2016

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 17 de janeiro de 2017.

Mondaí – SC, 18 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 007/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação, para o exercício de 2016 e subsequentes, de serviços de cópias e reprodução de documentos com a locação de até 25 (vinte e cinco) equipamentos multifuncionais (copiadora/ impressora/scanner), sendo que, no mínimo, 05 (cinco) equipamentos sejam para cópias em A3, com TRANSFORMADOR DE VOLTAGEM ELÉTRICA, para uso das Secretarias Municipais.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 132/2015.

VALOR: Até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de maio de 2016.

Mondaí – SC, 18 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 001/2016 FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2016 registro de preços

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, destinados para manutenção do Programa Frentes de Trabalho, nos termos da Lei Municipal nº 3.096 de 14 de março de 2005, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Mondaí, recursos do MUNICÍPIO/FMAS.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 08h55min do dia 10 de fevereiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 10 de fevereiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 18 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 006/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 006/2016 – registro de preços

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para manutenção de atividades com o Grupo de Idosos do Município de Mondaí, Estado

de Santa Catarina.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 09h55min do dia 10 de fevereiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 10h00min do dia 10 de fevereiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 18 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 011/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 011/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÁS. Data: 29/01/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO 151/2015 PMN

Ata Pregão 151/2015 PMN

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 09 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES L.MOHR, K&K PAPELARIA, FORNECEDORA, LUGRAF, MARA TEREZINHA, 3 A COMERCIO, PAPELARIA COPIATIC, RSUL, M MOBILE, ADL COME., LINEAR, PRINTSUL, RICARL, BRINK MOBIL, GRAFICA E EDITORA MORAES, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS COM EXCEÇÃO DO LICITANTE MARA TEREZINHA QUE NÃO APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL AUTENTICADO, NÃO POSSUÍAM O BENEFÍCIO DE ME/EPP PAPEL. COPIATIC (SEM DECLARAÇÃO ME/EPP), BRINK MOBIL (SEM DECLARAÇÃO E SEM CERTIDÃO SIMPLIFICADA), FORNECEDORA (SEM DECLARAÇÃO E SEM CERTIDÃO SIMPLIFICADA) AS DEMAIS ERAM BENEFICIARIAS DA LEI 123/2006 SENDO ME/EPP; AINDA QUANTO AO CREDENCIAMENTO CONSTA QUE A EMPRESA COMERCIALIZA NÃO SE CREDENCIOU NEM APRESENTOU OS DOCUMENTOS REFERENTE O CREDENCIAMENTO EM ENVELOPE SEPARADO (ITEM 3.8 OBS;) DESTA MANEIRA A MESMA FOI DESCLASSIFICADA. NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSOU-SE PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS.

Foi verificado que os licitantes 3 A comercio , Ricarl não apresentaram quantitativo separadamente material e mão de obra na proposta (item 4.2.2.2 do edital) sendo desclassificados, as 11h foi disponibilizados aos licitantes as propostas já abertas para que os mesmos verificassem e assinassem sendo informado que a sessão seria suspensa as 11:30 retornando as 13:30 para continuação da abertura das propostas pendentes e continuação da verificação das propostas por parte dos licitantes e equipe de apoio.

Reaberta a sessão conforme agendado anteriormente, continuou a abertura de propostas em seguida passou para os licitantes verificar e assinar as mesmas, o pregoeiro verificou a desclassificação dos licitantes PAPELARIA COPIATIC E GRAFICA MORAES PORQUE AS MESMAS NÃO APRESENTARAM QUANTITATIVO SEPARADAMENTE MATERIAL E MÃO DE OBRA NA PROPOSTA (ITEM 4.2.2.2 DO EDITAL); já o licitante Mara Terezinha não apresentou certificado do INMETRO quanto a borracha e a caneta (como estes materiais faziam parte dos itens 3,4,5 o licitante foi desclassificado nestes itens) O licitante lugraf foi desclassificado nos itens 2,3 pois não apresentou o laudo da tinta guache (item 3.10.4 do edital); após passou-se para etapa de lances onde foram vencedores dos itens 1,2,3,5 o licitante rsul ltda, e do item 4 o licitante brink mobil, após foram abertos seus envelopes de habilitação e constatado que os mesmos atenderam com as exigências do edital sendo habilitados. Não houve menção de recurso.

Desde já ficam intimados os vencedores a apresentar as amostras conforme prazo estipulado em edital, sob pena de responder administrativamente.

Douglas Lemos - PREGOEIRO

ATA PREGÃO PRESENCIAL 164/2015 PMN

Ata Pregão Presencial nº 164/2015 PMN

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 9 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES ava comercio, e.m.s sequinel, hf comercial, têxtil brasil, viteri, comercializza, lótus comercio, mara Terezinha, todos devidamente credenciado, não possuía o benefício de me epp somente o licitante têxtil brasil as demais todas possuíam o benefício de me/epp. Após as considerações de praxe foi disponibilizado aos licitantes para assinatura nos credenciamento, houve o apontamento de que 2 licitantes não atenderiam os 10% exigido no edital quanto o capital da empresa,

entretanto o pregoeiro explicou que a fase de credenciamento era para verificar se o procurador tinha ou não poderes para representar a empresa, assim como cadastro do licitante, a verificação dos 10% como explicado está sendo exigido quando da abertura da habilitação do licitante (3º etapa da licitação), em mais apontamentos foram abertos os envelopes de propostas, foi constatado pelo pregoeiro e equipe de apoio que os licitantes comercializa, hf comerc., mara Terezinha, e.m.s sequinel não apresentaram separadamente material e mão de obra como exigia o edital, sendo as mesmas desclassificadas, as demais passaram para etapa de lances. O licitante ava comercio foi o vencedor na etapa de lances, em seguida aos lances foi aberto a habilitação do licitante ava e constatado que o mesmo não apresentou atestado de capacidade técnica SENDO INABILITADO;; em seguida foi aberto o envelope de habilitação do segundo colocado LOTUS COMERCIO e constatado que o mesmo atendeu com as exigências do edital, se tornando vencedor da licitação, desde já o pregoeiro informa que deverá ser respeitado o prazo de entrega das amostras e caso não seja entregue ou seja apresentada em desconformidade será aberto processo administrativo para verificar a motivação. Item 4.8 do edital e seguintes., momento em que encerra a presente e encaminha os autos a autoridade competente.

CONTRATAÇÕES 103,104

PORTARIA 103 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 o (a) servidor (a) ANDRELISA HAUBRICHT, para exercer a função de TERAPEUTA OCUPACIONAL ACT no período de 18/01/2016 a 30/06/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos a partir de 18/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 104 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 005/2014 o (a) servidor (a) MARIANA DOS SANTOS, para exercer a função de ASSISTENTE SOCIAL ACT no período de 11/01/2016 a 30/06/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 11/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMV Nº 01/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 01/2016 FMV
PROCESSO Nº 01/2016 FMV.

Data: 18 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO (KIT DE RÁDIOS PORTÁTEIS E BATERIAS SOBRESALENTE), PARA UTILIZAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRANSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Empresa/Fornecedor: INTELISENSE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ | 06.045.031/0001-45.

VALOR TOTAL: R\$ 1290,00

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.
Navegantes, 18 de janeiro de 2016.

ERRATA 2286

PORTARIA 103 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 o (a) servidor (a) ANDRELISA HAUBRICHT, para exercer a função de TERAPEUTA OCUPACIONAL ACT no período de 18/01/2016 a 30/06/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos a partir de 18/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 104 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 005/2014 o (a) servidor (a) MARIANA DOS SANTOS, para exercer a função de ASSISTENTE SOCIAL ACT no período de 11/01/2016 a 30/06/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 11/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXONERAÇÕES 47,54 A 57,108,112

PORTARIA 47 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR MOTIVO DE FALECIMENTO O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR por falecimento, o (a) servidor (a) senhor (a) ADILSON DA ROSA, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores público municipais efetivos, com 40 horas semanais, a partir de 04/01/2016, conforme a certidão de óbito nº.108514 01 55 2016 4 00011 058 0004327 21.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 54 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE MANDATO ELETTIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR, o (a) servidor (a) senhor (a) FLÁVIO ROBERTO DE SOUZA, do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, pertencente ao quadro dos servidores público municipais, a partir de 09/01/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 55 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE MANDATO ELETTIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR, o (a) servidor (a) senhor (a) GUSTAVO ALFONSO MORITZ, do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, pertencente ao quadro dos servidores público municipais, a partir de 09/01/2016.
II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 56 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE MANDATO ELE-TIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR, o (a) servidor (a) senhor (a) VERA IONE ALVES BARBOSA GUERRA, do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, pertencente ao quadro dos servidores público municipais, a partir de 09/01/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 57 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE MANDATO ELE-TIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR, o (a) servidor (a) senhor (a) LUIZ CARLOS ALBANAZ, do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, pertencente ao quadro dos servidores público municipais, a partir de 09/01/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 108 DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE MANDATO ELETIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com

a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I EXONERAR, o (a) servidor (a), a pedido, o senhor (a) LORENY SALETE KANGERSKI, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, pertencente ao quadro dos servidores público municipais efetivos, a partir de 14/01/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 14 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 111 DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR MOTIVO DE APOSENTADORIA O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR por aposentadoria, o (a) servidor (a) senhor (a) MARIA TEREZINHA ROSA, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores público municipais efetivos, com 40 horas semanais, a partir de 20/01/2016, conforme ofício 004/2016/GOF e processo administrativo nº. 2016.02.02287P.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 20 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 112 DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR MOTIVO DE APOSENTADORIA O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR por aposentadoria, o (a) servidor (a) senhor (a) SILVANA FERNANDES, do cargo de PROFESSORA MAG III, pertencente ao quadro dos servidores público municipais efetivos, com 40 horas semanais, a partir de 18/01/2016, conforme ofício 004/2016/GOF e processo administrativo nº. 2016.02.02289P.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXONERAÇÕES CARGOS COMISSIONADOS
13,39,53,84,87,95,97,102,132

PORTARIA N º 13 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de DIRETOR DE EVENTOS E MARKETING, (a) senhor (a) JULIANO SANTOS VIEIRA.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 39 DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS III, (a) senhor (a) MAIEVI RAMOS.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 53 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de SECRETÁRIA ESCOLAR CEI EJA III, (a) senhor (a) JULIANA DA SILVA JUTTEL.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 84 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III, (a) senhor (a) MAIEVI RAMOS DE SOUZA.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 11 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 87 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, A PEDIDOO (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , a pedido da função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, (a) senhor (a) JULIANA PINTO.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 95 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de COORDENADOR EXECUTIVO, (a) senhor (a) EUCLIDES MENDES.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 97 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de GERENTE DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DA EDUCAÇÃO, (a) senhor (a) PATRÍCIA DUARTE CIDRAL.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 102 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III, (a) senhor (a) EDSON JOSÉ DOS SANTOS.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 08 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 132 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, A PEDIDO O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de GERENTE DE SUPORTE TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, (a) senhor (a) CLEVER EDUARDO BAPTISTA GUERREIRO WOSNIAK.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 15 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 251/2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 251/2015.

INEX: 157/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Empresa: MUSIC TIME COMERCIAL LTDA.

CNPJ: 07.450.723/0001-31.

Valor: R\$ 33.000,00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM O "CANTOR GABRIEL VALIM" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW A SER REALIZADO NO DIA 02 DE JANEIRO DE 2016 NA PRAÇA CENTRAL DA PRAIA DE NAVEGANTES DE ACORDO COMO O CALENDÁRIO DAS

FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2015 EXTENSIVO AO ANO 2016, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 157/2015.

VIGÊNCIA: 15/12/2015-14/01/2016.

Recursos: 2.060.3390.00

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 301/2015.

Extrato Contratual PMN Nº 301/2015.

Contrato Nº.: 301/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 08.160.936/0001-91.

Valor Total: R\$ 1.767.560,43 (um milhão setecentos e sessenta e sete mil quinhentos e sessenta reais e quarenta e três centavos).

Vigência : Início: 01/01/2016 Término:..31/12/2016.

Licitação : CC113/2014.

Recursos : Dotação: 2.115.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto : Primeiro Termo Aditivo visando a prorrogação/re-novação do Contrato nº 002/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO DA REDE DE ÁGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CORTES, RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE ÁGUA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AFERIÇÃO DE HIDROMETROS, GEOFONAMENTO, RECUPERAÇÃO DE VIAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDRANTES E MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 113/2014.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

EXTRATOS CONTRATUAIS FMS Nº 246/2015 / 247/2015.

EXTRATO CONTRATO FMS Nº 246/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 82/2015*

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Fornecedor: CIRURGICA FLORIANÓPOLIS

CNPJ: 11.754.622/0001-21.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE RECONSTRUÇÃO DO TRANSITO INTESTINAL E HÉRNIA INCISIONAL, AFIM DE PROCEDER O CUMPRIMENTO JUDICIAL, CONFORME ORDEM JUDICIAL EMANADA ORIGINARIAMENTE DOS AUTOS Nº 0900279-76.2015.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 4.253,00

VIGÊNCIA: 14/03/2016 (90 dias).

Recursos: 2.093 3.3.90.00

*FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV, Lei de Licitações 8.666/93.

EXTRATO CONTRATO FMS Nº 247/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 81/2015

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Fornecedor: INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA

CNPJ: 07.506.752/0019-05

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE RECONSTRUÇÃO DO TRÂNSITO INTESTINAL E HÉRNIA INCISIONAL, A FIM DE PROCEDER O CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONFORME ORDEM JUDICIAL EMANADA DOS AUTOS 0900279-76.2015.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 18.000,00

VIGÊNCIA: 14/03/2016 (90 dias).

Recursos: 2.093 3.3.90.00

*FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV, Lei de Licitações 8.666/93.

LICENÇA MATERNIDADE 128,129

PORTARIA Nº. 128 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

O Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. DANIELA ESPERANDIO LUDOVINO, matrícula nº. 63260403, que exerce a função de RECEPCIONISTA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais, pelo período de 04/01/2016 a 01/07/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04/01/2016 a 01/07/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 129 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

O Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. FERNANDA EUCLYDES TAVARES, matrícula nº. 63307701, que exerce a função de VETERINÁRIA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais, pelo período de 04/01/2016 a 01/07/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04/01/2016 a 01/07/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LICENÇA PREMIO 20,50,107

PORTARIA 20 DE 05 DE JANEIRO DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) ZENAIDE BARON, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 60 (SESSENTA) dias, pelo período de 04/01/2016 a 03/03/2016, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de janeiro de 2016 a 03 de março de 2016. Fazendo gozo de 60 (sessenta) dias, restando 30 dias deste período aquisitivo para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir 04 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 50 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) LUIZ GILMAR DOS ANJOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de FISCAL DE OBRAS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 11/01/2016 a 09/02/2016, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de janeiro de 2016 a 09 de fevereiro de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando 30 dias deste período aquisitivo para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir 11 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 107 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) GISELE STOERBEL TODESCO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 18/01/2016 a 16/04/2016, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de janeiro de 2016 a 16 de abril de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias deste período aquisitivo.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 18 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LICENÇAS SAÚDE 109,110,119,127

PORTARIA N º 110 DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -, RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) LORENY SALETE KANGERSKI, matrícula 96502, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 13/05/2015 a 14/01/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/05/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de JANEIRO de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 109 DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -, RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) JAIRTON FABENI DOMINGOS, matrícula 1514503, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 20/12/2015 a 08/01/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 20/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de JANEIRO de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 119 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -, RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) FERNANDA EUCLYDES TAVARES, matrícula 63307701, ocupante do cargo de VETERINÁRIA, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 06/11/2015 a 04/01/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 06/11/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de JANEIRO de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 127 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -, RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) INDURI NUNES DE SOUZA, matrícula 218004, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 25/08/2015 a 11/01/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de JANEIRO de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÕES 17,41,42

PORTARIA N º 17 DE 05 DE JANEIRO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) JULIA GRAZIELA BITTENCOURT LEDRA BORTOLUZZI para exercer o cargo de NUTRICIONISTA, com 40 horas, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 04/01/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 41 DE 06 DE JANEIRO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) MARCOS AURÉLIO LIVRAMENTO para exercer o cargo de VIGIA, com 40 horas, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 19/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 42 DE 06 DE JANEIRO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) KAOANE PILAR DE LIMA para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF, com 40 horas, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 04/01/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÕES**CARGOS****COMISSIONADOS****14,15,40,89,96,98**

PORTARIA N º 13 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, **RESOLVE:**

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de DIRETOR DE EVENTOS E MARKETING, (a) senhor (a) JULIANO SANTOS VIEIRA.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 39 DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009, **RESOLVE:**

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS III, (a) senhor (a) MAIEIVI RAMOS.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 53 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, **RESOLVE:**

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de SECRETÁRIA ESCOLAR CEI EJA III, (a) senhor (a) JULIANA DA SILVA JUTTEL.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 07 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
PORTARIA N º 84 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.
EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010,
RESOLVE:
Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III, (a) senhor (a) MAIEIVI RAMOS DE SOUZA.
Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 87 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.
EXONERA, A PEDIDOO (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:
Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , a pedido da função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, (a) senhor (a) JULIANA PINTO.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de janeiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 95 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.
EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:
Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de COORDENADOR EXECUTIVO, (a) senhor (a) EUCLIDES MENDES.
Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de janeiro de 2016.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 97 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.
EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010,
RESOLVE:
Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de GERENTE DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DA EDUCAÇÃO, (a) senhor (a) PATRÍCIA DUARTE CIDRAL.
Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 102 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.
EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:
Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III, (a) senhor (a) EDSON JOSÉ DOS SANTOS.
Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 08 de janeiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JANEIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 12 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 132 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.
EXONERA, A PEDIDO O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:
Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de GERENTE DE SUPORTE TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, (a) senhor (a) CLEVER EDUARDO BAPTISTA GUERREIRO WOSNIAK.
Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 15 de janeiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEIA PREGOEIROS 82 E 83

PORTARIA N º 82 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

NOMEIA PREGOEIROS PARA ATENDER ÀS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO E REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, e de acordo com o que determina a lei federal 10.520/2002, RESOLVE:

I NOMEAR os servidores para exercerem a função de PREGOEIRO para atender às licitações na modalidade "Pregão" para o ano de 2016, de acordo com o que determina a lei federal 10.520/2002, cujos nomes são os seguintes:

- Titular: Douglas Lemos
 - Substituto: Carla Claudino
 - Equipe de Apoio: Josezite do Santos
- Raul Couto Neto
Miroslava Marin
Tatiana de Alencar Carlini

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 83 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão Permanente de Licitações para o ano de 2016, cujos integrantes são os seguintes:

- Douglas Lemos – Presidente;
- Pedro Paulo da Costa – Membro;
- Bárbara Andressa Garcia – Membro;
- Fernanda Hassmann Constâncio – Membro;
- Leila Mengarda – Membro.
- Franciele Justino - – Membro

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PROGRESSÃO FUNCIONAL 21,48,49,58,60 A 81,85,86,90 A 93,100,105,106

PORTARIA N º 21 DE 05 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) HELTON

COELHO no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 48 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) SANDRO ROBERTO FAGUNDES no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 49 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) SERGIO LUIZ COELHO no quadro geral de servidores no cargo de MOTO-RISTA, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 58 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) JOÃO LINDOLFO DA SILVA no quadro geral de servidores no cargo de PEDREIRO, posicionando para a referência "J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 60 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ADEMIR LIBÓRIO no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 61 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ALEXANDRO KANOFRE no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 62 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) CARLITO TELLES no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 63 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) CELSO VICENTE TAMAGNO no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 64 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) CLAUDNEY TELLES no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 65 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) DAURI ANTONIO BRICK, no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 66 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) DOMINGOS DE OLIVEIRA no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 67 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais

e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) DOMINGOS FRANCISCO HERMOGENES no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 68 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ELVIO TOBIAS, no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 69 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) FRANCISCO INACIO no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 70 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) GIDEO BERNARDES DOS SANTOS no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 71 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) HUMBERTO GALVEZ no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 72 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) JOÃO CARLOS RODRIGUES B no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 73 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) JOÃO ISIDORO no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 74 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) JOÃO PASCOAL DE OLIVEIRA no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 75 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) LUIZ VALMIR FERNANDES DE AMORIM no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 76 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) MARIO DOS SANTOS C no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 77 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) NIVALDO MANOEL MELO no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 78 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 79 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) VALDEMIRO NUNES no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 80 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) VALDERI DO CARMO GONÇALVES no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 81 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ROMALINO ROSA MENDES no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 85 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) LUIS CARLOS DE SOUZA ELIAS no quadro geral de servidores no cargo de VIGIA, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 86 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ADRIANO MOREIRA DE SOUZA no quadro geral de servidores no cargo de VIGIA, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 90 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ALICE ANDRADE DE OLIVEIRA no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 91 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) MARCELO MOREIRA DE PAULA no quadro geral de servidores no cargo de MOTORISTA, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 92 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ROSANI SMOELLER no quadro geral de servidores no cargo de ENFERMEIRA, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com

efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 93 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ROSELI MARIA BURGONOVNO no quadro geral de servidores no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 100 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) GENIVALDO DA SILVA ARAUJO no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 12 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 105 DE 13 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSO DE CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSO DE CAPACITAÇÃO a RICARDO MACHADO no quadro geral de servidores no cargo de ODONTÓLOGO ENDODONTISTA, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme diploma do curso de: Doutorado em Ciências, no programa:Odontologia Restauradora, datado em 08.07.2015 (com total de 1.260 horas).

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 106 DE 13 DE JANEIRO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) MARIA VERONICA DE OLIVEIRA SANTOS, no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 05 - 2016 - NOMEIA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 005/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alício Jacob Ricobom Filho no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeada a Senhora, ADELITA TEREZINHA MUNIZ DO AMARAL inscrita no CPF nº 801.300.709-04, para o cargo de Assessor de Gabinete desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 04 de janeiro de 2016.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 09 - 2016 - NOMEIA SERVIDOR

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 009/2016

O Presidenta da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alício Jacob Ricobom Filho no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, ANDRE DE FREITAS CHAVES PACHECO inscrito no CPF nº 328.842.808-39, para o cargo de COORDENADOR FINANCEIRO desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 04 de janeiro de 2016.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 11 - 2016 - NOMEIA SERVIDOR

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 011/2016

O Presidenta da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alício Jacob Ricobom Filho no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, MAURICIO ANDRÉ DALEFFE inscrito no CPF nº 044.393.959-45, para o cargo de

Assessor de Comunicação Social desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 05 de janeiro de 2016.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2016

DECRETO nº004/2016

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 003/2015 – SEGUNDA CHAMADA CONCURSO PUBLICO 002/2015 - OITAVA CHAMADA, que nominaM para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 25 de janeiro a 05 de fevereiro de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV - Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX - Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI - Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII - Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/ Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV - Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX - Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº004/2016)

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1ª	862	FLORA MARILY AUGUSTO BARBOSA
2ª	856	IOLANDA PESSATTI
3ª	992	NAIARA MINATTI MURARO
4º	1117	MARIA ISABEL DE OLIVEIRA

CARGO: FISCAL DE OBRAS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	1151	RUAN ANGELO ARNDT DA SILVA

CARGO: FISCAL DE POSTURAS E URBANISMO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	419	REGINA BAUER DA ROCHA

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	716	CHRISTIANO CELMER BALZ
2º	20	IDELMAR FERNANDO DE SOUZA

CARGO: FISCAL SANITÁRIO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	1291	ROBERTO MAR CARMINATTI ALONSO

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	111	LARISSA NUNES SCAPINI

CARGO: MEDICO (A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	1293	GLENDA PAULA CARDOSO DE CARVALHO
2º	1075	LIARA BOHNERT
3º	934	CRISTÓVÃO SÁ FORTES MARQUES

CARGO: MOTORISTA II

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	1030	SERGIO LEANDRO DA COSTA
2º	367	VALMIR SEHN

CARGO: MOTORISTA III

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	1111	RODRIGO CHAVES KRAMBECK
2º	975	EMERSON JERÔNIMO MARTINS
3º	807	LINDONEI BENVENUTTI

4º	1022	ROGER ROGERIO DE JESUS MENDONÇA MARQUES
5º	974	MAICON PIRES CORDEIRO
6º	1016	CRISTIANO FORMONTE

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	1125	RAFAEL VISENTAINER ADAMI

CARGO: TECNICO INFORMÁTICA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	384	GIOVANI VOLTOLINI
2º	403	JARDEL SGROTT NAGEL

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
10º	711	MARIO ANTONIO GARCIA TEIXEIRA
11º	1	SOCIARAI FRANZOI FELLER

CARGO: ENFERMEIRO (A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
10º	380	VANDERLITA TRAINOTTI

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
13º	376	ALDORI DA SILVA

**ANEXO II EXAMES
(Decreto nº 004/2016)**

CARGO	EXAMES CLINICOS
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	-----
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	HBS AG, ANTI HBS AG, HCV, HEMOGRAMA
ENFERMEIRO (A)	RAIO-X DE COLUNA LOMBO SACRA AP/PE COM LAUDO, HEMOGRAMA, HBSAG, ANTI HBSAG, HCV.
FISCAL DE OBRAS	CLINICO
FISCAL SANITÁRIO	CLINICO
FISCAL DE POSTURA E URBANISMO	CLINICO
FISCAL DE TRIBUTOS	CLINICO
FONOAUDIÓLOGO	HBS AG, ANTI HBS AG, HCV, HEMOGRAMA
MÉDICO	HBS AG, ANTI HBS AG, HCV, HEMOGRAMA,
MOTORISTA II	RX COLUNA LOMBO SACRA AUDIOMETRIA ELETROCARDIOGRAMA
MOTORISTA III	RX COLUNA LOMBO SACRA AUDIOMETRIA ELETROCARDIOGRAMA
OPERADOR DE MÁQUINAS	RAIO-X DE COLUNA LOMBO SACRA A P/PE COM LAUDO. ACIMA DE 45 ANOS ELETROCARDIOGRAMA E AUDIOMETRIA.
TEC. ADMINISTRATIVO	CLINICO
TÉC. EM RADIOLOGIA	CLINICO HEMOGRAMA
TÉC. EM INFORMÁTICA	CLINICO

**ANEXO III CARTA DE DESISTENCIA
(Decreto nº 004/2016)**

Nova Trento, _____ de janeiro de 2016.
Exmo. Sr.
Prefeito Municipal Gian Francesco Voltolini

Nesta

Assunto: Desistência de Nomeação no Cargo de

Exmo Senhor,

Eu,, candidato(a) aprovado(a) no concurso público para o provimento do cargo efetivo de , na Disciplina de, convocada através do Decreto , horas semanais , do Quadro Permanente de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Edital nº , homologado pelo Decreto nº , publicado no D.O.M. de , venho manifestar minha DESISTÊNCIA de ser nomeado(a) para exercer o cargo em questão. Neste contexto, manifesto ainda minha inteira ciência de que tal decisão descarta qualquer possibilidade futura de reconsideração da situação aqui registrada, ao tempo em que também registro minha ciência de que o próximo candidato aprovado para o mesmo cargo, poderá ser nomeado na vaga ora liberada.

NOME

CPF:

DECRETO Nº 005/2016

DECRETO Nº 005 /2016

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Considerando, o falecimento do Sr. Aires Manoel Rachadel, no dia 18 de janeiro de 2016, na cidade de Nova Trento, destacando-se na vida pública por trabalhos voltados à Comunidade e também como político, ocupando o cargo de Prefeito Municipal, Vereador e também como Assessor de Deputados Estaduais, na Assembléia Legislativa;

Considerando, ter ocupado o cargo de Prefeito Municipal, no período de 31 de janeiro de 1961 à 12 de abril de 1965 e de Vereador no período de 1973 à 1977;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Luto Oficial em todo o território do município de Nova Trento, por 03 (três) dias, em virtude do falecimento do Sr. Aires Manoel Rachadel, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2016, como homenagem do povo neotrentino, pelo trabalho dedicado a comunidade neotrentina, no decorrer de sua gestão como cidadão, Prefeito Municipal e Vereador.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de janeiro de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças.

HOMOLOGAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO 004/2015

PROCESSO SELETIVO 004/2015

"HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 004/2015 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, HOMOLOGA a Classificação Final do processo seletivo, para contratação temporária de profissionais é a seguinte:

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Rosali Maria Mazzola Maurici	02/03/1968	02	04	08	7,2	10	50	50	8,6
02	Ana Karluz da Silva	29/04/1977	02	02	08	6,4	10	50	50	8,2
03	Janini Aparecida Fantini Ceccato	27/07/1976	02	02	08	6,4	10	40	40	7,8
04	Tamires Dalsasso	15/10/1989	02	03	08	6,8	10	20	50	7,8
05	Silvia Luiza Valle	22/09/1966	04	02	07	6,6	10	20	50	7,7
06	Juliana SgrottVeber	09/06/1984	00	02	07	5,0	10	50	50	7,5
07	Elisangela Cardoso A. dos Santos	07/12/1973	02	03	05	5,0	10	50	40	7,3
08	Juliana Zicatti Santana Marcolla	09/04/1984	02	01	06	4,8	10	40	50	7,2
09	Marilene Sborz Piazza	05/05/1982	02	04	04	4,8	5	40	50	6,7
10	Teresinha Aparecida R. Speranzini	03/04/1969	01	01	04	3,2	10	50	50	6,6
11	Denise SborzFantini	03/06/1979	02	03	06	5,6	5	40	50	6,1
12	Greice Maria CampregheJahn	16/11/1983	02	01	05	4,2	10	20	30	6,1
13	Mara Rubia Amorim Motta	06/10/1981	02	02	08	6,4	0,0	50	40	5,0
14	Janice Coelho Soares	13/08/1982	02	02	08	6,4	0,0	50	40	5,0
15	Janete Machado	30/06/1971	03	02	07	6,2	0,0	40	40	4,7
16	Gizeli Ceccato	15/04/1980	02	02	09	7,0	0,0	40	20	4,7
17	Raquel do Nascimento Gomes Lolatto	20/10/1986	03	03	06	6,0	0,0	40	40	4,6
18	Tais Michalski	29/09/1991	03	04	06	6,4	0,0	40	30	4,6
19	Jane Ferreira	23/06/1984	02	02	08	6,4	0,0	20	40	4,4
20	Leticia Mafessoli	13/03/1988	01	02	06	4,8	0,0	50	50	4,4
21	Solange Duarte	24/11/1976	02	02	06	5,2	0,0	30	50	4,2
22	Patricia Helena Aguiar	20/06/1976	01	02	07	5,4	0,0	20	40	3,9
23	Queide Carina Tridapalli Lopes	16/09/1982	01	03	05	4,6	0,0	50	30	3,9
24	RealinaLibardoFantini	23/11/1958	02	04	05	5,4	0,0	20	30	3,7
25	Adriele Moraes	20/01/1989	01	02	07	5,4	0,0	20	30	3,7
26	Andressa Cristina Geanesini Lopes	14/02/1978	01	02	06	4,8	0,0	10	50	3,6
27	Ana Maria Tamanini	08/05/1968	00	02	06	4,4	0,0	10	50	3,4
28	Janaina Vargas	31/09/1988	02	03	06	5,6	0,0	10	20	3,4
29	Susana Vargas Gerber Voltolini	21/10/1975	00	01	05	3,4	0,0	40	40	3,3
30	EvanildaGonFantini	02/03/1965	02	03	06	5,6	0,0	20	0,0	3,2
31	Maria de Fatima P. Fonseca Marcolla	02/04/1975	01	01	06	4,4	0,0	0,0	50	3,2
32	Flavia Marilda Silva	18/10/1988	00	01	04	2,8	0,0	50	40	3,2
33	Monica Raquel Raiser	11/05/1992	00	05	04	4,4	0,0	20	30	3,2
00	Sirlei Teresinha Germano Dias	Não compareceu								

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	RozianiHingridTellErbs	27/06/1980	01	05	08	7,2	10	50	50	8,6
02	Isabel Maria Bosio Costa	31/10/1961	01	05	07	6,6	10	40	30	7,7
03	Leoniria Fatima Anzini Mistura	19/04/1970	00	03	07	5,4	10	50	50	7,7
04	Lucia Marlene Muraro Wisintainer	18/07/1971	00	04	07	5,8	10	40	50	7,7
05	Fabiana Semiano	01/06/1981	01	02	05	4,2	10	50	50	7,1
06	Angelita Armelini	23/09/1985	00	03	07	5,4	10	20	50	7,1
07	Tamires Leite	05/07/1987	03	02	05	5,0	10	30	50	7,1
08	Luciana Maria Cadorin	06/05/1977	01	03	04	4,0	10	40	50	6,8
09	Daiana Laura de Aguiar	18/12/1985	04	04	06	6,8	0,0	50	50	5,4
10	Juciane Silvano Zandonai	02/05/1968	02	02	06	5,2	0,0	40	50	4,4
11	Ana Claudia Pinto dos Anjos	03/06/1977	02	03	05	5,0	0,0	40	50	4,3
12	Janaina Till Schmitt	16/08/1982	01	03	06	5,8	0,0	50	20	4,3
13	Simone Coelho de Oliveira Girardi	13/06/1983	01	03	08	6,4	0,0	30	20	4,2
14	Maria Aparecida da Silva A. Pereira	15/01/1958	02	03	05	5,0	0,0	20	50	3,9
15	Edilene Micheli Bassi	20/03/1973	02	03	05	5,0	0,0	50	20	3,9
16	WalqueniasFontinele Alves	20/05/1980	02	02	07	5,8	0,0	0,0	40	3,7
17	SuzettiDallabridaTomio	31/01/1986	01	03	05	4,6	0,0	40	20	3,5
18	Emilia Irani Tomasi Leite	23/03/1959	02	03	05	5,0	0,0	20	00	2,9

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA FREQ.	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Andriele Ferreira Roesler	01/02/1991	02	03	07	6,8	10	5,0	1,0	7,8
02	Franciele Cichaczewski	01/03/1983	00	04	07	5,8	10	5,0	3,0	7,5
03	Leidiane Cardoso	10/06/1985	02	04	08	7,2	9,0	4,0	2,0	7,5
04	Janderlene Laurindo	30/07/1985	01	03	07	5,8	10	5,0	2,0	7,3
05	Marcia GeovanaBurig	08/02/1983	02	03	06	5,6	10	5,0	2,0	7,2
06	Elizangela Mara Roza	17/02/1982	02	02	09	7,0	10	1,0	2,0	7,1
07	Samanta Cristina Galisa	22/08/1993	01	02	08	6,0	9,0	4,0	3,0	7,1
08	Maria Helena M. Abreu	20/06/1988	02	01	08	6,0	9,0	4,0	2,0	6,9
09	Catia Suzana S. Montibeller	20/12/1970	02	02	07	5,8	8,0	5,0	2,0	6,7
10	EliceBottamedi	27/01/1966	02	05	06	6,4	6,0	3,0	4,0	6,4
11	Monica HairaRuschi	08/02/1989	03	03	05	5,4	7,0	4,0	4,0	6,4
12	Arcileide dos Santos Zunino	22/02/1980	03	02	06	5,6	9,0	2,0	2,0	6,3
13	ElerFranzoi	30/04/1961	04	04	08	8,0	6,0	2,0	0,0	6,2
14	Maria Julia FellerPfleger	10/10/1971	04	01	03	3,8	9,0	5,0	2,0	6,0
15	Sheniah Fraga	09/04/1988	02	02	07	5,8	7,0	5,0	0,0	6,0
16	Eloiza Tridapalli Dalri Orsi	03/11/1988	02	03	06	5,6	9,0	1,0	1,0	5,9
17	Sheila Sestrem	11/01/1995	02	02	04	4,0	9,0	5,0	1,0	5,9
18	Lidiane de Sousa Koerchs	09/05/1986	02	02	04	4,0	10	2,0	2,0	5,8
19	Taise Pereira Lucianer	04/06/1992	02	01	03	3,0	10	4,0	2,0	5,7
20	Aline Almeida	02/02/1990	02	02	06	5,2	6,0	5,0	1,0	5,6
21	Iris Maria Marcelino	26/10/1983	01	04	06	5,6	5,0	4,0	1,0	5,3

22	Juliana Darós Correia	13/03/1993	00	03	05	4,2	8,0	3,0	1,0	5,3
23	Alessandra Aparecida da Silva	04/05/1983	02	02	04	4,0	8,0	4,0	0,0	5,2
24	Giorgia Sgrott	16/11/1989	01	01	04	3,2	10	0,0	3,0	5,2
25	Pamela Teixeira da Costa	31/08/1995	01	02	05	4,2	6,0	5,0	1,0	5,1
26	Andrea de Souza Mario	18/08/1993	02	02	06	5,2	6,0	1,0	1,0	4,8
27	Ivone Lofy Coelho	04/02/1991	01	03	04	4,0	5,0	5,0	1,0	4,7
28	Mabila Hoffmann	28/01/1990	01	02	06	4,8	6,0	0,0	1,0	4,4
29	Ronaldi de Fatima da Silva	25/12/1990	02	01	06	4,8	6,0	1,0	0,0	4,4
30	Gilvia Emmert	17/02/1990	02	02	07	5,8	4,0	0,0	1,0	4,3
31	Adriani dos Santos Crispim	26/07/1978	02	01	03	3,0	8,0	1,0	0,0	4,1
32	Lisangela Locks	08/08/1980	01	02	05	4,2	4,0	4,0	0,0	4,1
33	Maiara Boettner Peixe	14/10/1981	03	02	07	6,2	0,0	4,0	1,0	4,1
34	Suelen do Belem de Oliveira	11/04/1990	02	03	06	5,6	4,0	0,0	0,0	4,0
35	Marcileia Silva Alves	24/10/1985	00	04	06	5,2	4,0	0,0	0,0	3,8
36	Carida Maria Fumagali	17/01/1981	00	01	05	3,4	5,0	0,0	1,0	3,4
37	Viliane Cardoso Ferreira	11/06/1986	01	01	04	3,2	4,0	1,0	1,0	3,2
38	Raquel Jordana dos Santos Dornelles	21/12/1995	02	03	06	5,6	0,0	0,0	0,0	2,8
39	Pamela Janaina Freese	04/09/1992	02	03	05	5,0	0,0	1,0	0,0	2,7
40	Hilaria Tirloni Hass	14/01/1963	01	02	02	2,4	0,0	2,0	5,0	2,6
41	Janaina Aline Amorim	08/06/1990	00	02	03	2,6	4,0	0,0	0,0	2,5
00	Fernanda Tania Faustino Souza	DESCCLASSIFICADA								
00	Francieli Sabrina Andrietti	DESCCLASSIFICADA								
00	Naiara Cattani	DESCCLASSIFICADA								

Obs. Desclassificados – Não atende aos requisitos do edital quanto ao item X - Atestado de frequência em curso superior de licenciatura plena compatível com a área de atuação ou disciplina que pretende atuar ou item XI - Diploma ou histórico escolar do Curso do Magistério

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA FREQ.	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Giselia da Cunha Santos	18/02/1974	05	04	09	9,0	8,0	0,0	3,0	7,5
02	Sandra Pereira da Silva Scalvin	10/12/1988	02	03	07	6,2	9,0	4,0	3,0	7,2
03	Lais Aparecida Schmitz	09/11/1986	00	03	06	4,8	9,0	2,0	2,0	5,9
04	Franciele Silveira	08/09/1992	03	04	07	7,0	5,0	1,0	1,0	5,4
05	Daiane Aline Motta	10/09/1993	02	04	04	4,8	5,0	0,0	2,0	4,3
06	Luciana Pezzini	10/02/1994	00	01	03	2,2	6,0	1,0	0,0	3,1
07	Maria do Carmo Angeli	13/06/1972	01	01	05	3,8	0,0	0,0	0,0	1,9
00	Adriana Carla Kricinski-Dell'Agnolo	DESCCLASSIFICADA								
00	Cintia Erica Pinto	DESCCLASSIFICADA								
00	Fabricio Leonel da Silva	DESCCLASSIFICADO								

CARGO: EDUCAÇÃO ESPECIAL (SALA MULTIFUNCIONAL/ AUXILIAR DE SALA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Janete Duarte Tavares	04/11/1964	02	03	07	6,2	5,0	2,0	2,0	5,4

CARGO: EDUCAÇÃO ESPECIAL NÃO HABILITADO (SALA MULTIFUNCIONAL/ AUXILIAR DE SALA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Jessica de Moura Ram-borCreppas	15/08/1988	05	05	08	8,8	9,0	5,0	1,0	8,3
02	Eliana Battisti	26/08/1990	04	03	06	6,4	10	5,0	5,0	8,2
03	Lidiane MichelliSchutzKlann	13/03/1975	04	04	06	5,6	7,0	3,0	2,0	5,9
04	Leandro Martini	30/01/1984	03	03	04	4,8	4,0	3,0	1,0	4,4
05	Pamela Amorim da Silva	DESCLASSIFICADO								

CARGO: PSICOPEDAGOGO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Lizandra Marcola Zucatelli	20/02/1980	05	02	04	5,2	15	3,0	5,0	8,7

CARGO: COORDENADOR ESCOLAR

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Graziela Alves	31/01/1983	04	03	04	5,2	15	4,0	5,0	8,9

CARGO: INSTRUTOR DE FANFARRA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Adriano Bertotti	25/09/1978	00	02	08	5,6	0,0	0,0	3,0	3,4

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA FREQ.	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Alison Merizio Mazzola	28/04/1989	01	04	05	5,0	3,0	5,0	4,0	7,3
02	Doglas Dalri	28/05/1989	05	04	04	6,0	3,0	2,0	2,0	6,8
03	Fernanda Ingrid Battisti	30/03/1994	03	03	04	4,8	3,0	4,0	1,0	6,4
04	Diego Carlos Oliveira de Aguiar	17/07/1986	01	03	05	4,6	3,0	5,0	0,0	6,3
00	Vladimir dos Santos	DESCLASSIFICADO								
00	Leandro Phabio Lucinda	DESCLASSIFICADO								
00	GeisaRafaeli Lima da Rosa	DESCLASSIFICADO								

Obs. A nota da prova de frequência será considerado nota máxima para todos os candidatos. Obs. Desclassificados – Não atende aos requisitos do edital quanto ao item XV – Para Instrutor de Informática, Diploma do Ensino Médio e Certificado de Curso Técnico na área da Informática com no mínimo 60 (sessenta) horas.

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO GEOGRAFIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA FREQ	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Debora Cristina Santana Bittencourt	24/02/1986	00	00	04	2,4	8,0	5,0	1,0	4,8
00	Ronaldo Casagrande	DESCLASSIFICADO								
00	Enza Machado	DESCLASSIFICADO								

Obs. Desclassificados – Não atende aos requisitos do edital quanto ao item X - Atestado de frequência em curso superior de licenciatura plena compatível com a área de atuação ou disciplina que pretende atuar.

CARGO: PROFESSOR HABILITADO - EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Denise Cadorin	15/11/1973	03	02	03	3,8	10,0	20,0	5,0	6,3
02	Tiago Dalri	08/11/1982	03	03	08	7,2	5,0	0,0	5,0	6,1
03	Rafael Martins	26/02/1984	03	04	07	7,0	0,0	0,0	4,0	4,3
04	Andre Felipe Reichert	23/07/1987	02	03	04	4,4	0,0	0,0	4,0	3,0
00	Gabriela de Barros Mandrozato		NÃO COMPARECEU							

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO - EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Andre Fabiano Gnoatto	31/03/1982	03	05	07	7,4	8,0	1,0	1,0	6,5
02	Daniella Venera	26/01/1985	02	03	07	6,2	8,0	1,0	0,0	5,7
03	Alexandre Schiestl	03/04/1993	01	03	03	3,4	6,0	4,0	0,0	4,3
00	Vinicius Gambarine Barreto Passos		NÃO COMPARECEU							

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – LÍNGUA PORTUGUESA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Lacioni Wolf	28/01/1985	02	02	07	5,8	10,0	2,0	5,0	7,3

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – HISTÓRIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Joel Likoski	05/04/1990	02	03	08	6,8	10,0	5,0	5,0	8,4
02	Malcon Gustavo Tonini	22/06/1979	02	03	09	7,4	10,0	4,0	3,0	8,1

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – INGLÊS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Juceli Maria Armelini	24/05/1982	04	01	01	2,6	0,0	4,0	5,0	3,1

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – ARTES

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Lilian Regina das Neves Darós	12/06/1964	03	04	07	7,0	0,0	0,0	5,0	4,5
00	Micael Graciki		NÃO COMPARECEU							

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – CIÊNCIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Fernanda Piazza	02/12/1988	02	03	10	8,0	10,0	3,0	5,0	8,6
02	Telma Garcia	08/06/1983 00 03 09 6,6 0,0 0,0 5,0 4,3								

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – MATEMÁTICA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA FREQ.	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
00	AndreFandaruff	NÃO COMPARECEU								

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – EDUCAÇÃO RELIGIOSA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA FREQ.	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
00	Luciano Amorin	DESCCLASSIFICADO								

Obs. Desclassificados – Não atende aos requisitos do edital quanto ao item X - Atestado de frequência em curso superior de licenciatura plena compatível com a área de atuação ou disciplina que pretende atuar.

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – CIÊNCIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA FREQ.	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
00	Amanda Cristine Mazzola	DESCCLASSIFICADO								
00	EugeaniFundcheller	DESCCLASSIFICADO								

Obs. Desclassificados – Não atende aos requisitos do edital quanto ao item X - Atestado de frequência em curso superior de licenciatura plena compatível com a área de atuação ou disciplina que pretende atuar.

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – INGLÊS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Anália de Souza Farias de Aguiar	28/12/1985	01	04	03	3,8	7,0	4,0	2,0	5,2
00	Dimas HuelitonKniss	DESCCLASSIFICADO								

Obs. Desclassificados – Não atende aos requisitos do edital quanto ao item X - Atestado de frequência em curso superior de licenciatura plena compatível com a área de atuação ou disciplina que pretende atuar.

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – LINGUA PORTUGUESA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Maria Rosenilda de Britto	02/11/1978	02	01	04	3,6	4,0	0,0	1,0	3,2
00	Pamela Harter	DESCCLASSIFICADO								
00	Jaiara Borges Colares	NÃO COMPARECEU								

Obs. Desclassificados – Não atende aos requisitos do edital quanto ao item X - Atestado de frequência em curso superior de licenciatura plena compatível com a área de atuação ou disciplina que pretende atuar.

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – ARTES

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	Português	Matemática	Conh. Específicos	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA FREQ.	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Tamires Fonseca da Silva	16/05/1992	02	02	02	2,8	4,0	0,0	0,0	2,6
00	Greice Cristina Darós	DESCCLASSIFICADO								
00	Lili CireneTell	DESCCLASSIFICADO								
00	Deivison Mafra	DESCCLASSIFICADO								

Obs. Desclassificados – Não atende aos requisitos do edital quanto ao item X - Atestado de frequência em curso superior de licenciatura plena compatível com a área de atuação ou disciplina que pretende atuar.

Nova Trento, 15 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.604/2016

Lei nº 2.604, de 15 de janeiro de 2016

Concede revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal no vencimento dos servidores efetivos, e comissionados da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Mesa Diretora propôs e a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revisado em 10,32% (dez vírgula trinta e dois por cento), equivalente à inflação acumulada medida pelo INPC de novembro de 2014 a outubro de 2015, o valor dos vencimentos vigentes em dezembro de 2015 dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento.

§ 1º A revisão geral anual de que trata esta lei não se aplica ao subsídio dos Vereadores.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 019/2016

Portaria nº 019, de 06 de janeiro de 2016

Outorga Poderes ao Gestor da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento - COMDEC.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º – Outorgar Poderes ao servidor municipal, SALVIO OSMAR TONINI, nomeado pela Portaria nº 742, de 17/08/2015, como Diretor de Defesa Civil, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento – COMDEC e designado pela Portaria nº 016, de 06 de janeiro de 2016, como GESTOR DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE NOVA TRENTO, sendo responsável para acessar/movimentar em conjunto com o Prefeito Municipal. Sr. Gian Francesco Voltolini, RG nº 3.573.471, CPF nº 032.953.809-88, a conta nº 16.388-0, cadastrada junto ao Banco do Brasil – Agência Nova Trento, sob o CNPJ nº 15.046.464/0001-06 (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento-COMDEC), com poderes inclusive, para:

- Movimentar conta-corrente com cartão eletrônico;
- Emitir e endossar cheques;
- Retirar cheques devolvidos;
- Requisitar talonários de cheques;
- Abrir contas de depósitos;
- Assinar propostas ou contratos de abertura de contas;
- Autorizar débitos;
- Autorizar cobrança;
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos e extratos;
- Requisitar cartão eletrônico;
- Autorizar débito em conta relativo a operações;
- Efetuar transferências e pagamentos por carta, meio eletrônico ou qualquer outro meio legal;
- Sustar, contra-ordenar, cancelar e baixar cheques;
- Efetuar resgates de aplicações financeiras;

Fls. 02 – Portaria nº 019/2016

- Efetuar saques de conta-corrente e poupança;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Solicitar movimentação de contas no exterior;
- Consultar contas e aplicações de programas com repasse de recursos federais – RPG;
- Efetuar movimentação financeira no RPG;
- Conceder abatimentos;
- Caucionar títulos;
- Confessar, transigir, desistir;
- Efetuar acordos;

- Assinar contrato de câmbio e seus respectivos aditivos e averbações;
- Assinar proposta de abertura de carta de crédito de importação;
- Assinar termo de transferência de direitos sobre carta de crédito de exportação;
- Assinar carta vinculatória e cartas de compromisso;
- Avalizar cheques;
- Emitir, endossar, avalizar e descontar duplicatas;
- Emitir, endossar e avalizar letras de câmbio;
- Assinar proposta de empréstimos e financiamentos;
- Assinar orçamento;
- Emitir, endossar e avalizar nota promissória;
- Assinar contrato de abertura de crédito;
- Endossar e descontar títulos de crédito;
- Ajustar valores, cláusulas e condições de empréstimos e/ou financiamentos;
- Estipular cláusulas e condições;
- Assinar instrumento de crédito;
- Assinar menção adicional;
- Assinar aditivo de qualquer espécie;
- Emitir títulos de crédito rural, comercial, industrial e a exportação;
- Aceitar avaliações;
- Emitir, endossar e avalizar nota promissória;
- Dar em garantia penhor ceder e hipoteca de bens pertencentes a empresa;
- Avalizar e prestar fiança;
- Onerar e alienar bens;
- Receber citações, intimações e notificações em procedimentos judiciais e extra- judiciais, inclusive iniciais;
- Vender os bens hipotecados e apenados;
- Reivindicar direitos;
- Receber gratificações, diárias, pensões e salário família;
- Consultar depósitos judiciais via Internet ou qualquer outro meio;
- Assinar apólice de seguro;
- Autorizar transações de agronegócios via Internet ou qualquer outro meio;
- Autorizar transações no balcão de comércio exterior;
- Depositar, retirar, transferir ouro lingote em custódia;
- Assinar boleto de câmbio;
- Receber ordens de pagamento do Brasil e exterior;

Fls.03 – Portaria nº 019/2016

- Negociar e transferir títulos e valores mobiliários;
- Receber rendimentos de títulos e valores mobiliários;
- Assinar e receber correspondência da outorgante, inclusive a dirigida aos bancos;
- Assinar relações de faturamento, balanços, demonstrativos e quaisquer outros documentos relacionados;
- Liberar arquivos de pagamentos nos canais de auto-atendimento;
- Retirar, solicitar e assinar documentos dirigidos a outorgante;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico;
- Efetuar transferência eletrônica para alívio de numerário COBAN;
- Encerrar contas de depósitos;
- Fechar operações de derivativos;
- Consultar obrigações do Débito Direto Autorizado – DDA;
- Incluir sacado eletrônico do Débito Direto Autorizado – DDA;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada esta Portaria na Prefeitura Municipal e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 029/2016

PORTARIA Nº 029/ 2016

Concede Férias Coletivas

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 96, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, alterado pelo art. 3º, da Lei nº 2.566/2015, de 16 de janeiro de 2015 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, relativas aos períodos aquisitivos abaixo relacionados, a partir de 21 de dezembro de 2015 (início do recesso escolar) a 31 de janeiro de 2016.

Mat.	Nome	Cargo	Qtd.	Período Aquisitivo
10	Norberto Cipriani	Professor	30 dias	03/09/2015 – 02/09/2016
62	Juliana Marchiori Vinotti	Professor	30 dias	18/02/2015 – 17/02/2016
117	Nadir Trainotti	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
195	Ada Maria Cipriani Abelino	Professor	30 dias	02/02/2015 – 01/02/2016
271	Mirielle Demonti Amorin	Professor	30 dias	01/11/2015 – 31/10/2016
272	Gilmara Bertotti	Professor	30 dias	01/11/2015 – 31/10/2016
288	Maria Aparecida Bittencourt	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
289	Lucimar Leoni Demonti Bosio	Professor	30 dias	08/03/2015 – 07/03/2016
1042	Avanilda Ap. Tomasi Cattani	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1043	Cléia Ines Gasperi	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1044	Cleide Aparecida Vinotti	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1050	Genésia C. Ceccato Cadorin	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1055	Maria Marlene Gandin Boso	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1059	Miria Maria Costa Tonini	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1060	Mirielle Demonti Amorin	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1061	Rosi Maria Tomasi Schmitt	Professor	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1131	Sandra Cipriani Darós	Professor	30 dias	21/06/2015 – 20/06/2016
1136	Anne Sgrott	Professor	30 dias	19/07/2015 – 18/07/2016
6546	Adriana Aparecida Vinotti	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6547	Cleusa da Silva Tedesco	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6548	Rozilda Ap. Corsi Marchiori	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6549	Joze Emília Leite Orlandi	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6550	Clair Antunes Moraes	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6551	Cássia Pedrotti	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6552	Monica C. de Andrade Raiser	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6554	Luana Darós	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6555	Christiane T. M. V. Dornelles	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6557	Andressa Célis Souza	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6568	Angelita Armelini	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6559	Lucia M. Muraro Wisintainer	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6560	Fernanda Piazza	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6561	Otimar Marchi	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6562	Bruna Fernanda Facchini	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6563	Pamela Grazieli Casagrande	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6564	Sérgio Tomasoni	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6565	Carlos Roberto Orsi	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6566	Amanda Régis	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6567	Jucilania Tamanini	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6568	Sirléia Piuco Merízio	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6569	Lacioni Wolf	Professor	30 dias	09/02/2015 - 08/02/2016
6631	Rosiani Melo Cordeiro	Professor	30 dias	20/02/2015 – 19/02/2016
6644	Alexandra dos Santos Silva	Professor	30 dias	02/03/2015 – 01/03/2016
6665	Elisangela Marchiori Reichert	Professor	30 dias	17/03/2015 – 16/03/2016
6801	Jucéli Maria Armelini	Professor	30 dias	03/08/2015 – 02/08/2016
6802	Talita Postai Bianchini	Professor	30 dias	03/08/2015 – 02/08/2016
6803	Greice Cristina Darós	Professor	30 dias	03/08/2015 – 02/08/2016
6888	Pamela Amorim da Silva	Professor	30 dias	17/08/2015 – 16/08/2016
201	Hilisbeti Ruberti Bottamedi	Orientador Educacional	30 dias	10/02/2015 – 09/02/2016
6658	Adrienne Paula F. dos Santos	Coordenador Escolar III	30 dias	09/03/2015 – 08/03/2016
6544	Janete Ap. Viana Cesconetto	Coordenador Escolar III	30 dias	09/02/2015 – 08/02/2016
6688	Giovana Cadorin Hoffmann	Coordenador Escolar III	30 dias	05/05/2015 / 04/05/2016

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 030/2016

PORTARIA Nº 030/ 2016

Concede Férias Coletivas

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 96, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, alterado pelo art. 3º, da Lei nº 2.566/2015, de 16 de janeiro de 2015 (Estatuto do Magistério Público Municipal) c/c o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação ou a disposição da mesma, relativas aos períodos aquisitivos abaixo relacionados, a partir de 04 de janeiro de 2016 a 19 de janeiro de 2016.

Mat.	Nome	Cargo	Qtd.	Período Aquisitivo
535	Marina Antonieta Facchini Tomazi	Atendente Creche	16 dias	06/09/2015 - 05/09/2016
6721	Edite Maria Moresco	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6722	Marcela Wolf	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6723	Marciane Cristina Pereira	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6724	Maria Patricia Schwambach Martins	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6725	Juliete Lorenzetti	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6726	Denize Till Dell'Agnolo	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6727	Juliana Celestino	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6728	Edivana Aparecida Carvalho Moura	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6729	Alessandra Aparecida da Silva	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6730	Bruna Garbari	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6731	Jane Meri Maçaneiro	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6732	Maria Goretti Minatti Cipriani	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6736	Erondina Raiser Micheli	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6738	Giselle da Silva Ricci	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6739	Nadja Cardoso de Andrade Barauna	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6740	Monaliza Paixão	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6804	Carmem Vanusa Machado Dalasena	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6811	Adrieli Conceição dos Santos	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6818	Eliane Aparecida Sgrott Darossi	Atendente Creche	16 dias	12/08/2015 - 11/08/2016
6827	Claudete Maria Tosta Costa	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6835	Judite Silveira Romero	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6836	Viviane Castiel Silva	Atendente Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6900	Viliane Cardoso Ferreira	Atendente Creche	16 dias	18/08/2015 - 17/08/2016
6863	Ana Lucia Vargas Coelho	Atendente Creche	16 dias	17/08/2015 - 16/08/2016
6895	Janete Inacia Gulini Nichnoski	Atendente Creche	16 dias	17/08/2015 - 16/08/2016
6463	Daniela Dallabrida Giacomini	Atendente Creche	16 dias	10/09/2015 - 09/09/2016
6897	Marileia Raiser Dallabrida	Atendente Creche	16 dias	17/08/2015 - 16/08/2016
6886	Raquel Jordana dos Santos Dornelles	Atendente Creche	16 dias	17/08/2015 - 16/08/2016
3529	Dolores do Rocio Battisti Marchi	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2015
6745	Glauciane R. Guedes da Silva	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2015
6746	Angelita Muraro Mafezzolli	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6747	Maria Elisabete Airoso Smaniotto	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6748	Lucicleide Alves de Abrantes	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6749	Salette Ap. Daicampi Lucianer	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6750	Maria Valdenice Souza Silva	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6751	Miria Terezinha C. Speranzini	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6752	Geni Aparecida Orlandi	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6753	Aldrya Sue Bonetti	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6754	Maria Madalena Schreiber Viana	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6760	Indiamara da Luz	Aux. Serv. Gerais	16 dias	26/08/2015 - 25/08/2016

6762	Marinetti Zierke Wilcke	Aux. Serv. Gerais	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6929	Maristela Dutra	Aux. Serv. Gerais	16 dias	01/09/2015 - 31/08/2016
6966	Juliana Machado dos Santos	Aux. Serv. Gerais	16 dias	16/10/2015 - 15/10/2016
6901	Dalva Montibeller Dell'Antonio	Aux. Serv. Gerais	16 dias	19/08/2015 - 18/08/2016
151	Ivanilde Raiser Mafezzoli	Aux. Man. Conservação	16 dias	03/09/2015 - 02/09/2016
153	Augusta Creppas Minatti	Aux. Man. Conservação	16 dias	08/09/2015 - 07/09/2016
5575	Zenaide Valentina Corsi Vanini	Diretor Escolar	16 dias	19/01/2015 - 18/01/2016
6733	Daiane Fachin Till	Secretário Escolar	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
5334	Elice Bottamedi	Chefe de Creche	16 dias	01/02/2015 - 31/01/2016
5563	Taís Michalski	Chefe de Creche	16 dias	18/01/2015 - 17/01/2016
6810	Sandra Regina Dallabrida Battisti	Chefe de Creche	16 dias	03/08/2015 - 02/08/2016
6535	Ivana Terezinha Valle Rezzini	Chefe de Creche	16 dias	02/02/2015 - 01/02/2016

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 031/2016

PORTARIA Nº 031/ 2016

Concede Férias Coletivas

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 96, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, alterado pelo art. 3º, da Lei nº 2.566/2015, de 16 de janeiro de 2015 (Estatuto do Magistério Público Municipal) c/c o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação ou a disposição da mesma, relativas aos períodos aquisitivos abaixo relacionados, a partir de 04 de janeiro de 2016 a 24 de janeiro de 2016.

Mat.	Nome	Cargo	Qtd.	Período aquisitivo
28	Lucia Melzi Bernardi	Aux. Serv. Gerais	21 dias	02/10/2015 – 01/10/2016
29	Silda Rengel Pering	Aux. Serv. Gerais	21 dias	02/10/2015 – 01/10/2016
31	Ivone Sdrigotti Ceccato	Aux. Serv. Gerais	21 dias	03/10/2015 – 02/10/2016
6744	Viviana Costa de Oliveira de Andrade	Aux. Serv. Gerais	21 dias	03/08/2015 – 02/08/2016
6756	Aldorinda Maria Melzi Bertoldi	Aux. Serv. Gerais	21 dias	03/08/2015 – 02/08/2015
6757	Silvania Garcia da Silva	Aux. Serv. Gerais	21 dias	03/08/2015 – 02/08/2016
6758	Denize Monteiro Soares	Aux. Serv. Gerais	21 dias	03/08/2015 – 02/08/2015
6759	Gabriela Silveira Felicio	Aux. Serv. Gerais	21 dias	03/08/2015 – 02/08/2015
6761	Cecilia Raiser Dellantonio	Aux. Serv. Gerais	21 dias	03/08/2015 – 02/08/2015
6816	Andreia Naira Battisti	Aux. Serv. Gerais	21 dias	11/08/2015 – 10/08/2016
6820	Odete Teresinha Von Heimbürg	Aux. Serv. Gerais	21 dias	12/08/2015 – 11/08/2016
6913	Marice Marchi Lacerda	Aux. Serv. Gerais	21 dias	24/08/2015 – 23/08/2016
6944	Ivaldair Bortoletti	Aux. Serv. Gerais	21 dias	04/09/2015 – 03/09/2016
6891	Nalzir do Prado Hoffmann	Aux. Serv. Gerais	21 dias	17/08/2015 – 16/08/2016
6893	Elaine Aparecida de Souza	Aux. Serv. Gerais	21 dias	17/08/2015 – 16/08/2016
6844	Fermino Inacio Fumagalli	Aux. Man. Conservação	21 dias	13/08/2015 – 12/08/2016
6534	Artur Fabeni da Silveira	Diretor Escolar	21 dias	02/02/2015 – 01/02/2016
6532	Paulo Gerson Borges de Carvalho	Diretor Adjunto	21 dias	02/02/2015 – 01/02/2016
5035	Rosilene Melo Kaipper	Diretor Escolar	21 dias	01/02/2015 – 31/01/2016
6553	Isabel Cristina Cipriani Tell	Diretor Escolar	21 dias	09/02/2015 – 08/02/2016
6556	Tamires Leite	Diretor Escolar	21 dias	09/02/2015 – 08/02/2016
6507	Tamires Fonseca da Silva	Secretário Escolar	21 dias	02/02/2015 – 01/02/2016
5584	Daniela Michalski	Secretário Escolar	21 dias	01/02/2015 – 31/01/2016
5684	Gizele Petris	Secretário Escolar	21 dias	01/03/2015 – 28/02/2016

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIA Nº 032/ 2016

Concede Férias Coletivas

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 96, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, alterado pelo art. 3º, da Lei nº 2.566/2015, de 16 de janeiro de 2015 (Estatuto do Magistério Público Municipal) c/c o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação ou a disposição da mesma, relativas aos períodos aquisitivos abaixo relacionados, a partir de 04 de janeiro de 2016 a 19 de janeiro de 2016.

Mat.	Nome	Cargo	Qtd.	Período Aquisitivo
6533	Moacir Antonio Facchini	Secretário M. Ed. Adjunto	16 dias	02/02/2015 – 02/02/2016
196	Fabiana Marchiori	Diretor de Ensino	16 dias	02/02/2015 – 02/02/2016
1052	Lilian Cristiani Fontanelli	Supervisor Ed. Infantil	16 dias	01/03/2015 – 01/03/2016
6473	Janaina Tais Barauna	Supervisor En. Fundamental	16 dias	17/09/2015 – 17/09/2016
5567	Hindyanara Antunes dos Passos	Supervisor Ed. Especial	16 dias	18/01/2015 – 18/01/2016
270	Michelle Ketrin de Melo	Psicopedagogo	16 dias	01/07/2015 – 01/07/2016
6764	Carla Luisa Matiola Moser	Nutricionista	16 dias	03/08/2015 – 03/08/2016
80	Adriana Borralho G. Santos	Nutricionista	16 dias	18/06/2014 – 18/06/2015
197	Graciela Darós Piffer	Professor de Informática	16 dias	22/08/2015 – 22/08/2016

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIA Nº 033/ 2016

Concede Férias Coletivas

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação ou a disposição da mesma, relativas aos períodos aquisitivos abaixo relacionados, a partir de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Mat.	Nome	Cargo	Qtd.	Período Aquisitivo
16	Irineu João Veneri	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	03/09/2015 – 02/09/2016
547	Wilmar José Leite	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	06/09/2015 – 05/09/2016
548	Alcires Luiz Dalri	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	06/09/2015 – 05/09/2016
949	Tarcisio Poli	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	07/02/2015 – 06/09/2016
964	Vanderli Tomio	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
1038	Elio Will	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	01/03/2015 – 28/02/2016
6743	Claudemir Girardi	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	03/08/2015 – 02/08/2016
6797	Marcos Roberto da Silva	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	03/08/2015 – 02/08/2016
6812	Ailton Fladimir Kuttoche	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	03/08/2015 – 02/08/2016
6914	Francisco Rodolfo Orsi	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	25/08/2015 – 24/08/2016
6822	Vili Francisco Giacomini	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	14/08/2015 – 13/08/2016
6824	Romoacir Romalino de Souza	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	14/08/2015 – 13/08/2016
6862	Luiz Snaider	Motorista Tranp. Escolar	30 dias	18/08/2015 – 17/08/2016
145	José Alfonso Minatti	Motorista I	30 dias	02/05/2015 – 01/05/2016

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIA Nº 034/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto dos Servidores do Magistério Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 081/2015, que Concedeu Readaptação a Servidora Pública Municipal MIRIA MARIA COSTA TONINI, matrícula nº 1059, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de janeiro de 2017, conforme resultado pericial datado de 11/01/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de janeiro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1020/2015

PORTARIA Nº 1.020/2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal SALOMÃO ALMEIDA SANTOS, matrícula nº 6876, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 09 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 14 de dezembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 1021/2015

PORTARIA Nº 1.021/ 2015

Concede Licença Maternidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e o art. 94, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal BEATRIZ APARECIDA CAETANO, matrícula nº 6215, ocupante do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 11 de dezembro de 2015 a 08 de abril de 2016, conforme atestado médico datado de 11/12/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 14 de dezembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 1022/2015

PORTARIA Nº 1.022/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal VERÔNICA RAIMUNDO BENTO, matrícula nº 6313, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Aguti, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 89 (oitenta e nove) dias, a contar de 04 de novembro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, conforme resultado pericial datado de 18/12/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 18 de dezembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 1023/2015

PORTARIA Nº 1.023/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 885/2015 "A", que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 170/2015, JAISON JOSÉ COMPIANI, matrícula nº 6946, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 11 de dezembro de 2015 a 08 de abril de 2016, em substituição à titular Beatriz Aparecida Caetano, afastada conforme a Portaria nº 1.021/2015 (Licença Maternidade).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de dezembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor JAISON JOSÉ COMPIANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Madre Paulina, nº 1718, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 904.606.779-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, em substituição à titular Beatriz Aparecida Caetano, afastada conforme a Portaria nº 1.021/2015 (Licença Maternidade).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 11 de dezembro de 2015 a 08 de abril de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade e/ou rescindido antes do prazo em virtude da realização do Concurso Público nº 003/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jaison José Compiani

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de dezembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 885/2015

PORTARIA Nº 885/2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 565/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, BEATRIZ APARECIDA CAETANO, matrícula nº 6215, ocupante do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 130 (cento e trinta) dias, a contar de 03 de agosto de 2015 a 10 de dezembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 08/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Orleans

PREFEITURA

PP 01/2016 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.01/2016

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.01/2016 cujo objeto é contratação de horas de serviço de maquina retroescavadeira, Escavadeira e caminhão com capacidade mínima para 8m3. Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 29 de janeiro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D’eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br e no site www.samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SAMAE ORLEANS

Ouro

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços especializados de apoio e instrução técnica nas áreas das Ciências Contábeis, da Administração Pública e do Direito Público Constitucional, Administrativo e Financeiro, por meio da encomenda de pareceres escritos, informações técnicas, recebimento de boletins periódicos e assinatura de revista digital mensal através de acesso a sítio da Rede Mundial de Computadores (Internet), incluindo, para livre e irrestrito acesso do assinante, atualizações, legislação, artigos, notícias recentes, jurisprudência, todos relacionadas à Gestão Pública Municipal. A contratante terá direito a ilimitados acessos ao conteúdo do website e direito de solicitar pareceres e informações técnicas nas áreas das Ciências Contábeis, da Administração Pública e do Direito Público Constitucional, Administrativo e Financeiro, durante a vigência do contrato.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14h00, para abertura às 14h30min do dia 05/02/2016.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Rua Formosa, nº 73, Centro, Ouro/SC.

HORÁRIO: das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas.

TELEFONE Nº (049) 3555.2114

Câmara Municipal de Ouro, 18 de janeiro de 2016.

Fernando Bedin

Pregoeiro

Evandro Marcelo Neis

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro

Ouro Verde

PREFEITURA

0006/2016PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0006/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Contratação de empresa especializada em medicina e Segurança no Trabalho, visando à elaboração dos programas de saúde do trabalho, exigidos pela legislação, conforme edital Entrega dos envelopes: 08:30hs dia 01 de fevereiro de 2016. Sessão do pregão: Às 08h35min dia 01 de fevereiro de 2016. Obt. De informações e Edital: Secretaria Geral de Adm: - Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 19 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

Paial

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2016

Processo licitatório: 06/2016

Contrato Nº.: 08/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada....: Abastecedora Gral Ltda

Valor : R\$ 4.978,26 (quatro mil e novecentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos)..

Vigência : Início: 18/01/20165 Término: 28/01/2016

Licitação : Dispensa Nº.: 2/2016

Objeto : O presente contrato tem por objeto a aquisição de 1.800 litros de diesel 500 de forma parcelada, para o abastecimento de máquinas, ônibus e outros veículos da Frota Municipal..

Paial, 18 de janeiro de 2016

EXTRATO DO RESULTADO DA TP 006/2015

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015 - PMP

Objeto: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de edificação de pré-moldado na área industrial conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA FASE DE PROPOSTA DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de proposta de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante PASCAL CONSTRUTORA, ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA sagrou-se vencedora do objeto desta licitação em epígrafe com o valor total de R\$ 317.112,39 (trezentos e dezessete mil cento e doze reais e trinta e nove centavos) na segunda colocação ficou a licitante LEANDRO PAGLIARI ME com o valor total de R\$ 331.707,44 (trezentos e trinta e um mil setecentos e sete reais e quarenta e quatro centavos), e, na terceira colocação ficou a licitante SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA com o valor total R\$ 331.789,97 (trezentos e trinta e um mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Paial, SC, 15 janeiro de 2015.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO ORDEM PARALISAÇÃO AO CONTRATO N. 100/214

ORDEM DE PARALISAÇÃO N. 001/2015

1 – Referente a execução de obras civis com fornecimento de materiais, equipamentos e supervisão ambiental para continuação da implantação do sistema de abastecimento de água das Praias da Pinheira, Guarda do Embaú e Praia do Sonho – Palhoça/SC, incluindo mão de obra e fornecimento de todo o material.

1.1. Processo Licitatório nº 177/2013

1.2. Modalidade: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

1.3. Contrato nº 100/2014

1.4. Valor do Contrato: R\$ 92.869,42 (noventa e dois mil oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

1.5. Contratada: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

1.6. Prazo Contratual Inicial: 24 (vinte e quatro) meses.

1.7. Data de início da execução: 14/04/2014

1.8. Fiscal/Gestor do Contrato: Ricardo Mattiello - Engenheiro Sanitarista

Pela presente Ordem de Paralisação, autorizamos a empresa Contratada supracitada a PARALISAR os serviços, objeto do contrato acima epigrafado, na data de recebimento pela contratada desta ordem. O prazo de paralisação será por período indeterminado.

Dê-se ciência a empresa contratada. Palhoça (SC), em 13 de agosto de 2015. SÉRGIO MATIOLA - Presidente do SAMAE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2015 – Pregão Presencial 20/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BARRACAO DECORAÇÕES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de divisórias e películas, com instalação e Vidro comum incolor, sem instalação, para manutenção da das unidades da rede municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, bem como aquisição de cortinas black out dupla face, com instalação, para o NEPS e Farmácia de Alto Custo.

DATA: 14/07/2015 à 13/07/2016.

Nome da Empresa: BARRACÃO DECORAÇÕES LTDA ME	CNPJ: 82.706.037/0001-02
--	--------------------------

Lote 1: Divisórias

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: "Divisória naval 35mm (Eucatex), com revestimento laminado, cor bege, perfis de aço com pintura epoxi, na cor preto, instalada. "					
1	200,00	M2	EUCATEX	R\$65,6000	R\$13.120,0000
Especificação: Porta divisória naval aço 35, laminado, cor bege, perfis de aço com pintura epoxi, na cor preto, completa, instalada.					
2	25,00	UN	EUCATEX	R\$168,7600	R\$4.219,0000
Especificação: Vidro liso 3mm, incolor, com colocação					
3	25,00	M2	SEBRAS	R\$60,0000	R\$1.500,0000
Valor Total		(dezoito mil e oitocentos e trinta e nove reais)			R\$18.839,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2015 – Pregão Presencial 20/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP. OBJETO: Aquisição de divisórias e películas, com instalação e Vidro comum incolor, sem instalação, para manutenção da das unidades da rede municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, bem como aquisição de cortinas black out dupla face, com instalação, para o NEPS e Farmácia de Alto Custo.

DATA: 14/07/2015 à 13/07/2016.

Nome da Empresa: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP					CNPJ: 00.991.023/0001-05
Lote 2: Películas					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Película de proteção G8 profissional, com colocação					
1	324,00	M2	SANTA CATARINA	R\$40,0000	R\$12.960,0000
Especificação: Película de proteção, jateada, cor branco, com colocação.					
2	200,00	M2	SANTA CATARINA	R\$53,5700	R\$10.714,0000
Lote 3: Cortinas					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,85X3,84 (alt.x larg), para as janelas dos laboratórios 1 e 2.					
1	2,00	UN	SANTA CATARINA	R\$413,2100	R\$826,4200
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,85X3,65 (alt.x larg), para a janela da sala Comunitária.					
2	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$394,5400	R\$394,5400
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,12X3,65 (alt.x larg), para a janela da Sala 1.					
3	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$493,5300	R\$493,5300
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,85X4,00 (alt.x larg), para a janela da Sala 2.					
4	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$382,3600	R\$382,3600
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,80X3,70 (alt.x larg), para a janela da Sala 3.					
5	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$532,1600	R\$532,1600
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,80X3,95 (alt.x larg), para a janela da Sala 4.					
6	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$560,0000	R\$560,0000
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,80X3,50 (alt.x larg), para a janela da Sala 05.					
7	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$515,2100	R\$515,2100
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,25X2,95 (alt.x larg), para a janela da Biblioteca.					
8	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$295,6800	R\$295,6800
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,50X1,35 (alt.x larg), para a Farmácia de Alto Custo.					
9	8,00	UN	SANTA CATARINA	R\$157,0000	R\$1.256,0000
Valor Total		(vinte e oito mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa centavos)			R\$28.929,90

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º026/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 026/2015, SEXTO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 014/2011 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DMI DIAGNÓSTICO MÉDICO POR IMAGEM LTDA. OBJETO: – FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2016 O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 03/2016 – Registro de Preços, objeto: aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA Centro e para as Unidades da rede Municipal de Saúde, no dia 29 de janeiro de 2016, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas e no dia 04 de fevereiro de 2016, às 9:00h lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoca.atende.net e www.sau-depalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 18 de janeiro de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 04/2016 – Registro de Preços, objeto: aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde e SAMU, e materiais de informática para o Setor de Informática, no dia 29 de janeiro de 2016, às 16:30h, recebimento e abertura das propostas e no dia 05 de fevereiro de 2016, às 13:30h lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoca.atende.net e www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 18 de janeiro de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 05/2016 – Registro de Preços, objeto: aquisição de materiais de consumo enfermagem, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, materiais para atendimento de ações judiciais, Programa Acolher ao Nascer, Programa de Feridas Crônicas e para o Programa de Oxigenoterapia, no dia 10 de fevereiro de 2016, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas e no dia 18 de fevereiro de 2016, às 8:30h lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoca.atende.net e www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 18 de janeiro de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 13/2016. Modalidade: Pregão Presencial 04/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS. Data da entrega dos envelopes: 02/02/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 02/02/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 18 de Janeiro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 002/2016

CONTRATO 002/2016

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 11.310.394/0001-09, com sede na Jacob Schadeck, 1207, Centro, em Papanduva/SC, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Marli dos Santos da Cunha Ramos, brasileira, residente e domiciliada na Rua Alfredo Becker, S/N - centro - Monte Castelo/SC, inscrita no CPF 750.362.239-34, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa JULIANO LARGURA & CIA LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 05.233.987/0002-99, com sede na Rua José Zadorosny, 627 - centro - Papanduva, neste ato representado pelo Sr. Juliano Largura, residente e domiciliado em Papanduva, inscrita no CPF sob Nº 026.265.409-19, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem origem no Edital de Pregão nº 093/2015, no qual a contratada se compromete a fazer a entrega de medicamentos diversos para uso emergencial, prescrito por médicos, constantes do GUIA DA FARMÁCIA, necessários e imprescindíveis para atendimento a pessoas carentes do Município de Papanduva.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A Contratada, deverá entregar os medicamentos somente mediante apresentação de receita médica acompanhada de requisição devidamente autorizada por Assistente Social a serviço do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com a especificação e quantidade estabelecida e em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de uso;

2.2 - No caso da Contratada não possuir o medicamento solicitado, deverá providenciar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 - As despesas decorrentes na execução deste Contrato correrão por conta do orçamento municipal vigente.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - Os recursos financeiros serão próprios do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e o percentual de desconto sobre os valores contidos no GUIA DA FARMÁCIA será de 15% (quinze por cento).

5.2 - O pagamento será efetuado quinzenalmente, na proporção dos medicamentos fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 - Os valores serão reajustados conforme alteração dos valores divulgados em novas edições do GUIA DA FARMÁCIA, o que não alterará o percentual acordado com a Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 - A contagem do prazo de vigência deste contrato se iniciará no dia 14 de janeiro de 2016 com duração até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa qualidade dos medicamentos que fornecerá.

8.2 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos medicamentos, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

8.3 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos medicamentos entregues, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.2 - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

10 - Nos termos da Legislação, o Fundo Municipal de Saúde pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 093/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos medicamentos até então efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1 - Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

11.1.1 - Advertência;

11.1.2 - Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

11.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

Parágrafo único: A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

11.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12 - Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05

(cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13 – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital, por parte da Contratada, assegurará ao Fundo Municipal de Saúde o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

14.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

14.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a - o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do medicamento adjudicado;

b - entrega de medicamento fora das especificações constantes no Objeto deste instrumento;

c - a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do medicamento, assim como as de seus superiores;

e - o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g - a dissolução da empresa;

h - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

j - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

14.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO

15 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 093/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pela contratada e aos termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

16 – Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

17 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 14 de janeiro de 2016.

Marli dos Santos a Cunha Ramos
Pela Contratante

Juliano Largura
Pela Contratada

Testemunhas

Márcio Wisniewski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrícula: 2675

CONTRATO Nº 054/2015

CONTRATO Nº 054/2015

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PAPANDUVA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. DARIO SCHICOVSKI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72 de ora em diante denominada de CONTRATANTE e de outro lado CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMACÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.072953/0001-16, localizada na Rua Major Navarro Lins, 692 – Joinville – SC, nesta ato representada por sua Gerente Administrativa, Sra KARLA JANZ, brasileira, divorciada, pedagoga, portadora da carteira de identidade nº 5.552.294 SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 773.570.609-00, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a contratação de Pessoa Jurídica especializada para cessão de licenciamento de uso de sistema informatizado integrado para gestão escolar na Rede Municipal de Ensino, onde A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito em sua proposta comercial de renovação de contrato em anexo de ESCOLAVIANET® - SISTEMA DE GESTAO ESCOLAR, confere a CONTRATANTE a licença de uso por prazo determinado, bem como, se obriga a prestar os serviços de suporte, atualização e atendimento técnico, conforme especificado neste contrato.

Parágrafo único: Entende-se por software, o conjunto de programas executáveis por computador e respectiva documentação técnica que acompanham o produto.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

A execução será por um período de 12(doze) meses, com início em 01 de Janeiro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.06 – Secretaria da Educação, 2019 – Manutenção do Ensino Fundamental, 33.90 – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município, mais precisamente da Secretaria de Educação e Desporto, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O valor total a ser pago pela realização dos respectivos serviços será de R\$ 7.531,68 (sete mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 627,54 (seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos) mensais e será pago até o 5º (quinto) dia útil posterior a data de apresentação da fatura/nota fiscal de serviços.

II - Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados ou sem a existência da correspondente prestação dos serviços.

III - O valor da mensalidade para a manutenção do sistema, somente será reajustado com base no índice IGP-M FGV, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido a época, mediante requerimento da CONTRATADA, com o prazo de até 30 (trinta) dias anteriores aos reajustes anuais.

IV - A CONTRATADA fica vedado negociar, ou efetuar a cobrança ou o desconto da duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente na CONTRATANTE.

V - A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos, importância que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela CONTRATADA por força deste Contrato.

VI - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

VII - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta e indiretamente a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

VIII - Não existirá qualquer vínculo Contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato será sempre a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, ou, se houver prorrogações, haverá reajuste conforme Cláusula Sétima deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia 01 de Janeiro de 2016 e término no dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela realização do objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICIPIO

Nos termos da Legislação, o município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a deste Contrato, indenizando o contratado pelos serviços até então efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS APLICACOES GERAIS

I - A prestação dos serviços de atualização se dará nas seguintes modalidades:

a) Corretiva: que visa corrigir erros e defeitos de funcionamento do Software, podendo a critério da CONTRATADA, limitar-se à substituição da cópia com falhas por uma cópia corrigida.

b) Adaptativa: visando adaptações legais para adequar o software a alterações da legislação, desde que não impliquem em desenvolvimento de novos relatórios/telas, novas funções ou rotinas ou ainda, alterações de arquivos do software;

c) Evolutiva: que visa garantir a atualização do software, mediante aperfeiçoamento das funções existentes ou adequação as novas técnicas, obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento da CONTRATADA.

II - Entende-se por atendimento técnico os serviços prestados através de meios de comunicação ou assessorias técnicas, para identificação de problemas ligados diretamente ao uso do software.

III - Atendimento técnico remoto – esse atendimento será feito por técnico da CONTRATADA com equipamento da CONTRATANTE.

IV - A CONTRATANTE obriga-se a disponibilizar equipamento/plataforma de hardware e conexão de origem idônea, inclusive no caso de ambiente web/internet, que possibilite a instalação e correta utilização do software objeto do presente contrato, bem como mantê-lo atualizado, de forma a possibilitar a instalação de novas versões do software lançada.

V - Atualização de software motivada por alterações no ambiente operacional, plataforma de hardware ou na estrutura organizacional da CONTRATANTE, deverá ser solicitada formalmente, podendo ser executada após estudo prévio e orçamento da CONTRATADA e aprovação da CONTRATANTE.

VI - Adaptações de software, ainda que impliquem em novos relatórios, novas funções, novas rotinas ou alterações nos arquivos, serão orçadas e cobradas, caso a caso, mediante aprovação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

I - O presente contrato somente poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, e a qualquer tempo, mediante aviso prévio e expresso de 30(trinta) dias.

II - O contrato poderá ser rescindido, independente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de descumprimento de uma de suas cláusulas, não sanada pela parte inadimplente no prazo de notificação enviada pela outra parte.

III - Ao término ou rescisão do presente instrumento, cessará de pleno direito, o uso do software ESCOLAVIANET® pela CONTRATANTE, bem como a prestação dos serviços de hospedagem, suporte e manutenção, objetos deste contrato, obrigando-se a CONTRATADA entregar os dados em formato universal.

IV - A entrega da base de dados estará condicionada à quitação das parcelas vencidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGACOES

A CONTRATANTE obriga-se a Lei de Licitações, nº 8.666/93 em seu total cumprimento especialmente os requisitos exigidos para habilitação e manutenção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS RETENCOES

I – NÃO HÁ HIPOTESE DE RETENCAO DE 11% DE INSS POR:

a) Os serviços não são prestados mediante cessão de Mão de obra ou empreitada.

b) Não há segurados à disposição da contratante, em suas dependências ou nas de terceiros.

Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009 – Art. 112, 115 e 116.

II – NÃO HÁ RETENÇÃO DE ISS – Conforme a Lei Complementar nº 116/03, em seu art. 3º, o local de recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS é devido no local do estabelecimento prestador (sede da Empresa Controller T.S.I Ltda). Seus incisos I a XXII trazem as exceções, sendo que em nenhum momento descrevem os serviços de informática como tal.

III – RETENÇÃO DE 1,5% (um e meio por cento) de IR NA FONTE na emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva/SC, 10 de dezembro de 2015.

Dario Schicovski

Karla Janz

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Ricardo Zenfe

Márcio Wisniewski

Matricula: 2675

Matricula: 50

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro AV. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 111, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 82.647.884/0001-35, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 037/2015, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 037/2015, datado de 29 de junho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2083/2015 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando que a cláusula sexta do contrato supra citado prevê a possibilidade de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57, inciso II combinado com o Artigo 65 inciso II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecerão vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 17 de dezembro de 2015

Dario Schicovski

AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe

Marcio Wisniewski

Matricula: 2675

Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira

Assessor Jurídico

OAB/SC 14035B

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 001/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 001/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de PAPANDUVA, com sede à Rua Sérgio Glevinski, 134 – centro – Papanduva/SC, CEP: 89.370-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.533/0001-01, neste ato representado por seu prefeito municipal, Dario Schicovski, inscrito no CPF sob o nº 248.839.219-72, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Bernadete Grein CPF nº 405.197.759-53, RG nº 1.195.793 – SSP - SC Gerente Regional da Epagri de Mafra, CNPJ nº 83.052.191/0039-35, com endereço à Rua Felipe Schmidt, 423 - Centro, CEP 89300-000, Mafra - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

1 – O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Mafra, unidade da CONTRATADA, e tem como dotação orçamentária do municípios seguintes códigos: projeto atividade nº 2.020 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - elemento de despesa 33.90.00 – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2 – O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**3.1 – São obrigações da CONTRATADA:**

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

3.2 – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.
6. Ceder, sem ônus para a CONTRATADA, 01 (uma) sala comercial, situada na Rua Simeão Alves de Almeida, nº 431.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

4 – Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 15 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5 – O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 38.996,98 (Trinta e oito mil, novecentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos), divididos em 11(once) parcelas, repassadas no período de vigência desse contrato, conforme cronograma abaixo.

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

Parcela	Valor	ISS a reter 3%	IR a reter 1,5%	Valor Líquido	Vencimento
1ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/02/2016
2ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/03/2016
3ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/04/2016
4ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/05/2016

5ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/06/2016
6ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/07/2016
7ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/08/2016
8ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/09/2016
9ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/10/2016
10ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/11/2016
11ª	3.545,18	106,36	53,18	3.385,64	15/12/2016

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário;

6.2 – O vencimento dos boletos será sempre no dia 15 de cada mês subsequente ao do serviço prestado;

6.3 – A quitação do pagamento será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

7 – As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

8 – A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9 – Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o mesmo, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

10.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

10.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a – o atraso injustificado, a juízo da Administração, no fornecimento dos objetos licitados;

b – a subcontratação total ou parcial do objeto deste Instrumento, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

d – o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

e – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

f – a dissolução da empresa;

g – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a

execução deste Contrato;

h – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
i – a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

10.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

10.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11 – Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATANTE estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Havendo atraso superior a 30 (trinta) dias do vencimento do boleto de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

12 – Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Papanduva, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Papanduva, 14 de janeiro de 2016.

Dario Schicovski Prefeito Municipal
--

Bernadete Grein Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri

Testemunhas:

Márcio Wisniewski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrícula: 2675

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 022/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 022/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Ana de Souza Gularte, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 000.176.219-25, matrícula nº 57, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com gozo no período de 18/01/2016 á 16/02/2016, referente ao quinquênio de 03/05/2008 á 04/05/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 023/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Ana Maria Lopes, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 573.518.059-20, matrícula nº 728, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com gozo no período de 18/01/2016 á 16/02/2016, referente ao quinquênio de 01/03/2002 á 28/02/2007, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 024/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Marlene dos Santos Prudencio Vieira, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 017.815.309-55, matrícula nº 994, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com gozo no período de 18/01/2016 á 16/02/2016, referente ao quinquênio de 02/01/2006 á 01/01/2011, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de janeiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

2480

DECRETO Nº 2480/2016

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre janeiro a dezembro de 2016,

- I. 08 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- II. 09 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- III. 25 de março, sexta-feira, Santa Paixão de Cristo (feriado nacional);
- IV. 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (feriado nacional);
- V. 22 de abril, sexta-feira (ponto facultativo)
- VI. 1º de maio, domingo, Dia do Trabalho (feriado nacional);
- VII. 16 de maio, segunda-feira, 15º Festa do Divino (feriado municipal);
- VIII. 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (feriado nacional);
- IX. 27 de maio, sexta-feira (ponto facultativo);
- X. 18 de julho, segunda-feira (ponto facultativo)
- XI. 19 de julho, terça-feira, Emancipação do Município (feriado municipal);
- XII. 07 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XIII. 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XIV. 15 de outubro, sábado, Dia do professor (ponto facultativo);
- XV. 28 de outubro, sexta-feira, Dia do Funcionário Público (ponto facultativo);
- XVI. 02 de novembro, quarta-feira, Finados (feriado nacional);
- XVII. 14 de novembro, segunda-feira (ponto facultativo);
- XVIII. 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (feriado nacional);
- XIX. 24 de dezembro, sábado, Véspera de Natal (ponto facultativo);
- XX. 25 de dezembro, domingo, Natal (feriado nacional);
- XXI. 31 de dezembro, sábado, Véspera de Ano Novo (ponto facultativo).

Art. 2º - Ficam inalterados os horários de funcionamento dos serviços considerados essenciais na área da saúde, coleta de lixo, cozeiros, vigias e limpeza de praias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Penha, 07 de janeiro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

335

PORTARIA Nº 335/2015

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº07/2009,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Penha, os servidores:

LEANDRO DE LIMA BORBA - matrícula nº 2626
GABRIELA GARBINI STRELOW- matrícula 3149

Art. 2º- Fica designada para atuar como membro da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Penha, a servidora:

MARIA DO CARMO COUTINHO DE SOUZA – matrícula 761
JULIANA BUENO PERCIANI – matrícula 6094

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de dois integrantes.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor em 04/01/2016 até 31/12/2016, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria 65/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Penha, 30 de dezembro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

336/2015

PORTARIA Nº 336/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - TORNA SEM EFEITO: o disposto na Portaria 283/2015 e na Portaria 284/2015, ambas de 23 de outubro de 2015, que designa os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI para compor Comissão de Processo Administrativo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Penha, 30 de dezembro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO 01/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E O MAYCON SANTOS EVENTOS ME Nº 01/2016 - FME

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo para Execução de Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do Fundo Municipal de Esporte, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MAYCON DOS SANTOS05976659900 MEI, com sede na cidade de Penha/SC, na Rua Anibal de Lara Cardoso, nº 161, no bairro Centro, Cep 88385-000, telefone 47- 33451234, inscrita no CNPJ sob o nº 14.847.116/0001-75, neste ato representada Maycon dos Santos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Contrato destina-se ao seguinte objeto:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARA A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA A REALIZAÇÃO DO ESPORTE VERÃO DE 2016, QUE SE REALIZARÁ ENTRE OS DIAS 09.01.2016 A 02.02.2016.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa para o eventado Esporte Verão 2015, com serviços de mão de obra, sendo eles: 01 coordenador de atividades com carga horaria de 04 horas em 17 dias. 06 monitores para atividades com carga horaria de 04 horas em 17 dias. 02 instrutor de zumba com carga horaria de 01:30 em 17 dias.	Un.	01	6.970,00	6.970,00
					6.970,00

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira segundo as normas técnicas adequadas.

CLÁUSULA TERCEIRA

O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA

O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa

responsabilidade fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA

Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia global acordada na Cláusula Sexta, desde que concluídos os serviços contratados.

CLÁUSULA SEXTA

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 6.970,00 (seis mil novecentos e setenta reais), a ser pago no Caixa Economica Federal, Agencia 1792, operação 003, conta corrente 1124-4

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 70 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade: 70.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Funcional: 27.812.0017 – Desporto Comunitário

Projeto/Atividade: 2.083 – Promoção de Eventos Esportivos

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000004

CLÁUSULA OITAVA

Os serviços ora contratados, serão prestados pelo período de 09/01/2016 a 02/02/2016.

CLÁUSULA NONA

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- 1- alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- 2- superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- 3- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- 4- aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- 5- impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- 6- omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

a) Toda prorrogação de prazo, por parte do(a) CONTRATADO(A), deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela PREFEITURA.

b) O(A) CONTRATADO(A) obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Caso o CONTRATADO venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%(vinte por cento) calculada sobre o valor total do Contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os serviços ora contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria da Turismo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Se, por qualquer razão, o(a) CONTRATADO(A) não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A perícia a que se refere a Cláusula anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O presente contrato poderá ser alterado:

I- unilateralmente pela PREFEITURA:

- a- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- b- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a- quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b- quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c- para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos do CONTRATADO, a PREFEITURA deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- I- o não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- II- o cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- III- a lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV- o atraso injustificado no início do serviço;
- V- a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação

à PREFEITURA;

- VI- a subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- VII- o desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- VIII- o cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- IX- a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- X- a dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pelo(a) CONTRATADO(A);
- XI- a alteração social ou a modificação da finalidade do CONTRATADO ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- XII- o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do CONTRATADO;
- XIII- razões de interesse do serviço público;
- XIV- a supressão, por parte da PREFEITURA, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- XV- a suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- XVI- o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de serviços já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- XVII- a não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais; e
- XVIII- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 15 de janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MAYCON DOS SANTOS
CONTRATADO

TESTEMUNHA: _____
Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

TESTEMUNHA: _____

De Acordo: _____
RAFAEL CELESTINO
Secretário de Administração

Peritiba

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO PL 64-2015 - PE 01-2015 - INST. MÚSICAIS

Registro de preço PL 64/2015 - PE 01/2015 - Aquisição de instrumentos musicais.							
Órgão Gestor:		MUNICÍPIO DE PERITIBA - CNPJ 82.815.085/0001-20					
Vigência:		11/01/2016 à 11/01/2017					
Pagamento:		Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria.					
Local de entrega:		Conforme Edital de licitação.					
Prazo de entrega:		Em até 10 (Dez) dias após o emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF).					
Item	Qtd	Und	Descrição do produto	Marca	R\$ unt	R\$ total	Empresas Detentoras
1	2	UN	Bumbo de Marcha: Dimensões de 22" x 12". Chave de Afinação. 2 peles bateadeiras em poliéster de 250 ? (micras). Um par de maçanetas de cabo longo em madeira com pontas de pelúcia, Talabarte em nylon com dois ganchos, fuste em aço inoxidável, Aro metálico em aço inoxidável, Parafusos de afinação cromados.	Luen/22275+16002+MC-	625,00	1.250,00	PPR INSTRUMENTOS MÚSICAIS EIRELI - EPP
2	2	UN	Caixa Tenor de Marcha: Dimensões de 14" x 12". Chave de afinação. Pele bateadeira em poliéster com 190 ? (micras). Pele resposta em poliéster com 75 ? (micras). Esteira inteira de 12 fios. Fuste em aço inoxidável. Aro metálico em aço inoxidável. Parafusos de afinação cromados. Par de baquetas de madeira. Talabarte em nylon e dois ganchos.	Magnum/MMP1412	800,00	1.600,00	PPR INSTRUMENTOS MÚSICAIS EIRELI - EPP
4	2	UN	Estante de Partitura: Estante dobrável em metal com pintura eletrostática preta. Regulagem de dois estágios de altura de 0,51 m até 1,65m. Prancheta em metal com hastes para suporte das folhas.	BM/BMEP	25,00	50,00	PPR INSTRUMENTOS MÚSICAIS EIRELI - EPP
5	1	UN	Euphonium em SIB - Campana 280 até 300mm. Calibre 14,40até 14,50mm. Válvulas em aço inoxidável ou cupronickel. Acabamento laqueado. Incluso bocal prateado, óleo para pisto, estojo em nylon 1com zíper e alças em nylon tipo mochila. Manual de conservação em português.	BM/RV160166	1.100,00	1.100,00	PPR INSTRUMENTOS MÚSICAIS EIRELI - EPP
6	2	Par	Pratos a Dois: Diâmetro de 14". Par de correias em couro; Matéria prima: latão; Acabamento niquelado; Protetor de mãos em feltro.	BM/PRATOS	210,00	420,00	PPR INSTRUMENTOS MÚSICAIS EIRELI - EPP
3	4	UN	Clarinete BB em ABS 17, 17 (dezessete) chaves e 06 (seis) anéis, 02 (dois) barriletes chaves em sistema boehm, com estojo e acessórios.	DENVER	486,00	1.944,00	GISLAINE DE SOUZA - ME
7	3	UN	Trombone de Marcha em SIB (Si bemol): Afinação em Sib. Campana 210 a 220mm. Calibre 12,65 a 12,07mm. Válvulas em aço inoxidável ou cupronickel. Acabamento laqueado. Incluso bocal, óleo para pisto, estojo em nylon com zíper e alças em nylon tipo mochila. Manual de conservação em português.	BM	1.790,00	5.370,00	GISLAINE DE SOUZA - ME
8	1	UN	Trompa de marcha em SIB (Si bemol): Afinação em Sib. Campana 279 a 315mm. Calibre 11,50 até 11,90mm. Válvula em aço inoxidável ou cupronickel. Acabamento laqueado. Incluso bocal prateado, óleo para pisto, estojo em nylon com zíper e alças em nylon tipo mochila. Manual de conservação em português.	BM	2.195,00	2.195,00	GISLAINE DE SOUZA - ME
9	6	UN	Trompete em SIB (Si bemol): Acabamento laqueado, calibre aproximado 11,7mm, campana aproximada 124mm, dedeira na 1ª bomba, anel fixo na terceira bomba, anel anti-impacto de silicone e gatilho na 1ª e 3ª bomba, válvulas em aço inoxidável, curva da terceira bomba removível, estojo extra luxo, encaixes em alpaca e botões perolizados. Detalhes niquelados. Incluso bocal, óleo para pisto, estojo em nylon com zíper e alças em nylon tipo mochila. Manual de conservação em português.	STANFORD	359,00	2.154,00	GISLAINE DE SOUZA - ME

REGISTRO DE PREÇO PL 69-2015 - PP 36-2015 - PNEUS

Registro de preço PL 69/2015 - PP 36/2015 - Aquisição de Câmaras e Pneus Novos							
Órgão Gestor:		MUNICÍPIO DE PERITIBA - CNPJ 82.815.085/0001-20					
Vigência:		13/01/2016 à 13/01/2017					
Pagamento:		Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria.					
Local de entrega:		Conforme Edital de licitação.					
Prazo de entrega:		Em até 05 (cinco) dias úteis após o emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF).					
Item	Qtd	Und	Descrição do produto	Marca	R\$ unt	R\$ total	Empresas Detentoras
1	4	UN	Câmara 350x8 válvula TR13 para pneus de carrinho de mão.	MAG-GION	14,00	56,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
2	4	UN	CAMARA 12,5/80 18, NOVA DE 1º LINHA.	GULF	90,00	360,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
3	4	UN	CAMARA 14X9X24, NOVA DE 1º LINHA	MAG-GION	144,00	576,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
8	6	UN	CAMARA DE AR 750X16, NOVA DE 1º LINHA	PIRELLI	34,00	204,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
10	25	UN	Manchão a frio nº 4	VIPAL	9,00	225,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
11	25	UN	Manchão á frio nº 5	VIPAL	10,00	250,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
12	25	UN	Manchão á frio nº 6	VIPAL	15,00	375,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
13	30	UN	Manchão á frio nº 7	VIPAL	23,00	690,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
14	30	UN	Manchão á frio nº 8	VIPAL	31,00	930,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
15	30	UN	Manchão à frio nº 9	VIPAL	38,00	1.140,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
16	25	UN	Manchão à frio nº 10	VIPAL	57,00	1.425,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
17	4	UN	Pneu 350x8 capacidade de carga B, para carrinho de mão.	RINALDI	33,00	132,00	BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME
23	30	UN	PNEU NOVO 165/70 R 13 RADIAL, de 1ª Linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 79 e velocidade máxima com no mínimo o índice T, símbolo do INMETRO, data de fabricação máxima de 1 ano, índice de tração (traction) A, índice de temperatura (temperature) A ou B e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 240.	P4 CINT PIRELLI	152,00	4.560,00	JOACABA PNEUS (BR 282)
25	6	UN	PNEU NOVO 175/65 R 14 RADIAL, de 1ª Linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 82 e velocidade máxima com no mínimo o índice T, símbolo do INMETRO, data de fabricação máxima de 1 ano, índice de tração (traction) A, índice de temperatura (temperature) A ou B e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 240.	P1 CINT PIRELLI	198,00	1.188,00	JOACABA PNEUS (BR 282)
26	12	UN	PNEU NOVO 175/70 R 14 RADIAL de 1ª Linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 84 e velocidade máxima com no mínimo o índice B, símbolo do INMETRO, data de fabricação máxima de 1 ano, índice de tração (traction) B, índice de temperatura (temperature) A ou B e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 280.	P4 CINT PIRELLI	220,00	2.640,00	JOACABA PNEUS (BR 282)

30	4	UN	PNEU NOVO 195/60 R 15 RADIAL de 1ª Linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 85 e velocidade máxima com no mínimo o índice T, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2013, índice de tração (traction) A, índice de temperatura (temperature) A ou B e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 340.	P7 PI-RELLI	229,00	916,00	JOACABA PNEUS (BR 282)
32	4	UN	PNEU NOVO 215/75 R 17,5 RADIAL MISTO LISO de 1ª Linha, com as seguintes especificações: Profundidade de no mínimo 13,1mm com índice de carga e velocidade 126/124 K com data de fabricação máxima de 1 ano.	FG85 PIRELLI	785,00	3.140,00	JOACABA PNEUS (BR 282)
35	6	UN	Pneu novo 1000x20 radial, Liso, 16 Lonas.	F.DRII PIRELLI	1.035,00	6.210,00	JOACABA PNEUS (BR 282)
36	6	UN	PNEU NOVO 750X16, BORRACHUDO, DE 1º LINHA, 12 LONAS, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: Data de fabricação máxima de 1 ano.	AS22 PIRELLI	465,00	2.790,00	JOACABA PNEUS (BR 282)
37	8	UN	PNEU 900x20, LISO, NOVO, DE 1º LINHA, 14 LONAS, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: Data de fabricação máxima de 1 ano.	CT65 PIRELLI	635,00	5.080,00	JOACABA PNEUS (BR 282)
39	4	UN	PNEU NOVO 12.4 x 28, borrachudo, de 1º linha, 06 lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: Data de fabricação máxima de 1 ano.	TM95 PIRELLI	950,00	3.800,00	JOACABA PNEUS (BR 282)
33	8	UN	PNEU NOVO 275/80 R22,5 – 16 LONAS LISO de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000 kg e velocidade máxima com no mínimo o índice J, símbolo do INMETRO, data de fabricação máxima de 1 ano e profundidade de sulco de no mínimo 19,7 mm.	Goodyear G686	1.500,00	12.000,00	BELLENZIER PNEUS LTDA.
34	15	UN	PNEU NOVO 275/80 R22,5 – 16 LONAS BORRACHUDO de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000 kg e velocidade máxima com no mínimo o índice J, símbolo do INMETRO, data de fabricação máxima de 1 ano e profundidade de sulco de no mínimo 19,7 mm.	Kelly KS481	1.400,00	21.000,00	BELLENZIER PNEUS LTDA.
41	4	UN	PNEU NOVO 205 - 60 - R16 de 1º linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: Data de fabricação máxima de 1 ano.	Goodyear Effici SUV	330,00	1.320,00	BELLENZIER PNEUS LTDA.
6	4	UN	CAMARA 19,5 I24, NOVA DE 1º LINHA	FLEXEM/ TR220	187,50	750,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
9	20	UN	CAMARA DE AR KM 24, NOVA DE 1º LINHA	MAGNUM/ TR220	135,00	2.700,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
18	6	UN	PNEU NOVO 1.300X24 - 12 LONAS de 1ª Linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 2.300, data de fabricação máxima de 1 ano.	MAGGION/ LAVORATO-REG2	1.560,00	9.360,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
20	2	UN	PNEU NOVO 12 X16,5 12 lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: data de fabricação máxima de 1 ano.	FORERUNNER/R4	590,00	1.180,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
22	2	UN	PNEU NOVO 14,9-24 de 1ª Linha, 10 lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500 kg, data de fabricação máxima de 1 ano.	MAGGION/ R1	1.390,00	2.780,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
27	4	UN	PNEU NOVO 18,4-30 de 1ª Linha, 12 lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 2.990 kg, , data de fabricação máxima de 1 ano.	PETLAS/ R1	2.100,00	8.400,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
28	4	UN	PNEU NOVO 18,4-34 de 1ª Linha, 12 lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 2.990 kg, data de fabricação máxima de 1 ano.	PETLAS/ R1	2.290,00	9.160,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
38	4	UN	PNEU NOVO 19.5L 24, Liso, de 1º linha, 12 lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: Data de fabricação máxima de 1 ano.	CONDOR/ R4	1.830,00	7.320,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
40	4	UN	PNEU NOVO 12.4 x 24, borrachudo, de 1º linha, 10 lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: Data de fabricação máxima de 1 ano.	MAGGION/ R1	1.060,00	4.240,00	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA
4	6	UN	CAMARA 17,5X25, NOVA DE 1º LINHA	QBOM	174,00	1.044,00	IRMAOS FLACH LTDA - EPP
5	4	UN	CAMARA 18X4X30, NOVA DE 1º LINHA	MAGGION	194,00	776,00	IRMAOS FLACH LTDA - EPP
7	40	UN	CAMARA DE AR 1000X20, NOVA DE 1º LINHA	MAGGION	72,00	2.880,00	IRMAOS FLACH LTDA - EPP
19	6	UN	PNEU NOVO 1.400X24 - 12 LONAS de 1ª Linha deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 2.300, data de fabricação máxima de 1 ano.	MAGGION	1.687,00	10.122,00	IRMAOS FLACH LTDA - EPP

21	2	UN	PNEU NOVO 12.5/80 18. DE 1ª LINHA, 12 lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: Data de fabricação máxima de 1 ano.	SUPER-GUIDER	939,00	1.878,00	IRMAOS FLACH LTDA - EPP
24	6	UN	PNEU NOVO 17.5-25 – 16 LONAS de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.650 kg, símbolo do INMETRO, data de fabricação máxima de 1 ano e profundidade de sulcos de no mínimo 24 mm.	SUPER-GUIDER	2.290,00	13.740,00	IRMAOS FLACH LTDA - EPP
42	40	UN	PROTETOR R20, NOVO DE 1ª LINHA	K-RU-BBER	18,00	720,00	IRMAOS FLACH LTDA - EPP
29	12	UN	PNEU NOVO 185/65 R 15 RADIAL de 1ª Linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 85 e velocidade máxima com no mínimo o índice T, símbolo do INMETRO, data de fabricação máxima de 1 ano, índice de tração (traction) A, índice de temperatura (temperature) A ou B e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 320.	DUNLOP SPLM 704	284,00	3.408,00	TEREZA PNEUS LTDA
31	8	UN	PNEU NOVO 205/75 R 16 RADIAL de 1ª Linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 100; símbolo do INMETRO, data de fabricação máxima de 1 ano.	FALKEN R51	415,00	3.320,00	TEREZA PNEUS LTDA

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 01 2016

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, inscrito no CNPJ: 09.427.503/0001-12. Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), ADMINISTRADO PELO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), GESTÃO DE OBRAS, GESTÃO TRIBUTÁRIA - GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL, GESTÃO TRIBUTÁRIA - GESTÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - GNOTA E GESTÃO TRIBUTÁRIA - REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO - REGIN. Data: 04/01/2016. Valor dos Serviços: R\$ 6.210,00. Petrolândia, 19 de janeiro de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO 02 2016

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a empresa INFO DIGITALL SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ: 86.731.494/0001-08. Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC, DESTINADO AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS (LEIS MUNICIPAIS, DECRETOS, PORTARIAS, CORRESPONDÊNCIAS, CONTRATOS, REQUERIMENTOS, PARECERES JURÍDICOS, EDITAIS, MEDIDAS PROVISÓRIAS, LEI ORGÂNICA E OUTROS) COM O DEVIDO ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS SUAS FASES PROCESSUAIS, DE FORMA ORDENADA, POSSIBILITANDO A PESQUISA E A VISUALIZAÇÃO DE TODAS AS PEÇAS E O SEU ARMAZENAMENTO DIGITAL. Data: 04/01/2016. Valor dos Serviços: R\$ 3.852,48. Petrolândia, 19 de janeiro de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

LEI Nº 1.875, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

LEI Nº 1.875, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, até o valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), no âmbito do Programa BRDE-Municípios, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para o Município de Pinheiro Preto, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Município autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 18 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.047 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 3.047 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

ALTERA O INCISO II, DO § 13 DO ART. 1º DO DECRETO 2.990, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso III, e art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no § 1º do art. 37 da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso II, do § 13 do art. 1º que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

§ 13. ... [...]

II – Vigilância Sanitária - das 07h às 17h, em dois turnos ininterruptos de seis horas, sem fechar para o almoço e, no período de 14 a 24 de janeiro de 2016 uma equipe trabalhará em turno especial, das 16h às 22h.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 18 de janeiro de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO 1.403, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 1.403, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

EQUIPARA O PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO AO PISO NACIONAL.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Federal nº. 11.738, de 16 de julho de 2008 e no art. 3º da Lei Municipal nº 1.911, de 06 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica equiparado o Piso Salarial dos Professores do Município de Porto Belo ao Piso Salarial Nacional, no valor de R\$ 1.067,82 (um mil seiscentos e sete reais e oitenta e dois centavos) para a jornada de 20 (vinte) horas semanais e no valor de R\$ 2.135,64 (dois mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, para formação em curso de nível médio, incidindo sobre todos os demais níveis, já contabilizados a reposição salarial anual concedida aos servidores municipais pela Lei Municipal nº 2.343, de 17 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 15 dias do mês de janeiro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 004/2016 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço - 004/2016 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiro) com fornecimento parcelado para composição da merenda escolar do Ensino Infantil e Fundamental da Rede Educação do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 28/01/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 28/01/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de janeiro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 001/2016 – EDUCAÇÃO.

Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 002/2015 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Auto Posto Iguaçu Ltda.

Do Registro de Preços

Altera-se para R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos) o valor do litro do óleo diesel B S10 bomba – posto.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que a este deu origem.

Porto União SC, 14 de janeiro de 2016.

Aloísio Francisco Salvatti

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 841/2016

DECRETO Nº 841, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio – APRUBP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio – APRUBP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.722.107/0001-79, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.387, de 15 de dezembro de 2008, com sede no Município de Porto União (SC), o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) pulverizador para no mínimo 600 (seiscentos) litros.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio - APRUBP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.722.107/0001-79, regida por estatuto, com sede no Município de Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) pulverizador para no mínimo 600 (seiscentos) litros.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: MÁRIO SLIVINSKI
RG nº 23ª R 863.111
CPF nº 310.928.969-53

DECRETO Nº 842/2016

DECRETO Nº 842, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Agricultores de Caçadorzinho, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação de Agricultores de Caçadorzinho, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.979.287/0001-20, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.028, de 15 de dezembro de 2004, com sede na Colônia Caçadorzinho – Distrito de Santa Cruz do Timbó – Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) distribuidor de calcário 2.500 kg., com esteira de 50 cm., com 02 (duas) hélices, com pneus novos.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal em Exercício Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Agricultores de Caçadorzinho, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.979.287/0001-20, com sede na Colônia Caçadorzinho – Distrito de Santa Cruz do Timbó – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) distribuidor de calcário 2.500 kg., com esteira de 50 cm., com 02 (duas) hélices, com pneus novos.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: CESAR JUAREZ RITZMANN
RG nº
CPF nº 072.770.379-01

DECRETO Nº 843/2016

DECRETO Nº 843, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.848/0001-70, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.703, de 21 de dezembro de 2009, com sede na localidade de Cabeceira do Barra Grande – Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) pulverizador com tanque para 200 (duzentos) litros, barra de 08 (oito) metros.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissão, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissão em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissão, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.848/0001-70, com sede na localidade de Cabeceira do Barra Grande – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) pulverizador com tanque para 200 (duzentos) litros, barra de 08 (oito) metros.

Compromete-se ainda a Permissão a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela

Permissão com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissão em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissão, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissão.

06 - A Permissão responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissão por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: ANTONINHO MARCOS KUBIAK
RG nº 18ª R – 1.459.655
CPF nº 531.343.549-34

DECRETO Nº 844/2016

DECRETO Nº 844, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Moradores de São Pedro do Timbó – AMOSPET, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação de Moradores de São Pedro do Timbó – AMOSPET, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.762.094/0001-85, com sede na Colônia de São Pedro do Timbó – Porto União – SC, o uso

gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) plantadeira hidráulica com cambagem 03 (três) linhas para montanha.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Moradores de São Pedro do Timbó – AMOSPET, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.762.094/0001-85, com sede na Colônia de São Pedro do Timbó - Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) plantadeira hidráulica com cambagem 03 (três) linhas para montanha.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais,

extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: RUDI WINTER

RG nº 4.074.931 SSP/SC

CPF nº 026.888.499-48

DECRETO Nº 845/2016

DECRETO Nº 845, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos – Quati, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos – Quati, inscrita no CNPJ sob o nº 03.645.857/0001-57, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 4.139, de 02 de maio de 2013, com sede no Município de Porto União (SC), o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) plantadeira hidráulica com cambagem 03 (três) linhas para montanha.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e

Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissãoária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos – Quati, inscrita no CNPJ sob o nº 03.645.857/0001-57, regida por estatuto, com sede no Município de Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) plantadeira hidráulica com cambagem 03 (três) linhas para montanha.

Compromete-se ainda a Permissãoária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissãoária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissãoária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissãoária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissãoária.

06 - A Permissãoária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissãoária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir

as questões deste Termo.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: LEONIDAS DUBINSKI
RG nº 3.496.413 – SSP – SC
CPF nº 005.245.139 – 96

DECRETO Nº 846/2016

DECRETO Nº 846, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores Agrícolas de Rio dos Pardos e Lajeado das Antas – APRURP, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Produtores Agrícolas de Rio dos Pardos e Lajeado das Antas - APRURP, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.261.731/0001-89, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.986, de 06 de julho de 2004, com sede na localidade de Rio dos Pardos – Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) distribuidor de calcário 2.500 kg., com esteira de 50 cm., com 02 (duas) hélices, com pneus novos.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissãoária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissãoária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissãoária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Rurais de Rio dos Pardos e Lajeado das Antas – APRURP, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.261.731/0001-89, com sede na localidade de Rio dos Pardos – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (um) distribuidor de calcário 2.500 kg., com esteira de 50 cm., com 02 (duas) hélices, com pneus novos.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: OSNI ROGÉRIO RODRIGUES

RG nº 18ª R – 1.450.686 – SC
CPF nº 504.116.949-34

DECRETO Nº 847/2016

DECRETO Nº 847, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores da Linha Rosa – ASPLIR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Produtores da Linha Rosa – ASPLIR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.332.249/0001-80, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.995, de 30 de agosto de 2004, com sede na Localidade de 25 de Julho – Estrada Linha Rosa – Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) ensiladeira de 01 (uma) linha, com 10 (dez) facas, para trator.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores da Linha Rosa – ASPLIR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.332.249/0001-80, com sede na Localidade de 25 de Julho – Estrada Linha Rosa – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 27 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) ensiladeira de 01 (uma) linha, com 10 (dez) facas, para trator.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes

termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissãoária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissãoária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissãoária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissãoária.

06 - A Permissãoária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissãoária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: JOSÉ VALDEMIRO RUCINSKI
RG nº 18ª R/ 2.810-534 – SC
CPF nº 799.009.689-72

DECRETO Nº 848/2016

DECRETO Nº 848, de 16 de janeiro de 2016.
Decreta Luto Oficial no Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL no Município, pelo período

de 03 (três) dias, em sinal de pesar, em virtude do falecimento do Senhor Ilário Sander, ex- vereador e ex-prefeito municipal, ocorrido na data de 16 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 849/2016

DECRETO Nº 849, de 18 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 18 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel, inscrita no CNPJ sob o nº 03.661.086/0001-91, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.078, de 05 de julho de 2005, com sede no Município de Porto União (SC), o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) grade niveladora de arrasto, 28 discos com mancais de rolamento e transporte hidráulico.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissãoária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissãoária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissãoária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel, inscrita no CNPJ sob o nº 03.661.086/0001-91,

regida por estatuto, com sede no Município de Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 18 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) grade niveladora de arrasto, 28 discos com mancais de rolamento e transporte hidráulico.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: ADÃO DOLINSKI
RG nº 10ª/R 1.104.515
CPF nº 352.620.109-97

DECRETO Nº 850/2016

DECRETO Nº 850, de 18 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação de Mulheres Rurais de Porto União – As Semeadores do Contestado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 18 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação de Mulheres Rurais de Porto União – As Semeadores do Contestado, Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 14.022.116/0001-36, com sede na Rua Sete de Setembro, Nº 870 – Centro – Porto União – SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) enxada rotativa com no mínimo 12 (doze) enxadas;

- 01 (um) micro trator a diesel com no mínimo 4hp, com no mínimo 03 (três) marchas ré e 03 (três) marchas à frente.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Mulheres Rurais de Porto União – As Semeadores do Contestado, Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 14.022.116/0001-36, com sede na Rua Sete de Setembro, Nº 870 – Centro – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 18 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) enxada rotativa com no mínimo 12 (doze) enxadas;

- 01 (um) micro trator a diesel com no mínimo 4hp, com no mínimo 03 (três) marchas ré e 03 (três) marchas à frente.

Compromete-se ainda, a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: LUCILENE TARCZEWSKI SKIBINSKI
RG nº 1.794.873
CPF nº 596.743.699/53

DECRETO Nº 851/2016

DECRETO Nº 851, de 18 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Moradores e Produtores do Avencal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 11 de

novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Moradores e Produtores do Avencal, inscrita no CNPJ sob o nº 13.815.767/0001/10, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 4.281, de 29 de outubro de 2014, com sede na Localidade de Avencal, no Município de Porto União (SC), o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) distribuidor de calcário 2.500 kg., com esteira de 50 cm., com 02 (duas) hélices, com pneus novos.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Moradores e Produtores do Avencal, inscrita no CNPJ sob o nº 13.815.767/0001-10, regida por estatuto, com sede na Localidade de Avencal, no Município de Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 11 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, os bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) distribuidor de calcário 2.500 kg., com esteira de 50 cm., com 02 (duas) hélices, com pneus novos.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta

da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: ADRIANO KRUG
RG nº 2.312.589 SSP/SC
CPF nº 672.966.619-68

DECRETO Nº 852/2016

DECRETO Nº 852, de 18 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Moradores do Capão Grande, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 11 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Moradores do Capão Grande, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.276.458/0001-80, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.229, de 13 de outubro de 2006, com sede na Colônia Capão Grande – Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) distribuidor de esterco 4.000 litros, bomba a vácuo com rodado duplo, com pneus novos.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária

em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.
ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Moradores do Capão Grande, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.276.458/0001-80, com sede na Colônia Capão Grande – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 11 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) distribuidor de esterco 4.000 litros, bomba a vácuo com rodado duplo, com pneus novos.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: MARLENE NICOLAK GULICZ
RG nº 3.770.206 SSP/SC
CPF nº 020.502.219-75

DECRETO Nº 853/2016

DECRETO Nº 853, de 18 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 30 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lança, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.527.621/0001-53, com sede na Localidade de Lança – Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) arado subsolador com 05 (cinco) hastes com disco de corte frontal.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.
ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lança, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.527.621/0001-53, com sede na Localidade de Lança - Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 30 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) arado subsolador com 05 (cinco) hastes com disco de corte frontal.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: JUAREZ FRANCISCO DE LARA

RG nº 1.453.490-SC

CPF nº 580.070.249-72

DECRETO Nº 854/2016

DECRETO Nº 854, de 18 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho – APASMAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 30 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho – APASMAR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.866.361/0001-76, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.730, de 1º de abril de 2002, com sede no Município de Porto União (SC), o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) roçadeira para trator, guia livre, com regulagem lateral, com facas e correntes, largura 1,80 m.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro de 2015.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho - APASMAR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.866.361/0001-76, regida por estatuto, com sede no Município de Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 30 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) roçadeira para trator, guia livre, com regulagem lateral, com facas e correntes, largura 1,80 m.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2016.

PERMITENTE:

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: JOSÉ ERNESTO MOSER

RG nº 10/R- 1.917.050 – SC

CPF nº 967.162.239 – 91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/15

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO UNIÃO – APAE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/15

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 001/15, celebrado entre o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto União – APAE.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa

Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro – Porto União – SC, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. Aloisio Francisco Salvatti, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União – SC, na Travessa Bento Correia de Oliveira, nº 71, Bairro São Pedro, portador do RG nº 4.325.404-9 – PR e do CPF nº 602.637.689-53 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto União – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.601/0001-15, com sede na Avenida João Pessoa, nº 619 – Centro – Porto União – SC, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, representada pelo seu Presidente Sr. Leocir Aloísio Weber, brasileiro, portador da CI nº 492.317 – SSP/SC e do CPF nº 322.132.639-49, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.301, de 24 de fevereiro de 2015, resolvem alterar a Cláusula Décima do Convênio, na forma que especificam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Décima do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 24 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Convênio original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE

O presente Termo Aditivo vigorará a partir de 24 de fevereiro de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

LEOCIR ALOÍSIO WEBER

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto União – APADAF

Testemunhas:

1.Nome: Paulo Rubens Buch

CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Sofia Sydol

CPF nº 339.610.349-15

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/13

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO DE LESÕES LÁBIO-PALATAIS – ARLEP

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/13

Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 004/13, celebrado entre o Município de Porto União e a Associação de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais – ARLEP.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro – Porto União – SC, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. Aloisio Francisco Salvatti, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União – SC, na Travessa Bento Correia de Oliveira, nº 71, Bairro São Pedro, portador do RG nº 4.325.404-9 – PR e do CPF nº 602.637.689-53 e a Associação de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais – ARLEP, inscrita no CNPJ sob o nº 78.592.748/0001-18, com sede na Rua Joaquim Távora, nº 176 – Centro – União da Vitória – PR, doravante denominada ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, representada pela sua Presidente Sra. Suelly Celli Martins, brasileira, portadora do RG nº 1.643.629-1 do CPF nº 881.954.659-00, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.099, de 13 de março de 2013, resolvem alterar a Cláusula Décima do Convênio, na forma que especificam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Décima do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 13 de março de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Convênio original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE

O presente Termo Aditivo vigorará a partir de 13 de março de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

SUELLY CELLI MARTINS

Presidente da ARLEP

Testemunhas:

1.Nome: Paulo Rubens Buch

CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Sofia Sydol

CPF nº 339.610.349-15

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 14:30 (catorze horas e trinta minutos), do dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, "gasolina comum e óleo diesel S500", a serem entregues diretamente no tanque de depósito de combustíveis no local indicado pela municipalidade, e aquisição de combustível, "óleo diesel S10", direto na bomba de combustível da proponente (contratada) em distância não superior à 50 Km (cinquenta quilômetros) da sede da contratante, para atender a frota de veículos, máquinas e equipamentos da municipalidade no exercício de 2016, sob regime de entrega parcelada, cujos setores interessados são as Secretarias Municipais do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação constante no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 14:30 (catorze horas e trinta minutos), do dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, "gasolina comum e óleo diesel S500", a serem entregues diretamente no tanque de depósito de combustíveis no local indicado pela municipalidade, e aquisição de combustível, "óleo diesel S10", direto na bomba de combustível da proponente (contratada) em distância não superior à 50 Km (cinquenta quilômetros) da sede da contratante, para atender a frota de veículos, máquinas e equipamentos da municipalidade no exercício de 2016, sob regime de entrega parcelada, cujos setores interessados são as Secretarias Municipais do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação constante no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 369/2015

PORTARIA Nº 369 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho ao servidor municipal MARCELO HAMM, ocupante do cargo efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, como segue:

SEGUNDA-FEIRA A SEXTA FEIRA	Das 01h30min às 06h30min
-----------------------------	--------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se a portaria Nº 362/2015.

Presidente Nereu, 07 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 370/2015

PORTARIA Nº. 370/2015, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA – DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e firmado no disposto da Lei Complementar Nº. 001/2002, Título VI, Capítulos I, II e III e em conformidade com a Lei orgânica do Município de Presidente Nereu, baixa a seguinte.

PORTARIA

Art. 1 – Determinar, com fulcro no Art. 186, da Lei Complementar nº. 001/2002, a instauração de PROCESSO DE SINDICÂNCIA em desfavor dos servidores: VALDEMIRO CADILHAC matrícula nº. 4.111-1 cargo Efetivo de Professor e ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial, e VALDEMAR PETRI matrícula nº 751.0 ocupante do cargo em comissão de Secretário de Educação, para apurar responsabilidades quanto ao recebimento de multas de trânsito em decorrência de irregularidades encontradas no setor de transporte escolar e o devido ressarcimento ao Erário Público.

Art. 2 – Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores: Aline Moreira, Coordenador Administrativo, Matrícula nº. 3662.5-1, Dineide Meyer Comandoli, Administrador Escolar, matrícula nº. 938.5-2, e Jaqueline Conhaque, Agente Administrativo, Matrícula nº. 2723.5-1 para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao item precedente.

Art. 3 – Deliberar que os membros da Comissão terão dedicação exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual, coletando provas, depoimentos, enfim, tudo que for necessário ao esclarecimento e a busca da verdade, sem desprezar o princípio constitucional da ampla defesa.

Art. 4 – O prazo regular da instrução será de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório, sob motivação, para garantir os esclarecimentos dos fatos e o exercício pleno da defesa.

Art. 5 – Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Presidente Nereu, 09 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito municipal

PORTARIA 371/2015

PORTARIA Nº. 371 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) LUZIA KRUGUER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a pedido da mesma.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 09 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 372/2015

PORTARIA N.º 372 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o Art. 137, § 3º da Lei Complementar Nº. 001/2002, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica interrompida a partir desta data, a Licença para Tratar de Assuntos Particulares concedida ao servidor VALDENIR BURG, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação em Mural Público, revogando-se a Portaria Nº. 351 de 14/10/2015.

Presidente Nereu, 14 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 373/2015

PORTARIA Nº. 373, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR POR FALECIMENTO COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte.

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado a partir desta data, o servidor ANTONINHO GOULART, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, em decorrência de seu Falecimento, conforme Certidão de Óbito sob matrícula Nº. 105668 01 55 2015 4 00018 142 0004384 69, anexada a esta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 374/2015

PORTARIA Nº. 374 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS PARCIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, GREICY TAMARA HAMM, Re-creadora, pelo período de 17 de Dezembro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 19/05/2015 à 17/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 17 de Dezembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 375/2015

PORTARIA Nº. 375 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.
AVERBA TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º- Fica averbado o tempo de serviço público prestado ao município de Presidente Nereu, pelo servidor VALDEMIRO VOLTOLINI, para fins de pagamento de adicional de tempo de serviço, como segue:

PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	ÓRGÃO PÚBLICO	Nº DIAS
13/03/2006 à 31/08/2007	Motorista	Prefeitura Municipal	536
Total de tempo de serviço:			536

Perfazendo assim o total de 536 dias, ou seja: 01 ano, 05 meses e 21 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 17 de dezembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DA REUNIÃO DO DIA 14/12/2015

Aos catorze dias do mês de dezembro de 2015, na Sala de Reuniões da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento; III – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; IV – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; V – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; VI – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes. Aberta a audiência, o Presidente questionou acerca do andamento das vistorias. Após discussões acerca das vistorias realizadas, os membros presentes entregaram à Secretária, os Requerimentos de Revisão já vistoriados, bem como, seus relatórios de visita, quais sejam:

PROCESSOS COM BENEFÍCIO DEFERIDO:

- Ada Olga Cabral – Requerimento de Isenção 2768/2016;
- Alcione Franz – Requerimento de Isenção 2894/2016;
- Ana Ferreira de Araújo Matos – Requerimento de Isenção 1897/2016;
- Aneli Pasold Jacinto – Requerimento de Isenção 2941/2016;
- Artur Rodrigues – Requerimento de Isenção 2777/2016;
- Aurea da Cruz Martins – Requerimento de Isenção 2462/2016;
- Darci da Silva – Requerimento de Isenção 2710/2016;
- Dejaime Dinon – Requerimento de Isenção 2856/2016;
- Delaudino José Mendes – Requerimento de Isenção 1775/2016;
- Diana de Moraes – Requerimento de Isenção 2887/2016;
- Edina Maria Bork – Requerimento de Isenção 2988/2016;
- Faustino Schultz – Requerimento de Isenção 2828/2016;
- Illa Albe Nagel – Requerimento de Isenção 2907/2016;
- Iracy dos Anjos – Requerimento de Isenção 4811/2016;
- Ivanira Teresinha Pastre – Requerimento de Isenção 2976/2016;
- Ivonete de Campos – Requerimento de Isenção 3111/2016;
- Jair Luchtenberg – Requerimento de Isenção 3120/2016;
- Jairo Beckheuser – Requerimento de Isenção 2990/2016;
- José dos Santos – Requerimento de Isenção 3118/2016;
- Mario Ferrari – Requerimento de Isenção 2650/2016;
- Nadia Ferrari Ledra – Requerimento de Isenção 3187/2016;
- Nelly Muller Heinz – Requerimento de Isenção 2824/2016;
- Nelson Egon Zenke – Requerimento de Isenção 1478/2016;
- Neranda Vicente – Requerimento de Isenção 2809/2016;
- Neri Alves dos Santos – Requerimento de Isenção 3086/2016;
- Rogério Moreira – Requerimento de Isenção 2838/2016;
- Terezinha Moraes – Requerimento de Isenção 2840/2016;
- Valma Hang – Requerimento de Isenção 3092/2016;
- Waltraut Weiers – Requerimento de Isenção 2864/2016;

PROCESSOS PARA REVISÃO DO BENEFÍCIO:

- Ana Maria de Souza – Requerimento de Isenção 2900/2016;
- Anderson Riscarolli – Requerimento de Isenção 2890/2016;
- Inês Lopes – Requerimento de Isenção 2780/2016;
- Iracy Silveira – Requerimento de Isenção 2852/2016;
- Irma Ferrari – Requerimento de Isenção 2807/2016;
- Ivo Cachoeira – Requerimento de Isenção 2724/2016;

- Lauzino Domingos – Requerimento de Isenção 2853/2016;
- Madalena de Fátima Ribeiro – Requerimento de Isenção 2872/2016;
- Mafalda Stedile – Requerimento de Isenção 2730/2016;
- Melita Muller – Requerimento de Isenção 2773/2016;
- Miriam Garcia – Requerimento de Isenção 2908/2016;
- Norma Probst – Requerimento de Isenção 3011/2016;
- Normelina Bruner – Requerimento de Isenção 2746/2016;
- Olga Lamego Machado – Requerimento de Isenção 2978/2016;
- Pedro Anastácio Soares – Requerimento de Isenção 2921/2016;
- Simoni Junglos – Requerimento de Isenção 2877/2016;

Após entrega da documentação, o Presidente se manifestou acerca do recesso de final de ano e as férias dos servidores. Nesta senda, ficaram os trabalhos suspensos a partir de 15 de dezembro de 2015 até a data de 20 de janeiro de 2016. Em próxima Reunião, o Presidente definirá data para oitiva e julgamento das requisições de isenção que, deverão ser revistos. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

DECRETO Nº 5061, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5061, de 09 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2015 FMS, DE 24/11/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETO:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 32/2015 FMS, de 24 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ENDOCENTER CLÍNICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA;
- CEDIMAVI – CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA;
- CLÍNICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

09 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5061/2015

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 32/2015 FMS, de 24/11/2015

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS PARA ATENDER NECESSIDADES DOS PACIENTES DO SUS ATENDIDOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Participantes:

- ENDOCENTER CLÍNICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA;
- CEDIMAVI – CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA;
- CLÍNICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- ENDOCENTER CLÍNICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA;
- CEDIMAVI – CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA;
- CLÍNICA MÉDICA ALTO VALE LTDA S/S.

DECRETO Nº 5094, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5094, de 13 de janeiro de 2016.

“RETIFICA O ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 4968, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015, QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SENHOR GUIMARÃES GASTÃO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º- Altera o artigo 1º, do Decreto nº 4968, de 27 de outubro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º- Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público, Senhor Guimarães Gastão, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 6265456, inscrito no CPF sob o nº 292.473.659-53, residente e domiciliado na rua Altamiro Gastão – bairro Barragem, em Rio do Sul – SC, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista de caminhão, nível E-1, com proventos integrais, com paridade a partir de 1º de novembro de 2015”.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

13 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5095, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5095, de 13 de janeiro de 2016.

“RETIFICA O DECRETO Nº 4972, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015, QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SENHORA ROSI MARIA DA SILVA”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º- Altera ementa e cabeçalho do Decreto nº 4972, de 27 de outubro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A SENHORA ROSI MARIA DA SILVA

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; com o artigo 260 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010; com o inciso I, do artigo 20, da Lei Complementar nº 73, de 20 de novembro de 2001; com a alínea “a”, inciso II, do artigo 19 e seguintes, do Decreto nº 119, de 21 de março de 2002; e com o § 7º, do artigo 40, da Constituição Federal”.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

13 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 0009/RH

PORTARIA N. 0009/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, POR PERMUTA, a partir de 04/01/2016, os servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor Educação Física, ROBERTO MAFLI, 20h do Centro Educacional Prof. Luiz Adelar Soldatelli para o CE Daniel Maschio e, JANDIR GONÇALVES (20h) do CE Daniel Maschio para o CEPLAS (20h), considerando que ambos possuem a mesma categoria profissional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação, em conformidade com o parágrafo 3º, do Art. 41 da Lei Complementar nº 309 DE 01 de dezembro de 2015, Art. 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04/01/2016.

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

RESUMO DO ADITIVO 001/2016

4º TERMO ADITIVO Nº 001/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 114/2013, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA PRAÇA WILLY HERING, BELA ALIANÇA EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Aos cinco (05) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Construtora Gutjahr Ltda., estabelecida na Travessa CSU, 28, Bairro Boa Vista, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.608.392/0001-15, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio, Sr. Sérgio Luiz Gutjahr, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 067/2013, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 114, datado de 24 de junho de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 27 de julho de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Sr. Sérgio Luiz Gutjahr

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 117/2015

TERMO ADITIVO Nº 117/2015 – DO CONTRATO REFERENTE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA ÔNIBUS CIRCULAR LTDA.

Aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado PREFEITURA, e a empresa ÔNIBUS CIRCULAR LTDA., estabelecida na rua Lauro Muller, 444, bairro Budag, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.775.633/0001-24, ora denominada CONCESSIONÁRIA, representado pelo seu Sócio Gerente, Sr. Oreste Rizzi, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo último Termo Prorrogação de Contrato, datado de 08 de julho de 1999, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 4º, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e § 2º do art. 42 da Lei Federal nº 8987/95.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato celebrado entre a PREFEITURA e a CONCESSIONÁRIA, tendo sua prorrogação de 12 (doze) meses, iniciando em 01 de janeiro de 2016, com o seu término em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Prefeitura

ÔNIBUS CIRCULAR LTDA

Sr. Oreste Rizzi

Concessionária

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO CONTRATO 134/2015

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 134/2015

Tomara de Preços nº 048/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construção Civil MG Ltda

Objeto: execução de pavimentação em asfalto e lajota, drenagem, sinalização viária, pavimento nos passeios, nas Ruas: Porto Seguro, Recanto Alegre e Salvador, localizado no Bairro Laranjeiras em Rio do Sul

Valor: R\$ 1.078.702,70 (um milhão e setenta e oito mil e setecentos e dois reais e setenta centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ADELINE SCHAFFER NAU

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ADELINE SCHAFFER NAU, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0014/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ADRIANA MARTINS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ADRIANA MARTINS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0028/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - AMANDA MENDES PEREIRA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) AMANDA MENDES PEREIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0040/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0039/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do

Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CAMILA SCHMOELLER**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CAMILA SCHMOELLER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0046/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e

aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CARLA HOEPERS EZIDIO TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CARLA HOEPERS EZIDIO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0011/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CARLA RODE KIRCHNER TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CARLA RODE KIRCHNER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0023/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CINEIDE MARILÉIA RENZI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CINEIDE MARILEIA MOSER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0010/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0018/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - DANIELA PAUL PARMA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DANIELA PAUL PARMA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0016/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o

Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ELENICE DE JESUS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ELENICE DE JESUS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0021/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0034/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ELIANE MIRANDA WEISS KLAUMANN
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ELIANE MIRANDA WEISS KLAUMANN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0049/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - FERNANDA ROHLING

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FERNANDA ROHLING, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0042/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - IVONE INES SAWICKI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) IVONE INES SAWICKI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0022/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do

Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JANARA DAIANE BRUSQUE

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JANARA DAIANE BRUSQUE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0031/ RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver

com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JERUSA SCHIOCHET

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JERUSA SCHIOCHET, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0048/ RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JESSICA MARTINS HOLDORF
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JESSICA MARTINS HOLDORF, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0019/ RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JOICE OSSEMER

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JOICE OSSEMER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0035/ RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0032/

RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JULIANA APARECIDA FARIAS
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JULIANA APARECIDA FARIAS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0013/ RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o

Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - LAURA ENEDINA VENANCIO PRIM
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LAURA ENEDINA VENANCIO PRIM, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0033/ RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - LEILA KLAUMANN

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LEILA KLAUMANN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0050/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - LUCIANA DE MATOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LUCIANA DE MATOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0036/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0047/

RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PATRICIA KOHLS VON PARASKI
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PATRICIA KOHLS VON PARASKI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0041/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o

Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PATRICIA ROSA TRAPLE
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PATRICIA ROSA TRAPLE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0044/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0043/ RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ROSELI CALBUCH
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSELI CALBUCH, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0037/ RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI - REPUBLICAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0017/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SANDRA BEZERRA AMORIM DE OLIVEIRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SANDRA BEZERRA AMORIM DE OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0045/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SIDIANE LAURETE

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SIDIANE LAURETE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0026/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o

Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SINTIA LUCIANO RUCKERT
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SINTIA LUCIANO RUCKERT, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0020/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - TALITA HARBS
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TALITA HARBS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0030/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - TANIA REGINA FERREIRA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TANIA REGINA FERREIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0012/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - TASIANI ARNOLD
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TASIANI ARNOLD, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do

Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0038/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0025/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é

que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - TEREZINHA MARGARETE ROOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TEREZINHA MARGARETE ROOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0024/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - THAINA LUANA DA ROSA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) THAINA LUANA DA ROSA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0015/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - VIVIANE VIEIRA POSSAMAI
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VIVIANE VIEIRA POSSAMAI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0027/RH de 15/01/2016, publicada em 18/01/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUMNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 886/2015

PORTARIA No 886, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Sandra Regina Orlando

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 27 de janeiro a 5 de fevereiro de 2016, referente ao período 2015 – 2016, a servidora Sandra Regina Orlando, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 18 de janeiro de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 887/2015

PORTARIA No 887, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Leonardo Simon Rutzen

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 10 a 19 de fevereiro de 2016, ao servidor Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2015– 2016, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 20 a 29 de fevereiro de 2016 em abono pecuniário.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 18 de janeiro de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 888/2015

PORTARIA No 888, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Amauri Abe

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 20 a 29 de janeiro de 2016, ao servidor Amauri Abe, Analista Legislativo de Comunicação Social da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2015– 2016, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 30 de janeiro a 08 de fevereiro de 2016 em abono pecuniário.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 18 de janeiro de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 6/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DA FROTA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 6/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DA FROTA MUNICIPAL, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 27/01/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 27/01/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 15 de janeiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO 01/2016 LOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 01/2016, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Romelândia (SC), 07/01/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO 02/2016 INEXIGIBILIDADE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA
ESTADO DE SANTA CATARINA
INEXIGIBILIDADE 02/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA, torna público que está aberto, Credenciamento de pessoas físicas e Jurídicas para serviços de atendimento médico em regime de plantão médico a ser realizado na Unidade Básica de Saúde de Romelândia, na modalidade de inexigibilidade de licitação. O presente foi regido pelas Leis nº 8.666/93, e alterações posteriores. Romelândia (SC), 06/01/2016. Samuel Lucas D. Rossa. GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO 02/2016 LOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 02/2016, para Locação de imóvel para depósito da merenda escolar. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Romelândia (SC), 07/01/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO 03/2016 LOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 03/2016, para Locação de imóvel para instalação da biblioteca municipal. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Romelândia (SC), 07/01/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO 04/2016 LOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 04/2016

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 04/2016, para Locação de imóvel para instalação da biblioteca da Escola Municipal Milena Schafer. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Romelândia (SC), 07/01/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO 05/2016 LOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 05/2016

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 05/2016, para Locação de imóvel para instalação do Destacamento da Polícia Militar. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Romelândia (SC), 07/01/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO 06/2016 LOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 06/2016

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 06/2016, para Locação de imóvel para instalação do Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Romelândia (SC), 07/01/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO 102.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO 102/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016

O Município de Romelândia (SC) fará realizar licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE, para credenciamento de pessoas físicas para Aquisição de cascalho para manutenção das estradas gerais e vicinais no Município de Romelândia no ano de 2016. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49) 3624-1002. Romelândia/SC, 13/01/2016. VALDOCI SAUL - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA 7926

PORTARIA Nº 7926/2016

SUSPENDER FÉRIAS REGULAMENTARES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Suspender férias, a partir da data de 18 de janeiro de 2016, do Servidor Público Sr. ADILSON ALBERTO LAMB, cargo de Motorista, concedidas pela Portaria n.º 7909/2016, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os

dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidor que possa ser nomeado para exercer as funções do cargo.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 18 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 7927

PORTARIA Nº 7927/2016

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRA PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear candidatos abaixo relacionados para o cargo, carga horária de trabalho, secretaria e respectiva classificação, em virtude de ter obtido aprovação no processo seletivo nº 01/2015 devendo os mesmos comparecer junto à Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, a fim de receber a relação de documentos e exames médicos necessário e complementares, a serem apresentados para efeitos de HABILITAÇÃO DE POSSE, devendo entregar os mesmos no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação da Portaria de Nomeação, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período.

O não comparecimento ou não apresentação dos exames médicos e documentos complementares solicitados no prazo estabelecido importa a desistência do candidato em ingresso no serviço público municipal.

DOS NOMEADOS:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: Auxiliar de Enfermagem, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Claudete Conrado Becker 1º Lugar

CARGO: Enfermeiro, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Jociele Raquel Reichert 1º Lugar

CARGO: Farmacêutico Bioquímico, carga horária 20 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Laura Zandoná 1º Lugar

CARGO: Fisioterapeuta NASF, carga horária 20 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Evelyn Tavares Guarnieri 1º Lugar

CARGO: Motorista - Saúde, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Luan Junior Klauck 1º Lugar

CARGO: Odontólogo, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Kellyn Zanella 1º Lugar

Caroline Lowis 2º Lugar

CARGO: Psicólogo , carga horária 20 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Henrique Manorov Mohr 1º Lugar

CARGO: Psicólogo NASF, carga horária 20 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Dayane Bouffleur Grasel 1º Lugar

CARGO: Técnico Administrativo I, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Giana Dieiniffer Eschembach 1º Lugar

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CARGO: Assistente Social, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Ivanete Gonçalves 1º Lugar

CARGO: Psicólogo CRAS, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Francieli Cristina Wingert 1º Lugar

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

CARGO: Operador de Maquinas, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Ivandro Roberto Moras 1º Lugar

Aldoir Carteri 2º Lugar

CARGO: Motorista, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Juliano Miguel Biazzi 1º Lugar

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

CARGO: Médico Veterinário, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Tiago Henrique Fronquetti 1º Lugar

Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 18 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 005/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 29 de Janeiro de 2016 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para futura e eventual aquisição de produtos de limpeza e higiene hospitalar em geral, destinados à manutenção das unidades de saúde do município, através do Fundo Municipal de Saúde. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 18 de Janeiro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2016 DL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 - DL

PROPRIETÁRIA: NAIR TRAMONTIM

Objeto: Aquisição de terreno Urbano com 324,00M² (trezentos e vinte e quatro metros quadrados))conforme matrículas nº 6.246, do CRI de Santa Rosa do Sul/SC, localizado na Rua 08, Quadra nº 13, Bairro Parque Rosita, neste município.

Da base legal: Com fundamento no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Da justificativa: Área disponível e localizado na Rua 08, Quadra nº 13, Bairro Parque Rosita, município de Santa Rosa do Sul/SC e destinado a ampliação de terreno da Escola municipal Wilson Vasques Pereira, conforme Decreto nº 042/2015 de 05 de outubro de 2015, que declara a área de utilidade pública e interesse Social e Lei Municipal nº 996 de 24 de novembro de 2015, que autoriza a desapropriação. Os preços estão de conformidade com os valores de mercado conforme confirma o laudo de avaliação expedido pelo pela comissão avaliadora.

Do valor: O valor global previsto importa em R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais).

Assinatura: 18/01/2016

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016 PROCESSO SELETIVO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO | SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, por sua Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista a homologação do resultado do resultado do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal do município, homologado pelo Decreto Municipal Nº 098/2015, de 21 de Maio de 2015.

RESOLVE:

1 – Convocar os candidatos relacionados no item '7' deste para, no prazo de 10 dias corridos a contar da publicação do presente edital, comparecerem perante o departamento de Recursos Humanos do Município, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, Centro – horário das 12h30 às 18h30m fone (49) 3657-0001 munidos da documentação relacionada no item '6' do presente.

2 – O não pronunciamento do convocado no prazo referido ocasionará a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

3 – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 dias, contado da publicação da nomeação do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM).

4 – Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer neste prazo, bem como, não serem apresentados todos os documentos solicitados pelo município de Santa Terezinha do Progresso/SC, ocasionando a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

5 – Os documentos abaixo relacionados, que não forem apresentados em originais, deverão ser apresentados autenticados, em 02(duas) vias, ou em cópias a serem autenticadas pela Secretaria Municipal de Administração, mediante apresentação conjunta dos originais.

6 – Documentos a serem apresentados: o candidato nomeado deverá apresentar cópia dos seguintes documentos como condição para sua posse: Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cédula de Identidade; Certidão de Nascimento ou Casamento; PIS PASEP; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral; Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo

masculino); última declaração do imposto de renda apresentada a Secretaria de Receita Federal, com as devidas atualizações e/ou complementação e, no caso nomeado, não ser declarante, declaração firmada por ele próprio, nos termos da Lei Nº 8.429/92, duas fotografias ¾ recentes (colorida com fundo branco); declaração de não acumulo de cargo público assinado pelo servidor; certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; carteira do conselho da categoria profissional (se for o caso); comprovante de curso técnico profissionalizante na área específica, com registro no conselho de classe específico para os cargos que exigido; comprovante de Carteira Nacional de habilitação (CNH) de acordo com a categoria exigida para o respectivo cargo; comprovante de endereço atualizado (água, luz, telefone, etc); certificado de residência médica (quando for o caso); comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo, conforme os requisitos especificados no edital; certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais; certidão de antecedentes criminais; certidão de negativas de débitos trabalhistas; certidão negativa de tributos federais; certidão negativa de tributos estaduais; certidão negativa de tributos municipais; dados bancários (conta corrente); declaração de bens; atestado de saúde ocupacional comprovando que o candidato está apto a ocupar o cargo e declaração por escrito se aceita ou não tomar posse do cargo para o qual concorreu no Processo Seletivo 001/2015.

7 – RELAÇÃO DE CONVOCADOS:

Agente Comunitário de Saúde da Micro Área 02

Nome do candidato: Willian Wille

Ciência do candidato: _____

Agente Comunitário de Saúde da Micro Área 05

Nome do candidato: Fabianara Sansigolo Stahnke

Ciência do candidato: _____

Agente Comunitário de Saúde da Micro Área 06

Nome do candidato: Maria Aparecida Foscarini

Ciência do candidato: _____

Tiago Possenti

Secretário Municipal de Administração

Santa Terezinha do Progresso | SC, 18 de Janeiro de 2016.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL N° 001/2015- GABARITO PRELINIMAR

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL-SC

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015

A CURSIVA Assessoria e Consultoria torna público o GABARITO DEFINITIVO da Prova Objetiva realizada dia 16 de janeiro relativo ao Concurso público nº 01/2015, conforme segue abaixo:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO

01	A	11	A	21	D
02	D	12	N*	22	A
03	C	13	A	23	A
04	B	14	C	24	B
05	A	15	C	25	A
06	A	16	A	26	C
07	B	17	D	27	B
08	C	18	B	28	A
09	A	19	A	29	D
10	B	20	B	30	A

N* Questão anulada e considerada certa para todos.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO

01	A	11	A	21	B
02	D	12	N*	22	B
03	C	13	A	23	B
04	B	14	C	24	C
05	A	15	C	25	A
06	A	16	A	26	D
07	B	17	D	27	C
08	C	18	B	28	C
09	A	19	A	29	D
10	B	20	B	30	B

N* Questão anulada e considerada certa para todos

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

01	A	11	A	21	B	31	A
02	C	12	C	22	A	32	A
03	A	13	C	23	A	33	A
04	C	14	D	24	A	34	D
05	D	15	B	25	A	35	B
06	C	16	B	26	D	36	C
07	A	17	C	27	A	37	D
08	C	18	A	28	D	38	B
09	D	19	A	29	C	39	D
10	D	20	B	30	D	40	D

CARGO: AGENTE DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

01	A	11	A	21	A
02	D	12	N*	22	D
03	C	13	A	23	A
04	B	14	C	24	D
05	A	15	C	25	B
06	A	16	A	26	A
07	B	17	D	27	B
08	C	18	B	28	D
09	A	19	A	29	C
10	B	20	B	30	D

N* Questão anulada e considerada certa para todos
CARGO: MOTORISTA

01	A	11	A	21	B	31	D
02	D	12	N*	22	D	32	C
03	C	13	A	23	C	33	A
04	B	14	C	24	A	34	C
05	A	15	C	25	A	35	D
06	A	16	A	26	C	36	D
07	B	17	D	27	A	37	C
08	C	18	B	28	A	38	B
09	A	19	A	29	B	39	A
10	B	20	B	30	A	40	A

N* Questão anulada e considerada certa para todos
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

01	A	11	A	21	B	31	D
02	D	12	N*	22	D	32	C
03	C	13	A	23	C	33	A
04	B	14	C	24	A	34	C
05	A	15	C	25	A	35	D
06	A	16	A	26	C	36	D
07	B	17	D	27	A	37	B
08	C	18	B	28	A	38	B
09	A	19	A	29	B	39	A
10	B	20	B	30	A	40	A

N* Questão anulada e considerada certa para todos
CARGO: MECANICO

01	A	11	A	21	A
02	D	12	N*	22	B
03	C	13	A	23	C
04	B	14	C	24	A
05	A	15	C	25	D
06	A	16	A	26	D
07	B	17	D	27	A
08	C	18	B	28	D
09	A	19	A	29	A
10	B	20	B	30	D

N* Questão anulada e considerada certa para todos
CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

01	A	11	A	21	D	31	A
02	D	12	N*	22	B	32	D
03	C	13	A	23	A	33	B
04	B	14	C	24	B	34	A
05	A	15	C	25	A	35	D
06	A	16	A	26	D	36	C
07	B	17	D	27	D	37	B
08	C	18	B	28	B	38	D
09	A	19	A	29	D	39	A
10	B	20	B	30	D	40	A

N* Questão anulada e considerada certa para todos
CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS

01	A	11	A	21	A	31	C
02	C	12	C	22	A	32	A
03	A	13	C	23	C	33	D
04	C	14	D	24	A	34	A
05	D	15	B	25	A	35	D
06	C	16	B	26	D	36	A
07	A	17	C	27	D	37	C
08	B	18	A	28	B	38	A
09	D	19	A	29	C	39	A
10	D	20	B	30	A	40	B

CARGO: TECNICO EM CONTABILIDADE

01	A	11	A	21	C	31	B
02	C	12	C	22	B	32	A
03	A	13	N*	23	D	33	C
04	C	14	D	24	C	34	C
05	D	15	B	25	D	35	B
06	C	16	B	26	B	36	A
07	A	17	C	27	A	37	A
08	B	18	A	28	A	38	A
09	D	19	A	29	A	39	D
10	D	20	B	30	D	40	D

N* Questão anulada e considerada certa para todos

CARGO: TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO

01	A	11	A	21	D	31	B
02	C	12	C	22	B	32	D
03	A	13	N*	23	A	33	D
04	C	14	D	24	B	34	D
05	D	15	B	25	A	35	C
06	C	16	B	26	D	36	B
07	A	17	C	27	C	37	A
08	B	18	A	28	B	38	B
09	D	19	A	29	D	39	D
10	D	20	B	30	D	40	D

N* Questão anulada e considerada certa para todos

CARGO: MEDICO VETERINÁRIO

01	A	11	B	21	C	31	D
02	C	12	D	22	A	32	D
03	A	13	B	23	B	33	C
04	B	14	D	24	D	34	C
05	C	15	A	25	C	35	A
06	A	16	C	26	B	36	C
07	C	17	A	27	C	37	B
08	A	18	D	28	C	38	A
09	B	19	A	29	D	39	A
10	B	20	B	30	B	40	A

CARGO: PROFESSOR DE ARTES

01	A	11	B	21	B	31	B
02	C	12	D	22	A	32	A
03	A	13	B	23	D	33	B
04	B	14	D	24	C	34	D
05	C	15	A	25	A	35	C
06	A	16	C	26	D	36	B
07	C	17	A	27	D	37	A
08	A	18	D	28	A	38	C
09	B	19	A	29	A	39	B
10	B	20	B	30	D	40	A

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS

01	A	11	B	21	A	31	B
02	C	12	D	22	D	32	A
03	A	13	B	23	D	33	D
04	B	14	D	24	C	34	C
05	C	15	A	25	B	35	A
06	A	16	C	26	C	36	D
07	C	17	A	27	C	37	D
08	A	18	D	28	B	38	C
09	B	19	A	29	D	39	B
10	B	20	B	30	B	40	A

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL N° 002/2015- GABARITO PRELIMINAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DESANTO DO SUL
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N° 002/2015

Nos termos do Edital n° 002/2015, O Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento tornam público o GABARITO PROVISÓRIO, conforme abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	D	B	D	B	D	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	C	A	A	A	B	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	A	C	A	B	C	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	D	B	D	A	B	C	A

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA II)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	D	B	D	B	D	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	C	A	A	A	B	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	A	C	A	B	C	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	D	B	D	A	B	C	A

ASSISTENTE SOCIAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	C	B	B	A	D	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	D	A	A	B	A	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	A	B	B	D	C	D	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	C	D	B	D	A	C	B	A

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	C	B	A	C	B	B	A	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	A	A	A	B	C	A	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	B	D	A	C	B	D	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	D	B	B	A	C	C	D	D

ENFERMEIRO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	C	B	B	A	D	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	D	A	A	B	A	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	A	A	B	A	D	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	A	D	B	B	A	C	C	A	D

PSICÓLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	C	B	B	A	D	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	D	A	A	B	A	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	C	A	C	D	B	A	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	B	A	B	D	A	C	B	A

RECEPCIONISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	D	B	D	B	D	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	C	A	A	A	B	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	C	B	B	C	A	B	D	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	A	A	A	B	D	D	B	C

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	C	B	A	C	B	B	A	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	A	A	A	B	C	A	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	A	A	A	C	C	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	C	B	D	D	B	C	B	C

Santiago do Sul, SC, 16 de janeiro de 2015.

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1216/2016

DECRETO Nº 1216, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Pregoeiros e Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, do Fundo Municipal de Saúde, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, da Empresa Municipal de Habitação – EMHAB, da Fundação Cultural de São Bento do Sul e da Fundação Municipal de Desportos, para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51 da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuarem como Pregoeiros e Equipe de Apoio: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI, CARLA ELOISE MULBAUER, FERNANDA SPITZNER, DEBORAH CINTIA DE QUADROS, LEILA MARA DE OLIVEIRA JELLER, DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ, ROSANE FIEDLER, IVO HENNING FILHO, IGOR WEISS, MARLA HUEBL KAISER, LUIZ CARLOS KLUSKA, SARA GIOVANA DADAM ZILLOTTO, CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA, LUIS ANTONIO BOHOMO, ROBERTA LINZMEIER E LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA, nas Licitações na modalidade de Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, do Fundo Municipal de Saúde, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, da Empresa Municipal de Habitação – EMHAB, da Fundação Cultural de São Bento do Sul e da Fundação Municipal de Desportos.

Parágrafo Único - O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º Fica designado o Departamento de Suprimentos e Patrimônio para a gestão dos contratos administrativos, com as funcionárias Lisane Krisz Ilg e Larissa Juliane Jablonski

Art. 3º

Fica Revogado o Decreto nº 1214, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1217/2016

DECRETO Nº 1217, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O QUE DISPÕE O ARTIGO 51 DA LEI Nº 8.666/93

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação da Fundação Municipal de Desportos os seguintes membros:

Fernanda Spitzner - Presidente

Carla Eloise Mulbauer - Suplente

Claudia Moreira de Souza - Secretária

Andressa Cristina Brandenburg - Suplente

Luis Antonio Bohomo - Membro

Valério Nazário - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EDITAL Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO Nº 001

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração e do Departamento de Recursos Humanos, referente ao Processo Seletivo nº 001/2016 para formação de cadastro de reserva admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art.37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art.61 Inciso VII e Lei nº2.397 de setembro de 2009, que rege as normas estabelecidas, torna público a retificação do edital conforme segue:

1.A tabela do item 1.3 passa ter a seguinte redação, onde:

Lê-se	Leia-se
Professor Especialista em Educação (habilitado)	Especialista em Educação (habilitado)

Lê-se	Vencimento	Leia-se
Professor Anos Iniciais (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Anos Iniciais – Zona Rural (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Artes (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Artes (não - EMEJA - habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Ciências (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Ciências – EMEJA - (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Educação Especial (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Educação Especial Intérprete de Libras (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Educação Física (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Educação Física – EMEJA (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Educação Infantil (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Geografia (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Geografia – EMEJA (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor História (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor História – EMEJA (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Inglês (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Inglês – EMEJA (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Língua Portuguesa (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Língua Portuguesa – EMEJA (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Matemática (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Matemática – EMEJA (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Oficina Aprendizagem e Projetos (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Oficina Banda (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Oficina Capoeira (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Oficina Dança (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Oficina Esportes (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Oficina Informática (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Oficina Música – coral (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50
Professor Oficina Teatro (não habilitado)	R\$ 1.894,71	R\$ 1.804,50

4. Os demais itens do edital permanecem inalterados não afetando o cronograma de atividades do Processo Seletivo Simplificado.

São Bento do Sul (SC), 18 de janeiro de 2016.
FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10759/2016

PORTARIA Nº 10759, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.
 Demite Servidora Temporária

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 139, III, da Lei nº 228/2001, e:

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos Processos Administrativo Disciplinar 3070/2015, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, inciso III e no artigo 143, inciso IV ambos da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores) c/c Art. 482, alínea "a" - ato de improbidade, da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho:

RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 31 de dezembro de 2015, e RESCINDIR por justa causa unilateralmente o contrato da servidora temporária, GRASIELE DA SILVA, professora anos finais, matrícula funcional nº 42325, lotada na Escola Básica Municipal Professor Newton Mendes.

São Bento do Sul, 14 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
 DE _____ A _____
 PUBLICADO NO DOM Nº _____
 PÁGINA _____ DE _____
 ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 006, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 006, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ABEL MORO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 007, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 007, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ALTAIR LUIS DO PRADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 008, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 008, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor AMARILDO CHAVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 009, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 009, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ARNALDO DZIEDZIC JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 010, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 010, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER à servidora CLEIA REGINA HIRT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 011, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 011, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor EDNILSON MARCOS SPOLETE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 012, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 012, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ELOIR SEBASTIÃO ANDRÉ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 013, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 013, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor FABIANO VIEIRA KINDERMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias,

referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 014, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 014, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER à servidora IVONETE TEREZINHA VIERNE GONÇALVES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 015, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 015, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor JANILSO BARBOSA TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 016, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER à servidora JOSELI APARECIDA RODRIGUES MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 017, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 017, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER à servidora KARLA SOFIA DIENER CUBAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 018, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 018, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor LIBINO ANTONIO DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo

de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 019, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 019, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor MARCELO CIRIACO AIROSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 020, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 020, de 14 de janeiro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor MARCOS ANTONIO LEITHOLD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Eletricista, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 021, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 021, de 14 de janeiro de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor PAULO CESAR FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 022, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 022, de 14 de janeiro de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor PEDRO FURST, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 023, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 023, de 14 de janeiro de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor TERÉZIO KOASKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 20/01/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 024, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 024, de 14 de janeiro de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor VALDECIR RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 11/01/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 025, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 025, de 14 de janeiro de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER à servidora ZAIRA ZIPPERER SCHROEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Química, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 026, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 026, de 14 de janeiro de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo

7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ZENILDO JOÃO FERREIRA DE FRANÇA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/01/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 003, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 003, de 13 de janeiro de 2016.

“ CONCEDE LICENÇA ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER ao servidor OSVALCIR PETERS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia na competência de janeiro/2016.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2012/2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 004, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 004, de 13 de janeiro de 2016.

“ CONCEDE LICENÇA ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER ao servidor EMERSON PISKE BONETES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Técnico, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia na competência de janeiro/2016.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2012/2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 005, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 005, de 13 de janeiro de 2016.

“ CONCEDE LICENÇA ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER ao servidor LIBINO ANTONIO DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia na competência de janeiro/2016.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2013/2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 001/2015

TERMO DE CONVÊNIO No 001/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC E A ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO CARLOS/SC.

O MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob no 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demetrio Lorenz, 747 – centro – São Carlos - SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Cleomar Weber Kuhn, e a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO CARLOS - ACISC, inscrita no CNPJ sob no 83.225.920/0001-35, com sede na Av. Santa Catarina, 682 – centro – São Carlos - SC, doravante denominada CONVENIENTE, representada por seu presidente Sr. Januar Luiz Kroth, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nos termos do art. 116, §2º, da Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2015, com base no prejulgado nº 2156 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem como objeto a implementação de política de Desenvolvimento Sócio Econômico no município de São Carlos, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

A implementação da política de desenvolvimento Sócio Econômico de por meio da Instituição um modelo de gestão, capaz de contribuir para o desenvolvimento, garantindo a continuidade dos projetos de interesse da comunidade, em prol do desenvolvimento econômico sustentável do município, por meio da implementação da política de desenvolvimento sócio econômico

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a qualidade de vida nos centros urbanos e rurais;
- Criar ambiente favorável para atração de investimentos;
- Construir capacidade de desenvolvimento que alie a perspectiva econômica e a qualidade de vida da população;
- Instituir um processo onde parceiros públicos, setor empresarial e atores não governamentais trabalham coletivamente para melhorar as condições ao crescimento econômico e geração de emprego;
- Melhorar a credibilidade dos conselhos de desenvolvimento municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, propostos pelo CONVENIENTE e aprovados pelo CONCEDENTE, bem como toda documentação que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

- formalizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;
- aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários

à implantação do projeto;

- transferir ao CONVENIENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Municipal e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos em função deste Convênio;
- supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados;
- analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de reformulações do Convênio e do seu Plano de Trabalho, fundamentadas em parâmetros técnicos e que não impliquem mudança do objeto;
- atestar a execução do objeto conveniado, assim como verificar a regular aplicação dos recursos, condicionando a respectiva liberação ao cumprimento das metas previamente estabelecidas;
- analisar os Relatórios de Execução Físico-Financeira e a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma da legislação vigente;
- notificar o CONVENIENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

II - DO CONVENIENTE:

- executar as atividades inerentes à implantação do objeto deste Convênio com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho, bem como fiscalizar a prestação de serviços eventualmente contratados, observando sempre a qualidade, quantidades, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Termo de Referência;
- estimular a participação da população na implementação do objeto do Convênio;
- aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;
- assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
- garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;
- manter o concedente informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;
- propiciar os meios e as condições necessárias para que os técnicos do CONCEDENTE e os servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Estado tenham acesso aos documentos relativos à execução do objeto deste Convênio, bem como aos respectivos locais de execução;
- manter os documentos comprobatórios das receitas e despesas realizadas, registros, arquivos e controles contábeis, arquivados em ordem cronológica, no órgão de contabilização, onde ficarão à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas;
- arcar, com recursos próprios, com todos os ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados na execução deste Convênio, bem como os encargos tributários ou quaisquer outros que não estejam discriminados no Plano de Trabalho e que decorram deste Convênio; e

II.10. prestar contas dos recursos transferidos pela CONCEDENTE destinados à consecução do objeto do Convênio.

II.11. assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio;

II.12. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

II.13. responder pela privacidade e sigilo das informações relacionadas ao objeto deste Convênio;

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de sua assinatura até 30 de outubro de 2016, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Única. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária: Subcláusula Primeira. Os créditos e empenhos referentes aos recursos a serem transferidos pelo CONCEDENTE serão realizados integralmente no exercício subsequente, consignados na Lei Orçamentária Anual de 2016.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENIENTE, a título de contrapartida, aplicar na mesma proporção dos recursos recebidos, através de bens e serviços, podendo firmar acordos com a FACISC - Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina para atender a demanda necessária.

Subcláusula primeira. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula segunda. O valor da contrapartida em bens ou serviços será aferido segundo as premissas e metodologia de cálculo definidas no Termo de Referência e deverá ser compatível com os preços praticados no mercado para produtos ou serviços análogos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Municipal, em conformidade com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do instrumento.

Subcláusula Primeira. Os recursos serão movimentados exclusivamente na conta bancária específica do Convênio.

Subcláusula Segunda. Para o recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENIENTE:

I - comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada, conforme definido neste instrumento;

II - estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

Subcláusula Terceira. A liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades constatadas, quando:

I - não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública;

II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio;

III - for descumprida, injustificadamente pelo CONVENIENTE, cláusula ou condição do Convênio.

Subcláusula Quinta. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENIENTE em caderneta de poupança de instituição financeira, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

Subcláusula Sexta. As receitas das aplicações financeiras somente poderão ser aplicadas no objeto do Convênio, mediante anuência prévia do CONCEDENTE, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas, não podendo ser computados como contrapartida.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Este Convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado ao CONVENIENTE:

I - utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto conveniado;

IV - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado; e

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho.

Subcláusula Segunda. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENIENTE, devidamente identificados com o número deste Convênio e mantidos os seus originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLAUSULA NONA – DA COTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENIENTE deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços da FACISC - Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina quando

houver previsão no Plano de Trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, e aprovado pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Primeira. Quando necessária a aquisição de bens e contratação de serviços pelo CONVENIENTE, este se obriga a realizar, no mínimo, cotação prévia de preços, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

Subcláusula Segunda. Nos contratos celebrados entre o CONVENIENTE e terceiros, para a execução do objeto do presente Convênio, é vedada a previsão de serviços, compras, alienações, locações ou qualquer outro conteúdo estranho ao previsto no Plano de Trabalho e no Termo Referência, sob pena de adoção das medidas previstas neste instrumento e na legislação de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
Cabe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes do Plano de Trabalho.

Subcláusula Primeira. A fiscalização pelo CONCEDENTE consistirá em verificar:

I - o cumprimento pelo CONVENIENTE da obrigação contida no presente Convênio;

II - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nos prazos e condições estabelecidas;

III - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

IV - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

Subcláusula Quarta. No exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade; e

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

Subcláusula Quinta. Constatadas irregularidades na execução deste Convênio ou pendências de ordem técnica, o CONCEDENTE suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e notificará o CONVENIENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

Subcláusula Sexta. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE apreciará e decidirá quanto à aceitação das justificativas da CONVENIENTE.

Subcláusula Sétima. Findo o prazo fixado para a adoção de providências e a apresentação de esclarecimentos, sem a regularização ou aceitação das justificativas ofertadas, o ordenador de despesas do CONCEDENTE realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENIENTE para que seja ressarcido o valor respectivo, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Oitava. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula Nona. A fiscalização pelo CONVENIENTE consiste na atividade realizada de modo sistemático com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos, na forma da Cláusula intitulada "Da Contratação com Terceiros" e compreende, também, a designação de profissional ou equipe de fiscalização, com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos contratos celebrados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado mediante proposta do CONVENIENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada

ao CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência, vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

O CONCEDENTE providenciará, às suas expensas, publicação do extrato do presente Convênio no Diário Oficial, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura.

Subcláusula Primeira. A eficácia do presente Convênio, ou dos aditamentos que impliquem alteração de valor ou ampliação de metas, fica condicionada à publicação dos respectivos extratos no Diário Oficial.

Subcláusula Terceira. O CONCEDENTE dará ciência da celebração deste Convênio à Câmara Municipal de Vereadores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I. denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II. rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

II.1. utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

II.2. inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

II.3. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

II.4. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Única. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE, dos recursos de contrapartida e dos rendimentos obtidos em aplicações no mercado financeiro deverá ser apresentada na forma da legislação vigente, apresentando os seguintes documentos:

I - Relatório de Cumprimento do Objeto;

II - notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos, valor, aposição de dados do conveniente, programa e número do Convênio;

III - relatório de prestação de contas;

IV - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do presente Convênio, quando for o caso;

VI - relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;

VII - relação dos serviços prestados, quando for o caso;

VIII - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;

Subcláusula Primeira. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no caput, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Acordam os partícipes, ainda, que:

I – o CONCEDENTE tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Será competente para dirimir as questões decorrentes deste

Convênio, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de São Carlos/SC, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São Carlos/SC, em 05 de novembro de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN Prefeito - Concedente	JANUAR LUIZ KROTH Presidente ACISC - Conveniente
---	---

Testemunhas:

1 - _____ 2 - _____

RESUMO CONT.N08/2016-LSW

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:08/2016

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...:LSW SERVIÇOS LTDA

Objeto :EXECUÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA PARA

AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO-CFME PROJETO BÁSICO .

Valor :R\$204.632,56(duzentos e quatro mil seiscentos e trinta e dois reais

e cinquenta e seis centavos)

Execução :30 dias

Vigência : 240 dias

Licitação :102/2015

SAO CARLOS15 de janeiro de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Farmácia São Leopoldo- Ltda

ORIGEM: Inexigibilidade nº 07/2015

OBJETO: "Credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de Fraldas".

VALOR: R\$ 3.000,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

OBJETO: "Prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços de Saúde - exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN".

VALOR: R\$ 36.000,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Farmácia e Drograria Simeão-Ltda

ORIGEM: Inexigibilidade nº 07/2015

OBJETO: "Credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de Fraldas".

VALOR: R\$ 6.000,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Renovadora de Pneus Maravilha- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 81/2015

OBJETO: "Serviço de recapagem de pneus".

VALOR: R\$ 139.960,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015

PARTES: Câmara Municipal de Vereadores e Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

ORIGEM: Dispensa De Licitação Nº 05/2015

OBJETO: "Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA".

VALOR: R\$ 2.808,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 01 de Janeiro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e FM Pneus- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 81/2015

OBJETO: "Serviço de recapagem de pneus".

VALOR: R\$ 94.574,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Laboratório de Citologia Clínica Dannebrock- LTDA

ORIGEM: Inexigibilidade nº 04/2015

OBJETO: "Prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços de Saúde - exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN".

VALOR: R\$ 72.000,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

PARTES: Câmara Municipal de Vereadores e Evaldo Rodrigues dos Santos- Me

ORIGEM: Dispensa De Licitação Nº 03/2015

OBJETO: "Serviços de consultoria técnico-jurídico, objetivando a realização de revisão do Regimento Interno e adequação da Lei Orgânica Municipal frente às reformas executadas no Regimento Interno, no Título específico do Poder Legislativo".

VALOR: R\$ 7.978,00

VIGÊNCIA: 03.11.2015 até 18.12.2015

São João do Oeste – 03 de Novembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Laboratório de Análises Clínicas Laboratório Castanheda Ltda.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 04/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Dirceu Antônio Perondi - Me

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação 005/2015

OBJETO: "Fornecimento de próteses totais".

VALOR: R\$ 89.760,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Auto Posto DDM- LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 73/2015
OBJETO: "Fornecimento de Combustível".
VALOR: R\$ 160.890,00
VIGÊNCIA: 02.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 02 de janeiro de 2016
Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e CIS- Ameosc
ORIGEM: Dispensa De Licitação Nº 02/2016
OBJETO: "Ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 1.001 de 05 de Junho de 2007".
VALOR: R\$ 12.000,00
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Auto Posto Confiança- Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 73/2015
OBJETO: "Fornecimento de Combustível".
VALOR: R\$ 569.740,00
VIGÊNCIA: 02.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 02 de janeiro de 2016
Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Rogério Luís Delavy - Me
ORIGEM: Inexigibilidade nº 13/2015
OBJETO: "Prestação dos serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº -1.464/2013".
VALOR: R\$ 250.000,00
VIGÊNCIA: 02.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e CIS- Ameosc
ORIGEM: Dispensa De Licitação Nº 02/2016
OBJETO: "Prestação de serviços de saúde especializados de

referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de SÃO JOÃO DO OESTE".
VALOR: R\$ 60.000,00
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Engler Terraplanagens Ltda- Me
ORIGEM: Inexigibilidade nº 13/2015
OBJETO: "Prestação dos serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº -1.464/2013".
VALOR: R\$ 20.000,00
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Nitrosem Produtos Agropecuários- Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 86/2015
OBJETO: "Fornecimento de nitrogênio líquido".
VALOR: R\$ 20.720,00
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e A.R Pneus LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 81/2015
OBJETO: "Serviço de recapagem de pneus".
VALOR: R\$ 58.874,00
VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Mapfre Seguros Gerais S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 89/2015
OBJETO: "Realização de seguro imobiliário".
VALOR: R\$ 13.770,00
VIGÊNCIA: 11.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 11 de janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E DE VALOR AO CONTRATO Nº 67/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E DE VALOR AO CONTRATO Nº 70/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais De

Construção- Ltda
ORIGEM: Tomada de Preços Nº 07/2015
OBJETO: "Compromete-se a executar em regime de empreitada global a reforma da estrutura da Escola da Linha Palmeiras, com área de 156,52m², localizada na Linha Palmeiras".
VALOR ADITADO: R\$ 1.391,82
VIGÊNCIA: 04.12.2015 até 31.01.2016
São João do Oeste – 04 de Dezembro de 2015
Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E DE VALOR AO CONTRATO Nº 70/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E DE VALOR AO CONTRATO Nº 70/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais De Construção- Ltda
ORIGEM: Tomada de Preços Nº 07/2015
OBJETO: "Compromete-se a executar em regime de empreitada global a reforma da estrutura da Escola da Linha Palmeiras, com área de 156,52m², localizada na Linha Palmeiras".
VALOR ADITADO: R\$ 1.391,82
VIGÊNCIA: 04.12.2015 até 31.01.2016
São João do Oeste – 04 de Dezembro de 2015
Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Ruscheinsky & Cia Ltda- Me
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 01/2016
OBJETO: "Aquisição de tubos de concreto para a secretaria de obras e urbanismo do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 37.650,00
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Artefatos de Cimento Fronteira- Ltda- Me
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 01/2016
OBJETO: "Aquisição de tubos de concreto para a secretaria de obras e urbanismo do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 20.796,00
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Imperial Com. Mat. de Construção e Transporte- Ltda- Me
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 01/2016
OBJETO: "Aquisição de tubos de concreto para a secretaria de obras e urbanismo do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 22.539,00
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Caibi Artefatos de Cimento Ltda- Me
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 01/2016
OBJETO: "Aquisição de tubos de concreto para a secretaria de obras e urbanismo do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 59.890,00
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Associação Liga Esportiva Oestina.
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 02/2016
OBJETO: "Contratação de empresa para serviços de arbitragem do campeonato municipal de futebol de campo de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 16.250,00
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Luise Terraplanagens LTDA- EPP
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 03/2016
OBJETO: "Contratação de empresa para prestar serviços de máquina pesada para o Setor de Obras do Município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 101.400,00
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Rogério Luis Delavi- Me
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 03/2016
OBJETO: "Contratação de empresa para prestar serviços de máquina pesada para o Setor de Obras do Município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 69.975,00
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Hotel São João
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 04/2016
OBJETO: "Aquisição de Bombonas de água mineral de 20 Litros recargas de gás GLP de 13 kg e 45 kg, café, açúcar e chá para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 12.250,00

VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschla-
ger- Me
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 04/2016
OBJETO: "Aquisição de Bombonas de água mineral de 20 Litros
recargas de gás GLP de 13 kg e 45 kg, café, açúcar e chá para as
diversas secretarias do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 5.897,60
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Comércio de Bebidas
Grasel Ltda- Me
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 04/2016
OBJETO: "Aquisição de Bombonas de água mineral de 20 Litros
recargas de gás GLP de 13 kg e 45 kg, café, açúcar e chá para as
diversas secretarias do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 9.450,00
VIGÊNCIA: 18.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Filipe comércio de
peças- Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 06/2016
OBJETO: "Aquisição de unhas e fios de lâminas para as retro esca-
vadeiras e motoniveladoras do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 6.210,00
VIGÊNCIA: 19.01.2016 até 31.12.2016
São João do Oeste – 19 de Janeiro de 2016
Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 04/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 01/2016

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ATERRO (AREIA OU ARGILA) COM TRANSPORTE (EM TODO TERRITÓRIO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO) A SER ADQUIRIDO DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA, CUJA FINALIDADE SERVIRÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 45 min do dia 29/01/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 09h do dia 29/01/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 18 de janeiro de 2016.

NATANAEL CANDIDO VIEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

LICITAÇÃO Nº. 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 001/2016

Modalidade – Dispensa nº. 001/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XXVI, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: PUBLICAÇÃO LEGAL E DIVULGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO, TAIS COMO: LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, COMUNICADOS E AFINS, VEICULADO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR, NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, PARA ACESSO AO SISTEMA DE N.F ELETRÔNICA CONJUGADA (NFe-C) E GESTÃO DA ABERTURA, ALTERAÇÃO E BAIXA DE EMPRESAS MEDIANTE O REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO (REGIN).

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016

VALOR DO OBJETO: R\$ 6.960,00,00 – TOTAL.

São João do Sul - SC, em 04 de Janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DANIEL MONTEIRO DA SILVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

São Joaquim

PREFEITURA

GABARITO PROVISÓRIO CONCURSO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

LOCAIS DE PROVAS

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Gabarito Provisório do Concurso Público nº 02/2015 conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	D	A	B	C	B	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	C	C	A	D	D	A	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	C	C	D	B	A	C	C	A

CONTADOR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	A	B	A	C	B	A	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	B	C	B	C	B	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	B	C	D	D	B	A	C	B

COORDENADOR JURÍDICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	A	B	A	C	B	A	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	B	C	B	C	B	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	B	C	D	D	B	A	C	B

FARMACÊUTICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	A	D	C	A	C	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	D	B	D	C	B	A	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	D	A	A	C	C	D	B

MOTORISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	A	C	C	B	D	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	B	C	B	A	A	D	D

OPERADOR DE MÁQUINAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	A	C	C	B	D	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	B	C	B	A	A	D	D

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	B	D	C	D	D	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	D	A	A	B	C	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	B	C	A	B	C	A	B	C	C

PROFESSOR DE ARTES 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	D	D	D	A	D	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	A	D	D	C	B	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

C	B	C	A	A	A	D	C	A	A

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	B	A	D	A	C	B	D	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	C	A	D	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	A	D	D	C	A	B	A

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	A	C	A	C	B	C	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	D	B	C	B	A	A	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	C	A	B	D	A	A	B	D

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	C	B	B	D	B	B	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	D	A	C	B	A	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	A	B	D	C	A	B	A	C

PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	C	B	A	C	B	B	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

A	C	A	D	B	D	A	A	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	D	C	C	A	C	C	B	D

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	D	A	B	B	A	C	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	D	A	C	A	C	D	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	C	D	A	C	D	B	D	A	B

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	B	A	A	D	D	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	B	D	A	C	A	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	A	B	D	A	B	D	C	B

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	B	A	A	D	D	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	B	D	A	C	A	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	A	B	D	A	B	D	C	B

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

A	B	D	A	B	C	B	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	C	C	A	D	D	A	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	C	C	D	B	A	C	C	A
TÉCNICO EM INFORMÁTICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	A	D	C	B	A	C	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	C	D	C	A	D	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	C	A	A	B	C	A	B	B

Fica aberto prazo de recursos contra gabarito e questões nos dias 18 e 19 de janeiro de 2016, conforme item 8 do edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 17 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

GABARITO PROVISÓRIO SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

GABARITO PROVISÓRIO

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Gabarito Provisório do Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

2º PROFESSOR 20H									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	C	A	D	A	B	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	C	B	A	B	C	A	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	B	A	A	D	D	B	C
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF ESTRELA BRILHANTE									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	A	B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF FLOR DE LIZ

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	A	B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF GIRASSOL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	A	B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF NOVOS TEMPOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	A	B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF RAI DE SOL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	A	B

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FAXINEIRA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	D	A	C	A	B	A

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDEIRA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	D	A	C	A	B	A

ENFERMEIRO DE SAMU

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

C	B	D	A	A	D	C	B	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	A	B	C	B	D	C	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	C	B	A	D	D	B	B	D

MOTORISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	B	C	B	A	C	A	C	D

ORIENTADOR DE PINTURA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

ORIENTADOR DE TECELAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	C	A	C	A	B	B	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	C	A	A	C	B	A	D	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	A	C	A	B	B	D	A	C

PROFESSOR ANOS INICIAIS 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	B	D	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	D	C	B	B	A	C	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	D	A	C	C	B	C	C

PROFESSOR DE ARTES 10H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	A	B	B	B	B	B	D	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	C	C	C	A	A	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	B	A	D	B	C	D	D	A

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	B	C	A	C	A	C	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	B	C	D	C	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	C	A	B	A	D	C	B	B

PROFESSOR DE DANÇA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	A	B	B	D	A	B	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	B	A	B	B	A	C	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	A	C	D	B	A	C	D	A	B

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	D	A	C	A	D	C	C	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	D	C	B	D	A	D	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	C	A	C	D	B	B	D	D	B

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	D	A	C	A	D	C	C	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	D	C	B	D	A	D	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	C	A	C	D	B	B	D	D	B
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	B	C	A	C	C	C	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	C	C	B	A	C	B	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	B	C	D	A	B	B	D	B
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	B	C	C	C	A	C	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	D	D	B	B	C	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	C	C	B	C	C	C	D	C
PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	B	C	C	B	B	B	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	B	D	D	C	D	D	B	C

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	D	A	D	A	B	A	D	A

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	D	B	B	D	A	C	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	A	D	B	D	A	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	B	A	A	B	A	C	D	D

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	B	A	D	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	C	B	C	B	A	C	B	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	D	C	D	A	D	D	C	C	D

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	B	A	D	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	C	B	C	B	A	C	B	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	D	C	D	A	D	D	C	C	D

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	D	B	D	A	A	B

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	D	C	C	B	B	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	D	B	C	A	C	B	D	C

PROFESSOR DE MÚSICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	D	A	C	D	B	D	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	D	A	A	C	C	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	D	B	A	D	C	D	A	D

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	A	B	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	A	A	D	A	C	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	C	A	B	A	A	A	D

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 30H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	A	B	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	A	A	D	A	C	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	C	A	B	A	A	A	D

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 40H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	A	B	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	A	A	D	A	C	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	C	A	B	A	A	A	D

PROFESSOR DE TURISMOLOGIA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	B	B	C	D	C	B	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	A	A	D	D	C	A	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	D	A	C	A	B	D	D

PROFESSOR DO AEE 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	C	A	D	A	B	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	C	B	A	B	C	A	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	B	A	A	D	D	B	C

PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	B	C	A	C	C	C	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	C	C	B	A	C	B	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	B	C	D	A	B	B	D	B

Fica aberto prazo de recursos contra gabarito e questões nos dias 18 e 19 de janeiro de 2016, conforme item 8 do edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 17 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

PROCESSO 04/2015 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 04/2016

Tomada de Preço 02/2016

Objeto: Contratação de empresa para ampliação e pintura da EEBM JARBAS AMARANTE FERREIRA na localidade do Boava.

Tipo: Menor Preço global

Abertura: 12/02/2016 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 268.238,58

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 18 de janeiro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal.

VENCIMENTO IPTU**C O M U N I C A D O**

A Prefeitura Municipal de São Joaquim comunica e torna público aos senhores contribuintes que o IPTU ano de 2016 está sendo entregue via correio.

As cotas únicas terão desconto de:

- 15% para pagamento até o dia 12/02/2016, ou,
- Desconto de 10% para pagamento até o dia 11/03/2016, ou,
- Desconto de 5% para pagamento até o dia 31/03/2016.
- Outra opção que o contribuinte terá é parcelar em até quatro vezes, vencendo a primeira parcela no dia 31/03/2016.

Os contribuintes que não receberem o seu carnê via correio, terão a opção de retirar o talão via internet através do endereço eletrônico www.saojoaquim.sc.gov.br através do link CIDADÃO WEB ou procurar a segunda via diretamente na Prefeitura a partir do dia 10/02/2016. Para cumprimento do que determina a Lei Municipal nº 4.282/2014 de 03 de dezembro de 2014, informamos que estão sendo encaminhadas ao Cartório Local todas as dívidas de contribuintes junto ao Município.

Repassamos que as dívidas encaminhadas para Cartório serão cobradas a vista não tendo a possibilidade de parcelar. Os contribuintes que quiserem evitar despesas extras podem procurar a Prefeitura Municipal antes do encaminhamento ao Cartório onde terão a opção de parcelar suas dívidas em até 36 vezes com valores fixos e sem reajuste.

Caso tenha dúvidas se possui débito junto ao Município, você poderá verificar possíveis pendências no endereço eletrônico www.saojoaquim.sc.gov.br ou no Setor de Tributação diretamente na Prefeitura.

São Joaquim (SC), 18 de Janeiro de 2016.

Secretario Municipal da Fazenda

Município de São Joaquim – SC

Setor de Tributação

São José

PREFEITURA

COMUNICADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 033/2015

COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 477/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 033/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PAA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRAPICHE FIXO E FLUTUANTE, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO EM PAVERS, PAISAGISMO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA ORLA DA PRAIA DO GUARAREMA E ENTORNO IMEDIATO, LOCALIZADA NO BAIRRO PONTA DE BAIXO, SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que não ocorreu a abertura dos envelopes de propostas em virtude da impetração de recurso administrativo. Tão logo seja respondido o recurso, será levado ao conhecimento de todos os interessados nova data para abertura.

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC - Fone: 3381-0100, das 13 às 18 horas.

São José, 18 de janeiro de 2016
Leonardo Wiethorn Rodrigues
Presidente da CPL

CONVÊNIO N. 053/PMSJ/SAS/FMAD/2015

CONVÊNIO N. 053/PMSJ/SAS/FMAD/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Instituto Redenção. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal Antidrogas, destinados ao Serviço de Acolhimento de pessoas adultas, de ambos os sexos, incluindo os transexuais, com dependência química. VALOR: R\$ 341.382,00 (trezentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e dois reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023, 3.3.50.43.00.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2016 a 31/12/2016. LOCAL E DATA: São José, SC, 21 de dezembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Orvino Coelho de Ávila e Norma Warmling pelo Município de São José e Alceu Daud de Mello, pelo Instituto Redenção.

DECRETO Nº 5586/2016

DECRETO Nº 5586/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor PEDRO ROBERTO DA ROCHA do cargo de Diretor de Cerimonial – CCM7, com lotação no Gabinete da Prefeita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL DE SELEÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS Nº 01/FUNESJ/2016

EDITAL DE SELEÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS Nº 01/FUNESJ/2016

A Prefeitura de São José, através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ, torna público o presente Edital de Chamada para Seleção, destinado a entidades sem finalidades lucrativas, interessadas em executar EVENTOS ESPORTIVOS no Município de São José (SC).

1 INSTRUÇÕES AO PROPONENTE

1.1. O objetivo destas Instruções é determinar os procedimentos que orientarão o presente processo de chamada pública para seleção de projetos de eventos esportivos para patrocínio da FUNESJ até a formalização do respectivo Termo de Convênio. Alegações de desconhecimento dessas Instruções não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas na apresentação do PROJETO.

1.2. O PROPONENTE deve seguir, rigorosamente, as Instruções. A não observância de quaisquer de suas disposições poderá levar à

desclassificação do PROJETO, independentemente dos motivos que possam ser alegados.

1.3. É de responsabilidade do PROPONENTE certificar-se, periodicamente, quanto a emissão de eventuais avisos, aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este EDITAL, os quais serão disponibilizados através do e-mail informado no projeto e da fan page da FUNESJ no Facebook. É importante que o PROPONENTE acesse o referido e-mail periodicamente a partir da inscrição do PROJETO.

1.4. Não será aceita, em nenhuma hipótese, a inscrição e entrega do PROJETO de forma diferente do previsto nas instruções estabelecidas neste EDITAL. A correção de eventual erro deverá ser feita somente via internet, através de uma nova inscrição do mesmo projeto.

1.5. A inscrição do PROJETO poderá ser feita via e-mail ou através do protocolo direto na sede da Fundação de Esportes, conforme definido nestas instruções em itens seguintes.

1.6. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Superintendência.

1.7. A FUNESJ não se responsabilizará pelo fornecimento de e-mail inconsistente para a comunicação com o PROPONENTE durante o período de avaliação e/ou seleção dos PROJETOS. É de responsabilidade do PROPONENTE verificar seus e-mails diariamente, bem como sua pasta de SPAM e dar o retorno nos prazos estipulados.

1.8. Caso o Proponente tenha qualquer dúvida com relação ao Edital e seus anexos, deve requerer à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José a interpretação ou esclarecimento, antes da apresentação de seus documentos, através do e-mail convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

1.9. Cronograma:

1.9.1. Lançamento do Edital: 18/01/2016

1.9.2. Apresentação dos Projetos: Antecedência mínima de 30 dias da data proposta para o evento

1.9.3. Intimação para adequação: 48 horas após a data de protocolo

1.9.4. Prazo para adequação: 48 horas após a data de intimação

1.9.5. Publicação do resultado final: 15 dias após a data de protocolo

2 DO OBJETO

2.1. O presente Edital objetiva selecionar entidades, sem fins lucrativos, interessadas em executar eventos esportivos no Município de São José, com investimentos específicos, por meio de celebração de Convênios de Cooperação no ano de 2016.

2.2. Os eventos deverão prever contrapartida social a ser definida no Termo de Convênio.

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar na condição de proponentes, para este edital, pessoas jurídicas, sem finalidade econômica, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva, ainda que não exclusiva.

3.2. As PROPONENTES deverão estar cientes de que a responsabilidade pela retirada de licenças e alvarás necessários são de sua exclusiva responsabilidade, assim como a organização e o zelo pela segurança física e patrimonial das pessoas e bens envolvidos no evento.

3.3. Não são passíveis de patrocínio projetos cujos PROPONENTES:

a) Estejam inadimplentes junto à FUNESJ por irregularidade na prestação de contas, ou ao Município de São José;

b) De entidades que estejam inadimplentes com os encargos da Federação e/ou Confederação;

c) De membros da Comissão de Avaliação de Projetos, bem como cônjuge e os parentes até o 3º (terceiro) grau, inclusive;

d) De detentores de cargos de confiança na administração municipal, bem como cônjuge e os parentes até o 1º (primeiro) grau;

f) Estejam em débito junto a órgão ou entidade da Administração pública municipal, pertinentes a obrigações fiscais ou contribuições legais.

3.4. Não são passíveis de patrocínio PROJETOS:

a) De cunho exclusivamente político-partidário e/ou religioso;

b) Que prejudiquem a imagem da FUNESJ;

c) Que envolvam jogos de azar e/ou especulativos;

d) Que estimulem o uso de álcool ou outras drogas;

e) Que incentivem qualquer forma de violência;

f) Que causem ou possam vir a causar impacto negativo ao meio ambiente;

g) Que usem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

h) Com má reputação ou falha de integridade;

i) De natureza discriminatória, tais como, preconceito ou distinção de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, política e posição social.

4 DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição será gratuita, aberta e direta, mediante envio de projeto nos moldes do Anexo 1 e da documentação conforme relação do Anexo 2.

4.2. Os projetos encaminhados por meio eletrônico devem ser encaminhados para o e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br, no formato .doc, acompanhado da documentação em formato .pdf.

4.3. O título do e-mail ou o envelope de protocolo devem indicar a razão social do PROPONENTE e fazer referência ao Edital, nos moldes: **RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE / REF. EDITAL DE SELEÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS Nº 01/2016/FUNESJ**

4.4. A documentação incompleta implica na desclassificação do projeto.

4.5. O ato da inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital, regulamentos e Leis vigentes.

4.6. A inscrição não garante ao proponente a seleção do respectivo projeto, não gera obrigação de contratação à FUNESJ e não gera a obrigação de patrocínio ao projeto pelo valor solicitado.

4.7. Cada tópico do projeto deverá ser preenchido de forma objetiva e sucinta, conforme a metodologia explicada no próprio modelo (Anexo 1). Será indeferido o projeto que não preencher os requisitos enumerados neste Edital ou não apresentar todos os itens discriminados em seu Anexo 1.

4.8. A prova de protocolo será feita mediante carimbo da Fundação ou através da confirmação de recebimento do e-mail. Caso não receba a confirmação, o PROPONENTE deve entrar em contato pelo telefone (48) 3241-3511 e solicitar contato com o Setor de Convênios da FUNESJ.

5 DA ANÁLISE DOS PROJETOS DE EVENTOS ESPORTIVOS

A análise dos projetos de eventos esportivos será feita pela Superintendência da FUNESJ, com base nos critérios de interesse do município e disponibilidade orçamentária. A seleção não implica na sua aprovação pelo valor solicitado. A FUNESJ se reserva do direito de decidir o valor do aporte destinado a cada projeto.

6 FORMALIZAÇÃO E TERMOS DO CONVÊNIO

Os PROPONENTES que tiverem seus projetos aprovados deverão apresentar a documentação para conferência, no caso de protocolo por meio eletrônico. Após, o projeto (Anexo 1) será transcrito para um Plano de Trabalho que será vinculado ao Convênio e deverá ser assinado e estritamente cumprido pela entidade.

7 DAS CONTRAPARTIDAS

As contrapartidas oferecidas à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, serão exigidas no Termo de Convênio, conforme peculiaridades de cada evento.

8 PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas final deverá ser apresentada dentro das normas do Termo de Convênio firmado entre a Entidade e a FUNESJ, do Manual de Prestação de Contas e da Lei nº 8.666/93.

8.1.1. A prestação de contas deverá ser apresentada em até 30 dias após o término da vigência do Termo de Convênio;

8.1.2. A não apresentação da prestação de contas, o atraso não justificado dos trabalhos e/ou a existência de Prestação de Contas com pendências não solucionadas em tempo hábil poderá, a critério exclusivo da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, implicar no cancelamento de futuros aportes e demais providências legais cabíveis;

8.1.3. A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José solicitará a prestação de contas dos projetos conveniados, comprometendo-se o beneficiário a disponibilizar a qualquer momento todas as informações solicitadas.

9 REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo o presente edital poderá ser revogado, reestruturado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

São José (SC), 18 de Janeiro de 2016.

Karoline Silva Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Antenor Paes de Castro Superintendente Adjunto da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José
---	---

ANEXO 1 – ROTEIRO DE PROJETO (modelo obrigatório)

Campo 1 – o projeto deve ter um nome próprio, indicar o tipo de evento e qual a modalidade proposta.

1. NOME DO PROJETO	
TIPO DE EVENTO:	MODALIDADE:

Campo 2 – todas as lacunas deste campo são de preenchimento obrigatório, o e-mail de contato deve ser aberto periodicamente, haja vista ser através do mesmo os avisos quanto a este processo seletivo.

2. PROPONENTE	
NOME DA ENTIDADE:	
CNPJ:	LOGRADOURO (AVENIDA, RUA, ALAMEDA. ETC):
N.º:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:	COMPLEMENTO:
TELEFONE (S):	CEP:
REDES SOCIAIS:	E-MAIL:
SITE:	
ANO DE CRIAÇÃO:	ANOS DE ATIVIDADE:
BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:	

Campo 3 – as informações devem ser fiéis aos documentos entregues em conjunto com o “Plano”; qualquer divergência implicará em solicitação de retificação do Plano, atrasos e até inviabilizar a assinatura do convênio.

3. PRESIDENTE DA PROPONENTE		
NOME:		CPF:
RG / ÓRGÃO EXP.:		TELEFONE (S):
DATA DA POSSE	DURAÇÃO DO MANDATO:	E-MAIL:

Campo 4 – neste campo deverá ser indicada a(s) pessoa(s) responsável(is) pelo acompanhamento técnico do projeto e prestação de contas do convênio – execução, aplicação financeira, metas, indicadores – será, também, o interlocutor entre o núcleo, o órgão proponente e/ou a Superintendente. O responsável técnico deve, obrigatoriamente, estar inscrito no CREF e/ou estar devidamente registrado na Federação e/ou Confederação da respectiva modalidade:

4. RESPONSÁVEL TÉCNICO	
NOME:	CPF:
RG / ÓRGÃO EXP.:	TELEFONE (S):
Nº REGISTRO / FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO / CREF:	

Campo 5 – informar neste campo o objetivo do convênio, fazendo um breve resumo do projeto e os dados principais do projeto.

5. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO	
(descrever o evento, indicar histórico do evento caso já tenha sido executado alguma vez, anexar fotos e reportagens ao final do projeto, enriquecer de detalhes)	
PREVISÃO DE INÍCIO DO EVENTO:	TÉRMINO DO EVENTO:
PÚBLICO ALVO:	META QUANTITATIVA DE ATENDIMENTO:

Campo 6 – neste campo deverá ser indicado o nome do Local onde se propõe o desenvolvimento da atividade, exemplo: "Escola Municipal" ou "Ginásio Municipal", e seu endereço completo.

6. LOCAIS DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO:		
NOME DO LOCAL:		
AV./RUA e Nº:	BAIRRO:	QTD. DE BENEFICIÁRIOS:

Campo 7 – neste campo deve-se explicar os motivos da implantação do Projeto.

7. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Campo 8 – relacionar as metas e objetivos inerentes às pessoas nele envolvidas. Lembre-se que a essência da diferença entre meta e objetivo está em que o objetivo é um alvo qualitativo, enquanto a meta é um alvo quantitativo. Em outras palavras, a meta é a quantificação de um objetivo.

8. METAS, OBJETIVOS, PLANO DE MÍDIA
OBJETIVOS:
METAS:
PLANO DE MÍDIA:

Campo 9 – No orçamento deve-se relacionar o valor total do projeto apresentado.

9. ORÇAMENTO	
Fonte	Valor do Investimento Solicitado
Município de São José (FUNESJ)	

Campo 9.1 – No orçamento resumido, a proponente deve relacionar os custos resumidos por tipo de despesa. Deve-se criar tantos itens quanto forem necessários, numerando-os sequencialmente. Por exemplo:

9.1 ORÇAMENTO RESUMIDO	
Item de Custo	Valor total
1. Materiais de divulgação	
2. Recursos humanos	
3. Locação de estruturas	

Campo 9.2 – No orçamento analítico os números dos itens de custo se tornam códigos e cada item deve ser descrito da forma mais minuciosa possível.

9.2 ORÇAMENTO ANALÍTICO						
1. Cód.	2. Item / Balizamento	3. Qtd	4. Unid.	5. Duração	6. Vlr Unit.	7. Vlr Total (3x5x6)
1. Materiais de divulgação						
1.1..	Banners	3	Unidades	1	R\$ 120,00	R\$ 360,00

Campo 9.3 – O cronograma de desembolso é fundamental para correta execução do convênio. Nele estará prevista também a forma de pagamento da FUNESJ, em parcela única ou não, conforme exemplo:

9.3 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
Data de Pagamento	Valor (R\$)
Total:	R\$

Campo 10 – A conta bancária deve ser vinculada ao projeto e, por conseguinte, ao convênio.

10. DADOS BANCÁRIOS

BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:	OPERAÇÃO:
--------	----------	--------	-----------

ORIENTAÇÕES FINAIS:

- 1 Todos os valores expressos no Plano de Trabalho, deverão estar em Reais;
- 2 A entidade pode acrescentar, após os campos exigidos, outros campos que achar convenientes, haja vista que quanto mais detalhes acrescentados ao Projeto, melhor, mas é necessário muito cuidado e atenção para que não se fuja do escopo do Projeto;
- 3 Quando julgado necessário e pertinente, pode-se acrescentar campos e lacunas no plano, acrescentando-se linhas às planilhas. O espaço de cada campo/lacuna não é fixo, podendo ser ampliado conforme a necessidade.

ANEXO 2 - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES EM 2016

Deverão ser encaminhados digitalizados juntamente com o projeto (Anexo 1) os seguintes documentos:

1. Documentos da Entidade e Responsáveis

- Estatuto da Entidade;
- Ata de Posse;
- CPF e RG, ou CNH do Presidente
- CPF e RG, ou CNH do Tesoureiro
- CPF e RG, ou CNH do Responsável Técnico
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social (INSS)
- Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;
- Prova de regularidade com a Previdência Social;
- Prova de regularidade fiscal relativa e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- Pareceres positivos das Prestações de Contas do exercício de 2015, caso tenha recebido algum valor da PMSJ, no exercício de 2015;

As certidões deverão estar válidas na data limite determinadas no preâmbulo deste Edital. Quando nas certidões não constar o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias da data de emissão. Os pareceres, caso sejam da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, podem ser solicitados através do e-mail convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO NÃO ONEROSA**EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO NÃO ONEROSA**

CEDENTE: RDN SISTEMAS LTDA-ME

CESSIONÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

OBJETO: Constitui objeto deste termo, o compartilhamento da cessão não onerosa do licenciamento de uso, pela cedente à cessionária, do sistema CONSIGSIMPLES – Módulos da consignante e do servidor, de propriedade da cedente a fim de possibilitar a operacionalização e controle das consignações no âmbito da cessionária, junto aos servidores públicos e às consignatárias contratantes do sistema, bem como a prestação dos serviços técnicos e especializados em instalação, manutenção, suporte ao referido sistema, execução do cálculo das margens consignáveis sem ônus quaisquer para a cessionária e seus servidores e prestação de serviços complementares.

PRAZO: O termo vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes por iguais períodos.

LOCAL DE DATA: São José, 15 de janeiro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont pelo Município de São José e Rodrigo Barreiro Santos Rocha Reis pela RDN Sistemas LTDA – ME.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2015 - Processo nº 427/2015. Fornecedor: MITREN SISTEMAS E MONTAGENS VEICULARES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE TRANSFORMAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DE CHASSI DE CAMINHÃO, MARCA VOLVO VM 330, 6X4R, MOTOR DIESEL EURO-5, 6 CILINDROS, POTÊNCIA 330 CV/DIN A220, CABINE DUPLA, ANO FAB/MODELO 2013/2013, CHASSI 93KPOS1D7DE138790, RENAVAL 319144-CAMINHÃO RÍGIDO, ENTRE EIXOS 4800MM EM CAMINHÃO DE COMBATE A INCÊNDIO TIPO AUTO BOMBA TANQUE E RESGATE - ABTR, FORNECIDO PELO CBMSC. Valor Total: R\$ 238.520,00 – duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

SUSPENSÃO "SINE DIE" DA TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2015
COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 474/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE NOVO TELHADO NO TEATRO ADOLPHO MELLO, SÃO JOSÉ, SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, fica SUSPENSO SINE DIE o certame em epígrafe, em virtude da necessidade de alterações no edital.

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC - Fone: 3381-0100, das 13 às 18 horas.

São José, 18 de janeiro de 2016.
Leonardo Wiethorn Rodrigues
Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 001/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 065/2015

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 065/2015

A Câmara Municipal de São José torna público e para conhecimento dos interessados da SUSPENSÃO SINE DIE da Concorrência Pública n.º 001/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA COM COBERTURA DE CIMENTO, COM BASE PARA RECEBIMENTO DE PLACAS FOTOVOLTAICAS, COM ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL DE 3.898,00 M², PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NA AVENIDA BEIRA MAR, PRAIA COMPRIDA, SÃO JOSÉ – SC, para análise de impugnação interposta e pedidos de esclarecimentos realizados pela empresa CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA, CNPJ n.º 04.651.199/0001-79 em 13/01/2016.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Diretoria Administrativa e a Comissão Permanente de Licitações e Contratos, por meio dos telefones 48 3029 1355 e 48 3029 1327.

Fica esclarecido, outrossim, que até o momento permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no respectivo Edital.

São José/SC, 15 de janeiro 2016.
Bruno Gabriel Mello Machado
Comissão Permanente de Licitações e Contratos

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016 - SRP - PR Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/01/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016 - SRP - PR Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/01/2016, às 16:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONNER À SEREM UTILIZADAS DURANTE O ANO DE 2016 PARA AS IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.311, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.311, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

Cria e instala a Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55 da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a Portaria nº 1.813, de 11 de novembro de 2015, do Ministério de Estado da Saúde e demais atos relacionadas à matéria;

Considerando a Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pelo Ministério da Saúde em 11 de novembro de 2015;

Considerando a Diretriz Geral SNCC/2015 (Sala Nacional de Coordenação e Controle para o Enfrentamento à Microcefalia) que cria o Sistema de Coordenação e Controle para intensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito, bem como a Diretriz SNCC nº 1/2015 que orienta Estados e Municípios para a intensificação de ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti no período de vigência da Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

Considerando a Diretriz SNCC nº 2/2015 que orienta Estados e Municípios ao emprego das Forças Armadas para a intensificação de ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti no período de vigência da Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

Considerando o número de casos registrados de dengue em 2015 no estado de Santa Catarina, bem como o risco de introdução e disseminação de febre de chikungunya e zika vírus, bem como suas complicações, dentre elas, a microcefalia em recém-nascidos, torna-se imprescindível a intensificação das ações de controle vetorial no município de São Lourenço do Oeste/SC, este considerado um dos municípios infestados pelo Aedes Aegypti, sendo necessário o envolvimento de diversos setores da sociedade civil e múltiplos órgãos governamentais, além da mudança comportamental da população, em conformidade com o Plano Estadual de Intensificação das Ações de Mobilização e Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, alinhado ao Plano Nacional;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada e instalada a Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, no período de 19 de janeiro a 19 de maio de 2016, com sala física localizada na Policlínica Municipal de Saúde, situada na rua Rui Barbosa, nº 291, centro de São Lourenço do Oeste/SC.

§ 1º A Sala de Situação do Município de São Lourenço do Oeste/SC terá como objetivos:

- I - planejar a execução das ações de mobilização e de combate ao mosquito no Município;
- II - mobilizar pessoal, insumos, equipamentos e logística para a intensificação da campanha de combate ao mosquito;
- III - coordenar, monitorar e supervisionar a execução das ações de mobilização e combate ao mosquito no Município;
- IV - intensificar as ações de combate ao vetor;
- V - gerenciar os estoques de adulticidas e larvicidas;
- VI - informar à Sala Estadual de Coordenação e Controle as necessidades logísticas para o pronto cumprimento da mobilização e combate ao mosquito;
- VII - realizar os levantamentos de dados para os indicadores;
- VIII - consolidar dados e informações sobre a intensificação da campanha de combate ao mosquito;
- IX - remeter dados às Salas de Coordenação e Controle;
- X - integrar as equipes de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias nas atividades de mobilização e combate ao mosquito;
- XI - engajar as equipes de saúde para conscientização e orientação da população;
- XII - envolver professores e alunos das instituições de ensino nas atividades de conscientização e orientação da população;
- XIII - envolver o Ministério Público e o Poder Judiciário na intensificação da campanha;
- XIV - incentivar a participação da sociedade civil organizada;
- XV - conscientizar a sociedade sobre a importância da atuação de

cada cidadão nos cuidados preventivos necessários para evitar a proliferação do mosquito nos ambientes;

XVI - avaliar resultados da intensificação da campanha para orientar a continuidade das ações.

§ 2º As atividades da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, poderão ser prorrogadas por sucessivos períodos, de acordo com o interesse público.

Art. 2º A coordenação da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, será de responsabilidade da servidora pública municipal Ana Claudia Batisti, ocupante do cargo de Gerente de Controle de Epidemiologia e Serviços Conveniados, matrícula nº 3182/01.

Art. 3º Serão participantes da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti os seguintes órgãos, representados pelos membros abaixo designados:

I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

- a) Joel Begnini, ocupante do cargo de Coordenador de Defesa Civil, matrícula nº 1968/01 - titular;
- b) Aline Raquel Dreher, ocupante do cargo de Tecnólogo em Edificações, matrícula nº 1967/01 - suplente.

II - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

- a) Indianara de Bona, ocupante do cargo de Diretora de Fazenda, matrícula nº 3234/01 - titular;
- b) Felipe Alípio, ocupante do cargo de Diretor de Orçamento Participativo, matrícula nº 3308/01 - suplente.

III - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

- a) Cleber Orli Bauer, ocupante do cargo de Gerente de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, matrícula nº 3272/01 - titular;
- b) Jucimar José Garbin, ocupante do cargo de Diretor de Trânsito, matrícula nº 3204/01 - suplente.

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura:

- a) Josemar Marcos Bett, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura, matrícula nº 3283/01 - titular;
- b) Rosângela Correa de Lima, ocupante do cargo de Diretora de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais, matrícula nº 3252/01 - suplente.

V - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Marizete Pieta Tonon, ocupante do cargo de Gerente de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos, matrícula nº 3185/02 - titular;
- b) Ediane Terezinha Gobatto Brunetto, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 192/03 - suplente.

VI - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Rafael Geremia, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3001/95 - titular;
- b) Gilberto Cambuzzi da Silva, ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, matrícula nº 3000/35 - suplente.

VII - Secretaria Municipal de Educação:

- a) Lucia Iliane da Costa, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, matrícula nº 435/01 - titular;
- b) Gilda Valandro, ocupante do cargo de Diretora Geral de Educação, matrícula nº 1394/01 - suplente.

VIII - Corpo de Bombeiros Militar:

- a) Rangel Kehl, 1º Tenente BM, Comandante da 2ª Companhia de Bombeiros Militar - titular;
- b) Edimar Marques Lecca, Soldado BM - suplente.

IX - Polícia Militar:

- a) Sidicler Boschetti, Cabo PM - titular;
- b) Guilherme dos Santos, Soldado PM - suplente.

X - Polícia Civil:

- a) Marcelo Marins, Delegado de Polícia - titular;
- b) Amilton da Silva, Agente de Polícia - suplente.

XI - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional:

- a) Silvana Razini, em representação à 3ª Regional de Saúde - titular;
- b) Juliana Cristina Fedrigo Rucks, em representação à 3ª Regional de Saúde - suplente.

Art. 4º Para as despesas decorrentes da organização e realização das atividades da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 155/2015 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 023/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, BEM COMO, MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA MELHORIA E EXTENSÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS TRAVESAS E RUAS: PREF. ZENO G. ETGES, LUIZ STANGHERLIN, LUCIA HACK, SETE DE SETEMBRO, ADERBAL RAMOS DA SILVA, DOM PEDRO II, MONTE CASTELO, RUI BARBOSA, LEOBERTO LEAL, DUQUE DE CAXIAS, ATÍLIO GALEAZZI, ISaura MORETTO FEUSER, GÍLIO REZZIERI, NEREU RAMOS E, RAULINO LAZARIN, TODAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: EDMAR DA SILVA ME - CNPJ: 11.354.002/0001-03. VALOR: R\$ 425.649,72 (quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos).

TOTAL: R\$ 425.649,72 (quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 21/12/2015.

VIGÊNCIA: 21/12/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.542/2016 - NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.542/2016

NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que edição da Lei Municipal n. 6.257, de 26 de outubro de 2009 e o Decreto Municipal n. 6.883, de 26 de novembro de 2009, que regulamentou a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados como membros da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC):

- I – Coordenador: Suinara Maria Lucca Folmer, servidora pública municipal;
- II – Responsável pela Secretaria da COMDEC: Marta Sotilli, servidora pública municipal;
- III – Responsável pelo Setor Técnico do COMDEC: Alessandro de Matos Alves, servidor público Municipal;
- IV – Responsável pelo Setor Operativo do COMDEC: Michael Magri-
ni, 2º Tenente do BPM, Bombeiro Militar.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 8.045 de 14 de abril de 2014.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 14 de janeiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETONº8.545/2016-APROVADESDOBROAMENTO DO LOTE URBANO N. 61-10, MATRICULADO ORISMO SOB N. 27.6610 DE PROPRIEDADE DE JOSÉ NAIDK E JANDIRA DE ALMEIDA NAIDK, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.545/2016

APROVA DESDOBROAMENTO DO LOTE URBANO N. 61-10, MATRICULADO ORISMO SOB N. 27.6610 DE PROPRIEDADE DE JOSÉ NAIDK E JANDIRA DE ALMEIDA NAIDK, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do lote urbano n. 61-10, , com área de 995,349m², matriculado no ORISMO sob n. 27.661, de propriedade de José Naidk e Jandira De Almeida Naidk, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I – Desdobramento:

a) Lote Urbano nº 61-10-A, com área não edificante de 90,7645 m² e área edificante de 200,00 m², totalizando 290,7645 m², sito na Rua dos Angicos, no Bairro São Sebastião no município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando: ao NORTE: com o lote urbano nº 44, por linha seca medindo 13,303 metros; ao LESTE: com parte do lote rural nº 61 de Gregório Belusso, por linha seca medindo 15,04 metros; ao SUL: com o lote urbano nº 61-10-B, por linha seca medindo 10,303 metros; novamente ao LESTE: com o lote urbano nº 61-10-B, por linha seca medindo 10,00 metros; novamente ao SUL: com o lote urbano nº 61-10-B, por linha seca medindo 21,44 metros; ao OESTE: pela Rua dos Angicos, por linha seca medindo 3,00 metros; novamente ao NORTE: com o lote urbano nº 61-10, por linha seca medindo 13,44 metros; ao NOROESTE: com o lote urbano nº 61-10, por linha curva medindo 7,90 metros; novamente ao OESTE: com o lote urbano nº 61-10, por linha seca medindo 17,00 metros. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 290,7645 m².

b) Lote Urbano nº 61-10-B, com área não edificante de 64,4045 m² e área edificante de 240,06 m², totalizando 304,4645 m², sito na Rua dos Angicos, no Bairro São Sebastião no município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando: ao NORTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 10,303 metros; ao LESTE: com parte do lote rural nº 61 de Gregório Belusso, por linha seca medindo 27,96 metros; ao SUL: com o lote urbano nº 61-08, por linha seca medindo 7,103 metros; ao OESTE: com o lote urbano nº 61-09, por linha seca medindo 15,00 metros; novamente ao SUL: com o lote urbano nº 61-09, por linha seca medindo 24,64 metros; novamente ao OESTE: pela Rua dos Angicos, por linha seca medindo 3,00 metros; novamente ao NORTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 21,44 metros; novamente ao OESTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 10,00 metros. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 304,4645 m².

c) Lote Urbano nº 61-10-C, com área edificante de 400,12 m², sito na Rua dos Angicos, no Bairro São Sebastião no município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando: ao NORTE: com o lote urbano nº 44, por linha seca medindo 18,44 metros; ao LESTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 17,00 metros; ao

SUDESTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha curva medindo 7,90 metros; ao SUL: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 13,44 metros; ao OESTE: pela Rua dos Angicos, por linha seca medindo 22,00 metros. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 400,12 m².

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, Em 15 de janeiro de 2016

João Carlos Valar

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

Schroeder

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE ITEM 43 - CONTRATO Nº. 80/2015 – FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,

CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 80/2015 – FMS

Processo de licitação nº. 47/2015 – FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 22/2015 - FMS

CANCELAMENTO DE ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do item 43 - CLARITROMICINA 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR, referente ao Contrato nº. 80/2015 – FMS, Processo de licitação nº. 47/2015 – FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 22/2015 - FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, vencido pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 00.802.002/0001-02, a qual solicitou cancelamento do item, o qual foi deferido, conforme Parecer nº 0116/2015-PROJUR, sendo então convocada a segunda colocada, conforme ofício nº145/2015-SPGF/SEM de 28 de outubro de 2015, anexo ao processo, a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 67.729.178/0004-91, da qual após várias tentativas de contato através do correio eletrônico e de telefonemas, não obteve-se resposta.

Schroeder, 18 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 003/2016

DECRETO Nº 003/2016 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NILSE TEREZINHA SENHOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a o Art. 33 da Lei Municipal 498/2001 de 10/09/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Exonerada mediante concessão de aposentadoria, a Servidora Publica Municipal NILSE TEREZINHA SENHOR, CPF sob Nº 033.227.359-82, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 11, Grupo 1 (SEG) 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, percebendo o vencimento constante na lei municipal nº 684/2005 de 13/12/2005, e alterações posteriores.

Art. 2 Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Janeiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

PORTARIA 008/2016

PORTARIA Nº 008, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Públicos Municipais JOÃO PAULO GUBERT, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, com lotação no Gabinete do Prefeito, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06.06.2014 a 05.06.2015 serem gozadas no período de 18.01.2016 a 27.01.2016.

Art. 2º. Conceder férias ao Servidor Público, MARCOS HENTZ, ocupante do cargo de TÉCNICO AGROPECUARIA, com lotação no Secretaria da Agricultura, Obras e Transportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 31.12.2014 a 30.12.2015 serem gozadas no período de 18.01.2016 a 16.02.2016.

Art. 3º. Conceder Férias ao Servidor Público Municipal GILMAR ONGHERO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, 18 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2014 a 30.06.2015, a serem gozadas no período de 18.01.2016 a 04.02.2016.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e esta Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 18 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 011-2016

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 011/2016 com a Empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME - CNPJ: 07.753.029/0001-93, para implantação e locação de sistema de informática para gerenciamento do Controle Interno do Município de Tigrinhos/SC, durante o exercício de 2016.

TIGRINHOS/SC, em 18 de Janeiro de 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 12 2015 FUMTRAN

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2015 - FUMTRAN

Às oito horas e dez minutos, do décimo oitavo dia, do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 1832, de 04 de janeiro de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo e, representando a empresa VALDIR LOOS ME, o Sr. Deusdith de Souza Junior e representando a empresa RENATO SCHUMANN EPP, o Sr. Renato Schumann, para abertura dos envelopes de Habilitação da Concorrência Pública nº 12/2015 – FUMTRAN.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta as seguintes empresas: VALDIR LOOS ME e RENATO SCHUMANN EPP.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, bem como encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Trânsito, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil dos mesmos, em especial do item 6.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 6.1.5 – Qualificação Técnica.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e demais representantes.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

MARLISE THEILACKER Presidente	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro	PRISCILA MACEDO Membro
Deusdith de Souza Junior Representando Valdir Loos ME	Renato Schumann Representando Renato Schumann EPP	

ATA CONVOCAÇÃO ABERTURA PROPOSTAS TOMADA DE PREÇO N.º 116 2015 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº 116/2015 - PMT

Às onze horas, do décimo oitavo dia, do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 1832, de 04 de janeiro de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 116/2015 – PMT.

Tendo em vista que, o prazo estabelecido na Ata de Julgamento de Habilitação de 15/12/2015 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 21 de janeiro de 2016, às 08 horas na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER Presidente	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro	PRISCILA MACEDO Membro
----------------------------------	---------------------------------------	---------------------------

EDITAL DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 110116

EDITAL DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 110116

POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA

- NÃO ENVIO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL

A Fazenda Municipal de Timbó, na competência atribuída pelo art. 106 e art. 168, inciso II, da Lei Complementar nº 142/98 (Código Tributário Municipal) notifica os contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS) inscrito no Cadastro Mobiliário Municipal, abaixo relacionados, da autuação de infração por descumprimento de obrigação tributária acessória, especificamente, por deixarem de enviar à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração a Declaração de Informações Fiscais (DIF) referente serviços prestados em uma ou mais competências entre o período abril/2014 a setembro/2015 conforme determinado pelo § 1º do art. 280 da LC nº 142/98 e pelos arts. 1º, 3º e 4º, inciso I, art.14 e art. 15, § 1º, do Decreto nº 661/2006.

Ficam os contribuintes autuados sujeitos ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) UFM's, conforme previsto no art. 198, inciso II, alínea "a" da LC nº 142/98 c/c art. 17, inciso I, do Decreto nº 661/2006, estando intimados para, no prazo de 30 (trinta) dias corridos e da publicação deste edital contados, recolher ao Município o valor da multa aplicada ou apresentar sua defesa por escrito ao Secretário Municipal da Fazenda e Administração.

INSCRIÇÃO MUNI-CIPAL	NOME/RAZÃO SOCIAL DO CONTRIBUINTE	COMPETÊNCIA(S) PENDENTE(S)	AUTO DE INFRAÇÃO
10889	ANGELA ZAKOSTELSKY NEVES GAA ME	Abril/2014 a Julho/2015	23/2015
11804	GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	Janeiro/2015 a Março/2015 e de Maio/2015 a Julho/2015	29/2015
9075	E.W & C.A EMPREENDIMENTOS LTDA	Dezembro/2014 a Setembro/2015	36/2015
12291	T2 CONSTRUTORA LTDA ME	Junho/2015 a Setembro/2015	38/2015

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de janeiro de 2016.

Daniela Rosália Witthoeft Krambeck	Elisa Menestrina Fachini
Fiscal de Tributos - Matr. 9652	Fiscal de Tributos - Matr. 275140

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 101 2015 - PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de peças do tipo lâmina, unha, suporte, parafuso e demais peças complementares para uso na linha pesada da frota da secretaria de obras.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda; R.T Tratores Comércio de Peças e Serviços Ltda. Epp; Julio Silvestri Filho Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 79.927,00 (setenta e nove mil novecentos e vinte e sete reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/10/2015

Timbó, 16/10/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

União do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 001/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 001/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contratação dos serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação.

VALOR: R\$ 2.808,00 (Dois mil oitocentos e oito reais).

BASE LEGAL: Dispensa de Licitação, 001/2016, Art. 24, inciso XIII primeira parte, e inciso XVI segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93.

RECURSOS: 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica)

DATA DA ASSINATURA: 05 de Janeiro de 2016.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/01/2016 à 31/12/2016.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente da Câmara

CONTRATO 002/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 002/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste

CONTRATADO: FELIPE TOMAZELLI ME

OBJETO: Contratação dos serviços de internet via rádio, com velocidade de 2 MB FULL.

VALOR: R\$ 2.398,80 (Dois mil trezentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)

RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

DATA DA ASSINATURA: 05 de Janeiro de 2016.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/01/2016 à 31/12/2016.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente da Câmara

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PR 08/2016/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2016/PMU

Objeto: aquisição parcelada de peças (novas e de boa qualidade) e serviços para manutenção de veículos escolares. Entrega dos envelopes: até as 08h30 dia 03/02/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 08h30 dia 03/02/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência Rosane Zatta-Pregoeira

Vidal Ramos

PREFEITURA

DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 13/2016 - CLUBE FLUMINENSE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 13/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2016

Reconheço a Dispensa de Licitação para a locação de um imóvel localizado em Vidal Ramos, Rua Pedro Weber - de propriedade do CLUBE ESPORTIVO FLUMINENSE, inscrito no CNPJ sob o nº 83.603.019/0001-50, conforme especificações do objeto abaixo:

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, SITO NO PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO PARA USO DO SALÃO E CANCHA DE BOCHA PARA ENCONTROS DA TERCEIRA IDADE, CAMPO DE FUTEBOL PARA ESCOLINHA DE ESPORTE E OUTROS EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Justificativa: a presente aquisição por processo de dispensa de licitação justifica-se em flagrante interesse público, uma vez que o imóvel que se pretende locar fica localizado na área central do Município de Vidal Ramos, na qual atende as necessidades Da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, e também por não existir outro imóvel disponível que se enquadre nas condições estabelecidas pelo Município.

O preço está compatível com o praticado no mercado imobiliário ao preço de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pago em parcela única. A administração poderá explorar o espaço durante o exercício de 2016.

Fundamento: A presente dispensa fundamenta-se no art. 24 - X da Lei nº 8.666/93, em face a solicitação feita pelo Sr. Laercio da Cruz - Prefeito Municipal.

Vidal Ramos-SC, 18 de janeiro de 2016.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO Nº. 01/2016 - SESC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016

RATIFICAÇÃO

LAERCIO DA CRUZ, Prefeito do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso III, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98, RATIFICA a Dispensa de licitação para a contratação direta da empresa: SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO – SESC AR/SC, estabelecida na RUA FELIPE SCHIMITD, 117, EDIFÍCIO SOARES GLAVILA - CENTRO – FLORIANÓPOLIS – SC, CEP 88010-002, inscrita no CNPJ sob o número 03.603.595/0001-68. Para A EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE AUTORIA DO SESC, 05 ETAPAS DO PROJETO BAÚ DE HISTÓRIAS – 10 apresentações, 03 ETAPAS DO PROJETO EMCENACATARINA, 03 CIRCUITOS SESC DE MÚSICA E 03 ETAPAS DO PROJETO SONORA BRASIL PARA 2016, com fundamento na justificativa e no artigo 24, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), divididas em parcelas mensais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a começar no mês de abril em favor da empresa SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO – SESC AR/SC, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 18 de janeiro de 2016

LAERCIO DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 005/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. EDELGARTH IRMA MOLDENHAUER	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	12.650/16, DE 07/01/2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 13 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 006/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/16
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. MARILICE ALVES MOREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 13 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 007/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/16
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. EDINA APARECIDA DOS SANTOS VIRGUTZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na

Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 15 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 07/2016

Termo Aditivo nº 07/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 08/2014

Processo: CC nº 05/2013-PMV

Contratado: COMERCIAL VITHI LTDA - ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Outorga de Permissão de Uso do espaço público - Banca de Revistas por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 27 de janeiro de 2016 até o dia 26 de janeiro de 2017.

Data: 18/01/2016.

TERMO ADITIVO Nº 08/2016

Termo Aditivo nº 08/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 09/2014

Processo: CC nº 03/2013-PMV

Contratado: FORMIGÃO LANCHES LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Outorga de Permissão de Uso do espaço público - Bar e Lanchonete do Centro Poliesportivo Medalhão por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 27 de janeiro de 2016 até o dia 26 de janeiro de 2017.

Data: 18/01/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 16 de Dezembro de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 22/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 16/12/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISICAO DE COMBUSTIVEL PARA USO NOS VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL., para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

6225.1 - AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	OLEO DIESEL S500		210.000,00	3,22	676.200,00
00004	LITRO	ALCOOL		20.000,00	2,94	58.800,00
Total do Fornecedor: 735.000,00 (SETECENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS)						

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	LITRO	OLEO DIESEL S10		100.000,00	3,25	325.000,00
00003	LITRO	GASOLINA		40.000,00	3,79	151.600,00
Total do Fornecedor: 476.600,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL E SEISCENTOS REAIS)						
Total da Licitação: 1.211.600,00 (HUM MILHAO E DUZENTOS E ONZE MIL E SEISCENTOS REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 22/2015 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

- 1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 16 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP

EDIO REGIS FISTAROL

Contratada

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

MARINEUSA FOSSA BERNARDY

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 001/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: ADL COMERCIAL EIRELI
CNPJ: 15.267.298/0001-78
OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.
PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.
PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017
VALOR: R\$4.752,00.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 002/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO
CNPJ: 00.802.002/0001-02
OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.
PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.
PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017
VALOR: R\$12.657,60.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 003/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME
CNPJ: 09.053.748/0001-27
OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.
PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.
PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017
VALOR: R\$3.445,00.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 004/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: GISIANE MATILDE VIEIRA ME
CNPJ: 10.790.021/0001-01
OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.
PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.
PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017
VALOR: R\$10.007,00.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 005/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
CNPJ: 20.081.724/0001-14
OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.
PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.
PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017
VALOR: R\$650,00.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 006/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: M.H.M DO COUTO COMERCIAL - ME
CNPJ: 97.533.241/0001-38
OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.
PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.
PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017
VALOR: R\$10.943,00.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 007/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: MARCIO MORGUENROTH - EPP

CNPJ: 03.510.665/0001-33

OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.

PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017

VALOR: R\$2.822,52.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 010/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: SANDRO VILMAR PIRES - ME

CNPJ: 09.253.952/0001-91

OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.

PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017

VALOR: R\$5.736,00.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 008/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 15.275.465/0001-22

OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.

PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017

VALOR: R\$5.230,00.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 009/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: PROHOSPITAL SUL LTDA

CNPJ: 05.077.346/0001-01

OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE conforme programa do ministério da saúde, proposta 11347.201000/1140-01.

PRAZO DE ENTREGA 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

PRAZO VIGÊNCIA 04/01/2016 a 04/01/2017

VALOR: R\$10.046,00.

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº GS 009/2016

DECRETO Nº GS 009/2016
HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDITAL Nº 007/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GELSON SAIBO, Prefeito do Município de Xanxerê/SC, em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos, conforme relação anexa, parte integrante desde Decreto, referente ao Edital nº 007/2015, de 17 de dezembro de 2015, da Secretaria Municipal de Saúde, considerando-os aptos para realizarem o teste seletivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH GS 025/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
PORTARIA RH-GS Nº 025/2016
CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC; em Exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei nº HW 1.776/91 Art. 78.
RESOLVE

CONCEDER Férias a partir de 19.01.2016 a 17.02.2016 a Servidora Pública Municipal a Sr.(a) SILVIA MARA BORG SAIBO, brasileira (a), casada (a), residente e domiciliado(a) na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 1.698.774 e CPF nº 666.204.499-72, nomeado (a) conforme Decreto JB. nº 50/95, no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com carga horária de vinte (20) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Para fazer frente às despesas decorrentes destas férias, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar as Férias a partir do dia 19.01.2016. Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 19 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº RH-GS 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-GS 024/2016

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06.

RESOLVE

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração e Finanças a Sra. ANDREIA PEDROSO, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora CI nº 4.036.180 e CPF nº 033.436.499-02, nomeada conforme Decreto nº AM 042/2007, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Determinar que esta designação vigore a partir de 19.01.2016 por período indeterminado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a designação a partir do dia 19.01.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 19 de Janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em exercício

PREGÃO Nº 0006/2016

AVISO DE LICITAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0006/2016, tendo como objeto os Serviços de Transporte Escolar na Linha 04. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 04 de fevereiro de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 14 de janeiro de 2016. Gelson Saibo – Prefeito Municipal em exercício.

Xavantina

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2016 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2016 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2016 PMXV, por interesse do Município de Xavantina.

Xavantina/SC, em 18 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

PE 003/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para a possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a aquisição de material de copa e cozinha para utilização nas escolas da rede municipal de ensino infantil e fundamental, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 29/01/2016, no endereço eletrônico: www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Abertura: dia 29/01/2016, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 19 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 335

DECRETO Nº 335/2015

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4121/2015 de 27 DE OUTUBRO DE 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Divida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.2.90.00.00	01.00	140.000,00
4.6.90.00.00	01.00	360.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	500.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

DECRETO 336

DECRETO Nº. 336/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 255.858,00,(duzentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e oito reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Divida Publica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	120.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	20.000,00
3.1.90.00.00	01.00	55.858,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	60.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Dívida Pública
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.6.90.00.00	01.00	120.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.50.00.00	01.00	75.858,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	58.000,00
3.3.50.00.00	01.00	2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 03 de novembro de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

DECRETO 343

DECRETO Nº. 343/2015

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providências”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.280.375,00, (um milhão, duzentos e oitenta mil trezentos e setenta e cinco reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.18	800.000,00
3.3.90.00.00	01.01	40.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.19	28.525,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.056 – Cofinanciamento Serviço Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.65.000042	2.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.037 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	11.800,00

Código	Unidade	Projeto atividade
--------	---------	-------------------

04.01	SECRETARIA DE ADMINIS- TRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	22.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
05.01	SECRETARIA DA FAZENDA	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	80.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.02	296.050,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.19	800.000,00
3.1.90.00.00	01.01	40.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.19	28.525,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.056 – Cofinanciamento Serviço Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.65.000042	2.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.037 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	11.800,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRA- ÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	22.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
05.01	SECRETARIA DA FAZENDA	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.02	289.800,00
3.3.50.00.00	01.02	6.250,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 24 de novembro de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

DECRETO 350

DECRETO Nº. 350/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.063 – IGD - BF
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.35-000038	6.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.061 – Piso Básico Fixo
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.35-000036	7.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do SUPERAVIT Financeiro na fonte 01.35 IGD - BF, CFE. EXTRATO EM ANEXO.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 02 de dezembro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

DECRETO 351

DECRETO Nº. 351/2015

"Dispõe sobre a abertura de crédito especial no orçamento de 2015 e dá outras providências".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4130/2015 de 08 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.054 – Cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial Media Complexidade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.65.000041	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.004 – Ampliação do Abastecimento de Agua Potável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.64	10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.053 – Cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial Media Complexidade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.65.000041	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.004 – Ampliação do Abastecimento de Agua Potável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.64	10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

DECRETO 352

DECRETO Nº. 352/2015

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4131/2015 de 08 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.636.000,00 (um milhão seiscentos e trinta e seis mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Divida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.2.90.00.00	01.00	70.000,00
4.6.90.00.00	01.00	106.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.01	400.000,00
3.3.90.00.00	01.01	170.000,00
4.4.90.00.00	01.01	170.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.01	370.000,00
3.3.90.00.00	01.01	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	120.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.028 – Manutenção do Serviços Urbanos
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	150.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	780.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
02.01	GABINETE DO PREFEITO	2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	137.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO	2.021 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	41.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.030 – Manutenção Funcional da Agricultura
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	232.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	2.031 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	251.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	10.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
10.01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.032 – Manutenção das Atividades Assistenciais e Habitacionais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	46.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
12.01	SECRETARIA DA MULHER, JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE	2.034 – Manutenção da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	139.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 09 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

DECRETO 354

DECRETO Nº. 354/2015

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4132/2015 de 08 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.206,00(vinte e cinco mil duzentos e seis reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINIS- TRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	25.206,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	25.206,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 10 de dezembro de 2015.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

DECRETO 388

DECRETO Nº. 388/2015

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4132/2015 de 08 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 872.502,62(oitocentos e setenta e dois mil quinhentos e dois reais e sessenta e dois centavos), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.18	386.901,75
3.3.90.00.00	01.01	158.439,37

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.18	63.827,99
3.3.90.00.00	01.01	5.000,00
3.1.90.00.00	01.01	183.333,51

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.043 – Manutenção do Bloco Piso de Atenção Básica Variável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.38-000012	75.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.19	22.552,99
3.3.90.00.00	01.19	41.275,00
4.4.90.00.00	01.01	188.333,51

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.043 – Manutenção do Bloco Piso de Atenção Básica Variável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.38-000010	19.180,00
3.3.90.00.00	01.38-000012	15.210,00
3.1.90.00.00	01.38-000010	16.000,00
3.1.90.00.00	01.38-000019	12.300,00
3.3.90.00.00	01.38-000021	12.310,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.19	372.077,12
3.2.90.00.00	01.01	896,73
3.3.90.00.00	01.19	14.824,63
4.4.90.00.00	01.01	17.542,64
3.1.90.00.00	01.01	140.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 28 de dezembro de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

LUÍS ANTONIO CIPRIANI
Procurador Geral do Município

DECRETO 389

DECRETO Nº. 389/2015

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 312.530,02(trezentos e doze mil e quinhentos e trinta reais e dois centavos), destinado a reforçar a seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Divida municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.89	312.530,02

Art. 2º - O Crédito aberto por este decreto ocorrerá por conta do excesso de arrecadação na fonte 01.89 Alienação de Bens.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 28 de dezembro de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

LUÍS ANTONIO CIPRIANI
Procurador Geral do Município

DECRETO 391

DECRETO Nº. 391/2015

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4025/2014 de 13 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 254.405,70(duzentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinco reais e setenta centavos), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Divida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	30.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	56.114,70

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	76.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	2.031 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	6.800,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	10.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
12.01	SECRETARIA DA MULHER, JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE	2.034 – Manutenção da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	3.330,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.02	51.661,00

Código	Unidade	Projeto atividade
05.01	SECRETARIA DA FAZENDA	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	20.500,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Dívida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	30.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.71.00.00	01.00	500,00
3.3.50.00.00	01.00	5.350,00
3.3.90.00.00	01.00	42.336,35
4.4.71.00.00	01.00	500,00
4.4.90.00.00	01.00	7.428,35

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	76.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	2.031 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	6.800,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.50.00.00	01.00	10.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
12.01	SECRETARIA DA MULHER, JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE	2.034 – Manutenção da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	330,00
4.4.90.00.00	01.00	3.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.50.00.00	01.02	2.750,00
3.3.90.00.00	01.02	48.911,00

Código	Unidade	Projeto atividade
--------	---------	-------------------

05.01	SECRETARIA DA FAZENDA	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	20.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 31 de dezembro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

DECRETO 392

DECRETO Nº. 392/2015

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4132/2015 de 08 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 755.760,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	51.200,00

Código	Unidade	Projeto atividade
02.01	GABINETE DO PREFEITO	2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	29.600,00

Código	Unidade	Projeto atividade
03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO	2.021 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	10.860,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.030 – Manutenção Funcional da Agricultura
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	75.600,00

Código	Unidade	Projeto atividade
10.01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.032 – Manutenção das Atividades Assistenciais e Habitacionais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	88.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
12.01	SECRETARIA DA MULHER, JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE	2.034 – Manutenção da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	500,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.02	500.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.049 – Manutenção do Fundo de Defesa Civil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	19.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
05.01	SECRETARIA DA FAZENDA	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	62.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.035 – Programa Alimentação Escolar
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	15.760,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.027 – Manutenção das Festividades e Atividades Culturais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	73.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	130.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	20.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Dívida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.2.90.00.00	01.00	86.000,00
3.3.90.00.00	01.00	7.000,00
4.6.90.00.00	01.00	203.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
18.01	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	2.040 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	140.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 31 de dezembro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Associações

AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, no uso de atribuições conferidas pelo art. 26, incisos VIII e X, do Estatuto Social, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a baixa de bens móveis descritos abaixo constantes do cadastro patrimonial da AMOSC, por considerá-los inservíveis, procedendo-se a alienação dos mesmos.

Plaqueta	Descrição do Bem	R\$
574	Microcomputador 486 DX4 100 MHz, prolinea 4/13s, memória ram 12 MB, HD 850 MB.	150,00
678	Máquina Copiadora Work Center - Xerox, Série PNE 002195, com autotransformador.	780,00
709	Microcomputador - drive 3.5 1.44 MB, gabinete P4 4 baias com fonte, gravador de DVD, HD 160 GB, memória 1GB, mouse óptico, placa de vídeo, placa mãe, processador Intel Pentium, teclado ABNT.	152,50
713	Notebook processador Intel Celeron, memória 512 MB, disco rígido 4 GB, placa de rede por cabo, saída de vídeo p/projetor multi-midia, webcam integrada c/microfone imbutido.	135,00
717	Microcomputador processador Intel Pentium Dual, placa mães, memória 1 GB, HD 160 GB, gravador de DVD, gabinete 4 baias.	87,00
723	Microcomputador processador Intel Pentium Dual, core E2200 2.20/800, 1MB cache, memória 1 GB, DDR667, HD 160 GB, gravador de CD/DVD, teclado e mouse.	99,90

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 18 de dezembro de 2015.

JOSE CLAUDIO CARAMORI

Presidente da AMOSC

Consórcios

ARIS

PROCEDIMENTO ADMINISTRAÇÃO Nº 191/2015

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 191/2015

INTERESSADO: Júlia de Araújo Pascal

OBJETO: Nomeação para o Cargo Público de Engenheiro Sanitarista

Decisão nº 001/2016

Vistos os autos, tem-se que o caso trata-se de pedido de nomeação imediata para o cargo de Engenheiro Sanitarista, realizado pela candidata, Sr. Julia de Araujo Pascal, em decorrência da sua classificação, em 2º lugar, no Concurso Público nº 001/2015.

Desde a homologação do concurso público, ocorrida em 22 de junho de 2015 até o presente momento, a ARIS convocou os candidatos classificados em 1º lugar, nos cargos de Engenheiro Sanitarista, Contador e Analista de Fiscalização e Regulação, sendo que a validade do concurso público é de 02(dois) anos, admitida a prorrogação por igual período.

Frisa-se que a nomeação na vaga disponível ocorrerá definida a conveniência e oportunidade da administração, em conformidade com o interesse público, que neste momento resta afastado.

No momento que ocorrerá sua nomeação será dado ampla divulgação nos termos do edital.

Publique-se.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2016.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - AQUISIÇÃO DE RELATÓRIOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

DISPENSA Nº 02/2016

OBJETO: Aquisição de 1.300 unidades de relatório da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS.

CONTRATADA: Rocha Gráfica e Editora Ltda.

CNPJ: 95.833.307/0001-80.

VALOR: R\$ 11.278,67 (Onze mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

Florianópolis, 15 de janeiro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 33 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Extrato de Contrato nº 33/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Celso Ramos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Celso Ramos

CNPJ: 78.493.343/0001-22

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço

eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o

controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 34 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

Extrato de Contrato nº 34/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Morro Grande

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morro Grande

CNPJ: 95.782.785/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 4.260,00 (quatro mil e duzentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 35 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Extrato de Contrato nº 35/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Joaçaba

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Joaçaba

CNPJ: 82.939.380/0001-99

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 298/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e

Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 18.360,00 (dezoito mil e trezentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 36 - CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA VELHA

Extrato de Contrato nº 36/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Câmara Municipal de Barra Velha

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Barra Velha

CNPJ: 83.545.277/0001-27

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 37 - PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL DO OESTE

Extrato de Contrato nº 37/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Herval do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Herval do Oeste

CNPJ: 82.939.430/0001-38Â

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 38 - CÂMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Extrato de Contrato nº 38/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Câmara Municipal de Tigrinhos

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Tigrinhos

CNPJ: 04.219.209/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de

informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 39 - CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO

Extrato de Contrato nº 39/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Câmara Municipal de Salto Veloso

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Salto Veloso

CNPJ: 89.595.626/0001-72

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 40 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERECHIM

Extrato de Contrato nº 40/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Nova Erechim

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Erechim

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 8.160,00 (oito mil e cento e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 41 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA

Extrato de Contrato nº 41/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Câmara Municipal de Alto Bela Vista

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Alto Bela Vista

CNPJ: 11.493.326/0001-14

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 002/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 42 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Extrato de Contrato nº 42/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Câmara Municipal de Videira

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Videira

CNPJ: 78.511.326/0001-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 3.726,00 (três mil e setecentos e vinte e seis reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 505 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Extrato de Contrato nº 505/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Catanduvás

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catanduvás

CNPJ: 82.939.414/0001-45

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 0001/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMREC**EXTRATO DE CONVENIOS Nº 43 - BETHA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC.

CNPJ 13.791.885/0001-36

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: BETHA SISTEMAS LTDA

Objetivo: fornecimento de licença de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Contabilidade e Compras, com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly, em ambiente web.

Vigência: 05/10/2015 até 05/10/2016

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela empresa o Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR.